



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO TECNOLÓGICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA, GESTÃO E MÍDIA DO
CONHECIMENTO**

THALITA BEZ BATTI DE SOUZA

**DO CENTRO PARA FORA: COCRIAÇÃO CIDADÃ PARA A RECUPERAÇÃO DE
CENTROS HISTÓRICOS EM CIDADES INTELIGENTES**

Thalita Bez Batti de Souza

**DO CENTRO PARA FORA: COCRIAÇÃO CIDADÃ PARA A RECUPERAÇÃO DE
CENTROS HISTÓRICOS EM CIDADES INTELIGENTES**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia, Gestão e Mídia do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Gestão do Conhecimento.

Orientador: Professor Alexandre Augusto Biz, Dr.
Coorientador: Professor Hans Michael Van Bellen, Dr.

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.
Dados inseridos pelo próprio autor.

Souza, Thalita Bez Batti de
Do Centro para Fora : cocriação cidadã para a recuperação
de centros históricos em cidades inteligentes / Thalita Bez
Batti de Souza ; orientador, Alexandre Augusto Biz,
coorientador, Hans Michael Van Bellen, 2026.
218 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em
Engenharia e Gestão do Conhecimento, Florianópolis, 2026.

Inclui referências.

1. Engenharia e Gestão do Conhecimento. 2. Cidades
Inteligentes. 3. Centros Históricos. 4. Recuperação. 5.
Cocriação. I. Biz, Alexandre Augusto. II. Van Bellen, Hans
Michael. III. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do
Conhecimento. IV. Título.

Thalita Bez Batti de Souza

**Do Centro para Fora: cocriação cidadã para a recuperação de centros
históricos em cidades inteligentes**

O presente trabalho em nível de Doutorado foi avaliado e aprovado, em 8 de dezembro de 2025, pela banca examinadora composta dos seguintes membros:

Professora Gertrudes Aparecida Dandolini, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina

Professor Roberto Carlos dos Santos Pacheco, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Professora Ana Cristina Fachinelli Bertolini, Dra.
Universidade de Caxias do Sul

Professor Eduardo Moreira da Costa, Dr.
LabCHIS

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Doutora em Engenharia e Gestão do Conhecimento.



Documento assinado digitalmente
Luciane Maria Fadel
Data: 13/02/2026 10:29:33-0300
CPF: ***.558.569-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Coordenação do Programa de Pós-Graduação



Documento assinado digitalmente
Alexandre Augusto Biz
Data: 13/02/2026 09:36:39-0300
CPF: ***.418.649-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Professor Alexandre Augusto Biz, Dr.
Orientador

Florianópolis – SC
2026

À minha primeira professora, grande incentivadora da educação como instrumento de transformação social: minha avó, Irma Del Castanhel Bez Batti.

AGRADECIMENTOS

A pós-graduação é como uma maratona e, na fase final, quando a linha de chegada se aproxima, o corredor pode, finalmente, deixar-se levar pela emoção de se lembrar que nunca esteve sozinho – tal qual o pós-graduando – e, assim, palavras de agradecimento saem por de trás de uma voz embargada por um choro que não mais precisa ser contido. E aqui, caro leitor, nem em mil palavras, seria possível transmitir a emoção que é escrever a última página de uma tese de doutorado – sim, fica para o final, já que durante o caminho, muitas vezes, é necessário segurar as lágrimas e deixar a razão existir sozinha.

A minha corrida, que durou pouco mais de cinco anos, era para ser um trote simples, linear – ou pelo menos, eu esperava que assim o fosse. Mas os obstáculos chegaram logo cedo: sou de uma turma de doutorandos da pandemia de 2020, sem aulas presenciais, sem o cafezinho do intervalo, sem eventos presenciais para apresentar artigos e conhecer pessoas. Neste caminho – nada linear – houve mudança, houve medo da Covid-19, houve adoecimentos, algumas desistências, perdas, e mais mudanças – de vida, de planos e até de orientação.

Depois de tantos obstáculos que a corrida impôs, chego à página de agradecimentos – uma página para agradecer por uma experiência de vida, por tantas mãos, vozes e corações que me ajudaram a chegar até aqui – talvez por isso, não baste uma única página.

É quase impossível chegar a esta seção e não pensar em todas as pessoas que passaram pela minha vida nestes últimos cinco anos e que, de alguma forma, contribuíram para que esta pesquisa acontecesse; das conversas que geraram reflexões às orientações que me fizeram questionar os caminhos. Das trocas de ideias despretensiosas com professores e colegas ao material concedido por generosos participantes de pesquisa.

Ao cruzar a linha de chegada, os corredores às vezes preferem não agradecer nominalmente a todos que os apoiaram, pois sabem que, exauridos e emocionados, podem ver sua memória falhar, o que seria injusto com todos aqueles que os impulsionam a alcançar seus objetivos. Espero que, ao ler estes parágrafos, cada pessoa com quem me relacionei enquanto corria a minha maratona possa aqui se identificar; pois esta prova, ainda que seja individual, não foi finalizada sozinha.

No entanto, eu me sentiria pouco grata se não mencionasse algumas pessoas que entraram na minha vida no meio desta maratona e auxiliaram para que eu não perdesse o ritmo e conseguisse chegar ao final, como meus colegas de PPGECC, Braz, Robson e Tatiana.

Há ainda aqueles que estiveram desde a primeira corrida: minha avó Ilza (*in memoriam*), a quem eu adoraria, finalmente poder responder que meus estudos acabaram – ou pelo menos esta parte; e minha avó Irma, cujos ensinamentos e orações guiaram meu caminho.

Agradeço a quem, há 14 anos, a cada nova corrida, paciente e generosamente, solta a minha mão para que eu me sinta livre para alcançar a linha de chegada, onde certamente, irei encontrá-lo novamente, com um sorriso no rosto e um: “sabia que você chegaria!”. Alcides Júnior, obrigada por todo apoio e compreensão.

Há uma pessoa que o corredor não deixa de agradecer, ela fica no final, não porque tem pouca importância, mas porque sua presença é tão marcante no desempenho do atleta, que não é possível dizer que houve prova sem ela: o(a) treinador(a).

Minha treinadora está, há 33 anos, atuando em jornada dupla: além de me treinar, ela é a líder da torcida. A educação, na nossa casa, sempre foi escolha prioritária, e, hoje, depois de 28 anos que eu li o primeiro papel de bala sozinha, o empenho e a dedicação da minha mãe, Rosangela, me trouxeram até aqui. Obrigada, mãezinha por tudo aquilo que eu sequer consigo agradecer.

Cruzar a linha de chegada é compreender que cada passo, cada pausa e cada companhia moldaram o caminho. A vitória não está no fim, mas na jornada – e em saber que, mesmo sem fôlego, eu segui correndo, movida por tudo e por todos que estiveram comigo – é isso que torna esta chegada tão significativa.

Estamos condenados à civilização. Ou progredimos ou desaparecemos.
(Euclides da Cunha)

*O passado não volta. Importantes são a continuidade e o perfeito conhecimento da
sua história.*
(Lina Bo Bardi)

RESUMO

A desvalorização dos centros históricos como espaços de memória, identidade e convivência tem evidenciado os desafios relacionados à sua preservação e revitalização, especialmente diante de processos de degradação física, esvaziamento populacional e conflitos entre conservação patrimonial e desenvolvimento urbano. Nesse contexto, identifica-se uma lacuna significativa na formulação de métodos que integrem, de forma estruturada, a participação ativa da população nos processos de recuperação desses territórios. Esta tese propõe um método de recuperação de centros históricos a partir da adaptação da metodologia Workshop CHIS (WCHIS), desenvolvida e aplicada pelo Laboratório de Cidades mais Humanas, Inteligentes e Sustentáveis (LabCHIS) da Universidade Federal de Santa Catarina. Parte-se do diagnóstico de que as propostas de transformação urbana frequentemente desconsideram as especificidades desses territórios, além de restringirem a participação popular no processo decisório. Concomitantemente, observa-se a ausência de modelos integradores capazes de conciliar a valorização patrimonial com as múltiplas dimensões das cidades inteligentes. Para enfrentar essa lacuna, a pesquisa teve como objetivo propor um método centrado em pessoas, com apoio de tecnologias e conhecimento, fundamentado nos princípios de humanização, sustentabilidade e inteligência territorial. O método proposto baseia-se na experiência acumulada do LabCHIS em mais de uma década de aplicação da metodologia WCHIS, já utilizada em diversos territórios, incluindo três centros históricos: Salvador (BA), Florianópolis (SC) e Congonhas (MG). A proposta foi construída a partir da abordagem metodológica da *Design Science Research* (DSR), que possibilita a criação e a validação de artefatos voltados para a solução de problemas reais. A DSR foi empregada de forma iterativa, combinando pesquisa documental, observação empírica e validação por especialistas. O método resultante organiza-se em três fases: pré-oficina (capacitação e resgate identitário), oficina (com cinco dias de atividades) e pós-oficina (governança e acompanhamento), articuladas por meio de um modelo visual concêntrico e de ferramentas tecnológicas de apoio. A pesquisa é de natureza aplicada, com abordagem qualitativa, envolvendo análise de dados coletados em campo e devolutivas especializadas. A tese defende que o desenvolvimento de soluções para as cidades do século XXI requer a consideração da cidade como sistema de conhecimento, no qual o saber popular e o conhecimento técnico dialogam de forma integrada. Ao construir um método replicável, validado e ajustado à realidade dos centros históricos, a pesquisa contribui de forma inédita para o campo das cidades inteligentes, ao aliar coprodução social e inovação tecnológica em processos de requalificação patrimonial, para que esses espaços deixem de ser meros pontos de passagem e se tornem novamente lugares de encontro, de pertencimento e de inovação urbana.

Palavras-chave: Cidades Inteligentes; Centros Históricos; Recuperação; Cocriação.

ABSTRACT

The devaluation of historical centers as spaces of memory, identity, and community life has highlighted the challenges related to their preservation and revitalization, especially in the face of physical degradation, population decline, and conflicts between heritage conservation and urban development. In this context, a significant gap is identified in the formulation of methods that integrate, in a structured way, the active participation of the population in the recovery processes of these territories. This thesis proposes a method for the recovery of historical centers based on the adaptation of the Workshop CHIS (WCHIS) methodology, developed and applied by the Laboratory of More Humane, Intelligent, and Sustainable Cities (LabCHIS) at the Federal University of Santa Catarina. It starts from the diagnosis that urban transformation proposals frequently disregard the specificities of these territories, in addition to restricting popular participation in the decision-making process. Concomitantly, the absence of integrative models capable of reconciling heritage valorization with the multiple dimensions of smart cities is observed. To address this gap, the research aims to propose a people-centered method, supported by technology and knowledge, based on the principles of humanization, sustainability, and territorial intelligence. The proposed method is based on LabCHIS's accumulated experience of over a decade applying the WCHIS methodology, already used in various territories, including three historical centers: Salvador (BA), Florianópolis (SC), and Congonhas (MG). The proposal was built using the Design Science Research (DSR) methodological approach, which enables the creation and validation of artifacts aimed at solving real problems. DSR was employed iteratively, combining documentary research, empirical observation, and validation by experts. The resulting method is organized into three phases: pre-workshop (training and identity recovery), workshop (with five days of activities), and post-workshop (governance and follow-up), articulated through a concentric visual model and supporting technological tools. The research is applied in nature, with a qualitative approach, involving the analysis of data collected in the field and specialized feedback. This thesis argues that developing solutions for 21st-century cities requires considering the city as a knowledge system, in which popular knowledge and technical knowledge interact in an integrated way. By constructing a replicable, validated method adapted to the reality of historical centers, the research makes an unprecedented contribution to the field of smart cities, combining social co-production and technological innovation in heritage requalification processes, so that these spaces cease to be mere transit points and become once again places of encounter, belonging, and urban innovation.

Keywords: Smart Cities; Historic Centers; Revitalization; Co-Creation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Integração entre os temas coprodução, colaboração, cooperação e coexistência.....	76
Figura 2 – WCHIS realizados	98
Figura 3 – <i>Stakeholders</i> WCHIS Ponte Hercílio Luz	103
Figura 4 – Soluções macro para a Ponte Hercílio Luz e entorno	104
Figura 5 – Logo do WCHIS Praça XV	105
Figura 6 – Local CHIS do WCHIS Praça XV	107
Figura 7 – <i>Stakeholders</i> WCHIS Praça XV	108
Figura 8 – Soluções macro para o reencontro da Praça XV com o mar	109
Figura 9 – Logomarca WCHIS Centro Histórico de Congonhas.....	111
Figura 10 – <i>Stakeholders</i> WCHIS Centro Histórico de Congonhas.....	112
Figura 11 – Soluções macro para a região do Centro Histórico de Congonhas.....	113
Figura 12 – Caracterização da pesquisa	121
Figura 13 – Características da Design Science Research	125
Figura 14 – Artefato como gerador e acumulador de conhecimento	132
Figura 15 – Fluxo Método	135
Figura 16 – Sugestão de indicadores para a Oficina e seus projetos	150
Figura 17 – O método	151

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Trabalhos do PPGEHC relacionadas à temática da tese	33
Quadro 2 – Evolução da cidade	51
Quadro 3 – Abordagens de <i>smart cities</i>	56
Quadro 4 – Evolução conceitual de <i>smart cities</i>	56
Quadro 5 – Contribuições conceituais de cidades inteligentes para o artefato	60
Quadro 6 – As dimensões de uma cidade inteligente	65
Quadro 7 – Projetos de recuperação e nível de participação popular identificado	92
Quadro 8 – Etapas do WCHIS	98
Quadro 9 – Dimensões CHIS e as questões basilares	100
Quadro 10 – A semana do WCHIS	101
Quadro 11 – Resumo <i>workshops</i>	114
Quadro 12 – Resultados da pesquisa no BDTD do IBICT	128
Quadro 13 – Resultados da busca nas bases de dados	129
Quadro 14 – Trabalhos selecionados para leitura	129
Quadro 15 – Trabalhos selecionados para a revisão	130
Quadro 16 – Caminho para cumprimento dos objetivos da pesquisa	131
Quadro 17 – Esboço do método a ser proposto	133
Quadro 18 – Reestruturação do pré-evento	141
Quadro 19 – Questionamento sobre o período de duração da Oficina	143
Quadro 20 – A semana da Oficina	144
Quadro 21 – Pós-Oficina	148
Quadro 22 – Nome do método proposto	151
Quadro 23 – Perfil dos especialistas	154
Quadro 24 – Relação de perguntas por seção	156
Quadro 25 – Síntese das contribuições	179
Quadro 26 – Possíveis contribuições das áreas do PPGEHC para o Método CENTRO	188
Quadro 27 – Síntese das contribuições do Método CENTRO	191

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BEM	Bem-Estar do Freqüentador
BTD	Banco de Teses e Dissertações
CAAE	Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CHIS	Cidades mais Humanas, Inteligentes e Sustentáveis
CEPSH	Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
DES	Desenvolvimento Econômico e Sustentável
DSR	Design Science Research
EC	Engenharia do Conhecimento
GC	Gestão do Conhecimento
GOV	Governança Inteligente
HUL	Historic Urban Landscape
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICOMOS	International Council on Monuments and Sites
INC	Inclusão Social Inteligente
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LabCHIS	Laboratório de Cidades mais Humanas, Inteligentes e Sustentáveis
MAI	Meio Ambiente Inteligente
MC	Mídias do Conhecimento
MOB	Mobilidade Inteligente de Pessoas e
PHA	Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural
PIN	Pessoas Inteligentes;
PPGEGC	Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
TI	Tecnologias da Informação
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
WCHIS	Workshop de Cidades mais Humanas, Inteligentes e Sustentáveis

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA	19
1.2 OBJETIVOS	25
1.2.1 Objetivo Geral	25
1.2.2 Objetivos Específicos.....	25
1.3 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA	26
1.3.1 Originalidade da Pesquisa	27
1.3.2 Contribuições.....	28
1.4 ESCOPO DO TRABALHO	28
1.5 ADERÊNCIA AO PPGEGC.....	30
1.5.1 Identidade	31
1.5.2 Referências Factuais	33
1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	36
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	38
2.1 A EVOLUÇÃO DAS CIDADES.....	38
2.1.1 Período Neolítico	39
2.1.2 As Cidades dos Impérios	40
2.1.3 A Idade Média e as Cidades Feudais	42
2.1.4 As Cidades Mercantis.....	44
2.1.5 Revolução Industrial e a Ressignificação das Cidades.....	46
2.1.6 A Cidade Contemporânea	47
2.2 CIDADES INTELIGENTES: CONCEITOS E MODELOS.....	52
2.2.1 De <i>Smart Cities</i> a CHIS	55
2.2.2 As Dimensões das Cidades mais Humanas, Inteligentes e Sustentáveis.....	63
2.3 CENTROS HISTÓRICOS	68
2.4 COPRODUÇÃO DOS ATORES DA CIDADE	74
2.4.1 Coprodução em Centros Históricos.....	78
2.5 O WORKSHOP CHIS	97
2.5.1 Análise dos <i>Workshops</i> em Localidades Históricas	102
2.5.1.1 WCHIS Ponte Hercílio Luz	102
2.5.1.2 WCHIS Praça XV	104
2.5.1.3 WCHIS Centro Histórico de Congonhas.....	110

3 METODOLOGIA	119
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	119
3.2 DESIGN SCIENCE RESEARCH (DSR).....	122
3.2.1 Etapas da Design Science Research	125
3.2.1.1 Identificação do Problema	126
3.2.1.2 Definir os Objetivos para a Solução	126
3.2.1.3 Desenvolvimento do Artefato	132
3.2.1.4 Demonstração e Avaliação do Artefato	135
3.2.1.5 Comunicação	136
4 PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO MÉTODO	137
4.1 CRIAÇÃO DO MÉTODO E DERIVAÇÃO DA METODOLOGIA WCHIS.....	137
4.1.1 Fase 1 – Pré-Oficina.....	138
4.1.2 Fase 2 – A Oficina	142
4.1.3 Fase 3 – Pós-Oficina.....	146
5 VERIFICAÇÃO DO MÉTODO CENTRO.....	153
5.1 SEÇÃO 4: FASE 1 – PRÉ-OFICINA	158
5.2 SEÇÃO 5: FASE 2 – A OFICINA	161
5.3 SEÇÃO 6: FASE 3 – PÓS-OFICINA	166
5.4 SEÇÃO 7: FASE 3 – PÓS-OFICINA – INDICADORES	168
5.5 SEÇÃO 8: APLICAÇÃO, ADAPTABILIDADE E POTENCIALIDADE DO MÉTODO CENTRO	171
5.6 SÍNTESE DA AVALIAÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS ASPECTOS DE MELHORIA	178
6 CONCLUSÃO	181
REFERÊNCIAS.....	193
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA AVALIAÇÃO DO MÉTODO	203
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	214
ANEXO A – RELATÓRIO WCHIS – PONTE HERCÍLIO LUZ.....	216
ANEXO B – RELATÓRIO WCHIS – DA PRAÇA XV AO MAR.....	217
ANEXO C – RELATÓRIO WCHIS – CENTRO HISTÓRICO DE CONGONHAS.....	218

1 INTRODUÇÃO

O surgimento das cidades é um marco significativo na história da civilização humana. Desde os primeiros assentamentos até as metrópoles modernas, as cidades emergiram como centros de inovações, comércio e intercâmbios culturais. Esse fenômeno, que começou no período neolítico, passou pelos impérios e pelas grandes influências trazidas pela Revolução Industrial, até chegar nas cidades contemporâneas, transformando a forma como os seres humanos interagem, organizam suas vidas e constroem sociedades.

A partir do seu surgimento, a cidade passou a ter um centro no qual as atividades comerciais e administrativas, políticas e militares são realizadas, ou seja, o centro é um lugar estratégico, em que diversas conexões ocorrem. O centro, como uma concentração dos processos históricos pelos quais perpassa, é resultado das interações e atividades humanas, presenciando e evidenciando as tendências e as modernizações (Mosquera Díaz, 2022).

Os centros carregam a história de uma cidade; são palco e plateia de toda a transformação vivida por ela, são o cenário dos primeiros acontecimentos, sobretudo porque são, geralmente, o local onde as cidades nasceram.

É nos centros que surgem as primeiras praças, escolas, mercados; é no centro que está o comércio, os casarões mais bonitos – que com um pouco de sorte talvez virem museu e não estacionamento – as ruas de ladrilhos, os contadores de história. Esses artefatos que compõem o centro representam, segundo Ramos Sánchez e Terrazas Juárez (2017), o que já foi o coração da cidade, ou até mesmo, sua extensão por completo em determinada época.

Alomá (2008) afirma que as políticas urbanas desenvolvimentistas em alguns locais, bem como o pós-guerra (no caso europeu), fez com que os centros entrassem em crise, no entanto, segundo a autora, foi a partir desse momento crítico que o conceito de centro histórico nasceu, juntamente com a compreensão do seu valor como conjunto urbano.

Os diversos ciclos de vida dos centros históricos, apontam Ramos Sánchez, e Terrazas Juárez (2017), que podem começar a partir do abandono de prédios ou da descentralização de atividades, fragiliza o ambiente, seja pelo deslocamento dos habitantes, ou pela decadência do comércio local.

Com o passar do tempo, os centros passaram a ser vistos como lugar de transitoriedade e/ou apenas destino diário para trabalho, perdendo sua característica de lugar para estadia, moradia e lazer e, dessa forma, se tornaram espaços desocupados, sem vida. O velho centro fica na memória daqueles que dele participaram; virou o centro histórico da cidade, o que, por vezes, não remete às lembranças boas de outrora – pelo contrário. Esse processo, destaca Lima (2013), ocorreu após a massiva urbanização dos centros urbanos e a consequente migração das classes mais abastadas para outros locais da cidade. Segundo o autor, esse é um cenário presente em todo o mundo.

O processo de desenvolvimento de regiões periféricas altera a funcionalidade das centralidades urbanas, dessa forma, aquele local que contava com um aparato que sustentava um modelo econômico, invariavelmente, fica abandonado se, por quaisquer que sejam as razões, o local deixar de ser economicamente atrativo. Segundo Alves e Bueno (2022), essa dinâmica favorece as áreas de maior interesse dos investidores, gerando desigualdades em um espaço urbano caracterizado por rupturas e assimetrias.

Cria-se, assim, o centro como uma memória de destruição, uma herança de uma estrutura que já teve relevância e vida própria, mas passa a ser um empecilho para o desenvolvimento da cidade, um local “feio”, que gera insegurança e desvalorização, um vazio urbano (Carvalho, 2023).

Para Mosquera Díaz (2022), a preocupação com o futuro dos centros históricos vem desde as últimas décadas do século XX, quando os centros passaram por intervenções que buscaram retomar sua funcionalidade econômica, a identidade histórica e patrimonial e a recuperação do centro histórico como centralidade.

Traçar um destino para um espaço público não é algo simples. De um lado, é necessário que gere renda, pois precisa devolver aos cofres públicos o que foi investido, do outro, precisa ser inclusivo, pensando em abarcar todos os estratos da sociedade. É essencial ainda pensar na preservação da memória, sem se esquecer também de [re]criar atrativos.

Pensar em todos esses aspectos faz com que pareça mais fácil criar uma cidade do zero, com o conhecimento que já se tem sobre o que fazer e, principalmente, o que não fazer, do que transformar um espaço já existente. Mas os locais existem e precisam ser devolvidos à sociedade. O que fazer? Como fazer?

É comum que se espere do poder público alternativas para os problemas da cidade, afinal, é para isso que são eleitos os prefeitos e os vereadores: pensar e planejar a cidade por meio de iniciativas próprias. Para Heckert, Barros e Carvalho (2016), os governantes não devem ser considerados como expressão única do coletivo, devido às implicações que o termo *política pública* carrega no que tange à participação da sociedade sobre o planejamento, a execução e o acompanhamento das ações.

No entanto, a cidade não é composta apenas de quem a governa; o espaço é de todos, logo, é por meio da participação da sociedade, com toda a sua heterogeneidade e peculiaridade, que os espaços públicos precisam ser [re]pensados, além dos gabinetes (Lima *et al.*, 2023).

Para Bohmer Britto (2016, p. 127), "[...] na produção de um projeto de lugar, ou seja, na projeção do espaço público objetivando a interação social, o conjunto projeto e obra se completa com a reação do usuário". Segundo o autor, a complexidade de um projeto de requalificação reside justamente no fato de que o espaço e o seu projeto vão além da [re]configuração estética e física, ele será capaz de fornecer estímulos que estão estritamente condicionados à relação entre o usuário e o espaço.

Em um contexto urbano cada vez mais dinâmico e complexo, a adoção de modelos que norteiem as intervenções nas cidades se torna essencial para promover um desenvolvimento sustentável e inclusivo. Esses modelos, que integram conhecimento técnico, social e ambiental, orientam a maneira como as transformações no espaço urbano devem ocorrer, buscando equilibrar as necessidades de crescimento com a qualidade de vida dos usuários da cidade.

Modelos de intervenção urbana bem planejados permitem avaliar os impactos de cada ação, antecipando resultados e minimizando efeitos adversos sobre a comunidade e o meio ambiente. Além disso, eles promovem a inclusão social ao considerar a diversidade de necessidades dos diferentes grupos urbanos, garantindo que as intervenções não beneficiem apenas alguns setores.

Para Rojas, Villaescusa e Wegelin (2004), um dos grandes desafios do setor público é coordenar ações que sejam capazes de unificar os interesses privados e públicos, integrando atores como investidores, proprietários, empresas e sociedade civil de maneira a garantir que os esforços visem ao bem comum, isso é a recuperação dos centros históricos como locais funcionais, econômica e socialmente interessantes.

Por fim, os processos de recuperação devem ser capazes de captar o interesse dos consumidores – famílias, indivíduos, empresas, negócios – que, ao comprar ou alugar o espaço construído nas áreas de recuperação, sustentarão o processo a longo prazo¹ (Rojas; Villaescusa; Wegelin, 2004, p. 24, tradução própria).

Resgatar o senso de pertencimento do usuário, bem como conscientizá-lo sobre o papel que exerce no local que habita, faz parte do conceito de Cidades mais Humanas, Inteligentes e Sustentáveis (CHIS), o que, para Costa (2020), reflete sobre o conceito de cidade do conhecimento, na qual o conhecimento e, por consequência, as pessoas são os principais ativos, os meios de produção em busca de soluções para a cidade.

1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

O estudo e a intervenção em bairros históricos encontra lugar na interseção entre o planejamento urbano, o estudo do patrimônio histórico e da preservação cultural, representando, assim, uma pesquisa complexa sob múltiplos pontos de vista (Geng *et al.*, 2025).

São muitos os exemplos ao redor do mundo de projetos de revitalização de espaços históricos. Um deles é a região denominada Distrito 22@ de Barcelona^{2,3} que, no passado, foi o local para onde se mudaram fábricas de curtume e branqueamento, favorecendo o desenvolvimento de um novo núcleo urbano, conhecido por *El Poblenou*, dentro do pequeno município de Sant Martín de Provençals.

A área de Poblenou que, segundo Gadens e Bel (2018), chegou a ser o local de maior concentração industrial da Espanha, entrou em um processo de recessão com a crise do setor têxtil na década de 1960. A conversão das atividades e a saída estratégica de transformar a área em um distrito de inovação trouxeram regeneração ao lugar e um novo conceito de qualidade de vida aliada ao trabalho e ao lazer, como destacam Cubeles, Muñoz e Pardo (2011).

O essencial, apontam Gadens e Bel (2018), foi transformar um parque industrial obsoleto em uma área utilizável, paulatinamente, de acordo com as

¹ “Finalmente, los procesos de recuperación deberán ser capaces de capturar el interés de los consumidores – familias, individuos, empresas, comercios –, que al comprar o arrendar el espacio construído en las áreas de recuperación sustentarán el proceso a largo plazo”.

² <https://www.youtube.com/watch?v=p63cFVAZjm0&t=50s>.

³ <https://use.metropolis.org/case-studies/22-barcelona>.

necessidades e limitações do bairro; a ideia é que haja atividades produtivas, mas que sejam diferentes das atividades fabris, uma vez que não devem ser responsáveis por gerar incômodo nem contaminação ambiental. "O Plano 22@ pauta-se no incentivo da diversidade de usos e tipologias arquitetônicas e na complexidade da área" (Gadens; Bel, 2018, p. 565).

Puerto Madero⁴, em Buenos Aires (Argentina), é um outro exemplo de revitalização de uma área degradada que, a partir de um determinado momento histórico, ficou abandonada em virtude do encerramento das atividades econômicas ocorridas na região.

Bohmer Britto (2016) cita o notório exemplo do projeto ao reunir os interesses simbólicos, econômicos e culturais em um plano executado em parceria público-privada, conciliando ações de *marketing* e de revitalização simbólica de memórias, sobretudo quanto à relação do lugar com o rio. Diniz Vieira e Castrogiovanni (2010) acrescentam que, além da instalação de um câmpus universitário em um dos galpões, a região passou a abrigar escritórios, serviços gastronômicos e residências do tipo *loft*. Com o passar dos anos, esse processo promoveu a transformação de seu modelo econômico, recolocando a área em posição de destaque após um período de esquecimento e de abandono decorrente do declínio de sua atividade original.

O Brasil também tem seus próprios exemplos de transformação urbana, como é o caso do Porto Maravilha⁵, no Rio de Janeiro, o qual, segundo Sarue (2018), inseriu o país em um movimento global de grandes revitalizações urbanas, além de ser o resultado de uma das maiores parcerias público-privadas (PPP) do Brasil.

Iniciado em 2009, o projeto abrange cerca de 5 milhões de metros quadrados e buscava transformar a área portuária degradada em um espaço moderno, cultural e turístico, além de promover o desenvolvimento econômico e social local (Rio de Janeiro, 2023).

O Porto Maravilha foi idealizado para recuperar a infraestrutura e o patrimônio histórico da área, tornando a região mais atraente para o turismo e os negócios. Um dos principais elementos do projeto foi a demolição da Perimetral – um elevado que atravessava a região portuária – e a inserção da via Binário e do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), destacam Messentier e Moreira (2014). A região ganhou novos espaços

⁴ 30 anos de Puerto Madero: <https://www.youtube.com/watch?v=ztoLjp3hagl>.

⁵ Porto Maravilha: <https://www.ccpa.rio/projeto/porto-maravilha/>.

culturais, como o Museu do Amanhã e o Museu de Arte do Rio (MAR), que se tornaram ícones da revitalização e pontos turísticos importantes na cidade.

Se a concepção do projeto do Porto Maravilha lembra um pouco a histórica de Puerto Madero, o Brasil tem outro caso que se assemelha a um exemplo internacional já citado: a transformação do 4º Distrito em Porto Alegre relembra o processo sofrido no Distrito 22@ de Barcelona.

O 4º Distrito de Porto Alegre (RS)⁶, conhecido por sua importância histórica e industrial, é uma área que tem passado por um processo significativo de revitalização e restauração desde 2014, quando a Prefeitura lançou o Plano Municipal de Economia Criativa, o qual visava a promoção de ações de revitalização para o local (Bomfim; Amaral, 2017). Localizado próximo ao centro da cidade, o distrito engloba bairros como Floresta, São Geraldo, Navegantes e Humaitá, que já foram polos industriais entre as décadas de 1940 e 1970. Os autores afirmam que, com o tempo, a região sofreu com o abandono e a degradação, mas atualmente o espaço está sendo transformado em um centro de inovação e cultura, com foco em atrair investimentos e valorizar o patrimônio local.

Silva, Abalos Júnior e Winckler (2023) destacam que a Prefeitura de Porto Alegre lançou, em 2020, o *Projeto 4D*, que inclui a criação de incentivos fiscais, parcerias público-privadas e uma série de intervenções urbanísticas. Essas ações têm como objetivo transformar o distrito em uma área atrativa para empresas de tecnologia, gastronomia, arte e cultura, ao mesmo tempo que busca manter e reabilitar prédios históricos, ou seja, procura atrair as pessoas, incentivando-as a tornar esse antigo espaço em um local em que é possível realizar diversas atividades.

Todos os exemplos mencionados trazem os processos de transformação pelos quais locais importantes das cidades onde estão inseridos passaram após anos de abandono, a despeito de sua história e relativa importância social e econômica para a cidade.

Não raro, a iniciativa de transformação parte de uma concepção pronta sobre o que precisa ser feito e como será feito, ademais, as abordagens de intervenção buscam atacar problemas pontuais, quase sempre mais voltados para os aspectos econômicos e funcionais do espaço degradado. Um exemplo disso, segundo Riscado

⁶ Programa de Regeneração Urbana Sustentável do 4º Distrito:
<https://prefeitura.poa.br/smamus/planejamento-urbano/projetos/programa-de-regeneracao-urbana-sustentavel-do-4o-distrito>.

(2019), é o distanciamento das questões sociais que emergem da parceria entre o setor turístico e a iniciativa privada, uma vez que as ações para atrair investidores e turistas recebem maior atenção em detrimento da incorporação de mecanismos que propiciem que a voz do cidadão seja ouvida, e suas necessidades sejam atendidas.

O processo de transformação pelo qual passou o Distrito 22@, por exemplo, recebe críticas em relação à descaracterização do bairro, à gentrificação e ao aumento do custo de vida, bem como sobre a pressão sobre a infraestrutura urbana.

Cubeles, Muñoz e Pardo (2011) afirmam que há pontos controversos que precisam ser tratados no projeto do Distrito e que geram preocupação principalmente em relação à proteção do patrimônio e às atividades econômicas tradicionais.

Há críticas semelhantes em relação ao projeto do *Puerto Madero*, em Buenos Aires. Diniz Vieira e Castrogiovanni (2010) destacam um outro olhar sobre as construções da área leste do porto, que é a criação de uma barreira que afasta moradores, turistas e usuários do principal elemento de um porto: a água. Segundo os autores, a única construção que estreitou a relação dos transeuntes com o rio foi a *Costanera Sur* – antigo balneário municipal que ficou abandonado até 1989 e que no ano 2000 foi inaugurado, trazendo novamente a população para o convívio com o rio.

Garay *et al.* (2013) reforçam outros impactos sociais gerados pela transformação na região de Puerto Madero, por exemplo, a especulação imobiliária e a consequente criação de um bairro quase que exclusivo para empresas maiores e cidadãos com poder aquisitivo mais elevado. Os autores destacam ainda a carência de moradias acessíveis, bem como de demais programas sociais voltados para beneficiar a população de baixa renda, ou seja, o projeto de *Puerto Madero* não foi planejado de maneira a viabilizar que a área fosse ocupada pela população em geral, transformando o local em uma área de desenvolvimento elitizado.

Nos exemplos brasileiros de transformação urbana, também são mencionados problemas referentes à maneira como os processos são conduzidos e seus efeitos nos aspectos sociais, econômicos e patrimoniais. O caso do Porto Maravilha evidencia problemas semelhantes aos da gentrificação já observados nos exemplos anteriores, a partir do momento que, conforme destacam Mesentier e Moreira (2014), a área passa a ser transformada em um espaço “turistificado”. A paisagem passa a ser desconsiderada, o patrimônio original é desfeito, dando espaço a uma paisagem criada “[...] *up to date* e portadora dos signos e símbolos prezados no âmbito da valorização imobiliária” (Mesentier; Moreira, 2014, p. 48).

Dentro desse contexto, Monteiro (2023) ressalta que a análise do processo de turistificação da zona portuária do Rio demonstra a necessidade de revisão do que foi colocado em prática, trazendo à tona a necessidade de serem adotadas políticas de turismo e ocupação que sejam comprometidas com as demandas dos locais, reconhecendo o seu protagonismo como influenciadores do processo de desenvolvimento urbano.

Apesar dos avanços, a restauração do 4º Distrito também enfrenta desafios relacionados à infraestrutura e ao risco de exclusão social. A melhoria dos serviços básicos, como saneamento e segurança, continua sendo uma necessidade na área. Segundo Constantinou e Machado (2019), a partir do momento que o setor público abre espaço para que apenas a iniciativa privada aja na região, sem que exista uma preocupação com as políticas públicas a serem aplicadas, a infraestrutura não reflete as necessidades da população local.

Além disso, a especulação imobiliária tem aumentado os preços na região, gerando o movimento de saída dos residentes tradicionais, repetindo o mesmo fenômeno que ocorre em situações análogas de transformação urbana com falta de planejamento social e econômico.

A revitalização do 4º Distrito reflete uma tendência observada em várias cidades ao redor do mundo, em que áreas industriais são requalificadas para fins culturais e econômicos. O problema, destacam Constantinou e Machado (2019), é que a área perdeu sua vocação econômica e não houve um processo de resgate territorial para outras atividades dessa área histórica de Porto Alegre. Dessa forma, por falta de interesse e de políticas públicas, sobra espaço para que investidores apresentem seus próprios projetos que, geralmente, são voltados para atender às demandas específicas de nichos mais bem estabelecidos da população.

Revitalizar áreas históricas é um desafio a ser enfrentado pelo poder público e pela sociedade. O ciclo de vida dessas áreas é quase sempre o mesmo: pelos mais variados motivos, os locais deixam de ser atrativos economicamente, perdendo sua principal característica e atrativo, passam a ficar abandonados; algum tempo depois, surge um projeto de transformação, normalmente uma parceria público-privada, em que o setor privado entra com a parte financeira e, por isso, acaba por definir quais serão as prioridades a serem redesenvolvidas na área e, dessa forma, os usuários do novo espaço não são consultados sobre quais são as reais necessidades do local sob o seu ponto de vista.

Essas críticas são apresentadas por autores como Porto Neto (2022), Mosquera Díaz (2022) e Rivera-García e Reyes-Schade (2023) em suas análises a respeito de projetos de recuperação de centralidades históricas. De maneira geral, os autores supracitados mencionam que a participação popular é muito baixa e, quando ocorre, fica restrita à etapa de implementação e não no planejamento, quando as ideias e os projetos são de fato pensados e construídos.

Fahmy e Thamarat (2025) enfatizam e confirmam o sucesso de intervenções urbanas em bairros históricos por meio do envolvimento comunitário. Segundo os autores, abordagens lideradas pela comunidade, a despeito do que ocorre nas abordagens tradicionais, trazem a população para a participação ativa, promovendo a apropriação local e fortalecendo a sustentabilidade social e econômica das ações.

A literatura apresenta diversos projetos de transformação de espaços, em que a participação popular é limitada, bem como nem todos os aspectos e dimensões da cidade são levados em consideração na elaboração das propostas de mudanças, há uma lacuna em métodos e modelos que sejam capazes de revitalizar centros históricos levando em consideração as dimensões de cidades inteligentes.

O próprio conceito – ainda que não exista um entendimento pacificado sobre ele – de cidades inteligentes demorou a preencher a lacuna de participação humana em propostas para a cidade. A visão quase que indissociável de que uma cidade é mais inteligente a partir do olhar e do conhecimento das pessoas tem sido difundida mais recentemente, como abordado por Van Twist, Ruijter e Meijer (2023) e por Silva e Muzzio (2025).

Como forma de buscar respostas que auxiliem na resolução das questões que afloraram a partir da urbanização massiva, bem como agindo para que as soluções sejam integradoras dentro das dimensões de Cidades mais Humanas, Inteligentes e Sustentáveis (CHIS), o Laboratório de Cidades mais Humanas, Inteligentes e Sustentáveis (LabCHIS) nasceu dentro do *campus* da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

O LabCHIS se utiliza, há 10 anos, de uma metodologia para trazer soluções inteligentes para espaços públicos. Essa metodologia, chamada de Workshop CHIS (WCHIS), já foi aplicada em 15 eventos, os quais contam com a representatividade acadêmica e da sociedade, com o intuito de gerar conhecimento aplicável às demandas das cidades.

No âmbito de centralidades históricas, foram realizados quatro eventos, sendo um deles em Salvador, Bahia, dois em Florianópolis, Santa Catarina, e outro em Congonhas, Minas Gerais, sem que, no entanto, houvesse qualquer tipo de adaptação na metodologia de aplicação para suprir necessidades específicas desses espaços – necessidades estas que serão verificadas na subseção 2.4.1.

A partir desse contexto, e pensando em quantos outros centros históricos existem, apresenta-se o seguinte problema: como devolver à sociedade tais espaços públicos de maneira que não sejam só locais de passagem, mas sim espaço cultural mais humano, inteligente, sustentável e turístico? Chegando-se à questão de pesquisa: como recuperar centros históricos com participação cidadã e de modo alinhado às dimensões das cidades humanas, inteligentes e sustentáveis?

1.2 OBJETIVOS

Esta seção apresenta o objetivo geral e os objetivos específicos, norteando os resultados que serão obtidos com o desenvolvimento desta tese.

1.2.1 Objetivo Geral

Propor um método de recuperação de Centros Históricos a partir da metodologia WCHIS.

1.2.2 Objetivos Específicos

Para alcançar o objetivo geral, os seguintes objetivos específicos foram propostos como forma de entregar os subprodutos (resultados):

- a) Contextualizar a importância dos Centros Históricos para a identidade territorial ou fator de pertencimento;
- b) Delinear as premissas para a proposição do método de recuperação de Centros Históricos a partir da metodologia WCHIS; e
- c) Verificar com os especialistas o método proposto.

1.3 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA

Considerando que todas as cidades nasceram de uma centralidade e que, pelas mais diversas razões, esses locais podem ter perdido a sua identidade, considera-se relevante estudar as razões pelas quais esses processos ocorrem e quais são as formas de reestruturá-los e devolvê-los aos seus usuários.

Segundo Eleutheriou (2017), representações da arquitetura, como praças e prédios, além do desenho das ruas, fazem parte da significação que constroem a identidade. Tal identidade, ressalta a autora, é um fator crucial para motivar a população a se engajar no cuidado com a sua cidade.

A participação popular nos processos de reestruturação dos espaços faz parte de uma visão mais humanizada que se pretende dar ao conceito de cidade inteligente. Há, no entanto, erros que são cometidos ao se tentar aplicar essa prática, conforme menciona Costa (2020), ao citar o exemplo de um prefeito do Rio de Janeiro que chamou a comunidade da Rocinha para avaliar um teleférico planejado para o local, quando, na verdade, o que a comunidade realmente queria era escola, quadras esportivas e demais investimentos em infraestrutura. A participação da sociedade precisa ocorrer desde a concepção do projeto, não apenas para avaliar uma ideia pronta.

Esse conceito está relacionado à construção de cidades inteligentes pautadas na sociedade do conhecimento. Segundo Carrillo (2006), as modificações urbanas e econômicas ocorridas desde a revolução industrial, bem como a forma como a vida urbana se alterou nos últimos tempos, culminou na transformação das cidades em sociedades do conhecimento. O século XXI, ressalta o autor, já foi chamado de século do conhecimento e século das cidades, no entanto, dentro da perspectiva emergente em que se encontram ambos (conhecimento e cidade), é possível denominá-lo como o século das cidades do conhecimento.

Trazer conhecimento para a cidade e converter o conhecimento tácito que já existe na cidade e explicitá-lo são os grandes desafios do estudo das cidades inteligentes. Conforme será abordado mais adiante, esta tese apresentará o conceito de cidade inteligente quase que totalmente desatrelado da tecnologia; não serão trazidas soluções tecnológicas prontas para resolver problemas pontuais da cidade. Este trabalho é sobre cidades e pessoas, é sobre como as relações humanas podem alterar os locais de convívio, é sobre como o conhecimento popular pode transformar

espaços. É o que Carrillo (2006) aponta como uma das características do desenvolvimento baseado em conhecimento: a capacidade humana voltada para a evolução cultural, visando a correção de grandes desequilíbrios (tanto humanos quanto ambientais).

De acordo com a revisão de literatura, que será apresentada nas próximas seções, e como resumidamente demonstrada no Quadro 7 desta tese, os projetos de recuperação de centros históricos estudados não demonstram estar integrados às dimensões das cidades inteligentes (conforme será exposto na subseção 2.2.2), não têm mecanismos de incorporação dos usuários da cidade em todas as etapas do projeto (do planejamento à execução) e, além disso, não apresentam estruturas e ferramentas que viabilizem a continuidade das ações.

Aliado a esses fatores, verificou-se a partir da revisão integrativa que nada foi criado a partir das lacunas encontradas na literatura.

É a partir desse contexto que a derivação de metodologia WCHIS como forma de embasar um método para a recuperação de centros históricos com participação popular se justifica. Como metodologia, os *workshops* desenvolvidos pelo LabCHIS buscam analisar a cidade e integrar propostas que a beneficiem em todas as suas dimensões, e o faz por meio de construção coletiva, com representantes da sociedade civil.

Dessa forma, a união das soluções para as lacunas presentes na literatura com as características presentes no WCHIS representam o modelo que será proposto nesta tese.

1.3.1 Originalidade da Pesquisa

A originalidade da pesquisa surge a partir do reconhecimento de que a prática da utilização do termo cidade inteligente para definir uma cidade que deve também ser mais humana e sustentável é bastante incipiente. Assim como é primário ainda o uso de práticas que integrem as dimensões de CHIS para a construção e a ressignificação de espaços históricos.

Ademais, a coprodução de conhecimento voltada para as cidades pode ser considerada como um dos pilares da sociedade das cidades do conhecimento, definidas por Carrillo (2006), temática intrinsecamente ligada à cidade mais humana, inteligente e sustentável que se deseja construir.

De acordo com a revisão de literatura, que será exposta no Capítulo 3 desta tese, é possível perceber que existe uma lacuna de estudos científicos sobre a temática e que a abordagem das reestruturações urbanas propostas não traz a sociedade como protagonista.

Por fim, esta pesquisa demonstra sua originalidade e ineditismo ao se propor a estudar os centros históricos e a buscar preencher a lacuna de pesquisa existente na literatura e que não se encontra um método focado em recuperação desses espaços que atenda, de maneira satisfatória, aos interesses dos mais diversos entes da sociedade.

1.3.2 Contribuições

Este trabalho se propõe a realizar algo que a pesquisadora acredita ser a razão da existência de universidades públicas, tal como é a UFSC: devolver à sociedade um pouco do que ela investe e espera de nós, acadêmicos e pesquisadores. Portanto, academicamente falando, espera-se que este trabalho possa contribuir para que mais estudos direcionados à vida nas cidades sejam realizados e que os resultados sejam aplicados; espera-se que os estudos se tornem práticas, bem como possam influenciar políticas públicas voltadas para a construção de cidades mais humanas, inteligentes e sustentáveis.

Outrossim, busca-se aproximar a universidade da sociedade por meio do conhecimento e, nesse aspecto, pretende-se integrar o conhecimento acadêmico do conhecimento popular, de maneira que não existam fronteiras nem barreiras na busca por soluções inteligentes para a [so]ci[e]dade.

Espera-se que o método proposto neste trabalho possa contribuir para que mais centros históricos brasileiros sejam reestruturados e devolvidos à sociedade. Além disso, pretende-se também gerar um movimento ao contrário, isto é, que estudos como este alertem a sociedade civil e o poder público a refletirem sobre o que tem sido feito em sua cidade de forma a evitar a degradação dos espaços públicos.

1.4 ESCOPO DO TRABALHO

Este trabalho objetiva desenvolver uma derivação de uma metodologia existente, transformando-a em um modelo para a recuperação de centros históricos

com base no conceito CHIS. Para atingir o objetivo proposto, além de estudar uma metodologia existente e aplicada pelo LabCHIS, a pesquisadora pretende desenvolver um método nesta tese e avaliá-lo por meio de especialistas.

A ideia é que seja possível a generalização do método para demais cidades com espaços degradados. Cabe aqui ressaltar que este estudo não tem a pretensão de avaliar qualitativamente outras propostas que já foram realizadas, mesmo que elas apareçam na tese. A avaliação de outros estudos será feita única e exclusivamente com a finalidade de encontrar lacunas de pesquisa.

Além disso, esta tese não irá realizar qualquer tipo de análise morfológica do tecido urbano para aplicação de métodos de recuperação, uma vez que, muito provavelmente, esse tipo de análise e de diagnóstico cabe a áreas como arquitetura e urbanismo.

Um outro tipo de avaliação que esta tese não faz diz respeito aos instrumentos urbanísticos e financeiros. O método proposto é embasado na coprodução de propostas e diretrizes que, em um segundo momento, precisam ser traduzidas em instrumentos de política urbana pelos órgãos competentes.

Outra delimitação diz respeito ao termo *cidade inteligente*, que, para fins desta tese, não está relacionado apenas às tecnologias da informação e sim, tanto às características propostas para uma cidade dentro das oito dimensões de CHIS definidas por Costa (2020) quanto pelo conceito de que avanços socioeconômicos são possíveis tendo a tecnologia como um braço, de acordo com Silva e Muzzio (2025). Esses e os demais conceitos pertinentes serão explicitados na fundamentação teórica desta tese.

Ainda que a abordagem de cidade inteligente utilizada por esta tese apresente o conceito de *dimensões*, sendo o meio ambiente uma delas, o método proposto neste estudo não pretende ser um *framework* completo de planejamento ambiental, mas pode incorporar conteúdos ambientais definidos em outros planos (como os planos de resiliência climática etc.) a serem trazidos pelos atores técnicos às oficinas.

Utiliza-se o termo *usuário da cidade* para se referir a todos aqueles se utilizam da cidade, seja para morar, trabalhar ou visitar, uma vez que as melhorias nos espaços públicos impactam a vida de todos, não apenas daqueles que fazem da cidade o seu local de moradia.

Verifica-se na tese a predominância de estudos e experiências nacionais e latino-americanas que decorrem diretamente do desenho metodológico adotado, em

especial da opção pela realização de uma revisão integrativa da literatura. Para tal, foram definidos descritores e operadores booleanos específicos, apresentados na subseção 3.2.1.2, aplicados às bases de dados Scopus, SciELO, Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD/IBICT). A identificação e a seleção dos casos analisados resultaram exclusivamente dos registros recuperados a partir dessas bases, refletindo, portanto, o estado-da-arte conforme indexado nesses repositórios acadêmicos – a ausência de outros estudos pode significar um problema na indexação de trabalhos acadêmicos. Dessa forma, a maior incidência de experiências brasileiras e latino-americanas não constituiu uma escolha intencional de exclusão de contextos internacionais, mas sim uma consequência direta dos resultados empíricos retornados pelo procedimento metodológico empregado.

Cabe ainda salientar que o método proposto nesta tese não tem como objetivo operacionalizar ou aplicar diretamente atos normativos específicos, como a Recomendação da Unesco sobre a *Historic Urban Landscape* (HUL). Seu propósito é estabelecer um diálogo conceitual e metodológico com esses marcos (dispostos na seção 2.3), apropriando-se criticamente de seus princípios orientadores para subsidiar a construção de um método próprio de recuperação de centros históricos com participação social. Dessa forma, o método se apresenta como uma ferramenta flexível, passível de adaptação a diferentes contextos urbanos, institucionais e socioculturais.

Ressalta-se, por fim, que esta tese tem como finalidade contribuir para a melhoria dos espaços públicos, de forma que sejam pensados pelas pessoas e para as pessoas, por meio do alinhamento dos conhecimentos da academia e da sociedade. Não havendo, portanto, quaisquer iniciativas políticas.

1.5 ADERÊNCIA AO PPGEHC

Nesta seção, demonstra-se como esta pesquisa está pautada nos princípios basilares do Programa de Pós-Graduação em Engenharia, Gestão e Mídia do Conhecimento (PPGEHC).

São três as áreas de concentração que compõem o PPGEHC, o qual forma mestres e doutores voltados para a produção de conhecimento para a sociedade em Engenharia do Conhecimento (EC), Gestão do Conhecimento (GC) ou Mídia do

Conhecimento (MC). O programa tem em suas três áreas o conhecimento como objeto de pesquisa, o qual é tratado da seguinte forma dentro de cada uma delas:

- a) Engenharia: área em que o conhecimento é emulado, modelado, codificado e formalizado;
- b) Gestão: o conhecimento é planejado e alinhado ao coletivo, além de passar por processos de avaliação, criação e inovação, retenção e descarte; e
- c) Mídia: área do programa voltada para a socialização do conhecimento.

Uma vez que o objetivo do programa é tratar o conhecimento de maneira interdisciplinar, as áreas não são hierárquicas, tampouco atuam de maneira isolada; são complementares e colaborativas.

1.5.1 Identidade

Esta tese pertence à área de Gestão do Conhecimento, na qual o conhecimento é definido como "[...] processo e produto efetivado na relação entre pessoas e agentes não humanos para a geração de valor" (PPGEGC, 2023).

A partir da área principal de pós-graduação do PPGEGC, subdividem-se outras três, as chamadas linhas de pesquisa. A GC conta com as seguintes subáreas:

- a) Teoria e Prática em Gestão do Conhecimento;
- b) Gestão do Conhecimento Organizacional; e
- c) Empreendedorismo, Inovação e Sustentabilidade

O estudo que está sendo delineado por esta tese é da última linha de pesquisa mencionada e, portanto, além de buscar promover o empreendedorismo e a sustentabilidade por meio do conhecimento, "[...] propõe estudos nos quais os processos de criação e aplicação do conhecimento são determinantes para a implantação das mudanças exigidas pela economia do conhecimento" (PPGEGC, 2023).

Sob esse contexto, é possível afirmar que esta tese, que busca desenvolver uma metodologia em coprodução com atores locais para a reestruturação de centros históricos degradados, realizada na área de Gestão do Conhecimento, na linha de pesquisa Empreendedorismo, Inovação e Sustentabilidade, vai se utilizar do conhecimento por meio de estudos teóricos e práticos, além de socializá-lo e aplicá-

lo de maneira estratégica, como forma de implementar soluções inteligentes para os problemas identificados.

Esta tese lida com dois conceitos fundamentais, um deles diz respeito ao conceito de Cidades mais Humanas, Inteligentes e Sustentáveis (CHIS). Ainda que na literatura exista a compreensão de cidades inteligentes (*smart cities*) como cidades em que há uso massivo de soluções tecnológicas da informação (TI) interconectadas, ou até mesmo como um distrito de TI, como informam Giffinger *et al.* (2007), este estudo aborda um outro conceito, ainda em fase de disseminação, no qual as cidades inteligentes são aquelas capazes de aproveitarem os seus recursos em prol dos cidadãos e, como causa ou consequência disso, incentivam que sejam engajados em prol de mudanças. Segundo Salermo (2015), esta é uma abordagem pautada na sociedade do conhecimento.

Ardito *et al.* (2019) ressaltam ainda a relevância que as universidades têm na construção de projetos para cidades inteligentes, uma vez que representam uma entidade atuante na avaliação, transferência e aplicação de conhecimento.

Outro conceito abordado pela tese é a coprodução. Originalmente, o termo foi usado para referir-se às relações entre entes públicos (governo e suas instâncias) e sociedade, conforme aponta Ostrom (1996), um dos responsáveis pela definição do termo, ao perceber que um serviço seria mais bem produzido se contasse com a participação daqueles que irão recebê-lo. Este estudo se utiliza do que Armitage *et al.* (2011, p. 996, tradução própria) definem como coprodução do conhecimento, isto é, um "[...] processo colaborativo de trazer uma pluralidade de fontes e de tipos de conhecimento para resolver um problema definido e construir uma compreensão integrada ou orientada a sistemas desse problema".

Corroborando com o conceito e apresentando o termo coprodução de conhecimento como cocriação de conhecimento, Urquhart *et al.* (2014) trazem uma abordagem para ambos os temas que está diretamente relacionada ao propósito do PPGEHC, uma vez que afirmam que esse tipo de coprodução envolve investigações multi, inter e transdisciplinares, reunindo contribuições socialmente diversas no processo de construção do conhecimento.

Diante desse cenário, é possível perceber que esta tese adere aos conceitos basilares do PPGEHC e contribui para que o conhecimento seja compartilhado e socializado na sociedade.

1.5.2 Referências Factuais

Com o intuito de pesquisar por trabalhos com a temática semelhante àquela que se propõe neste estudo, foram realizadas consultas ao banco de teses e dissertações (BTD) do PPGEHC.

Foram realizadas buscas utilizando as palavras CHIS, Coprodução, Cidades mais Humanas, Inteligentes e Sustentáveis e Cidades Inteligentes. A partir dos resultados apresentados, as teses e dissertações foram analisadas, de maneira a verificar quais delas abordavam os temas trazidos nesta tese.

No Quadro 1 são apresentadas as teses e as dissertações do BTD do PPGEHC, com autor do trabalho, título, ano, nível (sendo D para dissertação e T para tese) e tema – conforme a sistemática explicada acima.

Quadro 1 – Trabalhos do PPGEHC relacionadas à temática da tese

	Autor	Título	Ano	Nível	Tema
1	Schreiner, Tatiana	DESATA: <i>framework</i> de apoio a soluções coproduzidas para o desenvolvimento sustentável	2025	T	Coprodução/ Cidades Inteligentes
2	Arruda, Rivaldo de Almeida	Desenvolvimento da criatividade: dinâmicas ágeis e ativas à luz da neoaprendizagem	2025	D	Coprodução
3	Nunes, Carlos Francisco Oliveira	Framework da Governança Multinível do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) – Brasil	2025	T	Coprodução
4	Bresolin, Graziela Grando	Autoavaliação da maturidade de competências do neoprofessor: uma ferramenta para a transformação da educação superior à luz da neoaprendizagem	2025	T	Coprodução
5	Castro, Francisco Xavier Medeiros de	Atuação interorganizacional de segurança pública na tríplice fronteira Brasil-Guiana Venezuela: um estudo de caso sobre a força integrada de combate ao crime organizado no estado de Roraima à luz da governança multinível	2025	D	Coprodução
6	Collere, Vanessa de Oliveira	<i>Framework</i> conceitual para a curricularização da extensão	2024	T	Coprodução
7	Vazquez, Alice de Amorim Borges	Modelo de governança de um ecossistema de <i>commons</i> de conhecimento na prevenção de desastres socioambientais	2024	T	Coprodução
8	Neves, Marta Silva	Diretrizes e método para o desenvolvimento organizacional	2024	T	Coprodução

	Autor	Título	Ano	Nível	Tema
		sustentável (DOS), com base na equidade de stakeholders			
9	Berlim, Thiago Luiz	<i>Envisioning cities</i> : incorporando o uso de cenários futuros para o planejamento de cidades mais humanas, inteligentes e sustentáveis	2024	D	Cidades Inteligentes
10	Reichert, Jennifer Ribas	A cidade pós-pandêmica: percepções de moradores de Florianópolis e implicações para uma cidade mais humana, inteligente e sustentável	2024	D	Cidades Inteligentes
11	Malischeski, Karyne	Colaboração e inovação no setor público: diretrizes aos i-Labs	2023	D	Coprodução
12	Martins, Gisely Jussyla Tonello	<i>Framework</i> para a comunicação como ponte entre stakeholders da governança multinível de cidades inteligentes	2023	T	Coprodução / Cidades Inteligentes
13	Pereira, Ricardo	PlatforMass: modelo conceitual para personalização em massa na Indústria 5.0, baseado em plataforma	2023	T	Coprodução
14	Prado, Gladys Milena Berns Carvalho do	Modelo EEHT: apoio ao funcionamento de equipes emergentes heterogêneas temporárias em eventos de coprodução de curta duração	2022	T	Coprodução
15	Moreira, Fernanda Kempner	Governança multinível: um <i>framework</i> para a governança da segurança pública brasileira à luz do paradigma das redes organizacionais	2022	T	Coprodução
16	Crescencio, Márcio	Modelo de uma rede colaborativa suportada por plataforma digital no domínio do turismo em Patrimônio Mundial Cultural e Natural	2022	T	Coprodução
17	Boiani, Estela da Silva	Formalização da aplicação da metodologia WCHIS no 9º Workshop de Cidades mais Humanas, Inteligentes e Sustentáveis: estudo de caso na Fazenda Experimental da Ressacada da UFSC – Florianópolis/SC	2021	D	CHIS
18	Santos, Vanessa dos	Coprodução do conhecimento na formulação de políticas públicas	2021	T	Coprodução
19	Marques, Maria Angélica Jung	<i>Framework</i> conceitual do potencial de coprodução de inovação em ecossistemas de inovação	2020	T	Coprodução
20	Salm, Vanessa Marie	A contribuição do ciclo do conhecimento para o desenvolvimento das redes de coprodução dos serviços públicos em meio ambiente	2020	T	Coprodução
21	Muniz, Emerson Cleister Lima	Gestão do conhecimento do cliente e destinos turísticos inteligentes: um <i>framework</i> para a gestão inteligente da experiência turística – SMARTUR	2020	T	Cidades Inteligentes

	Autor	Título	Ano	Nível	Tema
22	Schneider, Viviane	A coerência dos símbolos que unem agentes em contextos sociotécnicos de coprodução	2019	T	Coprodução
23	Garbuio, Maria Emília Martins da Silva	Espaços públicos humanizados e sustentáveis: cocriação e consolidação de um <i>framework</i> para cidades costeiras turísticas, sob a perspectiva do <i>European Smart Cities Model</i>	2019	T	Cidades mais Humanas, Inteligentes e Sustentáveis
24	Cunha, Rodrigo Rafael	<i>Rankings</i> e indicadores para <i>smart cities</i> : uma proposta de cidades inteligentes autopoieticas	2019	D	Cidades Inteligentes
25	Nascimento, Everton Ricardo do	<i>Metaframework</i> de coprodução em ambientes complexos para a geração de insumos estratégicos	2018	T	Coprodução
26	Rotta, Maurício José Ribeiro	As plataformas de governo eletrônico e seu potencial para a promoção dos princípios dos <i>commons</i> : o caso dos municípios brasileiros	2018	T	Coprodução
27	Teodoroski, Rita de Cassia Clark	Recursos educacionais abertos (REA) no Brasil: construção de um modelo ecossistema de REA	2018	T	Coprodução
28	Eleutheriou, Vanessa Cardoso Santos	Identidade e pertencimento em cidades humanas inteligentes: o caso de Santa Maria/RS	2017	D	CHIS
29	Pimenta, Rosângela Borges	Análise de maturidade da coprodução de conhecimento transdisciplinar: um estudo de caso em uma rede agroecológica	2017	T	Coprodução
30	Anderle, Daniel Fernando	Modelo de conhecimento para representação semântica de <i>smart cities</i> com foco nas pessoas	2017	T	Cidades Inteligentes
31	Flor, Carla da Silva	Recomendações para a criação de pistas proximais de navegação em websites voltadas para surdos pré-linguísticos	2016	T	Coprodução
32	Abreu, Ana Cláudia Donner	Capacidade de absorção de conhecimentos na administração pública	2016	T	Coprodução
33	Depiné, Ágatha Cristine	Fatores de atração e retenção da classe criativa: o potencial de Florianópolis como cidade humana inteligente	2016	D	Cidades Inteligentes
34	Klein, Vinicius Barreto	Uma proposta de modelo conceitual para uso de Big Data e Open data para <i>Smart Cities</i>	2015	D	Cidades Inteligentes
35	Franzoni, Christine Benciveni	Apropriação do conhecimento comunitário no processo de	2012	D	Coprodução

	Autor	Título	Ano	Nível	Tema
		elaboração de planos diretores participativos			

Fonte: Elaborado pela autora desta tese com base no banco de dados do PPGEHC (2023)

A partir da análise dos trabalhos realizados no PPGEHC, é possível verificar uma predominância de pesquisas relacionadas à coprodução, articulada às mais diversas áreas, como governança, inovação, sustentabilidade e políticas públicas.

Há também estudos que exploram diretamente o conceito de cidades inteligentes, demonstrando um esforço contínuo em buscas por soluções sustentáveis para a cidade com o suporte da tecnologia.

Constata-se a existência de uma diversidade temática utilizando-se os termos *coprodução* e *cidades inteligentes*, mas, ainda assim, existe uma lacuna específica sobre a aplicação desses conceitos aos centros históricos. Essa ausência reforça a originalidade e a contribuição da presente tese, que propõe um método centrado nas pessoas, voltado para a recuperação e revitalização desses espaços a partir da cocriação cidadã mediada por tecnologia e conhecimento.

Por fim, conclui-se a partir da análise do Quadro 1 que esta tese está adequada e adere ao programa, tais quais os trabalhos listados, e que o Método a ser apresentado representa um avanço conceitual e metodológico dentro da linha de pesquisa do PPGEHC, ao integrar dimensões sociais, históricas e tecnológicas em um modelo participativo, capaz de promover o desenvolvimento urbano sustentável e inclusivo.

1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO

Esta tese está organizada em seis seções, desde a introdução, que contextualiza o problema de pesquisa, até a avaliação e as contribuições do artefato nela produzido.

A seção introdutória apresenta os fundamentos teóricos e contextuais que justificam a proposição do artefato. Além disso, tem-se a delimitação do problema de pesquisa e os objetivos a serem alcançados, a justificativa para a realização do estudo e o seu enquadramento no âmbito do PPGEHC.

A segunda seção, dedicada à fundamentação teórica, explora os conceitos que embasam o estudo. Propõe uma leitura histórica linear da formação das cidades,

desde o Período Neolítico até a Cidade Contemporânea, articulando os fatores sociais, econômicos e culturais que moldaram o espaço urbano, de maneira a contextualizar o surgimento de cidades inteligentes como resposta às contradições da urbanização contemporânea. Há também um aprofundamento sobre os modelos de *smart cities* e a sua evolução conceitual.

Os centros históricos são apresentados nesta mesma seção, como herança da evolução pela qual as cidades passaram, além disso, a seção percorre a evolução das políticas internacionais de preservação. É apresentado também o conceito de coprodução e sua aplicação como chave de integração entre sustentabilidade, patrimônio e governança participativa. Por fim, a segunda seção se encerra com a análise da metodologia WCHIS como uma iniciativa de coprodução voltada para a busca por soluções para os problemas urbanos.

Na terceira seção, são apresentados os procedimentos metodológicos que conduzem esta pesquisa, incluindo a descrição detalhada das etapas da *Design Science Research* (DSR).

A quarta seção é destinada ao desenvolvimento do artefato, conforme descrito em uma das etapas da DSR.

Na quinta seção, são abordadas a apresentação e a avaliação do Método CENTRO, artefato proposto pela tese. Destaca-se a opinião dos especialistas sobre sua aplicabilidade, utilidade e eficiência, e possíveis desafios a serem enfrentados.

A sexta e última seção traz as conclusões da pesquisa, sintetizando os achados, as contribuições teóricas, acadêmicas e sociais, discutindo as limitações da pesquisa e indicando sugestões e possíveis caminhos a serem seguidos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os tópicos elencados dentro da fundamentação teórica têm como objetivo caracterizar o ambiente de estudo e fornecer base para a discussão a respeito das propostas que se pretende apresentar mais à frente.

A revisão de literatura inicia com uma breve análise sobre a evolução das cidades, começando desde o período Neolítico, quando as primeiras comunidades sedentárias começaram a se formar, até os desafios enfrentados pelas cidades contemporâneas, como o crescimento desordenado e a falta de planejamento. O capítulo segue com a exploração do conceito de *cidades inteligentes*, um modelo urbano que surge como resposta aos problemas das cidades tradicionais, integrando inovações tecnológicas para melhorar a qualidade de vida e promover a sustentabilidade. Além disso, aborda-se a relação entre as cidades inteligentes e a noção de *centros históricos*, discutindo como a preservação e a revitalização desses espaços urbanos podem ser conciliadas com os avanços tecnológicos e os novos modelos de urbanização.

A revisão de literatura também aprofunda a discussão sobre a coprodução nas cidades, um conceito que envolve a participação ativa dos cidadãos na criação e na implementação de soluções urbanas. O leitor pode encontrar uma análise crítica das diferentes dimensões que tornam as cidades mais humanas, inteligentes e sustentáveis, destacando a importância de criar ambientes urbanos que atendam às necessidades sociais, ambientais e econômicas de forma integrada. Esse conteúdo prepara o terreno para uma reflexão sobre como os modelos urbanos do futuro podem equilibrar inovação e qualidade de vida, respeitando a herança cultural e histórica das cidades.

2.1 A EVOLUÇÃO DAS CIDADES

As cidades como são conhecidas são frutos de longos processos históricos. Desde os tempos feudais, passando pela sociedade mercantilista até chegar ao patamar em que as cidades se encontram atualmente, o desenvolvimento urbano girou em torno das necessidades dos seres que habitavam as cidades e de sua capacidade em valorar seus meios de produção.

A cidade pode ser estudada como um objeto normal da investigação histórica, nem privilegiado nem ligado de modo especial ao chamado espírito de uma época. Como uma construção histórica variável no tempo, às vezes em uníssono com os outros fatos, às vezes em antecipação, outras vezes em atraso, segundo modalidades sempre variáveis (Benevolo, 2009, p. 28).

Compreender como se chegou ao estado contemporâneo passa pelo conhecimento histórico de como se deu a criação dos centros urbanos.

2.1.1 Período Neolítico

É a partir do período neolítico que se pode afirmar que o conceito mais primitivo de cidade iniciou, uma vez que o homem pré-histórico era nômade, sobrevivia pela caça e pesca. Quando o homem passa a cultivar a agricultura, domesticar animais e viver em aldeias, ele começa a tornar-se sedentário, deixando de ser nômade (Costa; Silva; Rodrigues, 2013). As aldeias, segundo Sposito (2008), diferenciam-se das cidades por ter baixa complexidade de formação, nela não existe divisão complexa de trabalho – a não ser pelo sexo, idade e força. Sjoberg (1977, p. 38) conceitua a cidade como "[...] uma comunidade de dimensões e densidade populacional consideráveis, abrangendo uma variedade de especialistas não-agrícolas, nela incluída a elite culta".

A história afirma que as primeiras cidades surgiram na região da Mesopotâmia, área em que se encontravam os rios Tigre e Eufrates. Ainda na antiguidade, mais cidades se formaram à beira de rios como o Nilo, o Indo e o Amarelo, o que, na visão de Sposito (2008), indica que as primeiras civilizações surgiram a partir de determinação natural das condições ambientais, uma vez que a humanidade não estava tecnicamente desenvolvida para lidar com a forma com que tais condições se impunham, precisando, portanto, resignar-se ao que era a ela disposto. Segundo a autora, por volta de 2.500 a.C., essas cidades mesopotâmicas começaram a formar Estados independentes.

A região do Crescente Fértil (compreende Iraque, Síria, Líbano, Jordânia, Israel e norte do Egito), destaca Mark (2018b), é o berço de civilizações que deixaram como legado técnicas agrícolas, domesticação de animais, religião, e, entre outros, o conceito de tempo e a fabricação de cerveja. Vale ressaltar, entretanto, que a região da América Central também deixou um legado referente à escrita e aos estudos matemáticos e astronômicos o que, segundo Sjoberg (1977), caracterizaria os maias como uma civilização urbana.

Apesar de ainda não serem as cidades conforme o conceito moderno, a transição do nomadismo para a agricultura por meio dos assentamentos permanentes, deu início à formação de civilizações mais complexas. Nesse momento da história, ainda não há menção do conceito de cidade, tampouco de centralidade.

2.1.2 As Cidades dos Impérios

Na região da América, estima-se que os primeiros assentamentos Incas no Vale do Cusco surgiram por volta de 4.500 a.C. O Império Inca foi se estendendo pela América andina, chegando ao planalto da Argentina e sul da Colômbia (Cartwright, 2014). Sposito (2008) resalta uma característica particular das primeiras cidades, tanto as surgidas na região mesopotâmica, quanto aquelas formadas pelos primeiros habitantes da América pré-colombiana, eram constituídas por um papel político e religioso de seus líderes.

Cartwright (2014) destaca a organização do Império Inca, no qual o governo era baseado em unidades departamentais, rigorosamente formadas, sobretudo, pelo grau de nobreza. Eram aos nobres, inclusive, que cabiam as funções político, religiosas e militares mais importantes do império. Em sua obra, Sjöberg (1977, p. 40) menciona o desenvolvimento de grandes comunidades urbanas na América Central, especialmente pelos maias e pelos astecas, "Em Tical, cidade maia na Guatemala, aproximadamente 3.000 construções foram localizadas em uma área de 6,2 milhas quadradas; apenas 10% dessas construções são centros cerimoniais e, talvez 60% tenham sido residenciais". O autor destaca que, diferentemente do que ocorrera entre maias e astecas, na América Andina, não se pode considerar os Incas como urbanos, uma vez que não eram detentores de símbolos que representassem sua comunicação, ou seja, não deixaram a escrita como legado histórico.

Embora os incas tivessem conseguido grandes triunfos militares e arquitetônicos, e, aparentemente, estivessem na iminência de atingir uma ordem civilizada, eles ainda eram, na época da conquista europeia, quase-urbanos, muito semelhantes à gente africana de Dahomey, Ashanti e Iorubá (Sjöberg, 1977, p. 42).

O crescimento das civilizações e das cidades propiciou o surgimento de grandes impérios, assim como o Inca, que, conforme analisa Sposito (2008), são de importante análise para a compreensão da urbanização por três aspectos essenciais: o aumento do número de cidades, pela ampliação (o Império Romano, por exemplo,

espalhou-se pela Europa) e pela consequente necessidade de divisão do trabalho e transformação complexa do pensamento e organização política.

Embora antes da constituição dos impérios, existissem transações comerciais entre sociedades politicamente independentes, é só a partir do momento em que a rede urbana está politicamente integrada, que o relacionamento entre as cidades vai aumentar (Sposito, 2008, p. 20).

Nesse sentido, a autora destaca que os impérios, em particular o romano, são importantes à medida que fazem com que o processo de urbanização seja espontâneo, ainda que, por vezes, vire fruto de conquistas militares. Sobre o tema, Mark (2018a) aponta que em seu auge – por volta de 117 d.C. – o Império Romano tornou-se notório como estrutura política e social do ocidente – a maior. Em determinado momento, chegou a proporções tão extensas que foi dividido Em Império Ocidental e Império Oriental.

Sposito (2008) aponta Roma (Itália) como um local de construções importantes para o uso público e demonstração política de poder, como templos, fóruns, capitólio etc. Além disso, o Império Romano deixou um legado para a humanidade, desde aspectos ligados à construção (de estradas, edifícios e aquedutos) até a criação de leis e facilidades que são utilizadas até hoje, conforme destaca Mark (2014a), Roma legalizou a devolução de compras defeituosas ou indesejadas, difundiu a ação de tomar empréstimos e aprimorou o sistema postal criado pelos persas.

A análise do Império Romano é importante para a compreensão da formação das cidades e evolução da sociedade, tendo um padrão muito próximo ao que se conhece até os dias atuais. De acordo com Carlan (2010), as cidades eram compostas de módulos iguais, separados por ruas que também seguiam todas o mesmo padrão, com exceção da rua que vai de norte a sul e que segue de leste a oeste, ambas tendo como características a formação mais largas, além disso, ao seu final, são as únicas que possuem portas com muralhas. O cruzamento dessas ruas dá a ideia de uma das primeiras centralidades, uma vez que aí se localizavam, como destaca Carlan (2010), o fórum e o mercado.

Se no período neolítico as cidades eram comunidades pequenas e relativamente simples, as cidades dos impérios eram centros complexos de poder, cultura e economia, refletindo avanços significativos na organização social e na administração. As cidades imperiais passaram a contar com divisões, tanto de ruas

quanto de classes sociais, e o desenvolvimento econômico passou a pautar o tipo de atividade a ser desenvolvida, passando da agricultura para o comércio.

2.1.3 A Idade Média e as Cidades Feudais

Um episódio marcante na história repercutiu na urbanização das cidades: a queda do Império Romano, como relata Sposito (2008), fez com que houvesse declínio na urbanização e, inclusive, que algumas das cidades menores do império desaparecessem, tendo em vista a desestruturação da hegemonia do poder político exercido pelo império.

A humanidade chega então à Idade Média, cuja principal marca é a queda do Império Romano (século V) com uma ideia estruturada a respeito de cidades e de vida em sociedade, após um longo período de urbanização e de consolidação de impérios.

A queda do Império Romano e a expansão islâmica, que ocasionou a interrupção de comércio entre os cristãos no Mediterrâneo, segundo Sposito (2008), acentuou os problemas nas cidades, uma vez que colocou fim às atividades comerciais, trazendo à Europa Ocidental a forma de economia primária: a agricultura e o modo de produção feudal. Modo este que fazia dos proprietários de terra os senhores e, aqueles que em suas terras cultivavam, seus vassalos (Cartwright, 2018a).

O autor segue seu pensamento da condição do feudalismo refletindo sobre a origem da palavra e em como ela se relaciona com o que, de fato, essa atividade significou para o período da história. Do latim *feudalis* + *feodum*, o feudalismo é uma relação entre vassalo e senhor, em que este propõe àquele segurança (militar, ou não) em troca do trabalho daquele em suas terras, ou seja, o pagamento de honorários (*feudalis*) pela terra, feudo (*feodum*).

A respeito das relações políticas à época, Sposito (2008) afirma que o poder político ficou concentrado nas mãos dos senhores feudais, e a figura de um rei como chefe de Estado perdeu relevância. A autora destaca ainda o papel da Igreja na relação de subserviência dos vassalos ao modo de produção, uma vez que defendia a pobreza e a terra como dádivas divinas. Huberman (2010) caracteriza a sociedade feudal em três classes: a dos sacerdotes, a dos guerreiros e a dos trabalhadores (estes últimos trabalhando para as outras classes).

O clero e a nobreza constituíam as classes governantes. Controlavam a terra e o poder que delas provinha. A Igreja presta ajuda espiritual, enquanto a nobreza, proteção militar. Em troca, exigiam pagamento das classes trabalhadoras, sob a forma de cultivo das terras (Huberman, 2010, p. 44).

Naquele momento, uma das principais características da sociedade medieval era a criação de grupos de comunidades. As guildas, segundo Cartwright (2018b), eram formadas por artesãos e comerciantes que buscavam proteção mútua, já as cidades episcopais, relata Sposito (2008), eram centros de administração da igreja, os quais se mantinham com base em tributos recolhidos dos latifúndios pertencentes aos bispos e abades. Já os burgos eram terras fortificadas – fora do espaço do feudo – que abrigavam os senhores feudais e seus servos.

Para Sposito (2008), uma vez que o papel político e econômico desses modelos era pouco relevante, não é possível considerar que haja um caráter urbanístico em suas constituições. Além disso, destaca a autora, com algumas exceções, os locais não serviam de moradia, eram criados com finalidades específicas e utilizados em seu próprio fim.

Foram esses modelos que a autora chama de aglomerados, no entanto, que deram origem às primeiras cidades mercantis. Cartwright (2018b) cita o papel do uso das moedas no enfraquecimento do sistema feudal, o qual já estava se desgastando em sua relação senhores e seus vassalos. Revoltas sociais, guerras e pestes também contribuíram para que o feudalismo entrasse em decadência, menciona o autor, tendo em vista que uma parcela da população foi dizimada, sobrou muita terra para poucos trabalhadores.

A decadência do Império Romano impôs que as cidades se protegessem de ataques bárbaros por meio de muralhas, o que deu a elas características marcantes para a época, mas que não se perpetuaram. Segundo Pirenne (1977), as cidades eram habitualmente de forma arredondada, cercadas por muralhas e rodeadas por um fosso e, para dar mais força contra possíveis ataques, em seu centro, existia uma torre, nada mais eram que praças fortes e sedes da administração.

Enquanto na época dos impérios as civilizações foram marcadas por muita centralização, infraestrutura urbana avançada e vastos sistemas comerciais e culturais, na Idade Média, especialmente na Alta Idade Média, houve maior descentralização, retrocesso urbano e cultural, com o foco mudando para o campo e as estruturas feudais.

2.1.4 As Cidades Mercantis

Se, em um primeiro momento, a riqueza seria gerada pela terra, privilegiando a classe produtiva – mas, muito mais os detentores da terra –, e fazendo a economia circular por meio dos excedentes pecuários e agrícolas, a era mercantilista trouxe a ideia de acumulação de metais por parte das nações, de forma que, conforme destacam Corrêa, Silveira e Kist (2019), seriam mais ricas aquelas com maior capacidade de gerar ou de se apropriar dos metais preciosos.

Hamada (2019, p. 10) menciona que a cidade feudal se tornou mercantilista

[...] devido ao processo histórico dentro da sua própria formação, onde as relações de mercado e expansão territorial na sociedade mercantilista do século XV ao XVIII proporcionaram a formação de colônias em toda a rede de interação da metrópole – colônia.

Outro fator importante para o crescimento e fortalecimento do mercantilismo foi, segundo Sposito (2008), a reabertura dos portos europeus, que eram controlados pelos árabes. A rota do Mediterrâneo, de acordo com Huberman (2010), voltou a ser uma rota de comércio entre o Oriente e o Ocidente como uma das consequências das Cruzadas – movimento que, segundo o autor, despertou a Europa de seu sono feudal.

Sobre a passagem de uma era para a outra (do feudalismo ao capitalismo), bem como sobre a utilização dos termos *burguesia* e *capitalismo*, Vilar (1999) alerta para o emprego correto dos termos, sobretudo do *capitalismo*, o qual deve ser utilizado quando relacionado à sociedade moderna, uma vez que é nela em que o trabalho assalariado passa a existir.

Falar de "capitalismo" antigo ou medieval, porque existiam financistas em Roma e mercadores em Veneza, é um abuso de linguagem. Esses personagens jamais dominaram a produção social de sua época, assegurada em Roma pelos escravos e na Idade Média pelos camponeses, sob diversos estatutos da servidão (Vilar, 1999, p. 38).

A respeito da cidade mercantilista, Hamada (2019) segue afirmando que, a partir desse momento, o burguês da idade média tornou-se o capitalista, detentor dos meios de produção. O fortalecimento dessa nova classe social permitiu, conforme afirma Sposito (2008), que se amadurecesse também o pensamento econômico, uma vez que a produção poderia ser utilizada não mais apenas para satisfazer às necessidades básicas, mas visando o lucro e a acumulação de bens.

Corrêa, Silveira e Kist (2019) afirmam que a evolução e o surgimento de pensamentos voltados para a economia política trouxeram a ideia de que a riqueza é gerada pelo aumento da produtividade, o que, em um segundo momento, vai propiciar

que os excedentes de produção se transformem em remuneração para os trabalhadores, permitindo, assim, que exista o poder de consumo, e a economia siga girando, agora não mais pela exploração da terra ou pela acumulação de metais, e sim pela produção e aquisição de bens de consumo e de serviços.

O desenvolvimento econômico permitiu que as necessidades básicas fossem supridas e os seres humanos pudessem se desenvolver como sociedade. É comum, portanto, que crescimento e desenvolvimento sejam tratados como sinônimos, sobretudo na área econômica. Com relação ao tema, Huberman (2010, p. 60) destaca que "[...] um dos efeitos mais importantes do aumento do comércio foi o crescimento das cidades".

A reabertura dos portos para a comercialização e a necessidade de expandir os negócios como forma de desenvolver o capitalismo, como destaca Sposito (2008), impulsionou as grandes navegações, gerando a expansão colonial e a criação de novos monopólios. Portanto, a urbanização chegou também às colônias. Huberman (2010) destaca, ainda, que a expansão do comércio fez surgir cidades onde antes apenas duas ruas se encontravam, ou ainda em locais que antes poderiam parecer inapropriados, como em uma encosta ou desembocadura de um rio.

Sposito (2008) apresenta duas consequências importantes sobre o desenvolvimento das atividades capitalistas nas cidades: uma diz respeito ao incentivo político, artístico e cultural gerado pelo dinheiro, o que culminou no Renascentismo, por exemplo; outro, refere-se à divisão do trabalho, uma vez que as pequenas produções artesanais se tornaram manufaturas.

Da produção manufatureira, originou-se o sistema fabril e, a partir daí, a maquinofatura. Tal qual a mão de obra, foram aprimorados também os instrumentos de trabalho, por conseguinte, as máquinas (até este momento movidas à base de força humana), destaca Sposito (2008), tornaram-se mais custosas, privilegiando, portanto, aqueles que detinham mais capital e poderiam investir recursos em aquisição e melhorias para a produção.

Pirenne (1977) afirma que não existe cidade sem comércio ou indústria, é fundamental a importação para o reabastecimento e a exportação que irá compensá-la. Esses movimentos garantem a manutenção da vida da cidade.

O renascimento comercial ocorrido nesse momento da história propiciou que as cidades voltassem a crescer e a se espalhar. Segundo Pirenne (1977), os aglomerados mercantis foram crescendo e tomando grandes proporções, atraindo

novos habitantes para ocupá-los. Esse movimento, destaca o autor, influenciou inclusive as construções religiosas, uma vez que foi necessário criar paróquias para atender aos fiéis.

Enquanto na Alta Idade Média as cidades eram pequenas, focadas na subsistência e na proteção, no período do mercantilismo, as cidades se tornaram centros dinâmicos de comércio e manufatura, com o crescimento da burguesia e do capitalismo comercial. Esse processo propiciou o surgimento e empoderamento de novas classes sociais, especialmente a burguesia enriquecida. Ademais, o renascimento mercantil promoveu o desenvolvimento das grandes cidades modernas e a expansão global do comércio.

2.1.5 Revolução Industrial e a Ressignificação das Cidades

O aprimoramento das ferramentas e a associação, conforme ressalta Huberman (2010), das máquinas à força do vapor propiciaram o aumento da produção fabril, que passou a ocorrer em grande escala, e, a partir daí, chega-se ao período que se conhece por Revolução Industrial. Sposito (2008), no entanto, diz que, ao contrário do que é amplamente difundido, a revolução não ocorreu devido à criação da máquina a vapor, dos teares mecânicos, da locomotiva e da estrada de ferro, e sim que essas criações são fruto do processo de transformação pelo qual a indústria estava passando. "Era possível ter fábricas sem máquinas, mas não era possível ter máquinas a vapor sem fábricas" (Huberman, 2010, p. 239).

A respeito do desenvolvimento das cidades e da urbanização – e sobre este último item, Sposito (2008) informa que se deve considerar o aumento da população que vive em cidades – nem todas aquelas que surgiram devido ao período expansionista tiveram a mesma importância e o mesmo crescimento, ainda que, como prossegue a autora, tome-se por verdade homogênea a expressão "urbanização europeia".

De acordo com Huberman (2010), sobre o tema, o maior crescimento populacional foi visto na Inglaterra, no entanto, não é possível afirmar – segundo ele – se essa ampliação se deu pelo aumento da natalidade ou pela queda da mortalidade, e esta última se justifica, entre alguns fatores, por uma revolução também agrícola, a qual aprimorou as técnicas de cultivo. Sposito (2008), entretanto, afirma que a urbanização ocorreu mais pela migração do campo para a cidade que pela

queda da mortalidade, uma vez que a taxa de natalidade diminuiu lentamente após a Revolução Industrial e de maneira desigual nos países europeus, como observa Santos (2012).

O autor destaca ainda que, no começo da urbanização moderna, as taxas de mortalidade eram mais elevadas nos países desenvolvidos do que aquelas registradas nos subdesenvolvidos – tanto a mortalidade geral, quanto a infantil, o que se deve às epidemias e à fome dos centros urbanos europeus. Santos (2012) afirma que os países subdesenvolvidos do século XX se beneficiaram de avanços sanitários, dos transportes e da comunicação, o que não era percebido nos países europeus, devastados demograficamente por problemas alimentares e higiênicos no século anterior, por exemplo.

Segundo Huberman (2010), todos esses fatores, urbanização, revolução industrial e agrícola, propiciaram a revolução nos transportes, uma vez que era necessário ter formas mais rápidas de escoar a produção. Portanto, uma vez que "[...] transporte barato, rápido e regular era necessário [...]" (Huberman, 2010, p. 242), deu-se início às melhorias de construção de estradas, aprofundamento de rios e abertura de canais.

As cidades da Revolução Industrial se caracterizavam pelo crescimento rápido e desordenado, condições de vida precárias para a classe trabalhadora e novas dinâmicas econômicas e sociais. Esse período marcou o início da urbanização moderna, apesar dos desafios de saúde pública e desigualdade social. As cidades cresceram rapidamente devido ao êxodo rural, e os pequenos bairros foram se formando perto das fábricas, onde muitas pessoas passaram a morar depois de terem migrado do campo.

2.1.6 A Cidade Contemporânea

Se, por um lado, a urbanização é causa e consequência de evolução e desenvolvimento para as cidades, a forma como ela foi conduzida e, por vezes, não planejada, trouxe problemas para os cidadãos, alguns dos quais presentes até os dias atuais, segundo Sposito (2008), o crescimento populacional e o territorial não caminharam juntos, a ponto que não era mais possível ir a pé de casa para o trabalho. Nasceram, assim, os bairros periféricos, e o centro perdeu seu papel de eixo principal,

como ponto de convergência de atividades e pessoas, concentrando instituições governamentais, comércio, serviços e eventos culturais.

A separação geográfica e os zoneamentos baseados em valores fundiários passaram a determinar a ocupação do espaço da cidade moderna, conforme destaca Secchi (2009, p. 92)

No centro, as atividades direcionais e comerciais de maior valor, as grandes instituições e a residência das classes mais abastadas; e, gradualmente, em direção à periferia, atividades menos raras e classes sociais menos ricas; na extrema periferia, fábricas, quarteis, manicômios e bairros populares.

Para Teixeira *et al.* (2020), o bairro é uma categoria de análise presente na cidade, cada vez mais relacionada aos efeitos produzidos pelos processos de segregação socioespacial.

A cidade moderna, seu centro e seus bairros passaram a se organizar em torno do que o modelo econômico passou a exigir. Cacciari (2010) salienta que a indústria, por exemplo, tem exigências específicas quanto ao tipo de edificação e o espaço que vai ocupar, o que, para o autor, é uma das características mais marcantes da nova cidade, isto é, o nexo causal entre as relações humanas – sua forma de habitar e de trabalhar – e o mercado produtivo.

Para o autor, essa nova concepção de que a cidade e seus atores precisam estar moldados aos seus meios produtivos fez com que desaparecerem os lugares simbólicos e tradicionais, visto que todos os espaços estão pautados na relação produção-troca-mercado. “É assim que nasce o centro histórico: enquanto a cidade se desenvolve, agora, em conformidade com as presenças de produção e de troca – dominantes e centrais [...]” (Cacciari, 2010, p. 32).

Secchi (2009), em análise referente ao período, abordou também o contexto social que essa nova dinâmica da cidade passou a oferecer para os cidadãos, sobretudo ao decompor o espaço urbano, separando as áreas de lazer das áreas de trabalho e de moradia. Ao se distanciarem dos locais em que, habitualmente as relações se desenvolvem, como praças e ruas, os locais de integração passaram a ser as fábricas e os escritórios, locais em que as relações que seriam habitualmente apenas de trabalho se desenvolvem.

As consequências que surgiram a partir da adoção do modo de produção como balizador para a organização social e geográfica da cidade se apresentam, segundo Fortuna (2009), na própria descrição da cidade, isto é, em alguns locais, a

cidade industrial era a cidade fábrica, em outros, a cidade mineira, enquanto em outros locais, a cidade operária.

A cidade moderna se aprimorou, ao passo que também carregou consigo a bagagem de sua evolução, a urbanização, os transportes, as fábricas e a densidade populacional. Os problemas de cada geração, que pareciam sanados, ultrapassados, seguem existindo e, acompanhando a evolução, tendem a se tornar mais complexos, enraizados no âmago da cidade e de sua existência; mais difíceis de serem solucionados. Dentro do contexto histórico, a cidade é resultado cumulativo de processos, de práticas, de modificações e de conservações, isto é, as cidades do presente se apresentam a partir de resquícios daquelas que as precederam (Secchi, 2009).

Outro aspecto contemporâneo das cidades é o que Rodrigues (2013) chama de loteamentos murados; e os condomínios fechados, locais que passaram a ser difundidos a partir da década de 1970 como loteamentos com maior presença de segurança física, separando aqueles com maior poder aquisitivo de outra parte da sociedade.

Nesse contexto da formação social e até mesmo geográfica da cidade, o desenvolvimento econômico pode ser observado como um acelerador de disparidades desde os tempos mais antigos, quando da configuração das primeiras cidades. A opção pelo loteamento ou condomínio fechado como forma de moradia é encarada como uma solução de segurança, uma vez que o aumento da violência assusta os mais abastados. Portanto, o setor imobiliário vende para a nobreza contemporânea a sensação de segurança e de livramento das vulnerabilidades sociais, cada vez mais presentes nos centros urbanos, desqualificando.

Segundo Rodrigues (2013), o papel do Estado é ser o responsável por oferecer um ambiente de segurança aos seus cidadãos. A autora segue seu pensamento afirmando que essa nova constituição (loteamento e condomínios) redefine a morfologia da cidade, a qual não é pensada na sua totalidade, uma vez que um empreendimento é separado do outro, por muros, ou seja, não há um planejamento total da cidade.

Para melhor entendimento, faz-se uma comparação, a partir dos loteamentos e condomínios murados, com as cidades medievais, cujos muros impediam a entrada dos desconhecidos, aqueles que não eram bem-vindos ao ambiente interno e,

portanto, não podem nele entrar sem prévia autorização há, nesse modelo, a produção de um ambiente favorável para um determinado nicho da sociedade.

Ao criticar o modelo contemporâneo de constituição das cidades, Rodrigues (2013) destaca que, ao renunciar a suas funções referentes à segurança e ao bem-estar dos indivíduos, o Estado fica refém do setor imobiliário e acaba por compactuar com a segregação social. A ideia da autora vai ao encontro do pensamento de Sandel (2012) que diz respeito às consequências que as diferenças entre ricos e pobres têm para a cidade e para a vida em sociedade. Para o autor, o aumento da disparidade e a impossibilidade de o Estado lidar com todas as adversidades fazem com que aqueles que têm melhores condições financeiras procurem por alternativas.

Surgem então dois efeitos negativos, um fiscal e outro cívico. Primeiramente, deterioram-se os serviços públicos, porque aqueles que não mais precisam deles não têm tanto interesse em apoiá-los com seus impostos. Em segundo lugar, instituições públicas como escolas, parques, pátios recreativos e centros comunitários deixam de ser locais onde cidadãos de diferentes classes econômicas se encontram. Instituições que antes reuniam as pessoas e desempenhavam o papel de escolas informais da virtude cívica estão cada vez mais raras (Sandel, 2012, p. 438).

A sociedade e as cidades chegam, portanto, ao mundo contemporâneo: a evolução tecnológica, produtivista e, conseqüentemente, econômica, propiciaram a criação de um ambiente novo, totalmente impensável quando se olha para as civilizações mais antigas, até mesmo para os primeiros centros urbanos.

Diferentemente de como ocorreu na antiguidade, devido às inovações tecnológicas do século XXI, as mudanças acontecem diariamente, não precisam mais de grandes eventos, como quedas de impérios, conflitos, ou revoluções industriais.

Fortuna (2009) destaca que o próprio conceito de urbano ganhou um novo significado à medida que a natureza da cidade foi se transformando, da cidade industrial para a cidade fruto de movimentos que buscam aproximá-la dos seus cidadãos, oferecendo equidade na utilização dos espaços; da cidade de lentidão e usufruto lento dos espaços públicos para a cidade que é local de passagem, em que residentes estão sempre em movimento.

O Quadro 2 apresenta um resumo da evolução histórica da cidade, dividida em cinco grandes blocos: o período neolítico, a época dos impérios, a Idade Média, o período mercantilista, a Revolução Industrial e a Cidade.

Quadro 2 – Evolução da cidade

Período	Características da cidade	Características sociais
Período Neolítico	Comunidades que cresceram a beira dos rios	Fim do nomadismo
	Aldeias de cultivo e domesticação de animais	
Impérios	Centros complexos de poder	Organização social
	Alta centralização	Divisão das classes sociais
	Cidade dividida em ruas – primeira ideia de centralidade	Desenvolvimento econômico
Idade média	Cidades muralhadas	Fortalecimento do Clero e da Nobreza
	Retrocesso urbano e cultural	Declínio do poder político do rei
	Foco no campo	Criação de grupos em busca de proteção
Período mercantilista	Dinamismo do centro	Fortalecimento da burguesia
	Expansão comercial	Surgimento da moeda
	Desenvolvimento das cidades	
Revolução industrial	Urbanização	Aumento da natalidade x Diminuição da mortalidade
	Êxodo Rural	Condições de vida precárias ao trabalhador
	Formação de bairros industriais	
Cidade contemporânea	Perda da centralidade	Fortalecimento da divisão social
	Formação das periferias	Condomínios
	Segregação espacial/Zoneamento	Alteração nos locais de integração social

Fonte: Elaborado pela autora desta tese (2025)

É possível verificar que cada período refletido no Quadro 2 traz consigo características fundamentais das cidades e da sociedade, que podem ser observadas para entender os processos históricos de urbanização e de evolução das dinâmicas sociais. No Período Neolítico, por exemplo, a transição de comunidades nômades para aldeias sedentárias estabeleceu a base para a formação de cidades, com a domesticação de animais e a agricultura contribuindo para o desenvolvimento inicial da vida urbana.

Já nos Impérios, a centralização e a organização das cidades, com suas divisões sociais e o fortalecimento do poder, oferecem uma visão importante sobre a hierarquia e as estruturas de poder que moldaram as primeiras civilizações. A Idade Média, marcada por cidades muralhadas e um retrocesso urbano, revela o impacto da desintegração de impérios e o fortalecimento das elites, enquanto o período mercantilista destaca o surgimento da burguesia e a expansão comercial como motores da urbanização. Esses períodos históricos fornecem um panorama essencial

de como as cidades evoluíram, refletindo as mudanças nas estruturas sociais e econômicas ao longo do tempo.

Na construção da metodologia desta pesquisa, esses períodos oferecem uma linha do tempo histórica a ser utilizada para analisar a evolução das cidades e seus impactos sociais. Além disso, a análise dos processos urbanos a partir da Revolução Industrial, com o êxodo rural e a formação de bairros industriais, pode servir como um ponto de partida para examinar as condições de vida nas cidades modernas, bem como a formação do conceito dos centros históricos e o seu progressivo abandono e depreciação.

Essa abordagem permite uma visão abrangente da urbanização, focando tanto na evolução das cidades como nas implicações sociais e econômicas que essas transformações geraram ao longo do tempo.

2.2 CIDADES INTELIGENTES: CONCEITOS E MODELOS

A primeira parte desta subseção dedica-se a uma reflexão sobre as cidades contemporâneas, destacando seus desafios, transformações e dinâmicas sociais, econômicas e tecnológicas que moldam o espaço urbano na atualidade. A partir dessa discussão inicial, serão apresentados os principais conceitos e modelos de cidades inteligentes, que emergem como alternativas estratégicas para enfrentar tais desafios e repensar o futuro das cidades de forma mais integrada, sustentável e inovadora.

Cidades são sistemas complexos (Lazzaretti *et al.*, 2019) formados a partir do resultado do processo histórico de urbanização, caracterizado pela convivência e conexão entre cidadãos e a rede de empresas, comércio e serviços, buscando uma convivência minimamente harmoniosa com os meios de transporte, os sistemas de comunicação e a tecnologia integrada.

As relações estabelecidas durante anos foram de exploração dos espaços e recursos; morros, áreas verdes e redes aquíferas sofreram com o impacto da modernização: carros, estradas, obras, muito cimento e poluição.

Além disso, a especulação imobiliária transforma de maneira desigual os núcleos urbanos, dividindo a população de maneira não necessariamente funcional, o que acarreta outros tantos problemas ligados ao trânsito e à falta de mobilidade, à ausência de moradia adequada, entre tantos outros.

Costa (2020) afirma que, a despeito do enorme crescimento das cidades durante os anos de 1900, não houve, por parte dos planejadores, a preocupação em adequar o planejamento urbano de maneira a facilitar a vida dos usuários, pelo contrário: conduziram uma ideia de que moradia, trabalho e lazer deveriam ocupar partes diferentes da cidade e, além disso, que a ligação entre essas partes segregadas seria feita por automóveis, mais especificamente, por carros.

Os impactos da cidade mal planejada podem ser sentidos em sua amplitude, sob diferentes aspectos. Em um primeiro momento, citam Bez Batti *et al.* (2022), são percebidas as alterações paisagísticas; o excesso de carro nas ruas e a falta de transporte coletivo traz o problema do trânsito que não flui; o excesso de pessoas em um mesmo local incha o mercado de trabalho, que não consegue absorver todos, logo, a insegurança, a precarização das moradias e do sistema de saúde passam a fazer parte da nova realidade da cidade. Os autores seguem seu pensamento afirmando que, além dos problemas físicos causados no meio ambiente, são perceptíveis também os danos causados à saúde dos seres humanos, os quais são expostos às mais variadas situações de estresse.

Além disso, expõe Gehl (2015), é perceptível nas cidades os problemas de saúde causados pela comodidade excessiva de se usar o carro de ponta a ponta de um trajeto. Para o autor, o incentivo à utilização da cidade para pedalar e caminhar é um passo para o combate ao sedentarismo e, portanto, uma medida de saúde pública.

É dentro desse contexto que o conceito de cidades inteligentes ganhou notoriedade como uma tentativa de transformar o ambiente catastrófico em que a cidade tem se tornado, vítima do crescimento descontrolado. Yigitcanlar *et al.* (2019) mencionam, entretanto, que não há evidências de que as *smarts cities* serão capazes de gerar soluções para o urbanismo insustentável, tampouco para os problemas causados pelas emergências climáticas.

Ainda segundo os autores, em um primeiro momento, as inovações tecnológicas se apresentaram como uma esperança de cura para os danos causados ao ambiente e, portanto, o conceito de cidades inteligentes estava associado ao uso massivo de tecnologia, ou seja, o uso de câmeras, sensores e drones. Hoje, no entanto, as cidades inteligentes são aquelas que usam as tecnologias no enfrentamento aos problemas urbanos, ou seja, a tecnologia é uma aliada, não é a finalidade, a inteligência em si da própria cidade (Yigitcanlar *et al.*, 2019).

Conforme destacam Eleutheriou *et al.* (2015), as tecnologias devem ser vistas como acessórios, sendo o ser humano o protagonista dos processos de mudança que devem ocorrer nas cidades, isso porque, salientam os autores, a infraestrutura urbana não funciona se não contar com os usuários, dessa forma, o planejamento deve ser feito com e para eles.

Seguindo esse pensamento, Costa (2020, p. 4) afirma que o conceito de cidade inteligente "[...] reflete a necessidade de caracterizar o lugar adequado para o desenvolvimento da nova sociedade onde o conhecimento – e, portanto, as pessoas – são os principais meios de produção". A cidade inteligente, como alegam Eleutheriou *et al.* (2015), transcende o digital, ela se organiza não de maneira hierárquica, mas sim em redes, conectando todos aqueles que dela fazem parte.

Sob essa perspectiva, a transformação urbana fica muito mais relacionada a repensar a cidade com o olhar do usuário, focando em planejamento voltado para as suas necessidades. A cidade para as pessoas, a dimensão humana, afirma Gehl (2015), foi esquecida como tópico elementar do planejamento urbano, em seu lugar, ganhou espaço a preocupação com o tráfego rodoviário e, pouco a pouco, a rua deixou de exercer o papel social como ponto de encontro, como sendo o lugar onde a vida urbana acontece. Para Jacobs (2009), a depreciação da função social que a rua exerce na vida urbana é uma característica nociva do planejamento urbano, ou, nas palavras de Gehl (2015), o desenvolvimento urbano tomou diminuiu as chances de se praticar o *pedestrianismo*, não só como forma de locomoção, mas como função cultural de ocupação dos espaços da cidade.

Ao longo dos anos, o espaço pensado na cidade para os usuários tem sido reduzido, negligenciado, o principal deles, destaca Costa (2020), é a calçada que, em sua opinião, é o meio de transporte primordial dos cidadãos. Seguindo a mesma linha de raciocínio, Gehl (2015) relata que o rumo que o desenvolvimento urbano tomou diminuiu as chances de se praticar o *pedestrianismo*, não só como forma de locomoção, mas como função cultural de ocupação dos espaços da cidade.

Ainda que a transformação das cidades comuns em cidades inteligentes seja irrefreável, podendo inclusive ser interpretada como mais uma das evoluções pelos quais esses territórios estão passando e ainda irão passar, Fagadar *et al.* (2021) ressaltam a importância de essa nova configuração de cidade ser pensada de maneira a refletir as suas próprias necessidades e a pautar as soluções de forma criativa,

capaz de enfrentar os desafios, sejam eles atuais ou até mesmo aqueles mais antigos, mal resolvidos, como o trânsito e a segurança pública.

Para Kummitha e Crutzen (2017), existem barreiras nas tentativas de encontrar uma forma ideal de planejar cidades inteligentes, de maneira a privilegiar os cidadãos, uma vez que o próprio conceito não é pacificado em si próprio, nem em sua evolução. Ou seja, há lacunas existentes que são necessárias para a compreensão sobre o que são e como se aplicam cidades inteligentes (o conceito) em cidades inteligentes (o espaço territorial), mas a transformação vai acontecendo, sem que exista uma trégua, uma estaca zero de onde se possa começar.

O desenvolvimento dos modelos já existentes, das tecnologias aplicadas e o amadurecimento da população quanto à necessidade de repensar a cidade – sobretudo quanto à sua própria participação, resultam em constantes mutações no próprio conceito e em suas possibilidades de aprimoramento. Essas transformações se somam às mudanças geracionais – especialmente com o surgimento das novas gerações digitais como elementos fundamentais para a gestão das cidades moderna (Fagadar *et al.*, 2021).

2.2.1 De *Smart Cities* a CHIS

As *smart cities* representam uma nova abordagem para o planejamento e a gestão urbana, integrando tecnologias avançadas, inovações em governança e participação cidadã para enfrentar os desafios contemporâneos das áreas urbanas. Seu conceito baseia-se na utilização de soluções tecnológicas para otimizar recursos, melhorar a qualidade de vida da população e promover a sustentabilidade.

Segundo Hollands (2008), as discussões sobre *smart cities* influenciaram os debates em torno do futuro do desenvolvimento urbano, ainda que seu conceito não seja explicitamente rotulado, tampouco ideologicamente claro. O autor destaca que a ampla gama de termos que passaram a ser utilizados para descrever a cidade (inteligente, conectada, inovadora, digital) demonstram conexão entre si, como se um não pudesse ser usado sem tomar emprestado características do outro, o que torna muito difícil utilizá-los separadamente.

A análise de pesquisadores sobre a cidade moderna por diferentes paradigmas chamou atenção para o conceito de *smart city*, destacam Bencardino e

Grecco (2014). Conceito este que, em um primeiro momento, parecia se encaixar no mundo das tecnologias da informação.

Para Jong *et al.* (2015), o conceito de *smart city* pode englobar muitos aspectos, tanto os tecnológicos quanto os antropológicos e culturais, o que torna tão difícil a sua definição; ao mesmo tempo em que a complexidade e o caráter multidimensional da conceituação da cidade inteligente pode ser o que a torna mais abrangente e apropriada para as discussões que envolvem a temática do desenvolvimento urbano.

Seguindo seu pensamento sobre a conceituação do termo *smart city*, Bencardino e Grecco (2014) sugerem que há três abordagens frequentemente utilizadas para abordar a temática. O Quadro 3 apresenta as abordagens destacadas pelos autores e sua diferenciação.

Quadro 3 – Abordagens de *smart cities*

Abordagem Tecnocêntrica	Abordagem Antropocêntrica	Abordagem Integrada
Ênfase no <i>hardware</i> e nas soluções embasadas pelas TICs.	A definição de cidade inteligente passa a ser embasada pelo capital humano e social.	Soluções baseadas no desenvolvimento do capital humano e na utilização das TICs, integrando as qualidades dos outros dois modelos.

Fonte: Adaptado de Bencardino e Greco (2014)

Cohen (2015) apresenta uma divisão semelhante, também em três momentos da definição e aplicação do conceito de cidade inteligente no contexto da utilização da tecnologia para o desenvolvimento urbano. Segundo o autor, em um primeiro momento (*smart city* 1.0), houve um incentivo das próprias empresas de tecnologia, depois (*smart city* 2.0), veio o incentivo governamental e, por fim (*smart city* 3.0), o desenvolvimento pautado nas TICs passou a ser impulsionado pelos próprios cidadãos. O Quadro 4 apresenta a divisão temporal e conceitual proposta pelo autor.

Quadro 4 – Evolução conceitual de *smart cities*

<i>Smart Cities</i> 1.0	<i>Smart Cities</i> 2.0	<i>Smart Cities</i> 3.0
Impulsionadas pela Tecnologia	Tecnologia habilitada, impulsionada pela cidade	Cocriação cidadã
Soluções inteligentes impulsionadas por empresas provedoras de tecnologia sem que, necessariamente, as cidades estivessem preparadas para sua aplicação.	A cidade, representada por seus governantes, passa a determinar e limitar o papel e o espaço que as TICs irão desempenhar e ocupar. A cidade busca adaptar as	As soluções surgem debaixo para cima: os cidadãos são chamados a colaborar em projetos que irão mitigar problemas e transformar o espaço público por meio da utilização das TICs, ou não.

<i>Smart Cities 1.0</i>	<i>Smart Cities 2.0</i>	<i>Smart Cities 3.0</i>
	soluções tecnológicas às suas necessidades.	

Fonte: Adaptado de Cohen (2015)

Cohen (2015) faz uma analogia à cidade inteligente 1.0 a um cidadão que fica aguardando o lançamento de um aplicativo que nem sabe para o que irá utilizá-lo. Um exemplo de solução aplicada à cidade inteligente 2.0, segundo o autor, é a utilização de sensores nos morros e encostas do Rio de Janeiro como forma de prever deslizamentos e atenuar suas consequências. Já para a *smart city* 3.0, Cohen (2015) cita outro exemplo sul-americano, a cidade de Medellín, que envolveu moradores de bairros vulneráveis em projetos de transformação urbana; surgiram assim projetos de teleférico e escadas elétricas e novas escolas e bibliotecas habilitadas por tecnologia.

Ainda que o surgimento do conceito de cidades inteligentes esteja diretamente relacionado à aplicação de TICs, existe uma vertente que ganhou força ao associar a inteligência de uma cidade à capacidade de desenvolvimento e integração de seus cidadãos, suportados pela tecnologia (e não o contrário).

Uma cidade é realmente inteligente a partir da construção coletiva proposta por pessoas inteligentes, independentes e socialmente responsáveis (Jong *et al.*, 2015). A aplicação do termo inteligente à cidade não significa que toda solução para os seus problemas será pautada na aplicação de uma medida tecnológica, mas sim que seus aspectos e peculiaridades serão analisados para serem melhorados por meio da integração tecnológica a uma abordagem humanística (Giffinger *et al.*, 2007).

Pourzolfaghar *et al.* (2017, p. 4.117, tradução própria) propõem ainda uma reflexão sobre o conceito em uma análise que é mais perceptível na língua inglesa: “[...] a cidade inteligente é diferente da cidade esperta⁷”. O trocadilho entre *smart* e *intelligent*, segundo os autores, está relacionado à aplicação do conhecimento; enquanto *intelligent* está mais relacionado à captação de conhecimento, o termo *smart* refere-se à aplicação do conhecimento.

No primeiro caso, a captação do conhecimento está ligada ao que a tecnologia pode fazer por meio da IoT ou do aprendizado de máquina, por exemplo. Já para o segundo caso, a aplicação do conceito está intrinsecamente relacionada ao que as pessoas são capazes de fazer com o conhecimento captado via TIC. Portanto, nesse contexto, os autores ressaltam que a obtenção do título de *smart city* deve estar

⁷ “[...] the intelligent city is different from smart city”.

fundamentada em aspectos mais sólidos do que apenas o uso de tecnologias e seus sistemas.

Kummitha e Crutzen (2017) dividiram o conceito de cidades inteligentes em quatro escolas: a restritiva, a reflexiva, a racionalista ou pragmática e a crítica. Enquanto a primeira escola é centrada para o alto desempenho tecnológico, desconsiderando os aspectos humanos do desenvolvimento urbano, a segunda escola além de abordar aspectos mais humanos do desenvolvimento, considera que a tecnologia deve ser usada para enriquecer a existência humana. A escola reflexiva, enfatizam os autores, considera que o aprimoramento das capacidades humanas é um subproduto da tecnologia.

Na contramão das duas primeiras escolas, a escola pragmática ou racionalista defende que o desenvolvimento das comunidades e, por conseguinte, de suas pessoas, resulta na criação, desenvolvimento e aplicação de tecnologias (Kummitha; Crutzen, 2017). Nessa perspectiva, investimentos em educação, cultura, entre outras abordagens, contribuem para a formação de cidadãos mais preparados, capazes de utilizar a tecnologia de acordo com suas necessidades e de aprimorá-la a partir das lacunas por eles mesmos identificadas.

A última escola, a escola crítica, aborda em sua perspectiva sobre os reais interesse por trás das cidades inteligentes ser o *lobby* de grandes corporações para realizar parcerias com o governo, expandindo seu mercado de atuação. Sob esse aspecto, o conceito de cidades inteligentes, de forma alguma, serviria para preencher as lacunas do planejamento urbano com as demandas sociais, sendo apenas um grande negócio neoliberal (Kummitha; Crutzen, 2017).

Esses autores finalizam sua análise afirmando que não é possível inferir se alguma das escolas prevalecerá, uma vez que elas existem paralelamente. Ademais, é possível verificar que, de certa forma, as escolas se complementam e oferecem uma perspectiva evolutiva do conceito.

Fagadar *et al.* (2021) abordam o papel da tecnologia, especificamente dentro do conceito de *internet das coisas*, como sendo responsável por melhorar a qualidade de vida dos moradores, impulsionar a competitividade empresarial e garantir a sustentabilidade ambiental. Para os autores, esses são os três pilares básicos da construção da cidade inteligente e devem estar presentes na economia, na mobilidade, na segurança, na educação e na melhoria das condições de vida e do meio ambiente.

Entre tantos conceitos divergentes e convergentes a respeito das cidades inteligentes, há também as concepções agregadoras, como a ideia de Cidade Inteligente e Criativa (CIC), definidas por Silva e Muzzio (2025) como a busca por uma utilização de ferramentas tecnológicas com o intuito de promover avanços socioeconômicos e, desta forma, as boas práticas são fruto de construção coletiva, pautadas nos princípios de eficiência, diversidade e universalidade dos benefícios. O objetivo é alcançar resultados superiores à aplicação convencional da tecnologia nas cidades.

Os conceitos de cidades inteligentes mostram-se promissores ao unir inovação tecnológica e gestão urbana. No entanto, seu sucesso depende da colaboração entre governos, setor privado e sociedade civil, garantindo que as soluções adotadas sejam inclusivas, acessíveis e sustentáveis. Implementar uma cidade inteligente traz desafios como custos elevados, inclusão digital, privacidade de dados e a necessidade de parcerias eficazes entre setor público, privado e sociedade civil.

Sob essa perspectiva de governança, Fagadar *et al.* (2021) destacam a visão utilizada na União Europeia de que a urbanização inteligente deve envolver as lideranças políticas e os cidadãos, buscando tanto estratégias de transformação digital, quanto a formação de uma estratégia para a cidade, pensando em inovação, criação de mercado, e a capacitação tecnológica para as pessoas do futuro, ou seja, preparar os cidadãos para o desenvolvimento tecnológico que ainda está por vir.

Smart Cities são o reflexo de uma nova era urbana, em que a inovação se alinha às necessidades humanas e ambientais, criando espaços mais conectados, resilientes e habitáveis.

Kozłowski e Suwar (2021) afirmam, entretanto, que, apesar do conceito moderno de cidades inteligentes e de toda expectativa criada em relação ao que efetivamente as cidades inteligentes *poderão fazer* pela sociedade, a falta de um consenso quanto à definição do termo prejudica que ações estratégicas sejam desenvolvidas. Não é possível aplicar e mensurar ações sem um conceito claro do que se está fazendo, de qual caminho está sendo seguido.

Fagadar *et al.* (2021) ressaltam ainda que é difícil estimar quais são as cidades que podem ser consideradas inteligentes, tendo em vista que não há um ponto de referência claramente definido. Dentro desse contexto, Kozłowski e Suwar (2021) observam que esse tipo de quantificação é também dificultado pelo contexto

em que cada local está inserido, uma vez que a implementação de políticas leva em consideração a diversidade cultural, o desenvolvimento econômico local, entre tantos outros aspectos específicos que são importantes para a tomada de decisão.

Esses aspectos reforçam, tanto a necessidade de se definir uma conceituação de cidade inteligente a ser adotada, quanto de planejadores urbanos e lideranças políticas traçarem estratégias de desenvolvimento alinhadas a este conceito, seja ele, preferencialmente, multidimensional ou não.

O Quadro 5 apresenta uma síntese das abordagens sobre cidades inteligentes apresentadas nesta tese, bem como suas principais contribuições para a formulação do artefato a ser apresentado nesta tese. A partir do Quadro 5, é possível observar um deslocamento progressivo de uma perspectiva tecnocêntrica – centrada em infraestrutura e dados – para uma visão antropocêntrica e integrada, na qual a coprodução, o conhecimento e a sustentabilidade emergem como eixos estruturantes.

Observa-se que embora não haja consenso sobre o conceito, a maturação dos estudos permitiu que os autores passassem a valorizar dimensões humanas, cognitivas e institucionais, reconhecendo que a inteligência urbana não reside apenas na tecnologia, mas na capacidade coletiva de aprender, inovar e cooperar. Essa mudança conceitual reforça o entendimento de que as cidades inteligentes devem ser cidades mais humanas, sustentadas pela governança participativa e pelo uso ético e significativo da tecnologia.

Tais reflexões fundamentam o desenvolvimento do artefato proposto nesta tese, que adota a integração entre pessoas, conhecimento e tecnologia como princípio central de sua estrutura metodológica.

Quadro 5 – Contribuições conceituais de cidades inteligentes para o artefato

Autor/Ano	Abordagem/ Contribuição	Ênfase	Dimensão teórica predominante	Contribuição para o artefato
Giffinger <i>et al.</i> (2007)	Propõem as seis características da cidade inteligente (economia inteligente, mobilidade inteligente, qualidade de vida inteligente, meio ambiente inteligente, governança	Indicadores técnicos urbanos	Humanística	Fundamenta a estrutura multidimensional do artefato, oferecendo base conceitual para integração das dimensões e os entes envolvidos

Autor/Ano	Abordagem/ Contribuição	Ênfase	Dimensão teórica predominante	Contribuição para o artefato
	inteligente e pessoas inteligentes)			
Hollands (2008)	Questiona o uso indiscriminado do termo "inteligente" e propõe uma reflexão crítica sobre os fundamentos	Abordagem integradora/ reflexiva	Conceitual/ Crítica	Contribui criticamente ao alertar para a necessidade de contextualização e clareza conceitual de cidades inteligentes
Bencardino e Grecco (2014)	Apresentam das três abordagens (tecnocêntrica, antropocêntrica e integrada)	Integração entre tecnologia e sociedade	Sistêmica/ Integradora	Apresentam a lógica da integração entre tecnologia e capital humano, fundamental para a abordagem sistêmica do artefato
Cohen (2015)	Define as versões de <i>smart city</i> 1.0, 2.0 e 3.0.	Integração entre tecnologia e sociedade	Sistêmica/ Integradora	Apresentam a importância da coprodução e da governança
Gehl (2015)	Defende o planejamento urbano centrado nas pessoas e na qualidade dos espaços públicos.	Cidade para pessoas	Humanística	Amplia a dimensão social, integrando princípios de urbanismo humanizado
Jong <i>et al.</i> (2015)	Propõem visão multidimensional de sustentabilidade urbana e tecnológica.	Desenvolvimento urbano sustentável	Ambiental/ Multidimensional	Consolida a necessidade de transversalidade entre as dimensões da cidade inteligente
Kummitha e Crutzen (2017)	Apresentam 4 escolas (restritiva, reflexiva, racionalista e crítica)	Abordagem integradora/ reflexiva	Sistêmica/ Integradora	Oferecem base para equilibrar inovação tecnológica e valores sociais
Pourzolfaghar <i>et al.</i> (2017)	Diferenciam "intelligent" (captação de conhecimento) e "smart" (aplicação do conhecimento).	Participação cidadã	Humanística	Trazem a reflexão sobre o uso significativo da tecnologia, reforçando a dimensão cognitiva, centrada em pessoas
Yigitcanlar <i>et al.</i> (2019)	Enfatizam o uso da tecnologia para resolução de problemas urbanos complexos.	Integração entre tecnologia e sociedade	Sistêmica/ Integradora	Reforçam o papel instrumental da tecnologia como ferramenta ao propósito social da cidade inteligente
Costa (2020)	Propõe o conceito CHIS: conhecimento e	Desenvolvimento urbano sustentável a	Humanística	Apresenta e intensifica a formação cidadã como alicerce da coprodução

Autor/Ano	Abordagem/ Contribuição	Ênfase	Dimensão teórica predominante	Contribuição para o artefato
	peças como principal ativo	partir do conhecimento		
Fagadar et.al. (2021)	Propõem o uso de IOT para melhorar o desenvolvimento socioambiental e econômico	Integração entre tecnologia e sociedade	Tecnológica/ Ambiental	Trazem a conexão entre inovação e sustentabilidade
Kozłowski e Suwar (2021)	Discutem a definição e estratégias para as <i>smart cities</i> contemporâneas	Abordagem integradora/ reflexiva	Conceitual/ Crítica	Reforçam a importância de um marco conceitual claro para a formulação de estratégias para cidades inteligentes
Van Twist, Ruijer e Meijer (2023)	Avaliam os impactos sociais e institucionais da cidade inteligente	Centralidade nas pessoas e governança	Institucional/ Social	Oferecem uma reflexão sobre como cidadão enxerga (se enxerga) os impactos das soluções inteligentes
Silva e Muzzio (2025)	Relacionam avanços socioeconômicos ao uso humano da tecnologia.	Centralidade nas pessoas	Humanística/ Integradora	Fornecem o elo entre criatividade, inovação e inclusão social

Fonte: Elaborado pela autora desta tese (2025)

A evolução do conceito de cidades inteligentes demonstra que, embora a tecnologia seja um componente essencial para a modernização urbana, ela não é, por si só, suficiente para garantir o desenvolvimento equilibrado das cidades. As análises teóricas e empíricas revelam que a verdadeira inteligência urbana emerge quando o uso das TICs se alia ao fortalecimento das relações humanas, à promoção da equidade social e à preservação do meio ambiente. Assim, a cidade deixa de ser apenas um espaço tecnicamente eficiente para se tornar um ambiente de convivência, aprendizado e corresponsabilidade.

Essa transição conceitual marca o deslocamento do paradigma das *smart cities* para um modelo mais abrangente e sensível: o das Cidades mais Humanas, Inteligentes e Sustentáveis (CHIS). Esse novo enfoque propõe a integração entre tecnologia, pessoas e sustentabilidade.

Na próxima subseção, serão apresentadas as dimensões que estruturam o conceito CHIS, evidenciando como elas se articulam para orientar práticas urbanas mais inclusivas, colaborativas e socialmente transformadoras.

2.2.2 As Dimensões das Cidades mais Humanas, Inteligentes e Sustentáveis

O desenvolvimento da cidade traz, sob muitos aspectos, alguns tipos de segregação. Um deles se refere às atividades realizadas na cidade e como a vida local se desenvolve em torno disto. Costa (2020) afirma que, inicialmente, as fábricas ocupavam um espaço territorial dentro da cidade, porém, ao se perceber a poluição do ar, dos rios, além da poluição sonora e visual, iniciou-se o planejamento de lugares fora da região central para construir as indústrias. Essa iniciativa, destaca o autor, foi incentivada pela inovação nos transportes, que tornou o deslocamento diário possível e mais fácil.

A partir do século XX, as grandes cidades passaram a contar com distritos industriais, abastecidos de trabalhadores no início do dia, e esvaziados ao fim dele. Desta forma, passou a existir o pedaço da cidade voltado ao lazer, o pedaço da cidade voltado ao trabalho/estudo e o pedaço da moradia e este padrão vem se repetindo, ano após ano. Esse tipo de movimento, alega Costa (2020), demandou grandes investimentos em rodovias, viadutos, e toda uma infraestrutura capaz de suportar as alterações urbanas que estavam ocorrendo; isto foi viável por um tempo.

A popularização dos meios de transporte particular, bem como sistemas precários de transporte público passaram a lotar as estradas, o nível da qualidade do ar piorou e uma nova onda passou a existir: a preocupação ecológica. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida no Rio de Janeiro (popularmente conhecida como Rio-92) trouxe para a pauta, além da preocupação com o desenvolvimento sustentável do planeta, a intenção de que os seres humanos estivessem no centro das ações de desenvolvimento sustentável.

A partir de iniciativas como esta, passou a existir a conceituação de uma cidade do futuro que, segundo Eleutheriou (2017) recebeu algumas denominações, dentre elas *smart* ou *intelligent*, *sustainable*, *green*, *digital*, *creative*, *ubiquitous*, *knowledge*. Sobre *intelligent* e *smart*, Pourzolfaghar *et al.* (2017) realizam um apontamento para que os termos possam ser diferenciados. Para os autores, uma *intelligent city* é uma cidade em que o uso de tecnologias seja fortemente utilizado para, por exemplo, captar conhecimento, enquanto a *smart city*, é um termo de base mais concreta para limitar-se apenas ao uso de TICs, ele está relacionado à aplicação do conhecimento. Inteligente, de acordo com sua perspectiva, é realizar a integração

entre tecnologia e conhecimento humano de forma a atender às necessidades dos cidadãos.

Para Costa (2020), o conceito de cidade tem evoluído e hoje pode-se pensar em uma perspectiva voltada para as pessoas, e, sob essa ótica, a denominação de cidade apresenta oito dimensões:

- 1) DES – Desenvolvimento Econômico e Sustentável;
- 2) PIN – Pessoas Inteligentes;
- 3) BEM – Bem-Estar do Frequentador;
- 4) PHA – Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural;
- 5) MAI – Meio Ambiente Inteligente;
- 6) INC – Inclusão Social Inteligente;
- 7) MOB – Mobilidade Inteligente de Pessoas; e
- 8) GOV – Governança Inteligente.

Segundo o autor, a última dimensão tem um papel horizontal, de facilitar as a integração das demais em busca de soluções inteligentes e integradoras para a sociedade.

As dimensões propostas por Costa (2020) derivam de estudos realizados em oficinas de trabalho entre 2013 e 2020, ressalta o próprio, com base em uma definição proposta por Giffinger *et al.* (2007).

Inicialmente, Giffinger *et al.* (2007) propôs um modelo de *smart cities* que era composto por seis características: economia inteligente, mobilidade inteligente, qualidade de vida inteligente, meio ambiente inteligente, governança inteligente e pessoas inteligentes. Costa (2020) afirma que em adaptação para as cidades brasileiras, é possível destacar oito dimensões; além das seis propostas por Giffinger *et al.* (2007), o autor apresenta patrimônio histórico, artístico e cultural, bem como inclusão social como outras duas dimensões a serem levadas em consideração para a definição de uma cidade mais humana, inteligente e sustentável (CHIS).

O Quadro 6 resume as características de cada uma das dimensões nas visões de Giffinger *et al.* (2007) e de Costa (2020).

Quadro 6 – As dimensões de uma cidade inteligente⁸

Nomenclatura da Dimensão	Giffinfer <i>et al.</i> (2007)	Nomenclatura da Dimensão	Costa (2020)
Economia Inteligente	Espírito inovador, empreendedorismo, flexibilidade do mercado de trabalho, enraizamento internacional e capacidade de transformar	Desenvolvimento Econômico e Sustentável	Espírito inovador, empreendedorismo, imagem econômica (símbolos que refletem as características da cidade), economia produtiva, flexibilidade do mercado de trabalho, inserção internacional (cidade cosmopolita), habilidade de se transformar (resiliência)
Pessoas Inteligentes	Nível de qualificação, afinidade com a aprendizagem ao longo da vida, pluralidade social e étnica, flexibilidade, criatividade, cosmopolitismo/mente aberta, participação na vida pública	Pessoas Inteligentes	Nível de formação, aprendizado frequente/constante, diversidade social e étnica, flexibilidade (característica da cidade mudar seu destino), criatividade, espírito cosmopolita, participação popular
Governança Inteligente	Participação na tomada de decisões, serviços públicos e sociais, governança transparente, estratégias políticas e perspectivas	Governança Inteligente	Participação cidadã, criação de ferramentas de acesso à informação (Ex: Disque Cidadão), orçamento participativo, confiança na relação da sociedade com o governo
Mobilidade Inteligente	Acessibilidade local, acessibilidade nacional e internacional, disponibilidade de infraestruturas TIC, sistemas de transporte sustentáveis, inovadores e seguros	Mobilidade Inteligente de Pessoas	Movimentação das pessoas (calçada, bicicleta, transporte público)
Meio Ambiente Inteligente	Atratividade das condições naturais, poluição, proteção ambiental, gestão sustentável de recursos	Meio Ambiente Inteligente	Controle da poluição, área verde (12m ² /habitante), hortifruti vertical (prédios) diminuição da velocidade dos automóveis dentro da cidade, proteção ambiental e gestão dos recursos naturais
Estilo de Vida Inteligente	Equipamentos culturais, condições de saúde, segurança individual, qualidade da habitação, equipamentos educativos, atratividade turística, coesão social	Bem-Estar do Freqüentador	Diversidade e abundância cultural, acesso à saúde de qualidade, segurança individual, qualidade habitacional, escolas de qualidade, atrações turísticas, coesão social

⁸ Há dimensões discutidas por Costa (2020) que não aparecem na literatura de Giffinfer *et al.* (2007), o que justifica os tópicos vazios abaixo da dimensão “Estilo de Vida Inteligente”.

Nomenclatura da Dimensão	Giffinfer <i>et al.</i> (2007)	Nomenclatura da Dimensão	Costa (2020)
		Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural	Construção de símbolos para a cidade, recuperação de símbolos da cidade, representação e preservação da história, criação de identidade e pertencimento (coesão social)
		Inclusão Social Inteligente	Redução da desigualdade, <i>design</i> universal (cidade para todos), ação afirmativa para a mulher (inclusão no mercado de trabalho)

Fonte: Adaptado de Costa (2020) e Giffinfer *et al.* (2007)

Alterou-se propositalmente a ordem em que Costa (2020) apresenta as dimensões em sua obra, para que fosse possível realizar a comparação de definições entre os dois autores. Uma diferença que fica notória no que tange às denominações propostas pelos autores diz respeito à mobilidade que, para Costa (2020), deve ser pensada para as pessoas, ou seja, são elas que precisam ter qualidade para a locomoção e não os automóveis.

Para o autor, oferecer mobilidade por meio do incentivo do uso de bicicletas, por exemplo, não passa apenas por pintar uma faixa no chão; é necessário oferecer segurança, da hora que o ciclista sai de casa, até o momento que chegará ao destino. Ele precisa saber que vai ter onde deixar sua bicicleta, que conseguirá chegar sem riscos, que contará com local para banho e troca de roupa.

Para Fagadar *et al.* (2021), a cidade inteligente visa aproveitar ao máximo da tecnologia de modo a utilizar os recursos que dispõe sem prejudicar o meio ambiente, seja por meio de redes de transporte mais inteligente ou sistemas mais modernos de abastecimento; esta cidade oferece uma rede de serviços que é focada em beneficiar os cidadãos por meio da tecnologia.

A partir de uma conceituação da União Europeia, e muito semelhante ao que foi proposto por Giffinfer *et al.* (2007) e Costa (2020), Fagadar *et al.* (2021) elencam o que define uma cidade inteligente:

- a) Construções inteligentes;
- b) Energia inteligente;
- c) Tecnologia inteligente;
- d) Cidadãos inteligentes;

- e) Educação inteligente;
- f) Infraestrutura inteligente;
- g) Mobilidade inteligente;
- h) Governança inteligente; e
- i) Sistema inteligente de saúde.

Buscar o equilíbrio entre todos os agentes e aspectos que compõem a cidade é um desafio, ao mesmo tempo que o progresso não retrocede, urge a necessidade de se repensar o que já foi feito e redirecionar a rota para o futuro. Se em outros tempos a transformação urbana foi utilizar-se de espaços públicos para o aumento da malha rodoviária, hoje essa transformação passa por devolver a cidade aos seus usuários, ao mesmo tempo em que, literalmente, a roda precisa seguir girando, isto é, os carros continuarão existindo, bem como os outros meios de transporte que levam os cidadãos aos pontos distantes da cidade.

A provocação dos novos tempos é conseguir integrar os interesses comuns, pensar na cidade como um organismo vivo, que precisa de cuidados para não sucumbir, ou, nas palavras de Gehl (2015), as cidades precisam ser vivas, seguras e sustentáveis, precisam incitar em seus usuários o desejo de caminhar, pedalar, estar nas ruas, tanto quanto permitam suas atividades cotidianas.

O planejamento urbano falho levou à criação de cidades onde a divisão entre trabalho, moradia e lazer foi promovida, com a dependência do transporte individual e automotivo, sem considerar as necessidades dos cidadãos. Para Kummitha e Crutzen (2017), o problema de o planejamento urbano ser realizado por planejadores, arquitetos e investidores, deixando de lado as partes realmente interessadas, isto é, os cidadãos, é justamente ser um projeto meramente administrativo, burocrático, como qualquer outro planejamento baseado sob a mesma perspectiva.

A ideia de cidade inteligente surge como uma tentativa de solucionar esses problemas, utilizando tecnologias para melhorar a qualidade de vida, promover sustentabilidade e integrar a participação cidadã. Contudo, há um debate sobre se as tecnologias podem de fato resolver os desafios urbanos sem considerar o papel das pessoas e as abordagens mais humanísticas no planejamento das cidades.

Van Twist, Ruijter e Meijer (2023) defendem que ainda que existam preocupações em entender os impactos da cidade inteligente e seus componentes na vida dos cidadãos, não existe clareza sobre como o próprio cidadão percebe esta mudança, quais são os seus descontentamentos, suas urgências e, além disso, como

eles (cidadãos e suas necessidades) podem ser integrados aos processos de mudança, apropriando-se dos princípios da governança.

Há quatro principais conceitos que podem ser extraídos do contexto apresentado até este capítulo que podem ser utilizados como forma de repensar os centros históricos, objeto de análise deste estudo:

- a) Centralidade e transformação urbana – a modernização os transformou de núcleos vivos em símbolos históricos;
- b) Gentrificação e desigualdade social – a turistificação pode gerar revitalização, mas também exclusão social;
- c) Políticas públicas e preservação – é preciso equilibrar modernização e patrimônio cultural; e
- d) Memória e identidade cultural – a preservação fortalece vínculos culturais e a valorização desses espaços.

Essas conexões permitem que os conceitos e modelos do primeiro capítulo ajudem a entender o impacto da modernização e da globalização nos centros históricos, enquanto as discussões sobre preservação e políticas públicas no segundo capítulo podem fornecer soluções para lidar com os desafios urbanos contemporâneos, com base na história e na memória cultural das cidades.

2.3 CENTROS HISTÓRICOS

Os centros históricos são os corações das cidades, representando a história, a cultura e a identidade de um povo. Neles, é possível encontrar uma rica concentração de edifícios, praças e monumentos que narram diferentes épocas e estilos arquitetônicos, desde construções coloniais até obras modernistas.

Esses espaços não são apenas registros do passado, mas também locais de convivência e dinamismo, eles representam “[...] a ponte entre os edifícios históricos e cidades inteiras” (Geng *et al.*, 2025, tradução própria). Muitas vezes, eles abrigam mercados, museus, igrejas, teatros e outros pontos de encontro que continuam a pulsar com vida contemporânea, mesmo carregando séculos de história.

Conforme apresentado na contextualização a respeito da evolução das cidades, durante a época imperial (com destaque para o Império Romano), que surgiu a primeira ideia de centralidade. Ao chegar à Idade Média, as cidades muradas conservam em sua na sua região central elementos como a torre e a igreja, que irão

se manter como elementos marcantes dos primeiros centros que, na Idade Moderna, passaram a ser os centros históricos.

O processo de modernização da cidade em torno das instalações maiores e mais modernas – e que, não necessariamente estão localizadas no centro da cidade – centradas no modelo econômico vigente, fez com que as presenças simbólicas tradicionais, como a praça, a igreja, a torre, os palacetes, perdessem o seu protagonismo e este centro passou a ser histórico, um museu a céu aberto (Cacciari, 2010).

As consequências dos movimentos urbanos de evolução, globalização, e migração afetaram os centros históricos. Esses locais, que tiveram seu momento áureo, passaram por momentos de desvalorização social e econômica e, dentro do contexto de empobrecimento e marginalização de algumas camadas da sociedade, os centros, passaram a ser adensados por pessoas que precisavam de um mínimo de estrutura de equipamentos e serviços, gerando, segundo Carrión (2003), a convivência paradoxal do centro histórico entre a pobreza socioeconômica e a riqueza histórico-cultural.

Carrión (2003) destaca a heterogeneidade dos centros históricos e sua pluralidade dentro de uma mesma cidade não sendo, necessariamente, caracterizados pelos locais associados à fundação da cidade. Podem existir centros, afirma o autor, que se configuram no transcorrer da história. “Hay centros históricos que se inician, por ejemplo, en los períodos prehispánico (Cuzco), colonial (Popayán), republicano (Santiago) o moderno (Brasília)” (Carrión, 2003, p. 131). O centro histórico representa uma cidade inteira, porque, em algum momento, este centro era a única constituição urbana, era tudo o que a cidade tinha.

Para Peixoto (2017, p. 213), a expressão centro histórico

[...] representa tudo o que nos arriscamos a perder no contexto de uma urbanização galopante, incluindo aquilo que, por vezes, nunca se teve: o espaço público, a qualidade de vida, às referências identitárias, a cidade à escala humana.

A partir do século XX, o centro histórico voltou a ganhar espaço de discussão e importância; neste momento também iniciam as políticas voltadas para a recuperação e preservação desses espaços.

Castriota (2009) destaca que, ainda que até a década de 1960 as políticas de preservação estivessem mais voltadas para as edificações e outros artefatos isolados,

o fim da Segunda Guerra Mundial representou um marco quanto à concepção do significado de patrimônio e tudo que a ele poderia ser relacionado.

Já nos anos 1960, começam a emergir na Europa e Estados Unidos as chamadas políticas de conservação de áreas, com suas diferentes configurações regionais: 'arrondissements historiques', 'secteurs sauvegardés', 'historic districts', 'conservation areas'. Aqui podemos ver também o surgimento de um novo marco legal das políticas do patrimônio: a ideia das "áreas de conservação", que são, para adotarmos a definição clássica do Civil Amenities Act britânico, de 1967, "áreas de especial interesse arquitetônico ou histórico, cujo caráter deseja-se preservar ou promover" (Castriota, 2009, p. 161).

Outro fator importante para a transformação do espaço urbano em um local que voltou ser destaque foi o processo de turistificação massificado que passou a ocorrer também na década de 1960, destaca Peixoto (2017).

A estetização de mobiliário urbano, bem como a reativação de locais com usos passados (como as fábricas e seus galpões) é uma das vertentes possíveis para aquecer o turismo em volta das regiões centrais da cidade, para demonstrar a riqueza histórico-cultural do patrimônio revitalizado.

Há alguns marcos que sustentaram essas as práticas voltadas para a ressignificação do patrimônio histórico e, por consequência, dos centros, bem como incentivaram que mais políticas voltadas a estes espaços pudessem surgir. Um deles foi a Carta de Veneza⁹, um documento resultante do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, em 1964, realizado em Veneza, na Itália.

A Carta, que surgiu após os debates sobre a conservação do patrimônio cultural logo após a Segunda Guerra Mundial, é um documento fundamental para a preservação e restauração de monumentos e sítios históricos. Ela estabelece princípios e diretrizes que visam garantir a autenticidade e a integridade do patrimônio cultural. Seu principal objetivo é orientar a conservação e restauração, respeitando o valor histórico e arquitetônico dos bens culturais (Portal IPHAN, 2025a).

Os princípios centrais da Carta incluem:

- a) Autenticidade: respeito aos materiais, técnicas e valores históricos originais.

⁹ Carta de Veneza na íntegra disponível em: <https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/11%20Carta%20de%20Veneza%20-%20ICOMOS%201964.pdf>.

- b) Intervenção mínima: as restaurações devem ser limitadas ao essencial para a preservação do bem.
- c) Uso apropriado: a reutilização dos monumentos deve ser compatível com sua conservação.
- d) Documentação rigorosa: todas as intervenções devem ser registradas para garantir a transparência e a reversibilidade.
- e) Contexto histórico e ambiental: a restauração deve respeitar o ambiente e a história do local.

O documento é uma evolução da Carta de Atenas (1931) e serviu de base para futuras normativas internacionais sobre conservação do patrimônio, como as diretrizes da Unesco e da International Council on Monuments and Sites (Icomos).

Outro marco relevante que embasa a construção do pensamento a respeito da preservação do patrimônio é a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural promulgada pela Unesco, em 1972.

Seu principal objetivo era o de garantir a preservação e proteção de locais e bens que tenham um valor universal excepcional, seja no âmbito cultural ou natural, reconhecendo que alguns patrimônios são de importância tão significativa que sua proteção transcende fronteiras nacionais e exige esforços globais.

Na Convenção, são definidos como patrimônio cultural os monumentos (obras, esculturas, pinturas bem como todo elemento com valor único do ponto de vista histórico), os conjuntos (grupos de construções reunidas ou não, mas que representam a história em virtude de sua arquitetura), os locais de interesse (obras do homem ou da natureza em que haja interesse arqueológico, etnológico, antropológico etc.) (Unesco, 1972).

Além de listar e proteger esses locais, a convenção também visa garantir que os países que ratificaram o acordo assumam a responsabilidade pela conservação de seus patrimônios e possam contar com apoio internacional em caso de risco de deterioração ou destruição desses bens, o que ratifica a importância de definição do que é o patrimônio, bem como as diretrizes propostas para sua preservação.

A Carta de Burra¹⁰ representa mais um pilar no processo de redescoberta e valorização do patrimônio; documento resultante de uma conferência internacional sobre preservação do patrimônio, realizada em Burra, na Austrália. A carta, de 1979,

¹⁰ A Carta Original e suas versões atualizadas estão disponíveis em: <https://australia.icomos.org/publications/burra-charter-practice-notes/>.

é atualizada periodicamente – sendo 2013 o ano de sua última versão – para que possa refletir a evolução da teoria e prática na gestão do patrimônio e da cultura (Icomos, 2025).

A Carta de Burra é especialmente significativa no contexto da preservação do patrimônio cultural por ter introduzido uma perspectiva mais holística. Ela propôs que a preservação do patrimônio cultural deveria considerar não apenas os edifícios, mas também o contexto social, cultural e ambiental em que esses bens estão inseridos. Além disso, defendia a ideia de que a conservação não deveria ser uma tarefa isolada, mas sim um processo que envolvesse a comunidade local, com a participação ativa das pessoas que vivem no local.

Em 29 artigos, a Carta de Burra originalmente promulgada, definiu e emitiu diretrizes a respeito dos seguintes conceitos: Conservação, Preservação, Restauração, Reconstrução e Procedimentos, além de conceituar outros termos que embasaram as orientações presentes na carta, como bem, significação cultural, conservação, manutenção, preservação e o uso compatível.

A implementação de políticas de preservação, como a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, e a Carta de Burra, foram marcos importantes para essa transformação. Elas estabeleceram novas diretrizes para a conservação do patrimônio cultural, com um enfoque mais holístico, que envolve a comunidade e leva em conta o contexto social, cultural e ambiental dos bens. A preocupação com a preservação dos centros históricos se intensificou, e, ao mesmo tempo, a sua valorização, especialmente no contexto da turistificação, contribuiu para a reativação desses espaços, agora ressignificados como museus a céu aberto, mas também como locais vivos e dinâmicos.

O conceito de Historic Urban Landscape (HUL), apresentado pela Unesco em 2011 trouxe a ideia de áreas históricas como sistemas estratificados, refletindo uma abordagem e colaboração interdisciplinar para sua preservação e transformação. De acordo com Geng *et al.* (2025), o surgimento deste conceito é um fator importante no direcionamento da pesquisa em patrimônio.

Considera-se paisagem urbana histórica a área urbana que resulta da estratificação histórica de valores e atributos culturais e naturais que transcende a noção de centro histórico ou conjunto histórico para passar a incluir o contexto urbano mais abrangente, bem como o respetivo meio geográfico (Unesco, 2011, tradução própria).

Os centros históricos, que um dia foram símbolos da centralidade e da riqueza cultural de uma cidade, hoje enfrentam o desafio de equilibrar a preservação de sua memória com as necessidades de uma sociedade moderna e globalizada. Nesse processo, a atuação das políticas de preservação e a participação ativa das comunidades locais são fundamentais para garantir que esses espaços continuem a ser vivenciados e apreciados, sem perder sua essência histórica e cultural.

A discussão sobre os centros históricos sublinha a necessidade de preservação e valorização de espaços urbanos que são parte fundamental da memória, identidade cultural e dinâmica social de uma cidade. A gestão desses espaços não deve ser entendida apenas como uma responsabilidade institucional ou governamental. Pelo contrário, deve envolver ativamente as comunidades locais, pois são os moradores e frequentadores que garantem que esses locais continuem vivos e representativos de sua identidade e história.

Sob esse aspecto, a Carta de Burra, por exemplo, enfatiza que a preservação do patrimônio cultural não pode ser um processo isolado, mas deve ser conduzido de forma colaborativa, com a participação da comunidade local. Já o HUL, reconhece os instrumentos de participação cívica, os quais devem contar com a participação de grupos representativos da sociedade, permitindo a identificação dos valores essenciais das áreas, de forma a desenvolver uma visão que reflita a diversidade (Unesco, 2011).

Essa visão se alinha diretamente ao conceito de coprodução, no qual a participação ativa dos cidadãos é vista como fundamental para que os serviços públicos, como a preservação do patrimônio histórico, atinjam seus objetivos de forma mais eficaz e significativa. Como Ostrom (1996) e Pacheco (2016) destacam, a coprodução envolve uma divisão de responsabilidades entre o poder público e a sociedade, permitindo que ambos os lados compartilhem tanto os acertos quanto os erros do processo. Nos centros históricos, a gestão e preservação de espaços culturais podem ser mais bem-sucedidas quando as comunidades locais estão integradas nas decisões e no planejamento, criando uma sinergia entre saberes.

Além disso, o processo de coprodução também implica uma democratização das decisões. No caso dos centros históricos, isso se traduz em envolver as comunidades locais não apenas como espectadores, mas como protagonistas da gestão do patrimônio. Isso é particularmente importante, pois os centros históricos muitas vezes enfrentam uma tensão entre preservação e modernização, como

destacado neste capítulo, os espaços históricos podem ser transformados em "museus a céu aberto" ou, ao contrário, podem perder sua essência ao se tornarem completamente desconectados das necessidades dos habitantes.

2.4 COPRODUÇÃO DOS ATORES DA CIDADE

O conceito de coprodução foi desenvolvido por pesquisadores no *Workshop in Political Theory and Policy Analysis*, nos anos 1970, afirma Ostrom (1996). Nesse período, destaca o autor, os pesquisadores lutavam contra as ideias fortemente apoiadas pelo poder público de centralização dos serviços, sendo os serviços policiais uma das pautas de discussão e nada os levou a concluir que uma polícia centralizada seria melhor, tanto em termos de serviço prestado à comunidade quanto em termos de custo, que uma "polícia de bairro" (bairros com características em comum, agrupados a uma jurisdição).

A partir dos estudos, percebeu-se que, ao contrário de um bem, um serviço dificilmente seria produzido sem a participação daqueles que irão recebê-lo, portanto, a escola não será adequada se os alunos não estiverem envolvidos em sua própria educação, tampouco a polícia será eficaz se os moradores do bairro não estiverem engajados com a segurança do local (Ostrom, 1996). Ou seja, para que os serviços públicos atendam de maneira satisfatória o objetivo pelo qual são criados, é necessária a participação popular.

Desenvolvemos o termo "coprodução" para descrever as potenciais relações que poderiam existir entre o produtor "regular" (policiais de rua, escolas, professores ou profissionais da saúde) e "clientes" que desejam ser transformadas pelo serviço prestado em pessoas mais seguras, educadas e saudáveis. A coprodução é uma sinergia entre o que um governo faz e o que os cidadãos podem fazer (Ostrom, 1996, p. 1.079, tradução própria).

A ideia da produção de um bem ou serviço em coprodução traz imbuído o sentimento da divisão da responsabilidade – para os acertos e para os erros. É esse senso de responsabilidade que engaja as pessoas a participarem de um processo.

Outra característica relevante quando se fala em coprodução refere-se à pluralidade de fontes de conhecimento, carregadas de heterogeneidade e que, por tais atributos, uma solução coproduzida muito provavelmente atenderá de maneira mais satisfatória às demandas e necessidades daqueles que dela dependem. Para além do aspecto positivo, é necessário lidar com os desafios das equipes

transdisciplinares, considerando os conflitos de visão, de posicionamento e de comunicação, buscando um ambiente de confiança mútua (Pacheco, 2016).

A coprodução tem tido seu conceito incrementado ao longo do tempo, mas, de acordo com Prado (2022), em todas as definições há a convergência sobre o objetivo principal da coprodução ser a democratização das decisões na construção de resultados obtidos. Ademais, salienta-se a participação dos interessados no processo, cliente e prestador de serviço, governo e população, todas as partes envolvidas e atingidas pelo bem/serviço/problema (e consequente solução) participam do processo.

Em seu estudo sobre a temática da coprodução, Pacheco (2016) afirma que a falta de definição entre o referido termo, cooperação e colaboração, torna mais difícil o caminho da disseminação da cultura de coprodução tanto para a ciência, em áreas de tecnologia e inovação, quanto para a educação. Todas as áreas, destaca o autor, seriam beneficiadas se houvesse a distinção correta dos termos, a saber:

- a) Cooperação: operação conjunta.
- b) Colaboração: elaboração em grupo.
- c) Coprodução: produção de autoria compartilhada.

O autor apresenta uma pirâmide que, à medida que o processo vai chegando na parte final, de produção, diminui a presença de integração coletiva. A base da pirâmide inclui ainda o termo coexistência, uma vez que denota única e exclusivamente a convivência das pessoas em um ambiente (Ex.: classe de alunos, colegas de trabalho).

A Figura 1 demonstra o nível de integração e a presença de coletividade em cada um dos termos.

Figura 1 – Integração entre os temas coprodução, colaboração, cooperação e coexistência



Fonte: Pacheco (2016)

O diagrama sugere uma progressão dos níveis de interação entre atores, começando pela coexistência (uma simples convivência) até a coprodução (uma colaboração profunda e integrada). Cada nível implica um grau crescente de comprometimento, coordenação e dependência mútua entre os participantes.

No nível de coexistência, há uma interação mínima, onde os atores estão no mesmo ambiente, mas suas atividades seguem de forma independente. Quando se fala em cooperação, há uma divisão de tarefas, mas as ações são coordenadas para alcançar um objetivo comum. No caso da colaboração, a interação se torna mais profunda, com trocas de ideias e uma compreensão compartilhada, embora o resultado não seja necessariamente tangível. Por fim, a coprodução representa o nível máximo de interação, no qual os atores não apenas trabalham juntos, mas também criam algo em conjunto, compartilhando plenamente a autoria do resultado.

Pacheco (2016) afirma que a coexistência não é um fator essencial para que haja cooperação, colaboração ou coprodução, isto é, todas podem ocorrer com indivíduos que não necessariamente pertençam a um mesmo ambiente físico.

Se, inicialmente, a coprodução surgiu como uma denominação para as relações existentes entre o poder público e a sociedade objetivando a produção de um serviço, atualmente o termo é empregado em diversos outros setores, além de ganhar ramificações, como é o que propõem Armitage *et al.* (2011) ao definirem a expressão coprodução de conhecimento, cuja definição está relacionada à reunião de

fontes plurais de conhecimento para apresentar uma resolução integrada a um problema preestabelecido.

Esse tipo específico de coprodução foi abordado pelos autores em um estudo de cogestão do Ártico canadense, visando integrar conhecimento científico e o conhecimento dos povos nativos para compor mecanismos que propiciem capacidade de adaptação à mudança e planejamento futuro. Sob essa perspectiva, destacam Armitage *et al.* (2011), a coprodução é um dispositivo de aprendizagem coletiva.

Para Wyborn *et al.* (2019), a coprodução, dentro da perspectiva da sustentabilidade, representa uma forma tanto de enfrentar desafios sociais, quanto de fornecer subsídios para que a relação ciência e sociedade seja repensada. Sob esta ótica, destacam os autores, os cientistas passam a ser parceiros na coprodução do conhecimento, envolvendo uma diversidade de grupos e seus saberes.

Ao adotar esta postura, os pesquisadores demonstram estar dispostos a promover diferentes perspectivas sobre a mesma temática, bem como viabilizar que a tomada de decisão seja pautada em conhecimento (Lemos *et al.*, 2018). Isso porque, conforme destacam estes autores, no processo de coprodução, os participantes (sejam eles pesquisadores ou *stakeholders*), apresentam habilidades e conhecimentos complementares entre si, o que é essencial na busca de soluções diversas e inclusivas.

Soluções coproduzidas baseadas em conhecimento podem ser materializadas a partir do engajamento da população na construção de soluções para suas cidades. O envolvimento dos moradores nos processos decisórios favorece a criação de iniciativas mais legítimas, enraizadas nas demandas reais e capazes de gerar maior senso de pertencimento e corresponsabilidade. Verschure, Brandsen e Pestoff (2012) destacam que o envolvimento do cidadão depende do quão relevante ele enxerga que é o impacto dos serviços em sua vida. Dessa forma, destacam os autores, bens duradouros têm maior chance de atrair a atenção dos cidadãos, de engajá-los. Por essa ótica, o cidadão, ao se sentir pertencente a um lugar, tende a ser mais participativo – afinal, uma cidade pensada por pessoas e para pessoas, é um bem duradouro e de interesse coletivo.

As conclusões do estudo apresentado por Bezerra *et al.* (2022) corroboram a perspectiva dos autores supracitados. Em seu estudo, esses pesquisadores, objetivavam mensurar os aspectos capazes de engajar os cidadãos a participar de ações que envolvam a coprodução. Segundo os autores, é possível identificar um

maior esforço na participação dos cidadãos quando há, por parte deles, a percepção de que o serviço prestado impactará a vida de alguém próximo a ele (amigo ou parente), mas também, verifica-se o esforço quando o indivíduo acredita que o serviço será relevante para a sociedade o que, de certa forma, contribui para mais um fator de motivação observado pelos pesquisadores: a sensação de pertencimento e identificação com um grupo.

A participação cidadã não apenas enriquece a formulação de políticas públicas com múltiplas perspectivas, como também fortalece o tecido social, contribuindo para que os resultados sejam sustentáveis ao longo do tempo.

O sentimento de pertencimento, abordado anteriormente, torna-se ainda mais relevante enquanto aspecto motivacional para o engajamento da sociedade, quando se trata de centralidade histórica, conforme será apresentado na próxima subseção.

2.4.1 Coprodução em Centros Históricos

Para identificação do problema de pesquisa, foi elaborada uma revisão integrativa – a qual será apresentada nos próximos capítulos – tendo como base de consulta a participação cidadã em projetos de recuperação de centros históricos, buscando encontrar modelos que se utilizassem de algum nível de coprodução de forma a envolver a sociedade na busca de soluções para os problemas por ela vivenciados.

A partir dos trabalhos selecionados para a leitura, buscou-se identificar como ocorreram os processos de reestruturação de centros históricos, com foco em algum tipo de participação social, se houve e foi efetiva, como ocorreu e se atingiu os objetivos do projeto.

A pesquisa realizada por Silva (2006) aborda a revitalização do Sítio Histórico Urbano de Porto Alegre, destacando o papel da memória coletiva, do imaginário social e das práticas sociais na preservação e requalificação do patrimônio cultural. O estudo visa propor uma abordagem inovadora para a revitalização do centro histórico, considerando tanto aspectos materiais quanto imateriais do patrimônio. O turismo também é mencionado pela autora como uma ferramenta importante para a revitalização, mas é necessário equilibrá-lo com a preservação da autenticidade do local.

Silva (2006) cita o Projeto “Monumenta Porto Alegre” como uma iniciativa importante para a revitalização do Centro Histórico, com ênfase na qualificação urbana e na preservação do patrimônio cultural. Além da recuperação física de edifícios e espaços públicos, o projeto também enfatiza a educação patrimonial e a criação de roteiros turísticos para valorizar o patrimônio histórico. Um dos primeiros passos para o esse Projeto foi o Fórum do Centro Histórico, envolvendo diversas esferas de governo e a comunidade local, buscava identificar as necessidades do Sítio Histórico de Porto Alegre.

O projeto Monumenta em Porto Alegre incluiu oficinas voltadas para artesãos locais, coordenadas em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), visando qualificar a produção artesanal e valorizar as raízes culturais da região. Demonstrando, segundo Silva (2006), um esforço de inclusão das práticas sociais locais no processo de revitalização.

Dentro da área do turismo, Silva (2006) destaca que o Orçamento Participativo permitiu à população influenciar na alocação de recursos, como a criação da Linha Turismo. A autora aponta que há uma fragilidade na política de turismo no uso do patrimônio, com pouca integração entre os agentes interventores (planejadores) e os agentes das práticas sociais (moradores, comerciantes, artesãos). Isso pode limitar a eficácia das intervenções e a sustentabilidade dos resultados

São observados ainda alguns desafios como a falta de recursos e a dificuldade de conciliar interesses diversos (moradores, comerciantes e turistas). Outros obstáculos incluem a falta de motivação de funcionários e a falta de sensibilização de alguns agentes públicos.

Apesar dos esforços de participação, há relatos de que nem sempre as propostas de revitalização estão alinhadas às necessidades reais dos moradores e frequentadores do centro histórico. A pesquisadora concluiu, a partir de entrevistas realizadas, que a participação popular pode ser mais formal que efetiva, a partir da observação de que as intervenções com participação popular são focadas em aspectos macro, enquanto questões cotidianas são negligenciadas.

Silva (2006) salienta que a participação popular nos projetos de revitalização do centro histórico de Porto Alegre pode ser considerada forte em termos institucionais e culturais, dada a tradição de engajamento cidadão na cidade e os esforços para incluir a comunidade em fóruns e debates; essas características são marcantes e diferenciam a cidade em relação a outras no Brasil. No entanto, a integração entre os

anseios da população com os projetos para a cidade apresenta fragilidades práticas, como desconexão entre propostas e realidade local, limitações na escala e continuidade das ações, e conflitos de interesses.

O Projeto “Monumenta Porto Alegre” também aparece na pesquisa de Carvalho (2009), apresentado como um exemplo de intervenção urbana integrada, com melhorias na infraestrutura, acessibilidade e iluminação cênica. Em sua obra, o autor buscou compreender como o patrimônio histórico pode ser ressignificado não apenas como um “objeto” físico, mas como um “sujeito” dinâmico que desempenha funções políticas, sociais e econômicas. Ele analisa os processos de preservação e revitalização de centros históricos, destacando a importância da memória coletiva, das práticas sociais e do imaginário cultural na construção de significados para esses espaços.

Assim como Silva (2006), Carvalho (2009) identificou em suas entrevistas o mesmo problema ligado à falta de comprometimento quanto à participação cidadã em questões cotidianas, como a manutenção de jardins e a limpeza de espaços públicos.

O turismo é enfatizado pelo autor como uma ferramenta estratégica para a revitalização de centros históricos; ele não apenas gera receitas para manter os espaços recuperados, mas também amplifica a visibilidade cultural dessas áreas. Há, entretanto o alerta para os riscos da massificação turística. Carvalho (2009) defende que o turismo deve ser gerido de forma responsável, garantindo que todos tenham acesso ao patrimônio cultural.

O autor corrobora com a conclusão de Silva (2006) de que os projetos de recuperação de centros históricos em Porto Alegre contêm elementos significativos de participação popular, especialmente devido à tradição de engajamento cidadão na cidade há, no entanto, espaço para melhorias, especialmente no que diz respeito à continuidade, sinergia entre agentes e alinhamento das intervenções com as necessidades reais da população.

Carvalho (2009) analisou também a situação geral de outros centros históricos e de projetos de revitalização. O autor abordou a política de preservação do patrimônio histórico e sua importância como referencial histórico-cultural para a identidade social; ele defende que a preservação do patrimônio não é um mero ato discricionário da administração pública, mas sim um dever baseado em princípios constitucionais.

Para aplicação desse dever, Carvalho (2009) destaca a descentralização como uma estratégia essencial para envolver a comunidade na preservação do

patrimônio. O autor argumenta que as democracias modernas tendem a descentralizar o poder para superar desigualdades e marginalizações, permitindo que municípios e grupos locais assumam maior protagonismo na gestão do patrimônio histórico. Como exemplo, Carvalho (2009) cita o Programa de Recuperação de Cidades Históricas. Iniciado nos anos 1970, esse programa propôs um modelo de descentralização para restaurar cidades históricas brasileiras. No entanto, houve desafios na implementação devido à falta de políticas específicas e à dificuldade de garantir que a população local permanecesse integrada aos sítios históricos restaurados.

Em sua dissertação de mestrado, Braga (2008) aborda a complexidade dos projetos de reabilitação urbana em centros históricos, com foco no Centro Histórico de Salvador. A autora analisa as intervenções ocorridas no local desde 1991, quando este passou a ser reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) como Patrimônio da Humanidade.

Braga (2008) aborda, primeiramente, o processo de degradação pelo qual o Centro Histórico de Salvador viveu e, depois, as diversas fases de intervenção do Projeto de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, os resultados alcançados e as controvérsias relacionadas, especialmente em relação aos efeitos da gentrificação gerados a partir das intervenções ocorridas em projetos e intervenções anteriores.

A formulação do Projeto de Recuperação propôs alternativas que enfatizavam a inclusão da participação popular desde o planejamento até a execução. Esta abordagem visava garantir que os interesses e necessidades da população local fossem considerados, permitindo que contribuíssem ativamente para a formação de um espaço que refletisse suas identidades e histórias. Uma das principais inovações nas fases posteriores do projeto foi a valorização do uso habitacional dentro do Centro Histórico, contrapondo-se à tendência anterior de conversão desses espaços em áreas predominantemente turísticas e comerciais. A ênfase no uso residencial visava manter a população original na área, preservando sua estrutura social e cultural, isso foi possível, destaca Braga (2008) por meio da implementação de políticas de habitação acessível e a promoção de atividades econômicas que beneficiassem diretamente os residentes.

Outra forma de incluir a população no projeto ocorreu com a execução de rodadas de consultas públicas, nas quais os moradores puderam expressar suas preocupações e sugestões. O ativismo comunitário desempenhou um papel crucial

em moldar a direção das políticas de reabilitação, assegurando que estas refletissem os desejos e necessidades da comunidade. Sobre este aspecto, Braga (2008) destaca as atividades desempenhadas pela Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico de Salvador (AMACH), responsável por ser a voz da comunidade, principalmente a partir do momento que surgiu a necessidade de se repensar as formas adotadas de intervenção para a região, uma vez que a prática do turismo não estava auxiliando no processo de manutenção da área, sendo, por vezes, prejudicial – sobretudo aos moradores.

Programas de educação e capacitação foram implementados para equipar os moradores locais com habilidades necessárias para participar ativamente do processo de reabilitação. Isso incluiu treinamentos em gestão de patrimônio, turismo, e práticas de conservação, permitindo que a comunidade se envolvesse de maneira sustentável na preservação de seu ambiente.

Em resumo, a participação popular na reabilitação urbana do Centro Histórico de Salvador evoluiu significativamente ao longo do projeto, com a incorporação de estratégias que buscavam integrar e beneficiar a população local.

O Centro Histórico de Salvador também foi alvo de estudo na pesquisa de Riscado (2019), em seu artigo intitulado Turismo e participação social na gestão do Centro Histórico de Salvador (BA), a autora analisa o impacto das atividades turísticas e seu papel nos projetos para o Centro Histórico de Salvador, tendo como foco a interação entre turismo e a gestão participativa no contexto da revitalização do local.

Riscado (2019) identifica que, ao se alinhar com setores empresariais, o setor turístico se distancia das questões sociais, especificamente da inclusão social, como pauta relacionada à recuperação dos centros históricos. O artigo identifica uma falha recorrente nos projetos de revitalização: a baixa eficácia em incorporar mecanismos de participação da sociedade civil, o que fica evidenciado pela tendência dos projetos em priorizar a atração de turistas e investidores ao invés de atender às necessidades da população local. Vários exemplos históricos e contemporâneos são explorados para ilustrar como as políticas adotadas frequentemente resultam em gentrificação, com a comunidade local sendo marginalizada ou expulsa para dar lugar a empreendimentos que favorecem o turismo e o comércio, em detrimento do bem-estar dos residentes originários.

Segundo a autora, nas décadas de 1960 e 1980, importantes iniciativas de identificação do patrimônio da parte histórica de Salvador foram promovidas, e locais

como o Pelourinho, passaram a ganhar destaque, no entanto, toda a campanha de *marketing* criava uma dinâmica para o local, interferindo no perfil social, inclusive dos seus moradores.

A partir de 2010, ressalta Riscado (2019), elaborou-se e implementou-se o Plano de Reabilitação Integrado e Participativo do Centro Antigo de Salvador, com o intuito de estabelecer diretrizes a partir do diálogo com a sociedade. Para atingir este objetivo, as Câmaras Temáticas foram estabelecidas como plataformas de diálogo e consulta, englobando várias áreas como Cultura, Educação, Turismo, Lazer, Economia, Planejamento, Comércio, Serviços, Emprego e Renda, Direitos Humanos, Segurança, Cidadania e Justiça, além de Habitação, Infraestrutura, Mobilidade e Meio Ambiente. Essas câmaras têm o papel de integrar a sociedade civil nas etapas de planejamento e avaliação das políticas e ações desenvolvidas no Centro Histórico e áreas adjacentes.

Durante a execução desse Plano, a Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico de Salvador (AMACH), criada em 2002, exerceu um papel essencial de orientação sobre ações coletivas de denúncia sobre o processo de exclusão pelo qual os habitantes do Centro Histórico de Salvador estavam passando desde 1992, quando foi iniciada a revitalização do conjunto arquitetônico do Centro Histórico de Salvador.

Em análise, Riscado (2019), verifica que ainda que houvesse a tentativa de incluir a participação popular no desenvolvimento do Plano, não se pode observar a efetividade dessa participação, uma vez que ela ocorreu de maneira mais consultiva que propositiva, ou seja, as não houve ainda uma iniciativa – ainda que o Plano de Reabilitação Integrado e Participativo do Centro Antigo de Salvador seja o que mais próximo tenha chegado disso – capaz de garantir que as vozes da comunidade local não apenas fossem ouvidas, mas também tenham de fato exercido impacto significativo nas decisões que afetam a região e a sua própria vida.

Mosquera Díaz (2022) realizou uma análise do Centro Histórico de Salvador sob uma outra ótica. Em sua tese, o pesquisador estudou a formação e operação de redes de gestão público-privadas em reformas urbanas na cidade de Salvador, mas também realizou um comparativo com Cali, na Colômbia. O estudo foca no Programa Revitalizar, desde 2017, e no Projeto Cidade Paraíso, a partir de 2009, ocorridos nas cidades brasileira e colombiana, respectivamente.

O Programa Revitalizar faz parte de uma série de reformas urbanas implementadas na cidade de Salvador e está inserido no projeto Salvador 360° da Prefeitura Municipal. Ele foca na restauração e recuperação de imóveis no Centro Antigo de Salvador e é parte do esforço para reorganizar sócio economicamente o espaço, aproveitando o potencial turístico e patrimonial da área. O programa também visa consolidar o centro histórico como cenário de investimentos econômicos, destacando-se pelo uso de concessões à iniciativa privada para promover a recuperação de espaços culturais e patrimoniais para fins turísticos.

Para garantir estes objetivos, o programa é executado por meio da gestão público-privada, caracterizada por parcerias, alianças, estratégias conjuntas e coalizões entre diferentes agentes urbanos. Utiliza incentivos fiscais e benefícios para atrair investimentos privados em projetos de restauração e recuperação de imóveis, com foco no potencial turístico e cultural do Centro Antigo.

Já o Projeto Cidade Paraíso, destaca Mosquera Díaz (2022), visa a recuperação funcional, modernização e revitalização do centro de Cali, melhorando a infraestrutura, a mobilidade e a funcionalidade da área. O projeto inclui a construção de novas infraestruturas como um shopping center, uma estação de transporte central e uma sede da Fiscalía General de la Nación.

Assim como em Salvador, o projeto de Cali também conta com a parceria público-privada, mas tem como diferencial, destaca o autor, o planejamento participativo em colaboração com a comunidade local. Esta iniciativa, entretanto, está mais relacionada às negociações e compensações devido às demolições de moradias, que, de fato, a um processo em que os moradores participam do planejamento de toda a ação de recuperação e modernização do local.

Os referidos programas, segundo o autor, ainda que promovam a modernização e revitalização dos centros urbanos, tendem a favorecer interesses de negócios e turismo, muitas vezes em detrimento dos residentes. As críticas focam em três pontos principais: exclusão social, impactos socioeconômicos e a falta de programas sociais adequados. Para Mosquera Díaz (2022), em ambos os contextos, Salvador e Cali, as reformas urbanas são conduzidas de forma que pouco espaço é dado para a participação efetiva dos residentes. As decisões são frequentemente tomadas por redes de poder que incluem agentes públicos e privados com interesses em turismo e negócios, excluindo os moradores das áreas afetadas, que são os mais impactados pelas transformações urbanas, isso porque as políticas tendem a valorizar

mais a estética e o nível de atratividade para os turistas, que as necessidades habitacionais e sociais dos residentes.

As reformas são voltadas para transformar os centros históricos em áreas de alto valor econômico o que, destaca o autor, culmina no processo de gentrificação, uma vez que a população local é deslocada devido ao aumento do custo de vida e alterações no tecido social e econômico das regiões.

Marinho (2022) também apresenta suas críticas às abordagens dos programas de revitalização executados no Centro Histórico de Salvador, especificamente o Plano de Reabilitação Participativo do Centro Antigo e o Programa Salvador 360.

O Programa Salvador 360 foi um projeto municipal focado na revitalização e no desenvolvimento econômico de Salvador que abrangeu diversas áreas de intervenção, como infraestrutura, mobilidade, gestão fiscal e incentivos para atrair novos negócios.

Segundo Marinho (2022), o Programa adotou uma metodologia focada em diversas frentes de atuação para a revitalização e desenvolvimento econômico da cidade, como infraestrutura, mobilidade e incentivos para atrair novos negócios. As intervenções foram planejadas em um modelo holístico, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais da cidade, para garantir um impacto amplo e integrado.

Já o plano de Reabilitação Participativo do Centro Antigo de Salvador, destaca o autor, visou à revitalização dessa região histórica, com a intenção de melhorar a qualidade de vida dos moradores e preservar o patrimônio cultural. O plano foi idealizado para contar com a participação da comunidade, caracterizando-se por sua abordagem colaborativa, envolvendo a comunidade local no processo de planejamento e permitindo que os moradores contribuíssem ativamente nas decisões sobre a reabilitação de seu espaço urbano, desde a fase de diagnóstico até a implementação das intervenções. Esse processo incluiu reuniões, oficinas participativas e consultas públicas para captar as opiniões e necessidades dos envolvidos, salienta Marinho (2022).

No entanto, conforme alega Riscado (2019) e Mosquera Díaz (2022) já haviam destacado em suas obras, ainda que os modelos de revitalização abordem a perspectiva de aproximar a sociedade e busquem ter um caráter participativo, na prática, ocorre de maneira diversa. Marinho (2022) corrobora com estes autores em

seu estudo, o qual revelou que apesar das promessas de desenvolvimento inclusivo e benefícios comunitários, a participação popular efetiva foi notavelmente limitada. Essa falta de envolvimento direto dos residentes nos processos decisórios levou a uma forma de revitalização que privilegiou interesses comerciais e de investidores em detrimento das necessidades e do bem-estar da comunidade residente.

Este autor critica a maneira como os planos de revitalização foram conduzidos, apontando para uma dinâmica de exclusão social em que as vozes dos habitantes do Centro foram sistematicamente ignoradas. Isso resultou em intervenções urbanas que exacerbaram a segregação socioespacial, ao invés de promover a integração e melhoria da qualidade de vida da população local. A análise sugere que a ausência de mecanismos eficazes de participação comunitária contribuiu para a reprodução de desigualdades existentes e a marginalização de grupos já vulneráveis.

O texto de Marinho (2022) enfatiza a necessidade urgente de reformular as práticas de planejamento urbano para incluir todas as partes interessadas, especialmente as comunidades locais, garantindo que a revitalização urbana seja verdadeiramente inclusiva e equitativa, uma vez que, sem a participação ativa da população local, os projetos de revitalização tendem a falhar em atender às necessidades daqueles que eles pretendem (ou deveriam pretender) beneficiar, perpetuando ciclos de exclusão e desigualdade.

Cerchiari (2019), além de apresentar críticas semelhantes às de Riscado (2019), Marinho (2022) e Mosquera Díaz (2022) ao Plano de Reabilitação Participativo do Centro Antigo de Salvador – ressaltando a insatisfação dos moradores quanto ao não atendimento integral de suas demandas, especialmente no que diz respeito à preservação das dinâmicas sociais preexistentes – apresentou em sua obra projetos voltados à habitação social, como o Programa Rememorar, Requalificação Urbana do Pilar e Projeto de Requalificação de Vila Nova Esperança.

O Programa Rememorar, destaca Cerchiari (2019), tentou oferecer moradias acessíveis, mas falhou devido à falta de recursos e à resistência de alguns grupos. Já a Requalificação Urbana do Pilar incluiu a construção de unidades habitacionais para moradores de baixa renda, mas foi criticado por não considerar adequadamente as práticas sociais e culturais locais. O último programa também, não se mostrou exitoso; o Projeto de Requalificação de Vila Nova Esperança, apesar de ser voltado para a

construção de habitações sociais, apresentou desconexão com as demandas reais da comunidade.

Cerchiari (2019) analisou a sétima etapa do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, iniciado nos anos 2000. Essa etapa ficou marcada pela retirada de famílias da área do Pelourinho, o que resultou na associação de moradores (AMACH), já mencionada anteriormente. A pressão exercida pela AMACH e pelo Ministério Público resultou em um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) em 2005, garantindo o direito a permanência na área de famílias que estavam previamente cadastradas.

Embora haja esforços para incorporar a participação popular nos projetos de recuperação do Centro Histórico de Salvador, esses esforços ainda são insuficientes para garantir a inclusão plena das comunidades locais, destaca o autor. Os principais desafios apontados na pesquisa são os conflitos de interesse, a sustentabilidade social e a falta de recursos. A sétima etapa do programa de recuperação é apresentada como um avanço em relação às fases anteriores, mas ainda enfrenta desafios significativos, como a falta de recursos, conflitos de interesses e a transformação do tecido social local. Para alcançar uma revitalização verdadeiramente sustentável, é necessário fortalecer os mecanismos de participação e garantir que as vozes dos moradores nativos sejam ouvidas e respeitadas.

A crítica aos projetos criados para revitalizar os centros históricos é frequente entre os pesquisadores, sobretudo no que diz respeito à forma como a população é inserida no contexto. Mosqueira (2007) realizou um estudo sobre as intervenções realizadas na Região da Luz, centro histórico de São Paulo. O estudo se aprofunda nos projetos de reabilitação urbana, mostrando como as políticas públicas e financiamentos, especialmente através do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), têm moldado o desenvolvimento e a conservação da área.

A autora, em 2007, já criticava a forma como as políticas públicas estavam sendo implementadas, favorecendo o capital privado e contribuindo para a gentrificação, pois a população local não conseguia mais arcar com o custo de vida.

Mosqueira (2007) destaca que os projetos, apesar de suas intenções de revitalização urbana, muitas vezes são concebidos e implementados com uma participação popular limitada ou superficial. Este aspecto é discutido principalmente no contexto do Programa Monumenta, que visa a valorização imobiliária e ao

desenvolvimento econômico, mas que, muitas vezes prioriza interesses privados e econômicos em detrimento das necessidades e demandas da comunidade local.

O Programa Monumenta, menciona Mosqueira (2007), é tratado como um esforço nacional para a revitalização de conjuntos históricos, com financiamento através de um contrato de empréstimo entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Governo Federal do Brasil. Ele se insere em uma tendência mais ampla de intervenções urbanas que não se limitam apenas ao financiamento, mas também orientam a formulação dos projetos, aplicando metodologias de intervenção específicas em países latino-americanos que recebem recursos para a reabilitação de suas cidades.

No entanto, na prática, Mosqueira (2007) compreende que projetos como os financiados pelo BID tendem a ser formulados com metodologias de intervenção que são aplicadas de maneira uniforme em diferentes contextos latino-americanos, o que pode não ser adequado para algumas regiões, como é o caso da Luz.

Além da falta de adequação quanto às especificidades do local de aplicação do projeto, Mosqueira (2007) critica a abordagem de implementação dos projetos, que é frequentemente de cima para baixo, isto é, as decisões são tomadas por instituições de financiamento ou governamentais sem uma consulta efetiva à população local. Falta, para estas metodologias, incorporar a participação das comunidades locais nas fases de planejamento e implementação, menciona a autora.

Os primeiros centros históricos, por serem ainda mais antigos – como não poderia deixar de ser –, passaram por mais intervenções – positivas e negativas e, desta forma, é mais frequente na literatura a presença de programas voltados para sua recuperação, bem como as críticas voltadas a eles

Köhler (2011) realizou, em sua pesquisa, um exame das políticas públicas de regeneração urbana focadas na preservação do patrimônio cultural e promoção de lazer e turismo no Pátio de São Pedro em Recife, entre 1969 e 2008. O Pátio faz parte do Centro Histórico de Recife, circundado pelos casarões coloniais e pela Catedral de São Pedro dos Clérigos.

O autor destaca que embora o Pátio de São Pedro tenha sido preservado arquitetonicamente, as políticas de regeneração urbana falharam em engajar a comunidade local e em transformar a área em um centro de turismo próspero e sustentável. As iniciativas não incluíram ações de educação patrimonial que poderiam

aumentar a apropriação do espaço pelo público geral, o que reflete uma desconexão entre as políticas implementadas e as necessidades e desejos dos residentes.

Como solução, Köhler (2011) propõe um novo modelo de gestão para o Pátio de São Pedro que inclui a responsabilização e a participação dos residentes e trabalhadores do núcleo antigo como principais stakeholders, tentando remediar as deficiências passadas em termos de inclusão comunitária nas práticas de regeneração urbana.

Rivera-García e Reyes-Schade (2023) apresentaram em seu trabalho, uma tentativa de inclusão da sociedade em um projeto de renovação do Centro Histórico de *San Salvador* em *El Salvador*, por meio da arte por meio do projeto *Barrios Vivos*.

Barrios Vivos, destacam os autores, envolveu a comunidade local de Santa Lucía em todas as fases, desde a identificação de problemas até a execução de intervenções artísticas, promovendo um forte sentido de propriedade e pertencimento entre os residentes. Esse processo incluiu entrevistas, grupos focais, e oficinas participativas, permitindo que os residentes expressassem suas percepções e necessidades.

As atividades artísticas foram desenvolvidas com a entrada ativa da comunidade, resultando na criação de murais que refletem a identidade cultural e social do local. Essas obras de arte não apenas embelezaram o bairro, mas também foram projetadas para reforçar o sentido de pertencimento e orgulho comunitário. A implementação de murais e outras formas de arte urbana melhorou a percepção da segurança, fortaleceu laços comunitários, e ajudou a comunidade a redefinir a imagem pública de áreas anteriormente marginalizadas.

A sustentabilidade dessas intervenções é discutida por Rivera-García e Reyes-Schade (2023), os quais sugerem que a continuidade e o sucesso deste tipo de projeto dependem do envolvimento contínuo da comunidade e do apoio de políticas públicas adequadas. Os autores concluem que, ainda que a arte urbana tenha efeitos positivos significativos, há limitações quando enfrentada com problemas estruturais complexos, como violência e pobreza extrema. O caso de Santa Lucía ilustra como a inclusão ativa dos cidadãos nos processos de urbanismo pode reforçar a resiliência comunitária como forma de engajamento social por meio do reforço da identidade local.

Um outro tipo de integração entre a cidade e a sociedade se faz por meio de projetos advindos de universidades, quando os estudantes conseguem atuar em suas

áreas de estudo. Este tripé relacional sociedade-cidade-universidade é abordado por Sánchez, Sánchez e Rosete (2021), por meio da discussão do projeto Casa Analco, uma iniciativa da Faculdade de Arquitetura da Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, que visa à integração e a participação comunitária nos bairros do Centro Histórico de Puebla, no México.

O projeto Casa Analco ilustra novos métodos de aproveitar e proteger o patrimônio cultural antes de uma intervenção total, avaliando as condições dos imóveis e fomentando sua recuperação com a participação ativa da comunidade universitária, voluntários externos e os moradores de Analco, um dos bairros mais antigos de Puebla. Quanto aos alunos, estes estão envolvidos em cursos sobre levantamentos arquitetônicos em casas patrimoniais, técnicas e procedimentos de acabamentos com materiais tradicionais, além de trabalhos sobre reabilitação e gestão para a intervenção do imóvel.

O objetivo é consolidar um espaço cultural onde o público geral, especialmente os moradores do bairro, possa beneficiar-se de diferentes tipos de iniciativas e programas que promovam a participação cidadã e fortaleçam laços comunitários, reafirmando a importância da universidade como parte integrante e ativa na comunidade urbana.

Para a integração da comunidade, o projeto promove ações como oficinas sobre métodos de conservação patrimonial, além mutirões de limpeza, restauração, e organização de eventos culturais, como forma de fomentar o sentimento de pertencimento e responsabilidade compartilhada pelo espaço urbano.

A Casa Analco, que de fato é um imóvel antigo, é o ponto de encontro onde são realizadas exposições e palestras sobre temas variados, muitos dos quais estão diretamente relacionados ao patrimônio e à história local. Isso permite que a comunidade tenha acesso a informações relevantes e se envolva mais profundamente nas discussões sobre a gestão do Centro Histórico.

A gestão do projeto procura incorporar as vozes da comunidade através de consultas regulares e *feedback* sobre as atividades realizadas, como forma de tentar garantir que as intervenções estejam alinhadas com as necessidades e desejos dos moradores locais, promovendo uma gestão democrática e inclusiva.

Sánchez, Sánchez e Rosete (2021) concluem que a parceria contínua entre a universidade e a sociedade permite que o espaço seja utilizado para a educação formal e informal, servindo também como uma estratégia, tanto de participação

popular, quando de reativação da economia local, melhora a coesão social e promoção da inclusão cidadã na gestão urbana.

O estudo apresentado por Porto Neto (2022), apesar de não abordar especificamente um projeto de revitalização de centros históricos, apresenta justamente como problemática, a falta da participação popular, no que o autor chama de desmemória e cultura do esquecimento, como algumas das ameaças ao patrimônio arquitetônico e imaterial da cidade.

A pesquisa é baseada no centro histórico de Fortaleza, o qual ainda que seja um espaço cheio de significados históricos, marcado por sua arquitetura colonial, prédios públicos e ruas que refletem a memória coletiva da cidade, tem sofrido com processos de degradação, ocupação irregular, especulação imobiliária e descaso governamental. Esses fatores levaram à perda de edifícios históricos, à fragmentação da paisagem urbana e ao enfraquecimento das tradições culturais locais.

Porto Neto (2022) afirma que a deterioração do centro histórico afeta diretamente as comunidades que vivem ou trabalham na região; moradores e comerciantes enfrentam condições precárias de vida e trabalho, enquanto práticas culturais tradicionais são gradualmente apagadas.

O autor faz uma crítica à especulação imobiliária sobre o centro histórico, resultando na substituição de edifícios históricos por construções modernas, sem considerar o valor patrimonial da área, à falta de planejamento urbano e ao descaso governamental, uma vez que as políticas públicas existentes por serem insuficientes, descoordenadas ou mal implementadas, são apresentadas de forma *top-down* (decisões tomadas de cima para baixo), sem engajamento da população local.

Como propostas de melhoria para a região do centro histórico de Fortaleza, Porto Neto (2022) defende Políticas Públicas Participativas, que envolvam a população local na gestão do patrimônio cultural, Turismo Sustentável, isto é, sugere-se que o turismo seja usado como ferramenta para resgatar a memória coletiva e fortalecer a identidade cultural da cidade, de forma participativa e responsável e Resgate da Memória Coletiva, a partir da criação de espaços e iniciativas que promovam o resgate das narrativas históricas e culturais do centro, o que poderia envolver diretamente os moradores.

O Quadro 7 apresenta um resumo dos modelos de recuperação mencionados anteriormente quanto à abrangência e à participação popular, bem como quanto à identificação da presença de características de CHIS nos projetos.

Quadro 7 – Projetos de recuperação e nível de participação popular identificado

Autor	Trabalho	Local	Projeto/Programa Analisado	Dimensão de Abrangência	Nível de Participação Popular Projetada	Nível de Participação Popular Identificada	Meio de participação popular	Atores Envolvidos	Proposição do(a) Autor(a)
Silva (2006)	O saber-fazer do turismo na revitalização de sítios históricos urbanos : um estudo das Praças da Alfândega e da Matriz na cidade de Porto Alegre/ RS	Centro Histórico de Porto Alegre, Brasil	Projeto Monumenta Porto Alegre	Patrimônio, turismo (desenvolvimento econômico) e identidade	Alta	Média - tradição de engajamento da população. Participação mais formal que efetiva. Apenas para decisões macro	Orçamento participativo, fórum de planejamento, oficina de qualificação	Comunidade (moradores, comerciantes, artesãos), planejadores	Propiciar a continuidade das ações e a conexão entre as propostas e a realidade da população, limitando o conflito de interesses
Mosqueira (2007)	Reabilitação da região da Luz – Centro histórico de São Paulo: projetos urbanos e estratégias de intervenção	Região da Luz, São Paulo, Brasil	Projetos financiados pelo BID (Programa Monumenta)	Patrimônio, desenvolvimento econômico	Informação não disponível	Ausente – as decisões são tomadas por instituições de financiamento ou governamentais sem uma consulta efetiva à população local	Não há menção de projetos nem de participação popular	Banco Interamericano de Desenvolvimento e Governo Federal do Brasil	Incorporação da população nas fases e planejamento e implementação dos projetos
Braga (2008)	Reabilitação urbana no Centro Histórico de Salvador: Patrimônio Cultural, Turismo e Participação Social	Centro Histórico de Salvador, Brasil	Projeto de Recuperação do Centro Histórico de Salvador (estudo longitudinal)	Turismo, Desenvolvimento econômico, inclusão social (moradia) e patrimônio.	Alta	Alta, se comparada com etapas anteriores – Inclusão da participação popular desde o planejamento até a execução	Consultas públicas (rodadas), programas de educação e capacitação	Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico de Salvador (AMACH) e Governo	Enfatizar a participação dos moradores como forma de refletir a identidade local e resolver problemas de gentrificação
Carvalho (2009)	Do objeto ao sujeito: a função política, social e econômica do Patrimônio Histórico	Centros Históricos	Projeto Monumenta Porto Alegre	Patrimônio, infraestrutura, turismo	Alta	Alta – significativo engajamento da população, com possibilidade de melhorias	Intervenção urbana integrada, orçamento participativo, fórum de planejamento	Comunidade e governo	Descentralização (de poder e de decisão) como estratégia para envolver a comunidade e permitir a

Autor	Trabalho	Local	Projeto/Programa Analisado	Dimensão de Abrangência	Nível de Participação Popular Projetada	Nível de Participação Popular Identificada	Meio de participação popular	Atores Envolvidos	Proposição do(a) Autor(a)
			Programa de Cidades Históricas	Patrimônio (físico, infraestrutura), turismo (desenvolvimento econômico)	Informação não disponível	Informação não disponível	Informação não disponível	Secretaria de Planejamento de Presidência da República	continuidade e o alinhamento dos projetos às necessidades reais
Köhler (2011)	Políticas públicas de regeneração urbana, preservação do patrimônio e lazer e turismo: padrões de intervenção pública e avaliação de resultados no Pátio de São Pedro, Recife, 1969-200	Pátio de São Pedro, Recife, Brasil	Não houve avaliação de um projeto específico	Patrimônio e turismo	Informação não disponível	Ausente – desconexão entre as políticas implementadas e as necessidades e desejos dos residentes	Ausente	Informação não disponível	Responsabilização e participação dos usuários da cidade como principais interessados no processo de revitalização
Cerchiari (2019)	Produção habitacional no campo urbano do Centro Histórico de Salvador, Bahia: a sétima etapa da intervenção no Pelourinho	Centro Histórico de Salvador, Brasil	Programa Rememorar	Inclusão social e qualidade de vida	Informação não disponível	Informação não disponível	Informação não disponível	Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico de Salvador (AMACH) e Ministério Público	Minimizar os conflitos de interesse por meio do fortalecimento dos mecanismos de participação dos moradores, de forma que suas opiniões sejam ouvidas e respeitadas
			Requalificação Urbana do Pilar	Inclusão social e qualidade de vida	Informação não disponível	Baixa – desconexão com as demandas da comunidade	Informação não disponível		
			Projeto de Requalificação de Vila Nova Esperança	Inclusão social e qualidade de vida	Informação não disponível	Baixa – desconexão com as demandas da comunidade	Informação não disponível		
			7 Etapa do Plano de Reabilitação Participativo do Centro Antigo	Patrimônio e Qualidade de vida	Média – há esforços para integração	Baixa – as medidas são insuficientes para a plena integração	Informação não disponível		

Autor	Trabalho	Local	Projeto/Programa Analisado	Dimensão de Abrangência	Nível de Participação Popular Projetada	Nível de Participação Popular Identificada	Meio de participação popular	Atores Envolvidos	Proposição do(a) Autor(a)
Riscado (2019)	Turismo e participação social na gestão do Centro Histórico de Salvador (BA)	Centro Histórico de Salvador, Brasil	Plano de Reabilitação Integrado e Participativo do Centro Antigo de Salvador	Educação, turismo, lazer, desenvolvimento econômico, planejamento, inclusão social, patrimônio (histórico e físico), mobilidade e meio ambiente	Alta – planejamento e avaliação das políticas e ações desenvolvidas	Baixa – mais consultiva que propositiva	Câmaras Temáticas	Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico de Salvador (AMACH)	Criar mecanismos e propiciar que a voz da população seja ouvida de maneira mais propositiva no processo de planejamento
Sánchez, Sánchez e Rosete (2021)	Casa Analco, proyecto de vinculación universitaria con la comunidad y el patrimonio arquitectónico urbano y social de los barrios de Puebla (México)	Puebla, Mexico	Projeto Casa Analco	Patrimônio e identidade	Alta – promoção da inclusão cidadã na gestão urbana	Alta – planejamento e avaliação sobre as ações desenvolvidas	Oficinas, mutirões de limpeza, restauração, e organização de eventos culturais	Comunidade universitária, voluntários externos e os moradores de Analco	Parceria contínua entre universidade e sociedade
Marinho (2022)	A revitalização do Centro de Salvador: figurações do seu campo de conflitos	Centro Histórico de Salvador, Brasil	Plano de Reabilitação Participativo do Centro Antigo	Patrimônio e qualidade de vida	Alta - abordagem colaborativa quanto ao planejamento e processo decisório	Baixa – limitada, excluindo as necessidades sociais e privilegiando grupos específicos	Reuniões, oficinas participativas e consultas públicas	Comunidades locais	Reformular as práticas de planejamento urbano para incluir todas as partes interessadas, especialmente as comunidades locais, garantindo uma revitalização urbana inclusiva e equitativa
			Programa Salvador 360	Desenvolvimento econômico, infraestrutura e mobilidade	Informação não disponível	Informação não disponível	Informação não disponível	Informação não disponível	
Mosquera Díaz (2022)	Para quem é a cidade? redes de gestão público-privadas nas	Centro Histórico de Salvador, Brasil	Programa Revitalizar	Patrimônio e turismo (desenvolvimento econômico)	Informação não disponível	Baixo – voltado para a compensação por demolição de moradias. Pouco	Informação não disponível	Diferentes agentes urbanos. Parceria público-privada	Criar e implementar políticas públicas que valorizem as necessidades sociais e

Autor	Trabalho	Local	Projeto/Programa Analisado	Dimensão de Abrangência	Nível de Participação Popular Projetada	Nível de Participação Popular Identificada	Meio de participação popular	Atores Envolvidos	Proposição do(a) Autor(a)
	reformas urbanas dos centros de Salvador (Brasil) e Cali (Colômbia)	Centro Histórico de Cali, Colômbia	Projeto Cidade Paraíso	Infraestrutura e mobilidade	Média – planejamento participativo em colaboração com a comunidade local	espaço é dado para a participação efetiva dos residentes	Informação não disponível	Comunidades locais. Parceria público-privada	habitacionais, bem como mecanismos que protejam os interesses dos usuários da cidade
Porto Neto (2022)	Fortaleza in memoriam: o par desmemória e a cultura do esquecimento no centro histórico da capital no século XXI	Centro Histórico de Fortaleza, Brasil	Nenhum programa foi mencionado	Patrimônio e turismo	Não há menção de projetos nem de participação popular	Não há menção de projetos nem de participação popular	Não há menção de projetos nem de participação popular	Não há menção de projetos nem de participação popular	Políticas públicas participativas, turismo sustentável (resgate da memória coletiva) por meio do envolvimento dos moradores
Rivera-García e Reyes-Schade (2023)	A los ojos de Santa Lucía: arte urbano y organización comunitaria en el Centro Histórico de San Salvador	Santa Lucía, San Salvador, El Salvador	Barrios Vivos	Patrimônio e identidade	Alta	Alta – envolvimento em todas as fases, desde a identificação de problemas até a execução	Atividades artísticas desenvolvidas pela comunidade, entrevistas, grupos focais, e oficinas participativas, permitindo que os residentes expressassem suas percepções e necessidades.	Comunidade local de Santa Lucía	Envolvimento contínuo da comunidade apoiado por políticas públicas adequadas

Fonte: Elaborado pela autora desta tese (2025)

Como é possível observar, são poucos os projetos que buscam engajar a participação popular em todas as fases de atuação. A pesquisa mostra que o mais comum é que seja apresentado à comunidade apenas os projetos prontos, sem que sua voz seja ouvida quanto ao planejamento e execução das ações.

Em resumo, a participação popular varia amplamente entre os projetos, indo de baixa a alta – quando colocados em perspectiva, isto é, comparando-se aos demais resultados encontrados. Projetos como o Barrios Vivos e o Casa Analco apresentam uma participação efetiva e intensa da comunidade, enquanto outros, como o Plano de Reabilitação no Centro Histórico de Salvador e a Reabilitação da Região da Luz, mostram uma participação limitada ou ausente, comprometendo o alinhamento com as necessidades locais e o desenvolvimento sustentável.

Há entre os autores uma crítica contumaz sobre a sobreposição dos interesses econômicos de uma parcela de investidores, em detrimento às necessidades e desejos da população, sobretudo quando os projetos envolvem o desenvolvimento turístico dos aparatos públicos.

Entre os autores que identificaram nas obras estudadas baixa participação popular, há consenso sobre a existência de algum tipo de vontade de que haja o envolvimento, mas que dificilmente ele é efetivo. Essa constatação abre caminho para, pelo menos, duas vertentes de análise. A primeira ela diz respeito à existência de projetos, propostas de reestruturação que são divulgados como sendo democráticos em sua essência, isto é, eles nascem com a prerrogativa de contarem com a participação popular, mas, ao longo de sua execução, esta característica se perde. O segundo caminho de análise está voltado para a falta de engajamento popular para participar de tal tipo de iniciativa. Esta característica pode ter múltiplas raízes, como por exemplo, a falta de uma cultura responsável por incutir nos cidadãos a necessidade de se apropriar dos bens públicos, da sua história, da sua essência e cuidá-la.

Quanto à dimensão de abrangência, a maioria dos projetos envolve aspectos relacionados ao patrimônio, habitação, turismo e infraestrutura, com algumas variações no foco, como o desenvolvimento de emprego e renda e a promoção da identidade cultural.

2.5 O WORKSHOP CHIS

O WCHIS foi concebido a partir da disciplina de Cidades mais Humanas, Inteligentes e Sustentáveis do Programa de Pós-Graduação em Engenharia, Gestão e Mídia do Conhecimento (PPGEGC) da Universidade Federal de Santa Catarina. Uma cidade CHIS é aquela que promove o bem-estar dos seus usuários, com os seus usuários, isto é, uma cidade para as pessoas, capaz de se transformar em um lugar de estudo, trabalho e lazer de maneira sustentável (UFSC, 2017)¹¹.

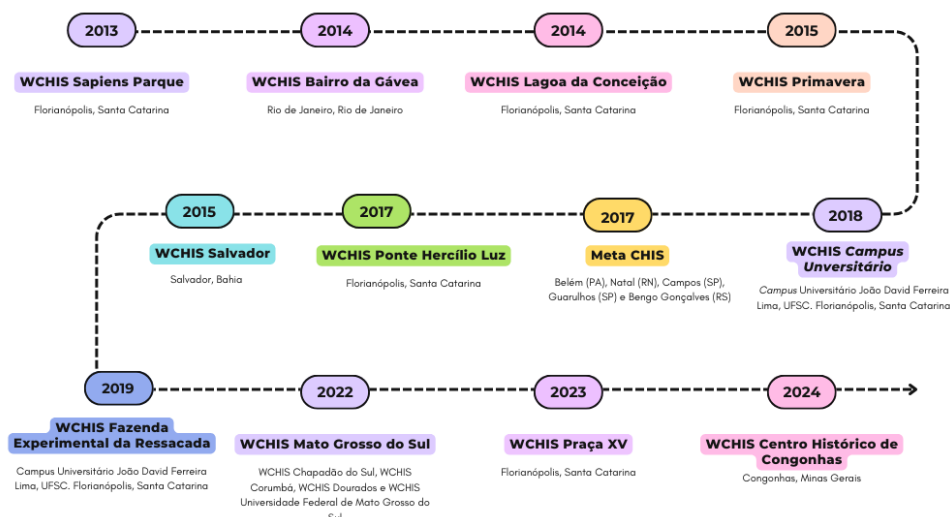
O Workshop CHIS é uma metodologia desenvolvida e publicada por Costa (2020), apelidada pelo próprio autor como uma abordagem de guerrilha, uma vez que pretende, em uma semana, estudar e planejar uma região, executando mudanças que serão capazes de conquistar as pessoas para que as mesmas intervenções possam ser executadas em outras partes da cidade. Baseado em Lerner (2011), o WCHIS é uma sessão de acupuntura urbana.

Boiani (2021) destaca que o WCHIS tem como base de sua fundamentação a mudança de cenários por meio das pessoas, colocando-as como centralidade, para quem e com quem os problemas devem ser resolvidos e as cidades precisam ser pensadas. A proposta do *workshop* é que as instituições públicas cedam o lugar de destaque que recebem para resolver os problemas, e sejam propulsoras do processo, encorajando a comunidade a manifestar seus desejos e necessidades, tornando-a parte de um processo de transformação urbana do qual ela se beneficiará. Um dos grandes desafios, destaca a autora supracitada, é a conscientização dos indivíduos de que, durante o processo, eles precisam trabalhar em equipe e estar abertos à participação.

Até o ano de 2024, o LabCHIS planejou e executou 15 edições de Workshop CHIS, sendo sete na cidade de Florianópolis, onde o laboratório é sediado. A Figura 2 apresenta a linha do tempo da realização dos *workshops* pelo LabCHIS.

¹¹ Este documento está disponível em acervo interno, não foi publicado.

Figura 2 – WCHIS realizados



Fonte: Elaborada pela autora desta tese (2025)

O *workshop* realizado pelo LabCHIS, conforme mencionado anteriormente, segue uma metodologia própria de trabalho, e possui uma estrutura basilar que é mantida para todos os eventos. Conforme descreve Boiani (2021), são cinco grandes etapas, da iniciação até a comunicação dos resultados. O Quadro 8 sintetiza cada uma das etapas previstas na execução do *workshop*.

Quadro 8 – Etapas do WCHIS

Etapa	Descrição
Ponto de Partida	Escolha da cidade e do local a ser estudado, o "Local CHIS", o qual deve ser um espaço notável com características relevantes para a cidade, nos aspectos econômicos, históricos, e sociais.
Escolha do local / Definição da infraestrutura	O espaço físico onde o evento será realizado deve estar em região estratégica (próximo ao Local CHIS), e contar com infraestrutura física e tecnológica para a execução das atividades.
Formação das Equipes	Há duas equipes de trabalho: A que vai organizar o <i>workshop</i> , composta de membros do LabCHIS, bem como de parceiros, como ONGs, Governos Municipal, Estadual ou Federal, dentre outras instituições relacionadas ao local CHIS; e A que vai conduzir e participar do evento, composta de: - Facilitadores – membros do LabCHIS ou pessoas que vivenciam a prática de lidar como facilitadora de equipes de trabalho. Os facilitadores irão guiar o trabalho dos grupos durante os dias de <i>workshop</i>; - Participantes – acadêmicos de pós-graduação, comerciantes da região, frequentadores da região, membros da sociedade civil, dentre outras pessoas que sejam de alguma forma afetadas pelas ações que acontecem no local CHIS (os problemas e as futuras soluções); e

Etapa	Descrição
	• <i>Stakeholders</i> – são pessoas escolhidas pelos facilitadores e seus grupos para fornecer conhecimento sobre o local CHIS e, principalmente, falar sobre os problemas do local.
Execução do Evento	• Pré-evento: reuniões entre os organizadores do evento, definição de local, data, horário e forma de inscrição de participantes; • Evento: o <i>workshop</i> em si.
Comunicação dos resultados	Os resultados são apresentados por meio de relatório, o qual é elaborado pelos organizadores, facilitadores e demais interessados. Os relatórios são entregues àqueles que apoiam e auxiliam na organização do evento.

Fonte: Adaptado de Boiani (2021)

Costa (2022) destaca que há passos para planejar, executar e avaliar o *workshop*; é possível dividir estes passos em etapas: pré-evento, o evento e o pós-evento. As atividades envolvidas na fase que antecede o evento estão relacionadas à escolha do local e dos parceiros que irão auxiliar na execução do *workshop*.

Para o local, o autor afirma que é importante ser um ponto de destaque na cidade, um local que tenha uma história ou que tenha feito parte da vida funcional da cidade em algum momento, como por exemplo distritos industriais, áreas portuárias etc. É importante que o local cause impacto, pois o que se deseja é que, a partir dele, outros pontos na cidade também sejam afetados.

As próximas escolhas a serem feitas, segundo Costa (2020), estão relacionadas às pessoas que irão auxiliar na execução do evento: o líder, os parceiros e os facilitadores. O líder é aquele que irá conduzir o *workshop*, deve ser alguém que transite com facilidade em todas as esferas, que saiba dialogar com as partes envolvidas. Os parceiros irão viabilizar a execução do *workshop* e é por isso que devem ser instituições e pessoas ligadas à região, como as associações (de moradores, de comerciantes etc.), as empresas, bem como representantes do governo e da igreja. Para Costa (2020), é importante pensar com antecedência de forma a fazer com que as pessoas se envolvam com o projeto, que se sintam parte da construção de um plano.

Há dois pontos que merecem destaque na execução do *workshop*. Um deles diz respeito à divisão das equipes de trabalho, que ocorre de acordo com a definição das dimensões de Cidades mais Humanas, Inteligente e Sustentáveis proposta por Costa (2020), a saber: Desenvolvimento Econômico Inteligente (DES), Pessoas Inteligentes (PIN), Bem-Estar Inteligente (BEM), Patrimônio Histórico Inteligente (PHA), Meio Ambiente Inteligente (MAI), Inclusão Social Inteligente (INC) e Mobilidade Inteligente de Pessoas (MOB). Cada uma dessas dimensões é baseada por uma

pergunta que irá nortear o trabalho dos grupos, conforme pode ser observado no Quadro 9.

Quadro 9 – Dimensões CHIS e as questões basilares

Dimensão	Questão norteadora
DEV	Como a região e seus principais atores e instituições podem ajudar a promover o desenvolvimento de uma economia inclusiva e inovadora, em linha com as características já existentes da economia da cidade?
PIN	Como fortalecer o sentimento de pertencimento que a população já tem em relação ao local?
BEM	Como desenvolver incentivos positivos para reduzir a ação criminosa na área, e sistemas baseados em tecnologia moderna para monitoramento e vigilância, a fim de aumentar significativamente a segurança e a sensação de proteção?
PHA	Como desenvolver o Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural local visando a oferta de serviços ao turista, caracterizando a região como um lugar descolado?
MAI	Como desenvolver a economia local levando em conta e trabalhando para atingir os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU para 2030?
INC	Como desenvolver oportunidades de trabalho e facilitar o acesso à nova economia para as camadas menos desenvolvidas da sociedade na região?
MOB	Como transportar pessoas em um sistema de transporte moderno, conectado, mais inteligente, sustentável e compartilhado?
GOV	Como convencer e envolver políticos, autoridades públicas e a população em um sistema de governança compartilhada, pelo menos nesta região específica da cidade?

Fonte: Adaptado de Costa (2020)

As pessoas são alocadas em um grupo a partir do seu próprio interesse, isto é, ao realizar a inscrição para participar do *workshop*, é necessário informar pelo as áreas de interesse, por ordem de preferência.

Como forma de dar fluidez ao diálogo, Costa (2020) afirma que os grupos devem ser compostos de, no máximo, sete pessoas e que estas venham de instituições diferentes de forma a tornar as discussões ricas em diversidade de ideias.

Em alguns *workshops* há a presença do oitavo grupo, que trata de Governança Inteligente. Esta dimensão foi definida por Giffinfer *et al.* (2007, p. 11, tradução própria) como responsável por "[...] compreender aspectos de participação política, serviços para os cidadãos, bem como o funcionamento da administração". Ela está relacionada ao engajamento popular em relação à alteração que desejam para sua cidade, para o seu local; ela fica pré-concebida como um termo que reúne poder público e sociedade em torno de um bem comum. Não é só o governo que atua, assim como não cabe às pessoas apenas clamar por soluções e esperar; todos participam.

Ao longo da execução dos *workshops* foi se percebendo que a governança precisava estar presente em todos os grupos, uma vez que esta é uma dimensão

horizontal, isto é, nenhum projeto advindo de um dos sete grupos pode ser aplicado se não for validado pelo poder público e pela sociedade - pelo menos não no conceito CHIS, que exige uma governança compartilhada.

Portanto, a dimensão governança tem sido incorporada aos grupos com a presença de participantes que representam os mais diversos entes da sociedade. Ademais, todas as dimensões estão interligadas, de maneira que, entre os próprios grupos, é necessário que exista governança, com o intuito de apresentar projetos cujas soluções sejam integradoras.

O segundo aspecto que precisa ser salientado no processo de execução do WCHIS diz respeito à metodologia de execução do evento em si. O *workshop* ocorre em cinco dias de uma semana. O Quadro 10 apresenta a organização da semana em que o *workshop* ocorre.

Quadro 10 – A semana do WCHIS

Dia	Atividade	Descrição
1	Imersão	Apresentação e contextualização do local CHIS por meio de palestras com pesquisadores e com profissionais na área para todos os grupos
2	Contato com <i>Stakeholders</i>	Cada um dos grupos, separadamente inicia suas conversas com os <i>stakeholders</i> , bem como visita o local CHIS. O foco é pensar nos problemas da área
3	Identificação do problema	A partir das entrevistas, da visita e das suas próprias percepções, os grupos definem qual é o principal problema do local – todos os grupos apresentam os problemas uns aos outros e debatem sobre características semelhantes
4	Desenho da solução	Definido o problema, inicia-se o delineamento da solução e do projeto estruturante a ser entregue
5	Apresentação do projeto	Apresentação e entrega de pelo menos um projeto estruturante por dimensão – pode acontecer de os grupos identificarem que suas soluções, de tão integradoras, podem se transformar em um único projeto

Fonte: Adaptado de Costa (2020)

Essa metodologia, segundo Boiani (2021), está pautada no *Design Thinking* e suas principais ferramentas, uma vez que busca gerar inovação por meio da descoberta do que as pessoas querem e precisam, ou seja, as pessoas são priorizadas.

As etapas acontecem, necessariamente, na ordem descrita acima, sendo que os dois primeiros dias são voltados exclusivamente para que sejam destacados os problemas do local, até que um único problema seja escolhido para ser trabalhado pelo grupo. Para auxiliar neste processo, os grupos utilizam como ferramenta o mapa de empatia, o qual é formado pelos seguintes itens:

- a) O que pensa e sente?

- b) O que ouve?
- c) O que vê?
- d) O que faz e fala?
- e) Quais são as dores?
- f) Quais são as necessidades?

A partir das respostas a esses questionamentos (que podem estar presentes no diálogo de maneira subjetiva), é possível realizar uma análise de cada um dos stakeholders a respeito dos problemas do local CHIS.

2.5.1 Análise dos *Workshops* em Localidades Históricas

Conforme descrito anteriormente, o WCHIS foi aplicado quatro vezes em locais que se destacam pela história e pela forma como representam a cidade onde estão inseridos: WCHIS Salvador (2015), WCHIS Ponte Hercílio Luz (2017), WCHIS Praça XV (2023) e WCHIS Centro Histórico de Congonhas (2024).

Como forma de verificar como ocorreu a execução dos *workshops* nesses locais, bem como para analisar a aplicação da metodologia CHIS em localidades históricas, realizou-se breve revisão dos WCHIS supracitados, a partir dos seus relatórios.

O primeiro *workshop* selecionado para análise, realizado em Salvador (BA), não tem relatório, tampouco arquivos que permitam sua análise por parte da pesquisadora. Portanto, serão sintetizados apenas os resultados dos três últimos eventos citados.

2.5.1.1 WCHIS Ponte Hercílio Luz

A edição de 2017 do WCHIS ocorreu na Velha Senhora de Florianópolis, a Ponte Hercílio Luz, tendo também os seus arredores como objeto de estudo. A construção da Ponte Hercílio Luz em 1926 alterou a dinâmica da cidade do ponto de vista econômico, social e funcional. A partir da ponte, todo um sistema rodoviário passou a se desenvolver, provocando, gradativamente, o abandono das rotas de navegação. Ademais, o autor segue seu pensamento abordando a importância da Ponte Hercílio Luz para o desenvolvimento da parte continental da cidade. O bairro Estreito – também chamado de Arraial da Santa Cruz do Estreito, Passagem do

Estreito, ou João Pessoa, e que até 1944 pertencia a São José –, segundo o autor, passou a receber como moradores os funcionários públicos que trabalhavam no centro da cidade.

Hoje, tombada, pelo município, pelo estado e pela União, a Ponte Hercílio Luz funcionou por 56 anos até que, após não ser mais utilizada a partir da década de 1980, foi interditada em 1991 (Costa, 2020; UFSC, 2017).

O *workshop* da ponte ocorreu com a presença de 48 participantes, sendo 31 alunos da pós-graduação do PPGEHC e outros 11 participantes da sociedade civil e do poder público, além de 27 *stakeholders* representando as mais variadas instituições. A Figura 3 apresenta os entrevistados desse WCHIS, divididos por dimensão.

Figura 3 – *Stakeholders* WCHIS Ponte Hercílio Luz

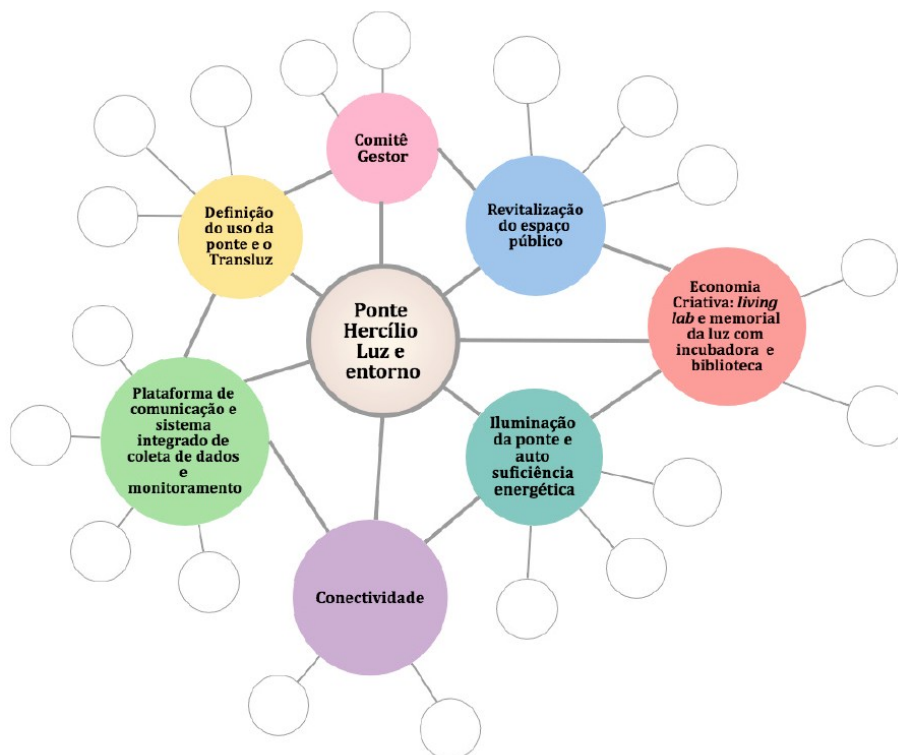


Fonte: Adaptada de UFSC (2017)

Após cinco dias de *workshop*, os grupos apresentaram as soluções para os problemas por eles identificados no segundo dia de oficina. Considerou-se, neste *workshop*, que a dimensão Inclusão Social seria um tema transversal, comum a todas as outras dimensões, portanto, foram elaboradas sete propostas macro, estando as contribuições relacionadas à Inclusão Social no detalhamento das soluções macro.

A Figura 4 representa as principais soluções apontadas pelos oito grupos de trabalho.

Figura 4 – Soluções macro para a Ponte Hercílio Luz e entorno



Fonte: UFSC (2017)

Os espaços em branco conectados às soluções macro representam os conjuntos de ideias propostas pelos grupos para alcançar o objetivo principal.

Costa (2020) afirma que a presença intensa da Prefeitura Municipal de Florianópolis foi um dos fatores que levaram o *workshop* da ponte a ser um dos mais impactantes em termos de resultados de aplicação, com iniciativas sendo tomadas a partir das oficinas de trabalho, como a utilização de faixas exclusivas para pedestres e ciclistas – embora o projeto de reinauguração da ponte já estivesse em andamento. Segundo o autor, o aspecto mais importante a ser destacado é o fato de a população se sentir parte integrante do projeto, capaz de influenciar a administração pública a respeito de ideias de decisões a serem tomadas para a sua cidade.

2.5.1.2 WCHIS Praça XV

Em 2023, mais uma vez em Florianópolis, o WCHIS propôs aos seus participantes o contato da Praça XV novamente com o mar, contendo, inclusive, uma marca de divulgação como forma de engajar seus participantes, conforme pode ser observado na Figura 5.

Figura 5 – Logo do WCHIS Praça XV



Fonte: LabCHIS (2023)¹²

A logo, desenhada por um dos estudantes do PPGECC, apresenta ícones que rememoram uma Florianópolis antiga, como forma de resgatar a memória afetiva da história do centro histórico. Assim, pode-se ver o Miramar – edifício que representou por muitos anos a porta de entrada da cidade (foi o trapiche e também abrigou o teatro municipal), a Bernunça (figura folclórica da ilha, representa uma mistura de boi-de-mamão e bicho-papão que devora tudo o que vê pela frente), a figueira (antiga árvore que está na Praça XV), o peixe, representando a tainha, que faz parte da cultura gastronômica da ilha, a Catedral Metropolitana, o símbolo 48, que representa o centro leste de Florianópolis, compreendendo grande parte do centro histórico – tendo a Praça XV como sua centralidade – a Ponte Hercílio Luz, um dos grandes símbolos da cidade e um coração, representando o carinho dos usuários da cidade pela cidade.

O WCHIS Conexão – Praça XV ao Mar tinha como objetivo devolver ao mar o protagonismo que ele exerceu até o aterramento da baía em 1970. Por dois séculos e meio, destaca Pacheco (2013), era do mar que adivinha a sobrevivência, tanto pelas atividades pesqueiras, quanto pelas comerciais. Além delas, salienta o autor, os ofícios alfandegários, diplomáticos e comunicativos estreitaram os laços da população com o mar.

¹² Este documento está disponível em acervo interno, não foi publicado.

Era pelo mar a única forma de se chegar à cidade, pelo menos até 1926, destaca Vaz (1991) e, desta forma, os atracadouros recebiam maior atenção, devido sua importância, em detrimento das estradas, tidas como secundárias. A construção da Ponte Hercílio Luz, no ano supracitado, alterou esta dinâmica.

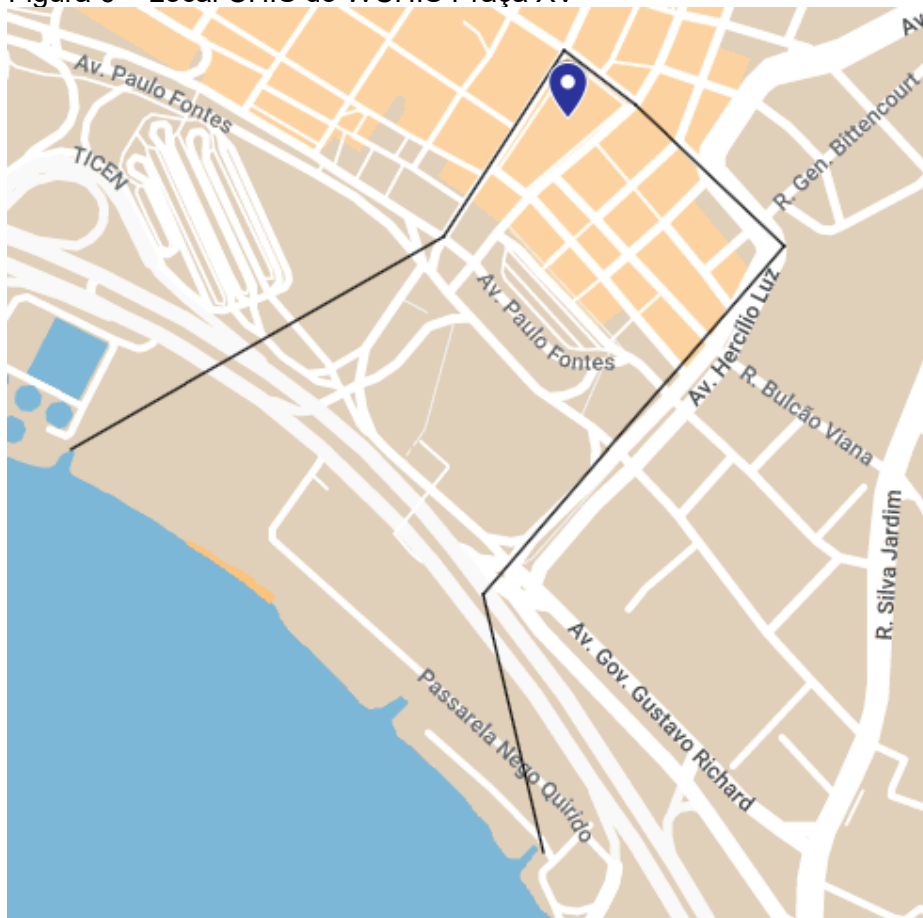
O Miramar – ícone presente na logo do WCHIS – localizado em frente à Praça XV de Novembro, teve entre 1920 e 1950, seus dias de glória, afirma Nonnenmacher (2007), uma vez que os clubes de regata podiam ser vistos na baía, o local era o ponto de encontro das famílias florianopolitanas nas manhãs de domingo. "Ao largo, na pequena enseada junto ao centro histórico, era possível ver a igreja construída no alto de uma pequena elevação, de onde se estendia a praça central que vinha terminar num bar, no Miramar" (Santos, 1997, p. 32).

Aos poucos, a partir da ideia do desenvolvimento, a Praça XV foi perdendo seu papel como símbolo da centralidade de Florianópolis, assim como o mar deixou de ser protagonista na paisagem urbana. O encontro entre cidade e mar permanece apenas na memória e em um artefato que resiste até hoje: o Memorial do Miramar. Inaugurado em 2001, o monumento faz referência ao antigo Trapiche Municipal, demolido para dar lugar ao aterro, uma vez que era considerado um obstáculo ao desenvolvimento rodoviário.

O mar que já chegou à Praça XV cedeu (forçosamente) espaço ao local que abriga estacionamento, estação rodoviária, e algumas atividades de lazer. Segundo Vaz (1991), embora haja uma lei municipal que obrigue a destinação de um local para um parque público, a parte central do aterro virou uma reserva espacial, ignorada pelos usuários da cidade. O autor destaca, entretanto, que houve tentativa de utilização permanente do espaço pela prefeitura, sendo a mais significativa e permanente, a passarela de samba *Nego Quirido*.

Dentro deste contexto, o local CHIS definido para a edição de 2023 do *workshop* foi a região compreendida entre a Praça XV de Novembro – incluindo a própria praça – até o mar. O WCHIS tinha como objetivo resgatar a conexão física e emocional da praça com o mar (UFSC, 2017). A Figura 6 representa a delimitação do local CHIS.

Figura 6 – Local CHIS do WCHIS Praça XV



Fonte: LabCHIS (2023)¹³

Participaram do evento os alunos da disciplina de Coprodução de soluções para Cidades mais Humanas, Inteligentes e Sustentáveis (CHIS) do PPGEGC, além de moradores e frequentadores da região, alunos de outros programas de pós-graduação da UFSC, membros da Associação dos Amigos do Parque da Luz, e servidores das mais variadas secretarias da Prefeitura Municipal de Florianópolis (Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Transportes e Infraestrutura, Secretaria Municipal de Planejamento e Inteligência Urbana, Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano, Secretaria Municipal de Planejamento e Inteligência Urbana, Secretaria Municipal de Saúde), e um membro da Superintendência do Patrimônio da União em Santa Catarina. Além disso, 28 *stakeholders* foram entrevistados pelos grupos como forma de compreender o contexto e discutir os problemas a serem abordados em cada uma das dimensões. A Figura 7 apresenta os *stakeholders* por dimensão.

¹³ Este documento está disponível em acervo interno, não foi publicado.

Figura 7 – Stakeholders WCHIS Praça XV



Fonte: Elaborada pela autora desta tese com base nos relatórios dos alunos da disciplina do PPGECC (2023)

O grupo de Inclusão Social foi até as ruas próximas ao local de estudo conversar com taxistas, pessoas em situação de rua, bem como outros frequentadores da região.

Sobre a dimensão Governança, presente no WCHIS da Ponte, no *workshop* da Praça ela se fez presente maneira transversal uma vez que se compreendeu que para viabilizar qualquer solução, a governança precisa existir em todas as outras dimensões. Desta forma, os grupos de trabalho foram formados com diversos representantes da sociedade, os quais participaram ativamente e conjuntamente a respeito das discussões sobre os problemas e as possíveis soluções para a cidade.

Os grupos de trabalho foram provocados a elencar três principais problemas dentro de suas dimensões, antes de definir qual seria o problema foco do grupo. O problema mais citado foi a perda de identidade, também apontada como “vazio de alma” (UFSC, 2017). Indicando que as dimensões estudadas estão intimamente relacionadas a partir da identificação de pontos de convergência entre os grupos de estudo.

Após cinco dias de trabalho, os grupos foram convidados a apresentar as soluções para os principais problemas encontrados. Um destaque importante para este *workshop* é que ele ocorreu em uma semana com um feriado em plena quarta-feira e, como forma de verificar o comportamento da região CHIS durante um dia como este, os participantes foram convidados a manter o cronograma do evento mesmo no feriado.

A Figura 8 representa as principais soluções apontadas pelos sete grupos de trabalho de forma a aproximar física e emocionalmente a Praça com o mar.

Figura 8 – Soluções macro para o reencontro da Praça XV com o mar



Fonte: Elaborada pela autora desta tese com base nos relatórios dos alunos da disciplina do PPGEHC (2023)

A partir das soluções macro, há outras ideias imbuídas no projeto, de maneira a viabilizar sua execução.

Assim como ocorreu na identificação dos problemas, a construção dos projetos para a solução também apresenta pontos em comum, demonstrando a conexão entre as dimensões e a importância de que exista o pensamento holístico na proposição de ideias para uma região.

2.5.1.3 WCHIS Centro Histórico de Congonhas

Muitas das cidades do estado de Minas Gerais têm sua origem relacionada à mineração, como é o caso de Congonhas, cidade escolhida para a realização do *workshop* de 2024 – especificamente no Centro Histórico e suas adjacências.

O conjunto arquitetônico mais famoso da cidade, o Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, foi construído a partir da devoção de um minerador português, Feliciano Mendes, que ao ser acometido por uma doença, prometeu construir um templo ao Bom Jesus de Matosinhos se alcançasse a cura (Portal IPHAN, 2025b).

Fazem parte do Conjunto as capelas, que representam as passagens da vida de Jesus bem como os 12 profetas esculpidos em pedra sabão por Aleijadinho, em tamanho real, trajados tais quais as vestimentas orientais e carregando suas profecias em latim. Além de ser tombado pelo IPHAN, desde 1939, o Santuário também passou a considerado pela Unesco, em 1985, um patrimônio mundial (Portal IPHAN, 2025b; Congonhas, 2025).

A construção do Santuário ocorreu durante todo o século XVIII, tendo sido finalizada apenas no fim do século XIX, e envolveu sete profissionais, além do mais conhecido de todos, Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho (Congonhas, 2025).

Após viver seus tempos áureos em virtude da mineração, Congonhas - ainda pertencente à Ouro Preto como Congonhas do Campo – passou viver do marasmo econômico e social que só era quebrado quando, em setembro, iniciavam as comemorações do Jubileu do Senhor Bom Jesus do Matosinhos, época em que romeiros de todas as partes do país visitam a cidade. O processo da mineração de ferro, em meados do século XX, trouxe à cidade um novo modal econômico, e a transformou em uma das maiores arrecadadoras de impostos do estado de Minas Gerais (Portal IPHAN, 2025b).

Com o objetivo de buscar soluções para o Centro Histórico de Congonhas e o seu entorno, tendo em vista os problemas enfrentados quanto à utilização da área, em franca desvalorização, tanto econômica quanto social (sobretudo nos aspectos relacionados à identidade e sensação de pertencimento).

Como logomarca do evento, o LabCHIS apresentou o santuário pelo qual a cidade é mais conhecida, como forma de valorizar o patrimônio histórico local. A Figura 9 apresenta a logo criada pelo laboratório.

Figura 9 – Logomarca WCHIS Centro Histórico de Congonhas



Fonte: LabCHIS (2024)¹⁴

O *workshop* ocorreu com a presença de 33 participantes efetivos e mais 6 colaboradores eventuais oriundos tanto da sociedade civil (como membros da associação de moradores), do poder público (Secretaria de Segurança Pública, Secretaria e Saúde e de Educação), quanto de estudantes, moradores e trabalhadores da região.

Cabe salientar que, nesta edição do WCHIS, a divulgação do evento e a seleção dos participantes não ficou a cargo do LabCHIS, tendo como responsável a Fundação Dom Cabral. Outra consideração importante diz respeito à união das

¹⁴ Este documento está disponível em acervo interno, não foi publicado.

dimensões Desenvolvimento Econômico Inteligente, Patrimônio Histórico com o Destino Turístico, que ocorreu durante a execução do *workshop*. Isto se deve ao desejo de que fossem pensadas soluções para o desenvolvimento econômico a partir do viés do patrimônio e do turismo, uma vez que a mineração é a grade protagonista da economia congonhense.

Participaram também, como em eventos anteriores, os *stakeholders*, pessoas das mais variadas áreas de atuação, convidadas para contribuir na identificação dos principais problemas a serem abordados pelos grupos de trabalho. A Figura 10 apresenta os *stakeholders* por dimensão.

Figura 10 – *Stakeholders* WCHIS Centro Histórico de Congonhas



Fonte: LabCHIS (2024)¹⁵

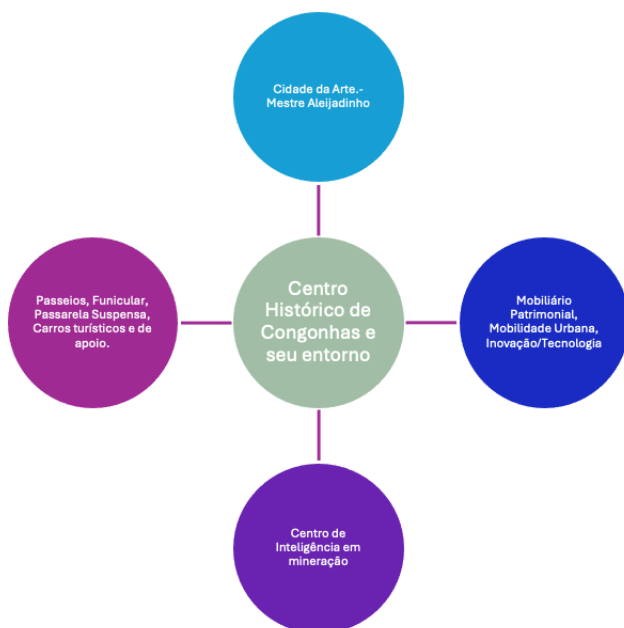
Tal qual ocorreu no WCHIS anterior, esta oficina também foi em uma semana de feriado. No entanto, pelas mais variadas razões, não houve quórum para manter as atividades. Desta forma, o cronograma previamente estipulado precisou ser

¹⁵ Este documento está disponível em acervo interno, não foi publicado.

condensado e as tarefas previstas para o terceiro dia de *workshop* foram divididas entre o segundo e o quarto dia.

No quinto dia, as soluções macro foram apresentadas pelos grupos de trabalho, conforme pode ser verificado na Figura 11.

Figura 11 – Soluções macro para a região do Centro Histórico de Congonhas



Fonte: Elaborada pela autora desta tese com base em LabCHIS (2024)¹⁶

A descrição das soluções e as ideias que tornam sua execução mais factível também foram feitas pelos grupos de trabalho e constam detalhadas no relatório elaborado pelo LabCHIS.

Tendo em vista a participação da Fundação Dom Cabral, bem como tendo da fundação se mostrado como principal interessada nos resultados do *workshop*, o relatório foi entregue à fundação como forma de dar continuidade à oficina de trabalho, estudando e fomentando a implementação das soluções inteligentes que partiram da sociedade.

O Quadro 11 apresenta um resumo dos *workshops* descritos e destaca algumas das diferenças entre eles.

¹⁶ Este documento está disponível em acervo interno, não foi publicado.

Quadro 11 – Resumo *workshops*

WCHIS	Quantidade Participantes	Composição	Dimensão de Abrangência – CHIS	Nível de Participação Popular Projetada	Nível de Participação Popular Identificada	Meio de participação popular	Atores Envolvidos	Continuidade do Projeto
Ponte Hercílio Luz e entorno (2017)	48	• 37 alunos do PPGEHC • 11 representantes da sociedade civil e do poder público	• Economia • Governança • Identidade • Inclusão Social • Lugar • Meio Ambiente • Mobilidade • Segurança	Alta	Alta	O <i>workshop</i>	• Governo do Estado de Santa Catarina • Associação Amigos do Parque da Luz • Fecomercio • Fundação do Meio Ambiente • Universidade Federal de Santa Catarina • Veículos de Comunicação • Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis • Fundação Catarinense de Cultura • Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas • Associação Comercial e Industrial de Florianópolis • Banco Regional de Desenvolvimento • Polícia Militar de Santa Catarina • Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina • Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis • Conselho Comunitário	Sim

WCHIS	Quantidade Participantes	Composição	Dimensão de Abrangência – CHIS	Nível de Participação Popular Projetada	Nível de Participação Popular Identificada	Meio de participação popular	Atores Envolvidos	Continuidade do Projeto
							de Segurança • Departamento Estadual de Infraestrutura • Conselho de Desenvolvimento do Centro • Universidade do Estado de Santa Catarina • Instituto Lixo Zero • Empresas, Institutos e Associações • População Local	

WCHIS	Quantidade Participantes	Composição	Dimensão de Abrangência – CHIS	Nível de Participação Popular Projetada	Nível de Participação Popular Identificada	Meio de participação popular	Atores Envolvidos	Continuidade do Projeto
Praça XV ao Mar (2023)	49	• 27 alunos da UFSC (PPGEGC e outros) • 22 representantes da sociedade civil e do poder público	• Desenvolvimento Econômico Inteligente • Pessoas Inteligentes • Bem-Estar Inteligente • Patrimônio Histórico e Artístico • Meio Ambiente Inteligente • Inclusão Social Inteligente • Mobilidade Inteligente de Pessoas	Alta	Alta	O <i>workshop</i>	• Secretária de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia • Membro do Poder Legislativo • Fundação Municipal do Meio Ambiente • Membros de Câmaras, Associações e Comitês Gestores • Fundação Catarinense de Cultura • Fundação Catarinense de Esportes • Serviço Social da Indústria • Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos • Universidade Federal de Santa Catarina • Ativista ambiental • Comerciantes, Empresários, Empreendedores • População local	Não foi possível identificar

WCHIS	Quantidade Participantes	Composição	Dimensão de Abrangência – CHIS	Nível de Participação Popular Projetada	Nível de Participação Popular Identificada	Meio de participação popular	Atores Envolvidos	Continuidade do Projeto
Centro Histórico de Congonhas e entorno (2024)	33	Não foi possível identificar a partir do relatório	• DES+PHA e Destino Turístico Inteligente • Mobilidade Inteligente de Pessoas • Meio Ambiente Inteligente • Inclusão Social Inteligente	Alta	Alta	O <i>workshop</i>	• Secretaria Municipal de Saúde • Secretaria Municipal de Segurança Pública • Diretoria de Trânsito • Defesa Civil de Congonhas • Funcionários da Mineração • Ativistas Sociais e Ambientais • Representante do Poder Legislativo • Servidor da Prefeitura • Empresários, comerciantes e autônomos • População local	Não foi possível identificar

Fonte: Elaborado pela autora desta tese (2025)

A análise do Quadro 11 permite que sejam realizadas algumas inferências sobre os *workshops* realizados pelo LabCHIS. Uma delas, e talvez a que permeie toda a análise, é a falta de padronização dos critérios de elaboração e documentação dos relatórios de cada oficina.

Um outro ponto de destaque diz respeito à abordagem multidimensional proposta, bem como a busca por uma participação inclusiva e diversa, buscando a integração entre a universidade e a sociedade, entre o público e o privado.

No entanto, em virtude do pouco detalhamento do perfil populacional, não há como se ter certeza sobre a real integração das minorias sociais, por exemplo, o que indica uma limitação na diversidade dos participantes.

Ainda que se busque uma padronização das dimensões, coerente com os princípios das cidades humanas, inteligentes e sustentáveis, percebe-se que existe uma variação contextual nas dimensões e o uso de termos e dimensões muito vagas ou excessivamente abrangentes.

Um último ponto a ser observado é a falta de informações a respeito da continuidade dos projetos que são fruto dos WCHIS, que pode estar relacionado à falta de continuidade por si só, ou à falta de documentação e acompanhamento.

Este aspecto representa uma das grandes lacunas - não só na metodologia WCHIS, como também em outros métodos e propostas que foram estudados nesta pesquisa e que estão resumidamente descritos no Quadro 7 – que motiva o desenvolvimento do artefato a ser proposto por esta tese.

3 METODOLOGIA

Os métodos científicos pelos quais as teóricas são formadas, testadas e aplicadas, formam a base do trabalho de um pesquisador. Eles moldam e embasam o caminho que será delineado para que os objetivos sejam alcançados. Para Benbasat e Weber (1996, p. 392), há uma relação de interdependência entre a metodologia e a linguagem que o pesquisador usa para descrever e pensar o mundo, de forma que “[...] os métodos de pesquisa moldam a linguagem que utilizamos para descrever o mundo, e a linguagem molda como nós pensamos sobre o mundo”.

Vergara (2005) destaca a complementaridade entre teoria e método, sendo este o responsável por representar a intervenção do pesquisador ao buscar realizar o papel interpretativo, e até mesmo aplicar a teoria em sua dimensão cognitiva.

O percurso metodológico, segundo Valle e Ferreira (2025), é o ponto central para o desenvolvimento da investigação, conferindo rigor científico à pesquisa. É a metodologia que delinea os caminhos a serem trilhados pelo pesquisador, sobretudo no que tange à produção de conteúdo e à análise dos dados.

Neste capítulo, são descritos os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento desta tese. As seções seguintes apresentam o enquadramento metodológico da pesquisa, contemplando sua classificação quanto à natureza, aos objetivos e aos procedimentos utilizados. Além disso, apresenta-se a *Design Science Research Methodology*, adotada como base para a concepção do artefato que será desenvolvido e exibido ao final da tese.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa se apresenta como um meio de realizar um estudo em um ambiente artificial, de acordo com a distinção feita por Simon (1996). Segundo o autor, a ciência natural trata sobre os objetos e os fenômenos, enquanto o artificial, feito pelo homem, pode imitar o natural, ao mesmo tempo em que é discutido enquanto é projetado. O que não quer dizer que o artificial não tenha valor ou deva ser descaracterizado por ser criado, uma vez que, como estudos feitos em ambientes criados podem e são aplicados em ambientes naturais. Simon (1996) menciona a importância de distinguir natural e biológico: uma fazenda não é um fenômeno da natureza, ao contrário de uma floresta, ainda que, os artefatos criados nas fazendas,

como os grãos, sejam essenciais para a nossa alimentação. Os artefatos, criados pelo homem em ambientes artificiais, não estão isolados da natureza, como se não precisassem seguir padrões ou leis, são apenas adaptações para atender aos mais variados desejos e necessidades dos seres humanos e/ou para resolver problemas criados por eles. O artificial, prossegue o autor, é baseado em um ambiente interno e externo, e está pautado em atingir objetivos adaptando o primeiro ao segundo.

O papel da ciência, define Simon (1996) é conseguir abranger estes objetos e fenômenos para cumprir seus propósitos, relacionados à condição humana. Em consonância, Lacerda *et al.* (2013) afirmam que a compreensão sobre os fenômenos e objetos, pela qual a ciência é responsável, pode ser estudada nas áreas da biologia e da ciência, mas também nos fenômenos sociais.

Simon (1996) argumenta que sempre foi papel da ciência explicar as coisas, como são e como funcionam e, especificamente, a engenharia tem sido a responsável pelo ensino do artificial, como projetar e como aplicar os artefatos; portanto, a partir da década de 1970, começou a ganhar espaço a ciência do *design*, uma área específica, voltada a pensar, propor e construir artefatos - não necessariamente apenas da área das engenharias.

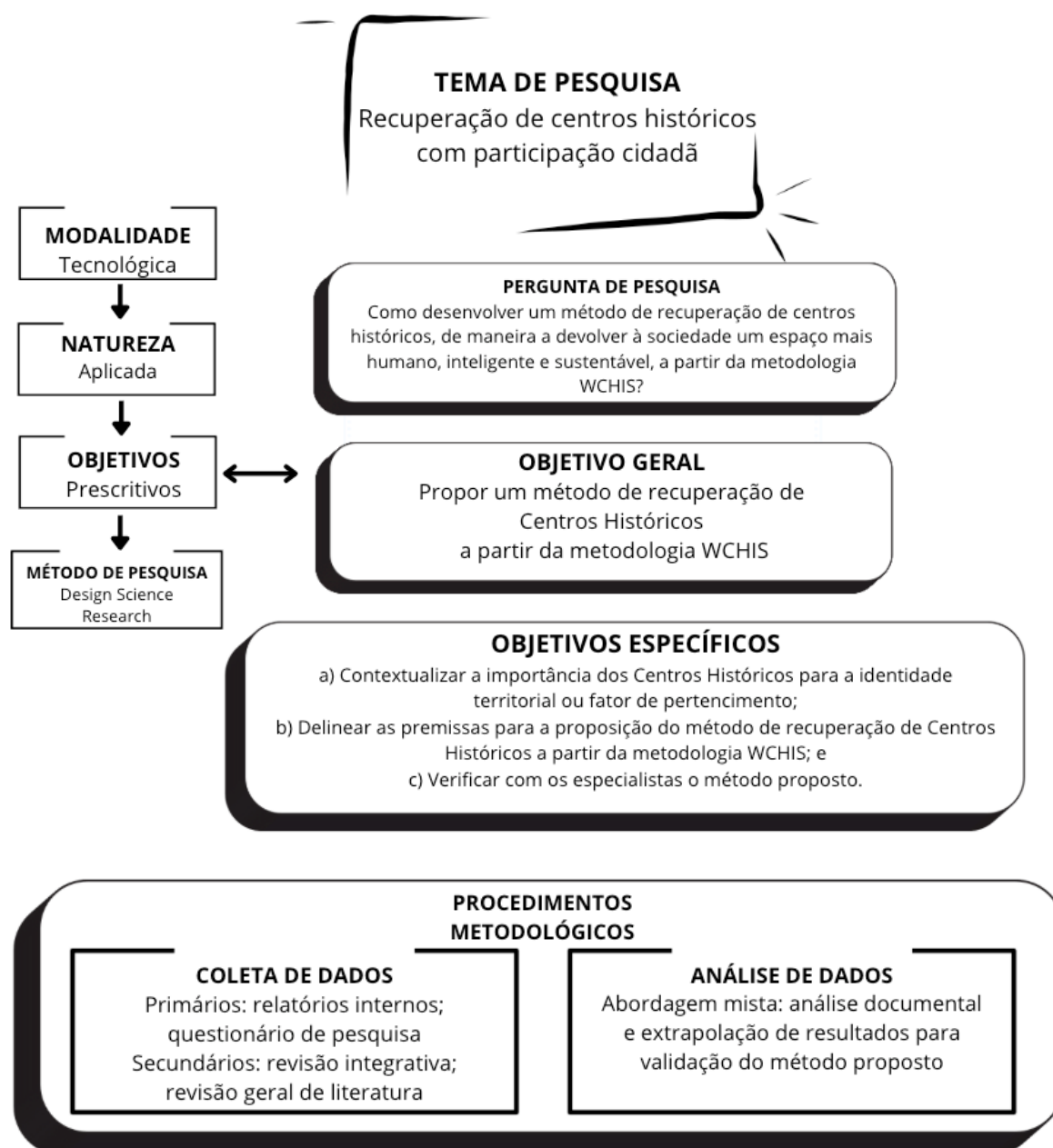
Segundo Lacerda *et al.* (2013), a *Design Science* (DS) gera conhecimentos para o avanço em pesquisas baseadas em conhecimento multidisciplinar, ou seja, voltadas à solução de questões que precisam, necessariamente, compreender e levar em consideração o contexto em que se inserem. Entretanto, relatam os autores, há problemas que podem ter características semelhantes em diferentes situações, permitindo assim a generalização das soluções e a difusão do conhecimento.

Esse tipo de pesquisa, baseada em *Design Science*, recebe o nome, em inglês, de *Design Science Research (DSR)*, cujo objetivo é prescrever soluções por meio da criação de artefatos.

Lacerda *et al.* (2013) seguem seu pensamento a respeito da caracterização da DSR afirmando que este tipo de pesquisa surgiu como uma alternativa para a condução de pesquisas tecnológicas. A respeito da temática, March e Smith (1995) afirmam que os estudos em tecnologia são artificiais, isto é, ocorrem fora dos ambientes naturais. "Enquanto a ciência natural tenta compreender a realidade, a *Design Science* tenta criar coisas que servem aos propósitos humanos. É orientada para a tecnologia" (March; Smith, 1995, p. 253, tradução própria).

A Figura 12 resume e a caracterização deste trabalho quanto ao enquadramento metodológico.

Figura 12 – Caracterização da pesquisa



Fonte: Elaborada pela autora desta tese (2025)

Nesta pesquisa, pretende-se desenvolver uma derivação da metodologia WCHIS específica para os Centros Históricos. O método a ser proposto foi verificado por especialistas por meio de um questionário, buscando a generalização de resultados.

A pesquisa documental, bem como a análise dos resultados deste trabalho traz a ele as características qualitativas, conforme abordado por Merriam (1998). Ademais, uma das características da pesquisa qualitativa, de acordo com Creswell (2010), é a coleta de dados no ambiente dos participantes, em que eles vivenciam o problema que se está buscando solucionar. Essa é a característica primordial do Workshop CHIS.

Cabe ainda salientar que a pesquisa é de natureza aplicada, por estar inserida em um contexto público (centros históricos), voltada para a solução de problemas específicos (Silva; Menezes, 2005).

Conforme mencionado, o objetivo é a criação e prescrição de um método voltado a resolver um problema específico, o que, dentro da caracterização da pesquisa, decorre da metodologia da DSR. Ademais, espera-se que a avaliação do artefato possibilite a ampla utilização do modelo em cenários com características semelhantes.

3.2 DESIGN SCIENCE RESEARCH (DSR)

O resultado de uma pesquisa desenvolvida a partir da *Design Science*, é, necessariamente, um artefato criado para a solução de um problema. Segundo Hevner *et al.* (2004, p. 11), a DS tem como objetivo adquirir conhecimento "[...] através da construção de artefatos inovadores que visam mudar os fenômenos que ocorrem".

Um problema, para Hevner *et al.* (2004), é a diferença entre o estado atual de uma situação ou sistema, e o estado que se deseja – após a construção e aplicação de um artefato. Já o artefato, conforme alega Simon (1996), é o ponto de encontro entre ambiente interno, o conteúdo em si do artefato e o ambiente externo – o local em que o artefato irá atuar. A validação de sua funcionalidade, ressalta o autor, é quando se verifica que há correlação entre ambientes internos e externos, ou seja, eles são apropriados uns aos outros e, portanto, o artefato consegue atender às necessidades. Para exemplificar, o autor menciona um relógio:

Relógios solares funcionam como relógios em climas ensolarados, são mais úteis em Phoenix do que em Boston e de nenhuma utilidade durante o inverno no ártico. Conceber um relógio que indicasse as horas em um navio em movimento e oscilante, com precisão suficiente para determinar a longitude, foi uma das grandes aventuras da ciência e da tecnologia do século XVIII [...] assim, se o relógio for imune a golpes, servirá como cronômetro de navio (e, inversamente, se não for, podemos salvá-lo montando-o na lareira de casa) (Simon, 1996, p.18, tradução própria).

Os artefatos podem ainda ser tipificados. Há os construtos, os modelos, os métodos e as instâncias, segundo March e Smith (1995):

- a) Construtos são os conceitos que formam os vocabulários de um domínio. São usados para descrever problemas e especificar soluções (ex: modelagem semântica).
- b) Modelos são compostos de proposições que expressam as relações entre os construtos; um modelo pode ser tanto um componente de solução de uma tarefa de determinação de requisitos, quanto de solução de problemas. Diferentemente das teorias, os modelos devem ser pautados na sua utilidade e não na representação de verdades.
- c) Métodos são conjuntos de passos ou etapas, utilizados na execução de uma tarefa. Os métodos podem fazer parte de um modelo, pensando na sua concepção, ou ainda, na tradução da resolução proposta pelo modelo.
- d) Instâncias representam o artefato em seu ambiente, sua realização no ambiente natural, sejam eles construtos, modelos ou métodos, devem, necessariamente, ser funcionais.

Para a aplicação da DSR, segundo March e Smith (1995), são necessárias duas etapas: construir e avaliar. Enquanto a construção é a elaboração do artefato proposto, a avaliação está relacionada aos critérios de desempenho do artefato, isto é, se ele cumpre os objetivos para os quais foi desenhado.

Hevner *et al.* (2004), por outro lado, indicam que, tendo em vista a característica fundamental da DS, é a construção do conhecimento e a compreensão do problema/solução serem alcançados por meio da construção e aplicação do artefato, faz-se necessário que os procedimentos para a condução da DSR sejam metódicos e rigorosos. O autor, portanto, descreve sete diretrizes:

- a) O artefato deve ser proposital e inovador;
- b) O artefato deve ser criado para um problema específico;
- c) O artefato precisa ser avaliado;
- d) O artefato deve fornecer soluções claras e verificáveis, seja resolvendo um problema sem soluções propostas até o momento, seja oferecendo uma nova solução – mais eficaz ou eficiente – a um problema cuja solução já é conhecida;

- e) O artefato precisa ser rigorosamente definido, formalmente representado e consistente;
- f) O artefato pode se utilizar de um ambiente construído (não natural) para encontrar uma solução; e
- g) O resultado da aplicação do artefato deve ser amplamente comunicado, tanto para aqueles que irão estendê-los e implementá-los, quanto para aqueles que irão estudá-los para verificar a implementação em seus negócios (público gerencial, por exemplo).

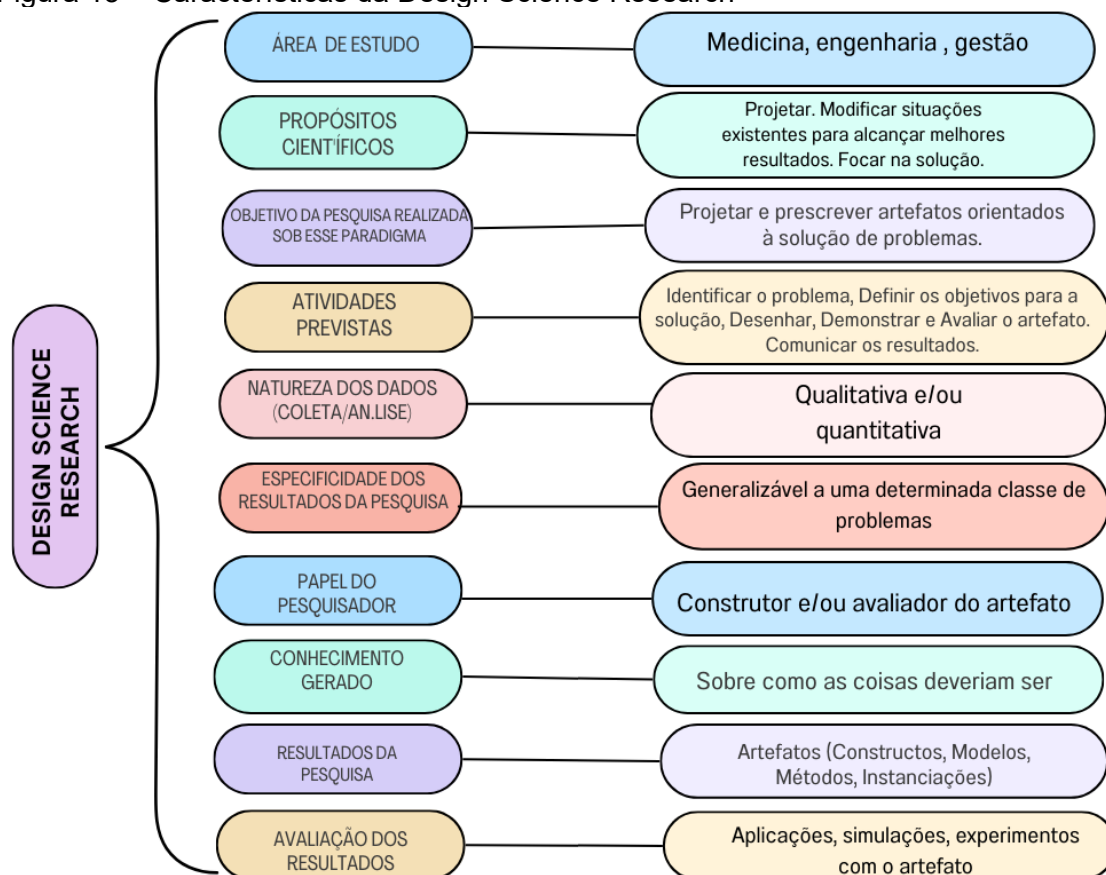
Peppers *et al.* (2007) apontam ainda as seis etapas pelas quais a DSR é concebida:

- a) Identificar o problema;
- b) Definir os objetivos para uma solução;
- c) Projetar e desenvolver o artefato;
- d) Demonstrar o artefato pronto e utilizá-lo para resolver o problema;
- e) Avaliar o artefato quanto à eficiência e eficácia; e
- f) Comunicar os resultados após a aplicação do artefato.

Ambas as abordagens – de Hevner *et al.* (2004) e de Peppers *et al.* (2007) – não são excludentes, e sim complementares. Enquanto o primeiro apresenta regras específicas e rigorosas a respeito do artefato, da construção à aplicação, o segundo aborda regras para a condução da DSR, pensando não apenas no artefato, mas na forma como a pesquisa será conduzida.

A Figura 13 apresenta as principais características da *Design Science Research*.

Figura 13 – Características da Design Science Research



Fonte: Adaptada de Dresch, Lacerda e Miguel (2015)

3.2.1 Etapas da Design Science Research

Considerando as etapas previstas para a execução da DSR, o início da pesquisa ocorreu com a identificação do problema, isto é, a ideia basilar sobre o que seria pesquisado com o intuito de construir o artefato proposto para a solução da situação específica.

A partir da busca realizada para a definição do problema e motivação da pesquisa, bem como observando o estado da arte de seu contexto, foram definidos os objetivos que irão delinear o estudo e dar suporte ao modelo proposto pela tese, considerando também as soluções já existentes e seus elementos.

Projetar e desenvolver o artefato é a fase central da DSR, tendo em vista que esta metodologia tem como objetivo a produção de um entregável que será responsável pela solução de um problema analisado pela pesquisadora, podendo ser um construto, um modelo, um método ou uma instância, conforme visto anteriormente.

A avaliação e a comunicação sobre o resultado obtido a partir da DSR fecham o ciclo de aplicação desta metodologia para a elaboração de uma pesquisa.

3.2.1.1 Identificação do Problema

O primeiro passo da DSR é a identificação do problema a ser estudado; este é o momento que se justifica o valor da solução a ser proposta, uma vez em que são verificados o estado da arte e as lacunas de estudo existentes.

Esta pesquisa foca na falta de modelos de recuperação de centros históricos que tenham como base fundamental e participação popular para contribuir com a criação de espaços públicos mais humanos, inteligentes e sustentáveis.

Com o objetivo de trazer ao presente trabalho o que tem sido estudado e discutido sobre os tópicos a ele pertinentes, foi realizada uma revisão integrativa – durante os meses de março de abril de 2024 – nas bases de dados Scopus, SciELO, Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). A mesma busca foi realizada novamente em março de 2025, de maneira a manter os resultados atualizados.

Botelho, Cunha e Macedo (2011) afirmam que uma revisão de literatura é o alicerce para a construção do conhecimento científico, uma vez que ela viabiliza a identificação de *gaps*, os quais irão propiciar o aprofundamento em determinadas áreas de estudo ainda não tão difundidas.

Especificamente sobre a revisão integrativa, os autores mencionam seu caráter memorativo, uma vez que este tipo de revisão busca propiciar a análise do conhecimento já construído. O termo integrativo, explicam, refere-se à qualidade desta revisão de agregar opiniões e ideias múltiplas sobre um determinado assunto.

3.2.1.2 Definir os Objetivos para a Solução

A segunda etapa da DSR consiste em definir os objetivos para a solução, a partir do problema identificado. A revisão integrativa de literatura ocorre nesta etapa, para que fosse possível o desenvolvimento do modelo e dos conceitos a serem abordados nesta pesquisa.

A revisão integrativa de literatura, realizada entre os meses de março e abril de 2024, atualizada em março de 2025, foi aplicada com o intuito de descobrir o estado da arte a respeito da temática a ser estudada. A pesquisa foi realizada de acordo com as especificidades de cada uma das bases de dados – (Scopus, SciELO, Catálogo de

Teses e Dissertações da Capes, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) – respeitando as regras de busca, bem como adaptada para tal, de forma a otimizar os resultados.

Foram utilizados como descritores de busca:

- a) participação social e recuperação de centros históricos/*social participation and recovery of historic centers*;
- b) participação cidadã e recuperação de centros históricos/*citizen participation and recovery of historic centers*;
- c) coprodução e recuperação de centros históricos/*co-production and recovery of historic centers*;
- d) colaboração e recuperação de centros históricos/*collaboration and recovery of historic centers*;
- e) recuperação colaborativa de centros históricos/*collaborative recovery of historic centers*;
- f) recuperação participativa de centros históricos/*participative recovery of historic centers*; e
- g) recuperação coproduzida de centros históricos/*co-produced recovery of historic centers*.

Na base de dados Scopus, buscou-se, em um primeiro momento, por artigos que apresentassem os termos acima mencionados contidos no título, no resumo e nas palavras-chave, todos em inglês e descritos de maneira a encontrar resultados no singular e no plural, como por exemplo TITLE-ABS-KEY ("social participation") AND ("recovery of historic center*"). Tendo em vista que não foram encontrados quaisquer resultados, foi realizada uma segunda busca, sem a delimitação de título, resumo e palavras-chave. Ainda assim, não se obteve êxito.

A mesma busca foi realizada na SciELO – também com a variação dos termos no singular e no plural – na qual foram encontrados resultados para duas buscas ("participação social e recuperação de centros históricos" e "recuperação participativa de centros históricos").

No Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, bem como na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) optou-se por não restringir a pesquisa ao título, resumo e às palavras-chave, utilizando-se apenas os descritores e os operadores

booleanos de maneira a obter resultados compatíveis com a busca. No banco de dados da Capes houve um retorno para pesquisa "participação-social" e "recuperação-de-centros-históricos", enquanto no BDTD do IBICT, a pesquisa foi exitosa para cinco dos sete descritores. O Quadro 12 apresenta o quantitativo de resultados pelos termos de busca que foram exitosos nas pesquisas realizadas em março/abril de 2024 e atualizada em março de 2025.

Quadro 12 – Resultados da pesquisa no BDTD do IBICT

Termos de Busca	Resultados
recuperação participativa de centros históricos OR centro histórico	171
recuperação colaborativa de centros históricos OR centro histórico	47
colaboração e recuperação de centros históricos OR centro histórico	15
participação cidadã e recuperação de centros históricos OR centro histórico	14
participação social e recuperação de centros históricos OR centro histórico	104

Fonte: Elaborado pela autora desta tese (2025)

Ainda durante a fase de verificação dos resultados, observou-se que a busca apresentou trabalhos repetidos. O Quadro 13 sintetiza os resultados encontrados por base e temática, bem como os casos de repetição. Já o Quadro 14, demonstra a quantidade de trabalhos selecionados para análise de acordo com os critérios de inclusão e exclusão. Por fim, o Quadro 15, apresenta os trabalhos que foram selecionados para compor a revisão integrativa, e que, após leitura e análise, propiciaram à pesquisadora melhor familiarização sobre a temática de estudo e a compreensão quanto à lacuna existente entre o que se encontra na literatura e o que se propõe a desenvolver a partir desta tese.

Quadro 13 – Resultados da busca nas bases de dados

Bases / Termos de Busca	participação social e recuperação de centros históricos/social participation and recovery of historic centers	participação cidadã e recuperação de centros históricos/citizen participation and recovery of historic centers	coprodução e recuperação de centros históricos/co- production and recovery of historic centers	colaboração e recuperação de centros históricos/ collaboration and recovery of historic centers	recuperação colaborativa de centros históricos/ collaborative recovery of historic centers	recuperação participativa de centros históricos/ participative recovery of historic centers	recuperação coproduzida de centros históricos/co- produced recovery of historic centers
Scopus	0	0	0	0	0	0	0
SciELO	3	0	0	0	0	1	0
Capes	1	0	0	0	0	0	0
IBICT	104 (3 repetidos)	14	0	15	47	171 (6 repetidos)	0
Total	105	14	0	15	47	165	0

Fonte: Elaborado pela autora desta tese (2025)

Quadro 14 – Trabalhos selecionados para leitura

Bases/Termos de Busca	Participação social e recuperação de centros históricos/social participation and recovery of historic centers	Participação cidadã e recuperação de centros históricos/citizen participation and recovery of historic centers	Colaboração e recuperação de centros históricos/ collaboration and recovery of historic centers	Recuperação colaborativa de centros históricos/ collaborative recovery of historic centers	Recuperação participativa de centros históricos/ participative recovery of historic centers
SciELO	3	0	0	0	1
Capes	1	0	0	0	0
IBICT	12	0	1	0	6

Fonte: Elaborado pela autora desta tese (2025)

Quadro 15 – Trabalhos selecionados para a revisão

Bases/Termos de Busca	Participação social e recuperação de centros históricos/social <i>participation and recovery of historic centers</i>	Recuperação participativa de centros históricos/ <i>participative recovery of historic centers</i>
SciELO	Turismo e participação social na gestão do Centro Histórico de Salvador (BA)	Turismo e participação social na gestão do Centro Histórico de Salvador (BA)
	A los ojos de Santa Lucía: arte urbano y organización comunitaria en el Centro Histórico de San Salvador	
	Casa Analco, proyecto de vinculación universitaria con la comunidad y el patrimonio arquitectónico urbano y social de los barrios de Puebla (México)	
Capes	Reabilitação urbana no Centro Histórico de Salvador: Patrimônio Cultural, Turismo e Participação Social	
IBICT	Reabilitação da região da Luz – Centro histórico de São Paulo: projetos urbanos e estratégias de intervenção	Políticas públicas de regeneração urbana, preservação do patrimônio e lazer e turismo : padrões de intervenção pública e avaliação de resultados no Pátio de São Pedro, Recife, 1969-200
	Para quem é a cidade? redes de gestão público-privadas nas reformas urbanas dos centros de Salvador (Brasil) e Cali (Colômbia)	A revitalização do Centro de Salvador: figurações do seu campo de conflitos
	O saber-fazer do turismo na revitalização de sítios históricos urbanos: um estudo das Praças da Alfândega e da Matriz na cidade de Porto Alegre / RS	
	Do objeto ao sujeito: a função política, social e econômica do Patrimônio Histórico	
	Produção habitacional no campo urbano do Centro Histórico de Salvador, Bahia: a 7ª etapa da intervenção no Pelourinho	
	Fortaleza in memoriam: o par desmemória e a cultura do esquecimento no centro histórico da capital no século XXI"	

Fonte: Elaborado pela autora desta tese (2025)

No Quadro 13, observou-se, por exemplo que, dos 104 resultados para a busca *participação social e recuperação de centros históricos*, três eram idênticos, diminuindo, portanto, a quantidade de trabalhos a serem analisados. Com o termo *recuperação participativa de centros históricos* na IBCT, foram encontrados seis trabalhos idênticos.

Além da repetição existente dentro da própria categoria de pesquisa em uma mesma base de dados, foram identificadas também repetições intercategorias, isto é, um mesmo trabalho foi encontrado utilizando-se diferentes termos de busca; e interbases. Essa verificação foi possível em segundo momento, quando da seleção dos trabalhos que seriam lidos na íntegra de modo a verificar quais deles poderiam compor a revisão.

Para se chegar ao resumo apresentado no Quadro 14, foram excluídos os trabalhos que não apresentaram os descritores de busca no título, no resumo ou nas palavras-chave. A partir da leitura dos artigos, teses e dissertações, foi possível passar para a terceira etapa da revisão, a qual tratou de definir quais os trabalhos de fato tratavam da temática pesquisada. Dessa forma, restaram 13 trabalhos com potencial para integrar a revisão, conforme é possível observar no Quadro 15.

Entre os 13 trabalhos mencionados, um deles era o resultado repetido encontrado na busca da SciELO, conforme já explicado no Quadro 12. Sendo assim, foram lidos 12 trabalhos, entre artigos, teses e dissertações, buscando encontrar, dentre eles, modelos de reestruturação de centros históricos que tivessem contado com a participação popular em seu processo.

O estudo da literatura tem papel fundamental na construção do artefato a ser proposto, e é o apoio basilar para o cumprimento dos objetivos específicos desta tese. O Quadro 16 foi criado para melhor compreensão de como foram atingidos os objetivos específicos e, por consequência, o objetivo geral desta pesquisa.

Quadro 16 – Caminho para cumprimento dos objetivos da pesquisa

Objetivos Específicos	Como foram alcançados
Contextualizar a importância dos Centros Históricos para a identidade territorial ou fator de pertencimento	Revisão de Literatura - evolução das cidades e a caracterização dos centros em cada uma das épocas. Subseção 2.3, específica sobre a conceituação de centros históricos e dos mecanismos criados para sua valorização e proteção.

Objetivos Específicos	Como foram alcançados
Delinear as premissas para a proposição do método de recuperação de Centros Históricos a partir da metodologia WCHIS	Revisão integrativa (Scopus, SciELO, IBICT e Catálogo de Teses e Dissertações da Capes) para encontrar as lacunas que propiciariam a proposição de um artefato. Estudo da metodologia do WCHIS(subseção 2.5). Desenvolvimento do artefato, seção 4.
Verificar com os especialistas o método proposto	Aplicação de questionário com especialistas. seção 5, Apêndice A.

Fonte: Elaborado pela autora desta tese (2025)

3.2.1.3 Desenvolvimento do Artefato

O terceiro passo da DSR consiste no desenho e desenvolvimento do artefato a ser proposto para solucionar o problema da pesquisa. Conforme versam Hevner *et al.* (2004), os artefatos não necessariamente são produtos prontos a serem utilizados na prática em sua totalidade, em vez disso, os artefatos podem ser considerados como inovações que irão definir ideias, geralmente criados para atender necessidades de um ambiente, segundo Manson (2006) e que estão em constante processo de melhoria, uma vez que são baseados e suportados por conhecimento para construir conhecimento, como em um grande sistema que se retroalimenta. A Figura 14 representa o funcionamento do artefato enquanto acumulador e propagador de conhecimento.

Figura 14 – Artefato como gerador e acumulador de conhecimento



Fonte: Adaptada de Vaishnavi *et al.* (2006) e Manson (2006)

O desenvolvimento do artefato, é a constituição estrutural do objetivo da pesquisa para a resolução do problema identificado. É nesse momento que o ambiente interno será criado para lidar com o que o ambiente externo espera e necessita.

A etapa de desenvolvimento deve determinar a funcionalidade e a arquitetura do artefato, tendo como base o conhecimento teórico que irá ligar os objetivos da pesquisa ao desenho do artefato em si (Peppers *et al.*, 2007). O resultado desta etapa, destacam Lacerda *et al.* (2013) é o artefato em funcionamento, capaz de ser a solução para o problema disposto no ambiente externo.

Os métodos estão entre os artefatos passíveis de serem resultado de uma DSR. Segundo March e Smith (1995), o método, enquanto artefato, é um conjunto de etapas ou passos (como uma orientação) utilizado para executar uma tarefa, podendo ser utilizado para traduzir um modelo ou uma representação para a resolução de um problema.

Para Lacerda *et al.* (2013), os métodos representam um regramento a ser seguido para que seja possível a reprodução do resultado esperado no ambiente externo para o qual o artefato foi construído.

Essa etapa da DSR pode ser visualizada na Quadro 17, que representa a primeira versão do método proposto, construído a partir da relação entre os conceitos compreendidos da literatura e as lacunas observadas na revisão integrativa.

Quadro 17 – Esboço do método a ser proposto

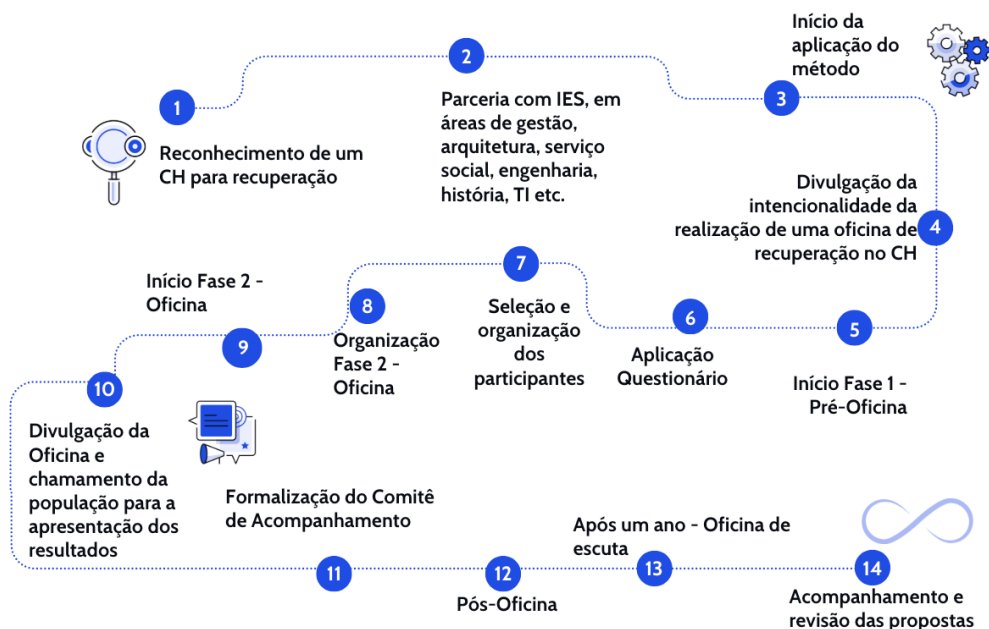
Fase	Responsável	Conceitos abordados	Base Teórica
Reconhecimento de um centro histórico com potencial de recuperação	Prefeitura, Institutos, Fundações, Iniciativa Privada etc.	Redescoberta e valorização do patrimônio; resgate da memória coletiva	Carta de Burra (1979), Porto Neto (2022)
Parceria com IES, em áreas de gestão, arquitetura, serviço social, engenharia, história, TI etc.	O responsável pela demanda	Parceria contínua entre universidade e sociedade	Sánchez, Sánchez e Rosete (2021)
Início da aplicação do método	O responsável pela demanda	Demonstração do artefato construído na tese	Hevner <i>et al.</i> (2004)
Divulgação da intencionalidade da realização de uma oficina de recuperação na região histórica	Responsável pela demanda e parceiro acadêmico	Resgate da memória coletiva; políticas participativas; e democratização das decisões	Prado (2022), Porto Neto (2022)

Fase	Responsável	Conceitos abordados	Base Teórica
Aplicação das 4 etapas que compõem o Pré-Evento	Responsável pela demanda e parceiro acadêmico	Demonstração do artefato construído na tese	Hevner <i>et al.</i> (2004)
Aplicação do questionário sobre o período de execução da Oficina	Responsável pela demanda e parceiro acadêmico	Fortalecimento dos mecanismos de participação popular e incorporação da população nas fases de planejamento	Mosqueira (2007), Braga (2008), Köhler (2011), Cerchiari (2019), Riscado (2019)
Seleção dos participantes e organização por Dimensão CHIS	Responsável pela demanda e parceiro acadêmico	Incorporação da população nas fases de planejamento e cidades inteligentes	Köhler (2011), Giffinger <i>et al.</i> (2007), Costa (2020) Bencardino e Greco (2014), Cohen (2015), Silva e Muzzio (2025)
Organização da Oficina	Responsável pela demanda e parceiro acadêmico	Coprodução e coprodução em conhecimento	Ostrom (1996), Armitage <i>et al.</i> (2010), Pacheco (2016), Wyborn <i>et al.</i> (2019), Lemos <i>et al.</i> (2018), Verschure, Brandsen e Pestoff (2012) Bezerra <i>et al.</i> (2022) Prado (2022)
Execução da Oficina, conforme a Fase 2	Responsável pela demanda e parceiro acadêmico	Coprodução em conhecimento e WCHIS	Lemos <i>et al.</i> (2018), Wyborn <i>et al.</i> (2019), Costa (2020)
Divulgação da Oficina e chamamento da população para a apresentação dos resultados	Responsável pela demanda e parceiro acadêmico	Responsabilização e participação da comunidade; fortalecimento de mecanismos de participação; e democratização das decisões	Köhler (2011), Cerchiari (2019), Prado (2022)
Formalização do Comitê de Acompanhamento	Responsável pela demanda e parceiro acadêmico	Continuidade das ações; políticas públicas participativas; e fortalecimento de lideranças	Silva (2006), Fagadar <i>et al.</i> (2021), Porto Neto (2022), Rivera-García e Reyes-Schade (2023)
Aplicação das 3 etapas da Fase 3 da Oficina	Comitê de Acompanhamento	Continuidade das ações; acompanhamento contínuo; e sistemas memória	Silva (2006), Arasaki, Steil e Santos (2017), Rivera-García e Reyes-Schade (2023)
Organização da Oficina de Escuta - após um ano	Comitê de Acompanhamento	Continuidade das ações; acompanhamento contínuo; e sistemas memória	Silva (2006), Arasaki, Steil e Santos (2017), Rivera-García e Reyes-Schade (2023)
Acompanhamento e Revisão das propostas	Comitê de Acompanhamento + Participantes Oficina	Continuidade das ações e acompanhamento contínuo	Silva (2006) e Rivera-García e Reyes-Schade (2023)

Fonte: Elaborado pela autora desta tese (2025)

A representação do fluxo do método proposto é apresentada na Figura 15.

Figura 15 – Fluxo Método



Fonte: Elaborada pela autora desta tese (2025)

A descrição e explanação das etapas dispostas no Quadro 17 e na Figura 15 serão apresentadas na seção 4.

3.2.1.4 Demonstração e Avaliação do Artefato

Após a finalização da etapa de desenvolvimento do artefato, faz-se necessário demonstrá-lo, para que seja avaliado quanto à sua utilidade, qualidade e eficácia (Hevner *et al.*, 2004).

A demonstração do artefato e sua consequente avaliação, permitirá ao pesquisador responder à pergunta básica: o artefato proposto atende aos fins para os quais foi criado? Segundo March e Smith (1995), além disso, é necessário verificar o quão bem o artefato funciona e se é capaz de substituir artefatos já existentes.

Para a avaliação de métodos, destacam os autores, deve-se considerar a sua capacidade de executar uma tarefa ou, caso o método não seja computadorizado, a capacidade de as pessoas utilizarem-no, ou seja, faz-se necessária a verificação quanto à eficiência e a facilidade de uso.

A forma de verificar a utilidade, eficiência e facilidade de um artefato, segundo Simon (1996) é por meio de métodos de avaliação bem executados, com parâmetros bem definidos.

Para a avaliação do método proposto nesta tese, utilizar-se-á de uma combinação da avaliação analítica (estuda a compatibilidade do artefato com a arquitetura e identifica oportunidades de melhoria em seu desempenho e comportamento) e descritiva (usa conhecimento para verificar a utilidade do artefato), propostas por Hevner *et al.* (2004),

Foram convidados 21 especialistas para realizar a avaliação do método, sendo 19 pessoas que conhecem a metodologia WCHIS por terem atuado na aplicação dos *workshops* como membros do LabCHIS, e três pessoas que foram palestrantes/*stakeholders* em alguns dos eventos – especificamente os eventos com teor de centralidade histórica, bem como pessoas ligadas à área de planejamento urbano e patrimônio histórico.

O questionário, apresentado na íntegra na seção 5 desta tese, foi elaborado em seis blocos, com afirmações e perguntas que visam analisar o método quanto à organização, estrutura, clareza, utilidade, e capacidade de recuperar centros históricos com participação popular, bem como de gerar conhecimento aplicável a situações semelhantes.

3.2.1.5 Comunicação

A última fase da DSR é a comunicação dos resultados da pesquisa a partir da avaliação realizada na etapa anterior.

Hevner *et al.* (2004) destacam que os resultados podem ser comunicados para dois tipos de públicos, aqueles orientados pela tecnologia, e os que são da área de gestão, público-alvo da presente pesquisa. Neste segundo caso, afirmam os autores, a comunicação deve ser feita de maneira a fornecer informações que permitam a este público determinar se vale a pena utilizar o artefato apresentado em termos financeiros, por exemplo.

Pode-se considerar que a comunicação dos resultados desta tese ocorre a partir da defesa pública, promovida pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia, Gestão e Mídia do Conhecimento (PPGEGC), bem como da publicação do material no repositório institucional da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

4 PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO MÉTODO

O processo de desenvolvimento do método proposto nesta tese para recuperação de centros históricos com participação social teve início a partir da revisão de literatura, que possibilitou a identificação das lacunas de pesquisa, bem como da análise aprofundada da metodologia desenvolvida pelo Laboratório de Cidades mais Humanas, Inteligentes e Sustentáveis (LabCHIS), do qual a pesquisadora faz parte.

Por meio da análise dos *workshops* desenvolvidos pelo laboratório, foi possível identificar a existência de uma metodologia que enxerga as pessoas como principal ativo para o desenvolvimento urbano sustentável, mas que ainda pode ser aprimorada para atender as demandas observadas a partir das pesquisas realizadas.

Ademais, a revisão não identificou um programa, método ou modelo que se aproximasse do ideal para a recuperação de centros históricos, tampouco a metodologia do LabCHIS foi avaliada e repensada para se encaixar neste contexto.

Nesse sentido, o presente trabalho propõe uma derivação e adaptação metodológica da abordagem desenvolvida pelo LabCHIS, buscando preencher as lacunas identificadas na pesquisa, bem como estabelecer um diálogo conceitual com marcos normativos internacionais, em especial a recomendação da Unesco sobre o Historic Urban Landscape (HUL), incorporando seus princípios de forma crítica e contextualizada ao desenvolvimento de um método próprio.

4.1 CRIAÇÃO DO MÉTODO E DERIVAÇÃO DA METODOLOGIA WCHIS

Tendo em vista que o que se pretende é a proposição de um método a partir de uma metodologia pré-existente, algumas características existentes nos WCHIS serão mantidas, enquanto outras serão alteradas, de maneira a contemplar as lacunas encontradas na literatura.

A primeira alteração refere-se ao nome: em vez de *workshop*, será utilizado o termo oficina. Embora, segundo o Dicionário Michaelis, *workshop* seja definido como “1) oficina, 2) seminário, 3) curso intensivo”, opta-se pela versão em português não apenas por equivalência linguística, mas também pelo valor simbólico da palavra oficina, que remete a um lugar de consertos. Assim, há um sentido tanto literal quanto

figurado ao empregá-la para nomear um método voltado à reparação de um lugar – não de objetos, mas de um território vivido.

A seguir, será apresentado o desenvolvimento do artefato, dividido em três fases: Fase 1 – Pré-Oficina, Fase 2 – A Oficina e Fase 3 – Pós-Oficina.

4.1.1 Fase 1 – Pré-Oficina

O WCHIS, em sua fase pré-evento, é usualmente composto por reuniões entre os organizadores para as definições logísticas a respeito do *workshop*. Para suprir as lacunas encontradas na fase da pesquisa, propõe-se que a fase pré-evento seja composta por novas etapas. O Quadro 18 foi construído para demonstrar como ocorrerá esta etapa, justificando e embasando sua criação.

A partir da reestruturação apresentada no Quadro 18, a preparação da oficina deixa de ter um caráter apenas logístico e apresenta um conceito voltado ao empoderamento dos prováveis participantes, de forma a engajá-los na elaboração de projetos estruturantes para o centro histórico.

Conforme defendido por Jong *et al.* (2015) e por Costa (2020), a abordagem central é pautada nas pessoas, pois acredita-se que a construção de uma cidade inteligente parte das contribuições feitas por seus cidadãos – independentes, responsáveis e conscientes.

A etapa de **Preparação Inclusiva** busca ampliar a representatividade dos participantes antes das oficinas, trazendo o conceito de revitalização da memória coletiva, proposto por Silva (2006) como um tópico importante no processo de preservação e revitalização do patrimônio.

Por meio do **Mapeamento dos Atores Locais**, busca-se identificar quem são os usuários da região, respeitando a história e a cultura local. Ou seja, o objetivo é ampliar a diversidade de participantes, mas envolver aqueles que fazem parte da história e da rotina do centro.

A ideia é mapear de atores locais e trazê-los para a oficina, de modo a diminuir o conflito de interesses presente em outros projetos de reestruturação, conforme destacado por Silva (2006), Mosqueira (2007), Mosquera Díaz (2022), Marinho (2022).

Como etapa micro, tem-se ainda a **Definição de Parcerias Estratégicas**, as quais podem ser tanto as associações, os institutos e fundações, como as parcerias privadas. As parcerias são importantes na divulgação do propósito da oficina, bem

como na representatividade. Além, é claro, no que tange a contribuição financeira, um dos limitadores dos processos, segundo Silva (2006).

A segunda etapa é o **Diagnóstico Participativo**, por meio do qual pretende-se conhecer a região por meio dos seus atores, identificados na etapa anterior (moradores, comerciantes locais, historiadores da comunidade, técnicos municipais etc.). A coleta de dados por instrumentos apoiados por tecnologia, além de contribuir com a preservação da memória, facilita a análise do material e o diagnóstico sobre os problemas a serem trabalhados na oficina.

A etapa de **Capacitação Inclusiva** objetiva permitir que as discussões temáticas partam de um nível de conhecimento técnico mais igualitário. O WCHIS, em seu primeiro dia de execução, promove uma imersão, apresentando informações sobre o local e sobre as dimensões CHIS, na busca de fornecer embasamento, bem como para engajar os participantes a trabalhar em equipe.

Entretanto, não foram identificadas evidências que comprovem que esta abordagem é efetiva. Ainda que o contrário também não tenha sido comprovado, acredita-se que a capacitação prévia e intensiva dos participantes pode promover discussões mais ricas em prol da criação de projetos para a região. Ademais, não há como haver uma discussão igualitária se não existir igualdade de condições aos participantes.

Esta etapa tem como propósito também resgatar a memória cultural e o senso de pertencimento dos atores. Aspectos essenciais em um processo de recuperação de um centro histórico, conforme ressaltam Carvalho (2009) e Porto Neto (2022), o qual inclusive menciona a cultura do esquecimento e a desmemória como grandes ameaças ao patrimônio.

A parceria com instituições de ensino superior para esta etapa de capacitação, dentro do que é proposto por Sánchez, Sánchez e Rosete (2021), propicia que alunos dos cursos afins, como arquitetura, história, gestão, assistência social, dentre outros, possam aliar o conhecimento técnico ao prático, contribuindo para sociedade e estreitando os laços e fortalecendo a tríade sociedade, cidade e universidade.

Um processo de recuperação de um centro histórico precisa envolver as pessoas por meio da memória e dos laços que elas têm com o local. Os atores precisam de apropriar de sua história para reconstruí-la e, por isso, essa etapa é tão valiosa.

Pensando na continuidade das ações, conforme retratado por Rivera-García e Reyes-Schade (2023), a quarta etapa desta fase inicial incita os envolvidos a pensarem no final da oficina, isto é, quando os resultados forem entregues, serão entregues a quem? Qual será o compromisso com a entrega? Em quanto tempo os projetos serão implementados?

A ideia de pensar em um comitê gestor ainda na fase inicial, é que haja um compromisso aprofundado com a entrega e com todo o trabalho a ser elaborados pelos participantes. A percepção de continuidade é muito pequena, tanto nos projetos mencionados na revisão de literatura, quanto no WCHIS. Uma premissa a ser discutida, sobretudo nos *workshops* criados pelo LabCHIS é se, de fato a continuidade é inexistente, ou se falta monitoramento por meio de indicadores que permita esta análise.

Esta etapa foca na sustentação das propostas após a realização das oficinas, buscando institucionalizar o acompanhamento comunitário, evitando a descontinuidade. Ela se embasa na ideia de Carvalho (2009) sobre a importância da descentralização estratégica das ações, princípio sobre o qual a população é chamada para proteger o patrimônio e ser atuante em políticas públicas voltadas a sua memória e preservação.

Os autores apresentados na revisão integrativa realizada nesta pesquisa frequentemente mencionaram em seus estudos os problemas relacionados ao conflito de interesses, à falta de participação no planejamento de ações por parte dos moradores e as decisões tomadas de cima pra baixo. Riscado (2019), Mosquera Díaz (2022) e Porto Neto (2022), por exemplo, abordam os obstáculos gerados pela turistificação dos locais, em detrimento da preservação da sua memória e ao empoderamento dos seus atores.

Quadro 18 – Reestruturação do pré-evento

Etapa Macro	Objetivo	Justificativa	Etapa Micro	Quem	Como	Suporte Tecnológico	Base Teórica
1 – Preparação Inclusiva	Ampliar a diversidade e representatividade dos participantes antes do início da oficina	Para que os centros históricos sejam compreendidos como um patrimônio de todos, é necessário despertar o interesse coletivo de participação	Mapeamento de Atores Definição de Parcerias	Lideranças comunitárias, associações locais, ONGs, agentes públicos de cultura e urbanismo	Reuniões preliminares com grupos locais; divulgação em mídias comunitárias; abordagem ativa em locais de circulação popular	Plataforma de mapeamento colaborativo, redes sociais para divulgação, formulários digitais para inscrição	Abordagem integrada de <i>smart cities</i> proposta por Bencardino e Greco (2014); conceito de <i>Smart Cities</i> 3.0 de Cohen (2015); avanços socioeconômicos a partir da tecnologia Silva e Muzzio (2025); Incorporação da população nas fases de planejamento, conforme Mosqueira (2007), Carvalho (2009) e Riscado (2019); participação de moradores como forma de refletir a identidade, conforme Braga (2008) e Porto Neto (2022); parceria contínua entre universidade e sociedade, segundo Sánchez, Sánchez e Rosete (2021); propiciar a continuidade das ações, de acordo com Silva (2006) e Rivera-García e Reyes-Schade (2023)
2 – Diagnóstico Participativo	Compreender a realidade do local a ser estudado e para onde a oficina criará seus projetos	A utilização do conhecimento dos usuários da região histórica sobre os problemas e as limitações do local, vão auxiliar a criar de foco para a oficina	Levantamento Histórico e Patrimonial	Os atores identificados na etapa anterior	Roda de conversa, oficinas de memória, uso de mapas e fotografias antigas para estimular relatos	Aplicativos de coleta de dados, ferramentas para georreferenciamento	
3 – Capacitação Inclusiva	Propiciar que os participantes cheguem à oficina com o mesmo nível de informações técnicas, para que se sintam protagonistas das mudanças	O conhecimento sobre a temática e sobre o ambiente sensibiliza o participante a se manter engajado e a querer proteger a sua história e escrever seu futuro	Criação de materiais acessíveis (linguagem simples, materiais visuais, versões em Libras ou áudio, se necessário)	Facilitadores do projeto, intérpretes de Libras, educadores populares	Aulas expositivas interativas, parceria com instituições públicas de ensino superior	Vídeos legendados e em Libras, podcasts informativos, QR Codes com <i>links</i> para conteúdos de apoio	
4 – Monitoramento e Continuidade	Evitar que o <i>workshop</i> vire um evento isolado sem impacto real por meio de acompanhamento comunitário	A descontinuidade das propostas feitas pelos próprios cidadãos, além de gerar descrença no processo de recuperação, impede o avanço em prol das melhorias	Definição de indicadores	Grupo gestor local, moradores voluntários, estudantes universitários (como extensão), servidores públicos parceiros	Criação de comitês de acompanhamento, reuniões periódicas; criação de um projeto de extensão	Painéis de acompanhamento de ações propostas e executadas	

Fonte: Elaborado pela autora desta tese (2025)

O que se propõe, a partir desta primeira fase do método, é fazer o exercício reverso: propiciar que a população, por meio de representatividade, esteja empoderada, capaz de se fazer ouvida na construção de propostas para que sua voz e sua memória ocupem o espaço; e que, por meio desta ocupação, os locais sejam atrativos do ponto de vista histórico e cultural, pois estarão prontos para ofertar ao turista algo único: identidade.

4.1 2 Fase 2 – A Oficina

Uma das características a ser mantida do WCHIS é a divisão dos grupos de trabalho de acordo com as dimensões de cidade mais humana, inteligente e sustentável, apresentadas e descritas por Giffinger *et al.* (2007) e Costa (2020). A abordagem multidimensional permite que os projetos possam estar integrados em todos os aspectos.

Diante do exposto, faz-se necessário também que cada grupo continue sendo conduzido por um facilitador; pessoas com conhecimento dentro da temática e com habilidade para conduzir equipes de trabalho, pensando em heterogeneidade de opinião, condução de diálogo e construção de um projeto.

A Fase 2 já deve iniciar com a definição de grupos, seguindo um protocolo semelhante ao que existe nos *workshops* atuais: os participantes sugerem as temáticas sobre as quais desejam: Desenvolvimento Econômico Inteligente (DES), Pessoas Inteligentes (PIN), Bem-Estar Inteligente (BEM), Patrimônio Histórico Inteligente (PHA), Meio Ambiente Inteligente (MAI), Inclusão Social Inteligente (INC) e Mobilidade Inteligente de Pessoas (MOB).

Uma alteração nesta fase diz respeito aos dias em que a oficina irá ocorrer. Na metodologia atual, o *workshop* acontece em cinco dias úteis, de segunda a sexta-feira, no período vespertino (normalmente, das 13h às 18h) de uma semana escolhida pelos organizadores. Como forma de permitir que os participantes estejam presentes e engajados durante todo o período em que a oficina durar, sugere-se que o formulário de inscrição tenha uma consulta sobre a escolha dos dias.

Não há dados conclusivos que permitam afirmar uma possível baixa adesão ou que um número maior de participantes do público geral estaria presente caso a oficina ocorresse fora do horário comercial. No entanto, ao analisar o Quadro 10, especialmente a coluna que indica a composição dos participantes, observa-se uma

predominância de universitários em relação a outros membros da sociedade civil. Tal evidência pode sugerir que estudantes, por possuírem maior flexibilidade e disponibilidade de horários, apresentam maior facilidade para participar dessas atividades.

A quantidade de dias, tendo em vista que já se sugeriu uma alteração quanto à preparação dos participantes, pode continuar a mesma, seguindo os princípios do *Design Thinking* sobre imersão, ideação e prototipação. Ao definir este período de 5 dias, o idealizador do WCHIS, Costa (2020) não apresenta uma justificativa específica a escolha. Informando apenas tratar-se de uma “abordagem de guerrilha” ocorrendo em um tempo ideal para motivar e engajar os participantes.

O Quadro 19 apresenta a forma como se pretende abordar o período de duração da oficina para os participantes.

Quadro 19 – Questionamento sobre o período de duração da Oficina

Pergunta	Tendo em vista que a Oficina irá ocorrer em 5 dias, qual período você considera mais adequado?
Alternativas	a) De segunda a sexta-feira, no período matutino (das 8h às 13h)
	b) De segunda a sexta-feira, no período vespertino (das 13h às 17h)
	c) De segunda a sexta-feira, no período noturno (das 17h às 22h)
	d) Durante 2 semanas, aos finais de semana em período integral (sábado e domingo)
	e) Durante 3 semanas, aos finais de semana, no período matutino (sábado e domingo)
	f) Durante 3 semanas, aos finais de semana, no período vespertino (sábado e domingo)

Fonte: Elaborado pela autora desta tese (2025)

Considerando que a proposta deste método se fundamenta nos princípios da participação e da inclusão, a consulta prévia acerca da melhor faixa de horário para a realização da oficina revela-se uma etapa essencial. Tal procedimento visa garantir condições que favoreçam a ampla e diversificada presença dos atores sociais envolvidos no processo."

O Quadro 20 apresenta a nova proposição de organização dos dias da oficina.

Quadro 20 – A semana da Oficina

Quadro 20 – A semana da Oficina				
Dia	Nome da Etapa	Objetivo Principal	Atividades Sugeridas	Resultados Esperados
1	Imersão, conexão e reconhecimento	Apresentar a dinâmica da oficina, os participantes, fortalecer vínculos e reconhecer percepções locais	Dinâmicas de apresentação; roda de conversa sobre memórias do território.	Fortalecimento da identidade coletiva e mapeamento de percepções iniciais
			Resgate do diagnóstico participativo da pré-oficina.	
2	Análise e Diagnóstico Coletivo	Compreender problemas e potencialidades do território a partir das entrevistas com os convidados e vivenciar o centro histórico.	Caminhada patrimonial exploratória; entrevistas com moradores, comerciantes e agentes públicos uso de fotos do bairro, mapas temáticos interativos	Identificação de problemas prioritários
3	Cocriação de Propostas	Gerar ideias viáveis para os problemas mapeados, valorizando saberes locais	Ideação (<i>design thinking</i> simplificado); mural coletivo de propostas com uso de post-its físicos ou digitais. Suporte de um especialista.	Conjunto de propostas iniciais elaboradas pelos participantes
4	Estruturação das Ações	Transformar ideias em planos de ação estruturados	Grupos de trabalho por proposta; definição de responsáveis, etapas e recursos; prototipagem com materiais simples ou ferramentas digitais	Planos de ação participativos
5	Apresentação e Pactuação	Validar propostas, receber <i>feedback</i> e pactuar compromissos para continuidade	Apresentação pública das ações (a outros moradores, gestores etc.); votação participativa ou avaliação coletiva; assinatura simbólica de compromisso coletivo	Propostas validadas e maior comprometimento para execução futura
			Ativação do comitê de acompanhamento	Engajamento no acompanhamento da execução das ações desde o fim da oficina
Documentação: garantir registro audiovisual e textual de todo o processo para futura sistematização e avaliação				
Tecnologia de apoio: mural digital colaborativo, criação de um repositório para acesso ao material				
Acessibilidade: manter facilitadores bilíngues em Libras e adaptar materiais sempre que necessário				

Fonte: Elaborado pela autora desta tese (2025)

A estrutura proposta para a oficina deriva diretamente dos princípios estabelecidos na fase pré-oficina, buscando garantir a coerência metodológica e o aprofundamento das estratégias de inclusão, escuta ativa e continuidade. A etapa preparatória, baseada no mapeamento de atores, diagnóstico participativo e definição

de indicadores, forneceu não apenas subsídios empíricos, mas também uma fundamentação conceitual robusta para a construção de um espaço formativo mais sensível à complexidade social do território.

Dessa forma, a oficina foi concebida como uma sequência lógica e ampliada dessa preparação, incorporando práticas de engajamento direto com *stakeholders*, uso de metodologias sensoriais e colaborativas (como caminhadas sensíveis, rodas de escuta e registros multimodais), bem como a consolidação das soluções a partir da participação efetiva dos grupos envolvidos. Tal abordagem não apenas fortalece os vínculos entre universidade e sociedade, como também garante a continuidade das ações mediante a formalização dos resultados em formatos acessíveis e compartilháveis.

Do WCHIS para o atual modelo proposto de Oficina, há quatro mudanças mais profundas e conceituais; a primeira delas é referente ao o 1º dia, que antes estava direcionado à apresentação do contexto do *workshop*, bem como à contextualização do que significa uma cidade mais humana, inteligente e sustentável, ao conhecimento sobre a realidade do local escolhido para o estudo, foi alterado, uma vez que os participantes já foram capacitados previamente. Nesta nova proposta, a partir do primeiro dia, os participantes resgatam as ideias que começaram a ser maturadas ainda na fase pré-oficina e iniciam o mapeamento das problemáticas.

A segunda mudança diz respeito ao último dia do evento, antes mais reservado à divulgação interna dos resultados aos participantes. Nesse novo método de execução da oficina, propõe-se que haja um chamamento público para a apresentação das propostas que foram construídas a partir de uma coprodução também pública. O objetivo é que mais pessoas conheçam as proposições e cobrem a execução de projetos que partiram a própria comunidade.

A terceira mudança, proposta para o último dia de Oficina, de forma a garantir um compromisso com a continuidade das ações, é a formalização da equipe que irá compor o Comitê de Acompanhamento, com o resgate dos indicadores de gestão dos projetos, definidos na Pré-Oficina.

O quarto diferencial que se propõe para Oficina é a criação de um repositório digital, onde estarão depositados todos os materiais a respeito da execução da oficina, desde suas fases iniciais até a entrega das propostas. Os repositórios, enquanto sistemas de memória, servem para recuperar as lembranças, de forma a reutilizar o conhecimento criado (Arasaki; Steil; Santos, 2017).

Ao adotar essa estrutura, a Oficina se alinha às diretrizes contemporâneas de planejamento participativo, cidades inteligentes centradas nas pessoas e à perspectiva da construção coletiva de soluções territorializadas, conforme os autores discutidos na seção 2 descrevem (resumidos no Quando 7).

4.1.3 Fase 3 – Pós-Oficina

A leitura dos relatórios do WCHIS não permitiu a verificação de continuidade das ações propostas, tampouco foi encontrado material sob a temática. Há apenas informações sobre o projeto em torno da Ponte Hercílio Luz, no entanto, não é possível identificar qual o efetivo impacto do *workshop* no projeto geral, quais foram de fato as ações propostas no WCHIS se que concretizaram no processo de recuperação daquela região.

A literatura encontrada também é vaga quanto às informações a respeito da continuidade das ações. Nos projetos apresentados e resumidos no Quadro 6, Silva (2006), Carvalho (2009) e, de certa forma também, Sánchez, Sánchez e Rosete (2021) e Rivera-García e Reyes-Schade (2023) mencionam a importância de serem criados mecanismos que permitam a continuidade das ações, seja por meio da comunidade, seja por meio de parcerias.

Para este método que está sendo proposto por esta tese, desde a fase pré-oficina sugere-se planejar a continuidade das ações e o acompanhamento, por meio de indicadores e de um comitê gestor.

Portanto, a última fase proposta por este método, a fase pós-oficina, preconiza três etapas para o encaminhamento das ações, conforme pode ser visualizado no Quadro 21.

A partir do alinhamento entre a fase pré-oficina, que priorizou o engajamento e o mapeamento participativo voltado aos centros históricos, e a estrutura da oficina, centrada na escuta, cocriação e pactuação –, entende-se que a continuidade do projeto deve consolidar os aprendizados, manter a articulação dos atores e garantir a execução participativa das ações propostas. Para isso, são necessárias estratégias que ampliem a autonomia dos grupos envolvidos, com suporte institucional e comunicacional, favorecendo arranjos de governança que respeitem a memória, os saberes locais e a dinâmica social do território.

A etapa de **Consolidação e Governança Local** deve contar com a atuação ativa do Comitê de Acompanhamento de forma a garantir que os projetos não fiquem estagnados. É essencial que haja integração entre o Comitê, as propostas e instrumentos de preservação, revitalização e restauro já existentes, como planos municipais de restauro, tombamento e leis de uso.

A parceria público-privada nesta etapa também se faz importante, de maneira a angariar recursos para a consolidação dos projetos, o que traz à tona a necessidade de engajamento dos membros do Comitê e um relacionamento articulado e diplomático entre as partes.

Tendo em vista a própria lacuna que existe na literatura a respeito de iniciativas semelhantes e o acompanhamento de resultados, propõe-se que uma das etapas da terceira fase da Oficina seja a sua própria divulgação como forma de demonstrar os resultados e inspirar novas ações. A publicização dos atos pode ocorrer em redes sociais ou até mesmo em sites institucionais voltados à cultura e ao patrimônio local.

Quadro 21 – Pós-Oficina

Etapa Macro	Objetivo	Justificativa	Etapa Micro	Quem	Como	Suporte Tecnológico	Base Teórica
Consolidação e governança local	Assegurar que os planos construídos coletivamente avancem para a implementação e integrem políticas públicas locais	Formular estratégias para que as propostas não fiquem estagnadas	Agenda de reuniões regulares e Públicas	Comitê de acompanhamento	Reuniões abertas para avaliação de resultados e replanejamento coletivo, mantendo o processo vivo e transparente	Plataforma online de acompanhamento, fóruns de discussão	Responsabilização e participação da comunidade, segundo Köhler (2011); construção inteligente de cidades, conforme Jong <i>et al.</i> (2015); fortalecimento de mecanismos de participação, conforme Cerchiari (2019); fortalecimento de lideranças políticas e cidadãos, Fagadar <i>et al.</i> (2021); políticas públicas participativas, conforme Porto Neto (2022); democratização das decisões, conforme Prado (2022); envolvimento contínuo da comunidade, segundo Rivera-García e Reyes-Schade (2023); sistemas de memória, segundo Arasaki, Steil e Santos (2017)
Sistematização e disseminação	Documentar e divulgar os aprendizados e resultados para inspirar novas ações e embasar políticas públicas	Fortalecer o valor da participação social e do projeto para contribuir com a replicabilidade	Produção de relatório participativo e mostra pública	Comitê de acompanhamento	Elaboração de relatório ilustrado e acessível; mostra pública com exposição dos planos e processos	Repositório digital; material gráfico; vídeos curtos de depoimentos. Observatório social (indicadores)	
Oficina de escuta	Avaliar, ajustar ou até expandir ações depois de, pelo menos um ano, de execução da oficina	A escuta ativa e contínua da comunidade garante que as ações se mantenham alinhadas às necessidades reais, fortalecendo o vínculo com o território e promovendo melhorias sustentáveis	Revisão participativa com base em indicadores	Comitê de acompanhamento e demais participantes da Oficina	Realização de oficinas abertas para debater os indicadores monitorados, escutar novas percepções da comunidade e construir propostas de continuidade ou ajustes	Plataforma interativa com painel de indicadores, formulários online para coleta de percepções, mural digital colaborativo	

Fonte: Elaborado pela autora desta tese (2025)

A criação de indicadores que podem compor o observatório social do projeto auxilia tanto o monitoramento quanto a continuidade das propostas. Esta ação também auxilia, quando da execução da terceira etapa desta fase pós-oficina, para que comitê e comunidade observem o que deu certo, o que precisa de mais atenção e o que, eventualmente, pode ter sido esquecido no que tange à execução dos projetos.

A Figura 16 apresenta o conjunto de indicadores propostos para o monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas a partir da aplicação do método por meio do observatório social da Oficina (Fase 3). Os indicadores foram estruturados de forma a refletir as dimensões centrais do processo de cocriação cidadã, permitindo mensurar não apenas resultados quantitativos, mas também aspectos qualitativos relacionados ao engajamento, inclusão e continuidade das iniciativas. Sua criação foi pensada a partir da lacuna encontrada na literatura sobre o monitoramento e continuidade das ações.

A organização dos indicadores em nove blocos evidencia a natureza integrada e sistêmica do método. O **Engajamento** aborda a participação e o perfil dos envolvidos; **Patrimônio** mede o reconhecimento e a ativação de bens culturais; e a **Análise e Diagnóstico Coletivo** traduz a construção conjunta de problemas e oportunidades. As dimensões de **Inclusão** e **Cocriação** asseguram a diversidade e a produção colaborativa de soluções, enquanto **Apresentação e Pactuação** refletem a validação pública e o compromisso coletivo.

A **Continuidade e Governança** garante o acompanhamento e a institucionalização das ações, ao passo que a **Disseminação** busca dar visibilidade e circulação ao conhecimento produzido. Por fim, a **Oficina de Escuta** representa o retorno à comunidade, medindo a permanência do engajamento, a entrada de novos participantes e a reavaliação das propostas ao longo do tempo – reforçando o caráter cíclico e evolutivo do Método.

Figura 16 – Sugestão de indicadores para a Oficina e seus projetos



Fonte: Elaborada pela autora desta tese (2025)

Os indicadores devem ajudar a medir o impacto da Oficina ao longo tempo quanto à manutenção do engajamento e à efetivação dos resultados, além de oferecer subsídios para o aprimoramento do método. Eles configuram-se, portanto, como instrumentos estratégicos para acompanhar o impacto do método proposto.

A ideia é que as pessoas figurem no centro de toda e qualquer ideia para recuperação dos locais que habitam, que frequentam; dos locais onde a história foi construída e que precisa permanecer viva.

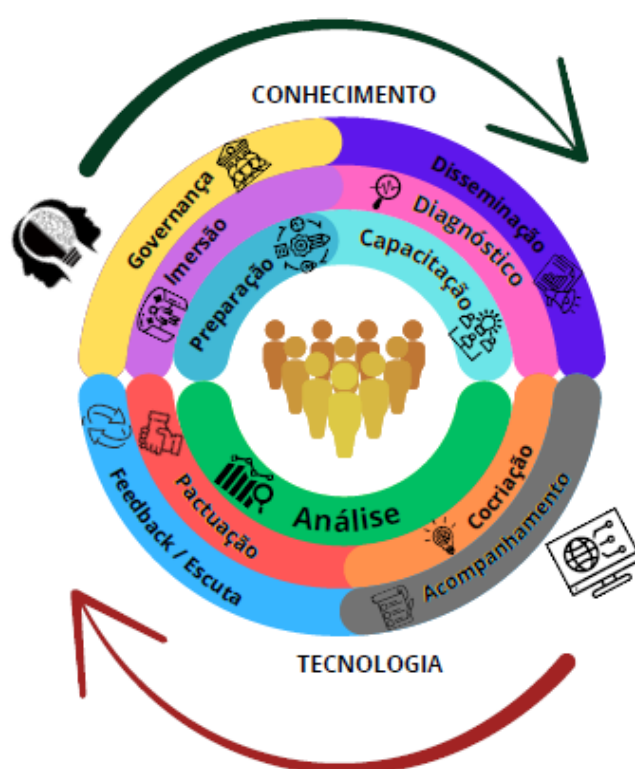
A Figura 17 foi concebida para ilustrar o movimento de transformação promovido pelo método, que se expande tanto física quanto socialmente. Esse movimento envolve escuta ativa e engajamento emocional, político e social, configurando-se como um processo contínuo e iterativo de ação e aprendizado. A dinâmica é sustentada por duas estruturas basilares – conhecimento e tecnologia – que se complementam e retroalimentam.

A leitura da representação deve ser feita de dentro para fora: no núcleo, estão as pessoas, reconhecidas como o principal ativo e ponto de partida de toda a transformação. Cada anel concêntrico expressa uma das fases do método, revelando

sua natureza integrada e contínua. O uso da tecnologia é transversal e atua como suporte operacional e cognitivo, viabilizando o registro, a comunicação e a análise de informações. Já o conhecimento se manifesta em duas camadas: a interna, que emerge das pessoas, de suas experiências e saberes; e a externa, representada na camada mais ampla, em diálogo constante com a tecnologia, sustentando o processo de cocriação e evolução coletiva.

A representação gráfica do método é ilustrada por meio da Figura 17.

Figura 17 – O método



Fonte: Elaborada pela autora desta tese (2025)

A partir deste contexto, elaborou-se um nome para o método, em formato de acrônimo: CENTRO. Cada letra representa uma palavra-chave no processo de recuperação conforme o Quadro 22 apresenta.

Quadro 22 – Nome do método proposto

Letra	Palavra-chave	Explicação
C	Cocriação/Conhecimento	Ativação de conhecimento em processos participativos para construção coletiva de soluções
E	Engajamento	Mobilização e envolvimento ativo da comunidade local desde o diagnóstico

Letra	Palavra-chave	Explicação
N	Narrativas	Valorização de memórias, histórias e visões locais para orientar as intervenções
T	Tecnologia	Ferramentas digitais como apoio ao mapeamento, articulação e transparência
R	Recuperação	Recuperação física, simbólica e social do centro histórico
O	Organização	Estruturação da oficina, de pactos, governança e acompanhamento das ações no território

Fonte: Elaborado pela autora desta tese (2025)

O Método CENTRO de cocriação cidadã para recuperação de centros históricos em cidades mais humanas, inteligentes e sustentáveis é focado nas pessoas, orientado por conhecimento e tecnologia.

5 VERIFICAÇÃO DO MÉTODO CENTRO

Conforme descrito na seção 3 (Metodologia), especificamente sobre a demonstração e avaliação do artefato proposto, disponibilizou-se um formulário *online*, via *Google Forms*, submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (CEPSH/UFSC), tendo como Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) o número: 91079625.8.0000.0121.

O questionário ficou disponível entre os dias 11 de setembro a 30 de setembro de 2025 para que 21 especialistas convidados pudessem acessá-lo e respondê-lo. O convite foi realizado via *e-mail* e por mensagem via *Whatsapp* e respondido por 11 pessoas.

A seleção dos participantes foi feita a partir de sua participação no *WCHIS*, sendo a maioria dos especialistas ex-membros do LabCHIS, desta forma, foram convidados 19 pessoas que atuaram como organizadoras/facilitadoras nos *workshops*, e 3 pessoas que atuaram como *stakeholders*/palestrantes.

Para encontrar essas 21 pessoas, foram utilizados materiais elaborados pelo LabCHIS, como informações contidas no site, relatórios e planilhas de apoio compartilhadas entre o grupo. Não é possível afirmar que os 19 convidados do laboratório seja a totalidade de pessoas que já passaram pelo LabCHIS e atuaram ativamente nos *workshops* (excetuando-se, claro, a própria pesquisadora). Isso se deve ao fato de as informações não serem de fácil acesso, bem como não estarem amplamente catalogadas.

A escolha das três pessoas que atuaram como *stakeholders*/palestrantes também foi a partir de material elaborado pelos participantes do *WCHIS*, sendo que foram escolhidas pessoas que atuassem com patrimônio, cultura e história.

A escolha da amostra de pesquisa ocorreu a partir de dois critérios: o primeiro visou envolver especialistas que já haviam participado diretamente da aplicação da metodologia CHIS, por reconhecer neles um papel fundamental na validação da versão aprimorada do método desenvolvido. Esses participantes, ao aliarem experiência prática e conhecimento acumulado sobre o processo, puderam avaliar de forma crítica sua evolução – verificando se as adaptações propostas realmente potencializam a participação popular, ampliam a diversidade de atores envolvidos e fortalecem os mecanismos de criação e disseminação do conhecimento.

O segundo critério considerou a inclusão de profissionais atuantes nas áreas de patrimônio, cultura e história, cuja experiência contribui para analisar a aplicabilidade do método na recuperação e conservação de centralidades históricas

Esperava-se, a partir desta amostra, aliar a validação quanto os aspectos de criação e disseminação do conhecimento, bem quanto à possibilidade de o método, de fato, preencher as lacunas encontradas na literatura para recuperação de centralidades históricas com participação popular.

O Quadro 23 apresenta o perfil dos respondentes da pesquisa.

Quadro 23 – Perfil dos especialistas

	Experiência com a temática	Participou de quantos workshops CHIS?	Quais foram os WCHIS que participou	Tipo de Participação	Área de Atuação Profissional
1	Participação de eventos na mesma temática.	1	Praça XV ao mar	Facilitador	Área jurídica
2	Formação em engenharia civil, já fiz disciplinas na pós graduação relacionadas a Cidades inteligentes e outras afins	3	Campus Universitário, Praça XV e Congonhas	Particpei uma vez como aluno (câmpus universitário) e outras duas como facilitador	Engenheiro(a) Civil/Professor(a)/Servidor(a) Público(a)
3	Sou pesquisador e estudioso da temática	3	Florianópolis Ponte, Florianópolis Praça XV, Congonhas.	Uma vez como <i>Stakeholder</i> , Duas vezes como Facilitador	Publicitário(a) e escritor(a)
4	15 anos trabalhando com urbanização sustentável, sociedade, comportamento, materiais sustentáveis	3	Ponte Hercílio Luz, Câmpus, MS (somente fase inicial)	Coordenador e Facilitador	Engenharia
5	Arquiteta, urbanista, participante e facilitadora de WCHIS	4	2017-Hecílio Luz/ 2018-Campus UFSC/ 2019-Fazenda Ressacada/ 2023-Praça XV.	Facilitador	Arquitetura e urbanismo

	Experiência com a temática	Participou de quantos workshops CHIS?	Quais foram os WCHIS que participou	Tipo de Participação	Área de Atuação Profissional
6	Tenho experiência no desenvolvimento e aplicação do WCHIS bem como sou pesquisadora na área de coprodução de conhecimento para o desenvolvimento sustentável	9	Sapiens Parque, Gávea, Lagoa da Conceição, Ponte Hercílio Luz, Aeroporto Hercílio Luz, UFMS, Chapadão do Sul, Corumbá e Dourados	Facilitador	Pesquisador(a)
7	Já fiz parte da equipe da organização do <i>workshop</i>	1	Ponte Hercílio Luz	Facilitador	Gestão
8	Sou gestor público na área de patrimônio cultural, lido diariamente com demandas cujo fulcro envolve Bens patrimoniais, em especial as ditas cidades e/ou centros históricos "envelhecidas" objeto de conflito entre preservação e salvaguarda e a modernidade.	1	Florianópolis – Praça XV	<i>Stakeholder</i> /pal estrante	Historiador(a), analista cultural, área de preservação do patrimônio cultural na esfera do executivo estadual catarinense
9	Desenvolvi e defendi a tese de doutorado na temática de espaços públicos para Cidades Humanas	1	Lagoa da Conceição em Florianópolis	Estudante de doutorado do PPGEHC/Membro LabCHIS	Docente do Instituto Federal Catarinense
10	Fui facilitador de um <i>workshop</i> CHIS (Praça XV) e estudo a área de cidades mais humanas,	1	Florianópolis – Praça XV	Facilitador	Consultoria em gestão educacional

	Experiência com a temática	Participou de quantos workshops CHIS?	Quais foram os WCHIS que participou	Tipo de Participação	Área de Atuação Profissional
	inteligentes e sustentáveis				
11	Conheço bem	Da maioria/Quas e todos	Lagoa da conceição, Ponte Hercílio Luz, Rio de Janeiro, 3 no Mato Grosso do Sul	Facilitador	Setor de Tecnologia

Fonte: Elaborado pela autora desta tese (2025)

Conforme é possível verificar, ainda que tenham em comum a participação nos WCHIS e o envolvimento com a temática, os respondentes têm formações e atuações profissionais bastante diversas, o que pode ser um fator de enriquecimento para a pesquisa, uma vez que, traz perspectivas distintas sobre o mesmo assunto.

Dividido em oito seções, o questionário (Apêndice A) foi composto de 22 perguntas abertas, de forma que os avaliadores pudessem analisar e realizar contribuições qualitativas ao método. Além disso, as seções são iniciadas com textos e imagens que permitem aos avaliadores a análise de conteúdo sobre o método, de maneira a verificarem cada uma das três fases propostas.

O Quadro 24 informa a relação entre as seções e as perguntas do formulário de pesquisa.

Quadro 24 – Relação de perguntas por seção

Seção	Conteúdo	Pergunta
1	Apresentação geral do Método CENTRO e a pesquisa	-
2	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	Você aceita participar desta pesquisa?
3	Informações sobre o respondente	1) Qual a sua experiência com a temática?
		2) Você participou de quantos Workshops CHIS?
		3) Cite quais foram o WCHIS que você participou.
		4) Sua participação foi como
		5) Qual a sua área de atuação profissional?

Seção	Conteúdo	Pergunta
		6) Você aceita informar seu e-mail de contato para caso a pesquisadora precise conversar com você sobre a temática da pesquisa?
4	Fase 1 – Pré-Oficina	7) Com base no que foi exposto e no seu conhecimento sobre a temática, comente sobre a estrutura da Fase 1 e sobre a sua capacidade de contribuir com os objetivos da pesquisa
5	Fase 2 – A Oficina	8) Com base na sua análise, é adequado e relevante definir junto aos participantes o melhor período para a realização da Oficina? 9) Qual a sua análise sobre a Fase 2: Oficina?
6	Fase 3 – Pós-Oficina	10) Qual a sua análise sobre a Fase 3: Pós-Oficina?
7	Fase 3 – Pós-Oficina – Indicadores	11) Qual a sua análise sobre os indicadores criados para esta fase?
8	Aplicação, Adaptabilidade e Potencialidade do Método CENTRO	12) As fases e etapas propostas estão encadeadas de maneira lógica? 13) A tecnologia está corretamente posicionada como elemento transversal, capaz de dar suporte ao método, bem como facilitar a disseminação e continuidade das propostas? 14) O método proposto incorpora a população na fase de planejamento e implementação de ações? 15) O método proposto enfatiza a participação popular como forma de refletir a identidade local? 16) O método se mostra capaz de minimizar conflitos de interesses? 17) O método proposto descentraliza as decisões e responsabiliza toda a comunidade a respeito das ações para o seu território? 18) O método proposto é capaz de gerar, sistematizar e disseminar conhecimento? 19) O método proposto é aplicável em contextos de centralidades históricas? 20) O método proposto demonstra ter capacidade de gerar propostas viáveis? 21) O método proposto demonstra ter potencial de articulação com políticas públicas? 22) Espaço para comentários gerais sobre o método, seus aspectos fortes, fracos e possibilidades de melhoria.

Fonte: Elaborado pela autora desta tese (2025)

Cabe salientar que a primeira pergunta, sobre a participação ou não na pesquisa, na seção sobre o TCLE, não foi contabilizada para o número total de

perguntas, uma vez que, caso o respondente não aceitasse participar, o questionário se encerraria.

As seis primeiras perguntas da pesquisa (seção 2) eram destinadas a conhecer o perfil dos avaliadores. Cabe ressaltar que, conforme disposto no TCLE, a pesquisa foi conduzida de forma a garantir o anonimato dos respondentes, preservando sua identidade desde a coleta dos dados até a análise das respostas fornecidas.

A seguir serão apresentadas as contribuições apresentadas pelos especialistas em cada uma das perguntas, iniciando a partir da seção 4, pergunta número 7.

5.1 SEÇÃO 4: FASE 1 – PRÉ-OFICINA

A Fase 1, denominada Pré-Oficina, tem como objetivo propiciar que a população, por meio de conhecimento e representatividade, esteja empoderada, capaz de se fazer ouvida na construção de propostas para que sua voz e sua memória ocupem o espaço; e que, a partir destes fatores, os locais sejam atrativos do ponto de vista histórico e cultural, pois estarão prontos para ofertar ao turista e a todos os usuários da cidade algo único: expressão autêntica de identidade.

Dessa forma, esta fase focou em quatro etapas voltadas ao empoderamento e ao engajamento dos prováveis participantes da oficina: Preparação Inclusiva, Diagnóstico Participativo, Capacitação Inclusiva e Monitoramento e Continuidade.

Análise da P7: Com base no que foi exposto e no seu conhecimento sobre a temática, comente sobre a estrutura da Fase 1 e sobre a sua capacidade de contribuir com os objetivos da pesquisa

A partir da análise dos comentários realizados pelos especialistas, é possível observar que estes reconhecem a importância de existir a preparação dos atores quanto aos aspectos que envolvem a temática e, sob este aspecto, a Fase 1 se apresenta como catalisadora de conhecimento.

O(a) especialista 1 acredita que a contextualização é capaz de gerar maior participação por parte dos atores. O(a) especialista 2 ressaltou que o WCHIS ocorria em um espaço de tempo muito limitado e, desta forma, a Fase 1, enquanto pré-evento, torna-se capaz de ampliar a diversidade e reduzir as assimetrias de conhecimento, além de fortalecer a participação qualificada. Além disso, este especialista acredita

que definir, desde o começo, compromissos para a entrega, aumentam o comprometimento e a continuidade das ações, desta forma, a Fase 1 representa uma combinação de fatores que favorece a construção de propostas socialmente legítimas e sustentáveis para a recuperação de centros históricos.

A mesma linha de pensamento é seguida pelo(a) especialista 3, o(a) qual acredita que a preparação antecipada irá contribuir com os resultados, pois os participantes já entrarão mais bem situados com o projeto e com o que poderão esperar ao final. O(a) especialista 4 cita que ao preencher um *gap* em relação ao conhecimento sobre a temática, a Fase 1 propicia um cenário de proposições mais eficazes.

O(a) especialista 5 enxerga na estrutura da Fase 1 uma proposta abordada pelo Museu da Pessoa¹⁷ o qual, nas palavras do especialista, valoriza a memória individual e coletiva como patrimônio vivo e como motor de identidade social e cultural. Este(a) especialista acredita que ao colocar a população como protagonista na construção das soluções, a Fase 1 amplia a noção de representatividade, permitindo que diferentes vozes se façam presentes na constituição de espaços históricos e turísticos. Assim, ele(a) conclui que a fase pré-evento não apenas cumpre um papel inicial de coleta e escuta, mas também estabelece as bases para que a pesquisa alcance seus objetivos: construir propostas enraizadas na identidade local, fortalecer vínculos comunitários e transformar os espaços em atrativos turísticos sustentados pela singularidade cultural de quem os habita.

O(a) especialista 6 trouxe uma comparação com as práticas que já eram realizadas pelo WCHIS como o mapeamento de atores e os diagnósticos participativos, mas analisa que a Fase 1 propõe uma abordagem mais estruturada e formal. Essa sistematização pode ampliar a diversidade e o engajamento dos participantes desde o início. A ênfase na capacitação inclusiva e no monitoramento prévio fortalece a valorização da memória e da identidade local, além de estimular a corresponsabilidade dos atores. A principal contribuição do método reside em sua adaptação específica à recuperação de centros históricos, integrando dimensões de patrimônio, história urbana, pertencimento e equilíbrio entre inovação e preservação.

O(a) especialista 7 observa a importância desta primeira fase não apenas no que ela se dispõe, que é a intensificação do conhecimento sobre a temática, mas

¹⁷ Museu da Pessoa: <https://museudapessoa.org/>.

também quanto à possibilidade de interação e aproximação dos participantes, em um esforço de criar um clima amistoso. Em sua visão, A Fase 1 é essencial para promover a interação entre os atores locais e os organizadores do *workshop*, criando um ambiente de confiança e colaboração. Mais que definir os objetivos do processo, essa fase contribui para compreender a trajetória local, antecipar possíveis conflitos e planejar a composição dos grupos de forma equilibrada. Recomenda-se identificar um coadjuvante local neutro como referência e iniciar desde já a mobilização dos atores políticos.

O(a) especialista 8 destaca que a falta de conhecimento e educação patrimonial podem ser identificados como fatores de exclusão e no sentimento de não pertencimento. Para este(a) especialista,

O direito de valorizar e valorar o "seu patrimônio" em pé de igualdade com aquele consagrado pela estética técnica - tal como preveem as legislações - é uma ação inclusiva preliminar para incutir o sentimento de patrimonialização e possibilitar, ai sim, aos atores, entender o sentimento que eles nutrem pelo centro histórico, como algo possibilitará políticas de preservação e salvaguarda assertivas dialogando com seus sentimentos e não com o conceito vindo de "cima para baixo" de modernidade, de estética, entre outros.

O(a) especialista 9 menciona os desafios existentes quanto ao envolvimento popular para criar grupos de trabalho/discussão e menciona a importância de o convite à participação ser pensado de forma a ser persuasivo, com uma proposta clara e objetiva, sobretudo em relação aos resultados esperados.

Para o(a) especialista 10, esta fase se mostra estruturada para atingir o objetivo que se propõe. Ele(a) faz apenas a ressalva quanto ao beneficiário final do projeto, o qual não deve focar apenas em turistificação.

O(a) especialista 11 considera importante que esta fase identifique qual é o capital/cultura do lugar, de forma a compreender quem são os atores no ecossistema de desenvolvimento e quais serão os problemas a serem enfrentados.

De modo geral, os especialistas reconhecem na Fase 1 do Método CENTRO uma etapa essencial para a preparação dos atores e para o fortalecimento da participação social. Entre os aspectos positivos, destacam-se a função redução das assimetrias entre os participantes por meio do conhecimento, a valorização da memória e da identidade local, e a promoção da representatividade ao colocar a população como protagonista na construção de soluções. Também foi ressaltado o potencial dessa fase para criar um ambiente de confiança e colaboração, antecipar conflitos, mobilizar lideranças políticas e estruturar o processo de engajamento de

forma mais inclusiva e sustentável. A formalização e a sistematização propostas são vistas como diferenciais que ampliam a diversidade de participantes e reforçam o sentido de corresponsabilidade na recuperação dos centros históricos.

Por outro lado, os especialistas apontam pontos a serem aprimorados, como a necessidade de delimitar com clareza o público beneficiário final, evitando uma visão restrita aos turistas; aperfeiçoar as estratégias de convite e engajamento para garantir adesão efetiva; e aprofundar o conhecimento sobre o capital cultural e social de cada território, reconhecendo diferenças ideológicas e potenciais conflitos locais. Recomenda-se ainda identificar mediadores neutros que facilitem o diálogo e garantir que a educação patrimonial seja incorporada desde o início, como forma de fomentar o sentimento de pertencimento e o reconhecimento do valor do patrimônio sob múltiplas perspectivas.

5.2 SEÇÃO 5: FASE 2 – A OFICINA

A Fase 2, intitulada Oficina, mantém alguns conceitos abordados já pela metodologia WCHIS, mas propõe mudanças profundas e conceituais. Uma das características a ser mantida do Workshop CHIS é a divisão dos grupos de trabalho de acordo com as dimensões de cidade mais humana, inteligente e sustentável, apresentadas e descritas por Giffinger *et al.* (2007) e Costa (2020). A abordagem multidimensional permite que os projetos possam estar integrados em todos os aspectos.

As principais mudanças propostas para a Oficina têm o propósito de tornar o processo mais participativo e conectado à comunidade. O primeiro dia passa a focar no resgate das ideias trabalhadas na Pré-Oficina e no mapeamento das problemáticas locais. O último dia ganha novo formato, com uma apresentação pública das propostas e a formalização do Comitê de Acompanhamento, garantindo a continuidade das ações. Além disso, será criado um repositório digital para reunir todo o material do processo. Essas alterações reforçam o alinhamento da Oficina com os princípios de coprodução, planejamento participativo e cidades inteligentes centradas nas pessoas.

Na metodologia atual, o *workshop* acontece em cinco dias úteis, de segunda a sexta-feira, no período vespertino (normalmente, das 13h às 18h) de uma semana escolhida pelos organizadores. Como forma de permitir que os participantes estejam

presentes e engajados durante todo o período em que a oficina durar, sugere-se que o formulário de inscrição tenha uma consulta sobre a escolha dos dias.

Análise da P8: Com base na sua análise, é adequado e relevante definir junto aos participantes o melhor período para a realização da Oficina?

Para o(a) especialista 1, todos os aspectos devem ser analisados quanto se trata de buscar maior participação popular.

O(a) especialista 2 cita a importância de se analisar que os horários e o período de execução da Oficina são pontos cruciais para que haja maior engajamento da população, principalmente quanto o objetivo é contar com a sociedade para além do público universitário, que conta com uma maior flexibilidade de horários. Desta forma, é importante, para este(a) especialista, propor horários alternativos e uma boa solução seria condensar a Oficina em uma semana, no período noturno (das 18h às 22h). Ele(a) apresenta duas possibilidades a serem seguidas: a primeira é intercalar a Oficina entre horário comercial e não comercial, tendo em vista a necessidade de ser visitar o local de estudo em horário diurno, assim, o evento ocorreria em cinco dias, sendo um dia em horário comercial e os demais no período noturno; a segunda alternativa seria realizar a Oficina também em cinco dias, organizados da seguinte forma: em uma sexta-feira o durante o dia inteiro (das 8h às 17h ou das 13h às 22h) e os outros quatro dias em dois finais de semana (preferencialmente nos sábados, também o dia inteiro).

Já o(a) especialista 3 acredita que a consulta aos participantes não é uma opção vantajosa, pois não haverá consenso. Portanto, os organizadores devem impor um período de realização da Oficina, e viabilizar a participação remota (*online*), como forma de contar com o maior número possível de participantes.

Para o(a) especialista 4, é importante flexibilizar o horário, de forma a promover a participação daqueles que trabalham, mas este(a) especialista ressalta a importância de manter a Oficina ocorrendo em um curto espaço de tempo (uma semana, de segunda a sexta), sem se estender, tendo em vista a possibilidade de desmotivação e perda do engajamento. O(a) especialista sugere como horário das 16h às 21h.

O(a) especialista 5 acredita que o período de cinco dias é essencial para o amadurecimento das ideias e pelos *insights* que surgem ao longo do processo e, desta forma, sugere que a Oficina mantenha o conceito trazido pelo WCHIS, cinco dias, de segunda a sexta-feira, das 8h às 13h ou das 13h às 17h.

A preocupação quanto à adaptação da Oficina para agregar mais participantes é vista como um ponto positivo pelo(a) especialista 6, o(a) qual, assim como o(a) especialista 3, também sugere a participação híbrida em alguns momentos/atividades prévias ou ainda a integração da oficina a eventos culturais já existentes no centro histórico. Esse(a) especialista apresenta receio em relação à carga horária e à adição de etapas à Oficina, uma vez que garantir a participação no WCHIS em cinco dias já era bastante desafiador.

O(a) especialista 7 afirma que a opção “c” apresentada na pesquisa (de segunda a sexta-feira, das 17h às 22h), seja a mais adequada, mas também sugere a realização de segunda a quinta feira das 17h às 22 e sexta das 13h às 17h.

Para o(a) especialista 8, a participação será favorecida se os atores puderem estabelecer uma rotina e, por isso, ele(a) acredita que a Oficina deva ocorrer sempre no mesmo turno, destacando a opção “f” como a melhor (durante 3 semanas, aos finais de semana, no período vespertino).

O(s) especialista 9 acredita que o período e o turno de realização da Oficina, tal qual ocorria nos WCHIS, devam seguir sendo pensados pela equipe organizadora do evento e, como forma de ampliar a participação, sugere que sejam intercalados os turnos vespertinos e noturnos, favorecendo aqueles que realizam atividades profissionais em horário comercial.

Tal qual o(a) especialista 3, o(a) especialista 10 acredita que a consulta pública sobre o melhor horário para realização da Oficina pode acarretar resultado inconclusivo, uma vez que é possível que não se atinja a maioria absoluta; ainda assim, este(a) especialista reconhece a importância de se consultar os partícipes.

O(a) especialista 11 destacou que, independentemente do horário, a Oficina em si toma o tempo integral dos participantes, tendo em vista as atividades propostas e a necessidade de análise e compreensão sobre a região e os problemas a serem resolvidos com as proposições futuras. Ademais, ele(a) acredita que, tal foi já foi realizado uma vez pelo WCHIS, é possível adentrar no período noturno, como forma de viabilizar as atividades, inclusive por parte dos Facilitadores.

Em resumo, não é possível identificar um padrão de resposta por parte dos especialistas. De modo geral, as opiniões convergem na busca por formatos que conciliem acessibilidade, engajamento e viabilidade, destacando que a adaptação dos horários e modalidades é essencial para ampliar a participação popular na Oficina. As propostas para aumentar a participação popular na Oficina variam entre ajustar

horários e períodos (como concentrar as atividades em uma semana, realizar aos finais de semana ou alternar turnos), oferecer formato híbrido e evitar consultas públicas extensas, que poderiam gerar impasses. Há consenso sobre a necessidade de equilibrar flexibilidade e engajamento, sem prolongar demais o evento

Análise da P9: Qual a sua análise sobre a Fase 2: Oficina?

O(a) especialista 1 não realizou manifestações a respeito desta fase. Já o(a) especialista 2 enxerga que as mudanças propostas para a Fase 2 demonstram forte potencial de converter engajamento prévio em propostas concretas e monitoráveis, apoiada por mecanismos de visibilidade pública e suporte tecnológico, o que dá maior legitimidade e sustentabilidade às ações resultantes.

O(a) especialista 3 afirma que as adequações são importantes para dar sequência aos resultados, assim como o(a) especialista 4, que ressalta que a continuidade do processo é também uma forma de propagar a ideia para futuros eventos semelhantes.

Em sua análise, o(a) especialista 5 ressalta os avanços metodológicos em relação à metodologia WCHIS, sobretudo nos aspectos relacionados à memória e identidade. Sob sua ótica, enquanto a Fase 1 buscava garantir a escuta ativa e o resgate de narrativas comunitárias, a Oficina (Fase 2) assume um caráter operacional, estruturando mecanismos para transformar essa escuta em propostas concretas, públicas e acompanhadas coletivamente. Para este(a) especialista, a Fase 2 apresenta-se como uma continuidade da Fase 1, com coerência e engajamento ampliado, visando legitimação social.

O(a) especialista 5 segue sua análise afirmando que a abertura do último dia ao público externo transforma a Oficina em um espaço de visibilidade e de responsabilização coletiva, o compromisso com a continuidade e institucionalização com a criação do Comitê de Acompanhamento é um passo essencial para que as narrativas e propostas não se esgotem no evento, o uso de tecnologia como suporte ao patrimônio e à memória coletiva, o repositório digital amplia o acesso e a transparência, funcionando como um “Museu Vivo da Oficina” e a capacidade de criação e inovação na estrutura proposta que incentiva a coprodução, alinhando-se às práticas contemporâneas de planejamento participativo e de cidades inteligentes centradas nas pessoas.

Assim como na pergunta anterior, surgiu novamente a preocupação em relação ao engajamento, principalmente em relação aos atores externos. Para o(a)

especialista 6, tornar o último dia como um evento público pode aumentar a legitimidade, no entanto, apresenta-se como um desafio para envolver atores externos, o que no WCHIS não se mostrou simples desde o início. O(a) especialista destaca que as mudanças propostas ampliam a continuidade com a Pré-Oficina, fortalecem o engajamento e trazem avanços como o comitê de acompanhamento e o repositório digital.

Para o(a) especialista 7, a Fase 2 está bem estruturada e é capaz de alcançar os objetivos propostos, mas apresenta, entretanto, uma ressalva em relação ao último dia, no qual afirma que é de extrema importância a participação dos líderes políticos e que estes demonstrem real interesse nas propostas elaboradas pelos grupos. Desta forma, é essencial que esses líderes estejam envolvidos na Oficina desde o começo e, claro, que participem dos comitês de acompanhamento.

O(a) especialista 8 deixou como sugestão para o dia 4 da Oficina novas caminhadas patrimoniais, uma vez que, a esta altura, muitos diálogos devem ter se realizado e as caminhadas podem fornecer novos olhares sobre o patrimônio. O(a) especialista 9 apenas destacou a relevância as alterações propostas.

O(a) especialista 10 também concordou com a proposta, destacando que considera importante ter um período maior para entrevistas, de maneira a explorar mais os problemas.

Por fim, o(a) especialista 11 apontou apenas a necessidade de ter representatividade de todas as áreas.

A partir da análise das respostas, é possível verificar que os especialistas, de maneira geral, avaliam positivamente as mudanças da Fase 2, apontando avanços metodológicos, fortalecimento da continuidade do processo, uso de tecnologias para transparência e ampliação da legitimidade das ações. Destacam-se também o Comitê de Acompanhamento e o repositório digital como instrumentos de engajamento e memória coletiva. Por outro lado, alguns especialistas chamam atenção para desafios relacionados ao envolvimento de atores externos, à necessidade de representatividade e à participação efetiva de lideranças políticas, pontos que podem comprometer a execução plena das propostas.

5.3 SEÇÃO 6: FASE 3 – PÓS-OFICINA

A literatura foi escassa em demonstrar a continuidade das propostas de métodos de recuperação popular de centros históricos, bem como os próprios relatórios dos WCHIS não permite a verificação do real impacto dos *workshops* na sociedade e na região que se propõem a estudar.

Para o método que está sendo proposto por esta tese, desde a fase Pré-Oficina sugere-se planejar a continuidade das ações e o acompanhamento, por meio de indicadores e de um comitê gestor. Portanto, a última fase proposta por este método, a fase Pós-Oficina, preconiza três etapas para o encaminhamento das ações.

A etapa de Consolidação e Governança Local deve contar com a atuação ativa do Comitê de Acompanhamento de forma a garantir que os projetos não fiquem estagnados. É essencial que haja integração entre o Comitê, as propostas e instrumentos de preservação, revitalização e restauro já existentes, como planos municipais de restauro, tombamento e leis de uso. A parceria público-privada nesta etapa também se faz importante, de maneira a angariar recursos para a consolidação dos projetos.

Análise P10: Qual a sua análise sobre a Fase 3: Pós-Oficina?

O(a)especialista 1 ressalta como aspecto positivo, sobre a Fase 3, o envolvimento do poder público.

Para o(a) especialista 2, a fase Pós-Oficina apresenta avanços relevantes ao incorporar a continuidade como elemento central do método, superando uma lacuna do WCHIS. A criação de um Comitê de Acompanhamento garante governança local e integração com instrumentos existentes de preservação, favorecendo a execução efetiva das propostas. A previsão de parcerias público-privadas amplia as possibilidades de viabilização técnica e financeira das ações.

O(a) especialista 3 aponta a importância que os mecanismos apresentados na Fase 3 podem representar na consolidação do aprendizado na execução das ações.

O(a) especialista 4 apreciou positivamente esta fase, entretanto, acredita que sem uma perspectiva de recebimento (ainda que fosse de um certificado), o Comitê poderia não estar motivado a dar continuidade ao projeto

O avanço estratégico proposto na Fase 3 é um elemento citado pelo(a) especialista 5 em relação ao WCHIS e suas limitações, principalmente no que diz

respeito à ausência de evidências de continuidade e de impacto concreto das ações propostas. Ao estruturar essa fase como um espaço voltado à consolidação, acompanhamento e avaliação das propostas, este(a) especialista observa que o método garante que a memória, a identidade e o engajamento comunitário das fases anteriores não se percam, mas se transformem em resultados efetivos.

O(a) especialista 6 também verifica que a Fase 3 apresenta elementos responsáveis por preencher uma lacuna observada nos WCHIS, principalmente em relação à presença do Comitê de Acompanhamento desde a Fase 1 e sua integração com planos municipais de preservação, leis de uso e parcerias público-privadas é um avanço importante para favorecer a continuidade. Assim como o(a) especialista 4, o(a) especialista 6 também enxerga a motivação quanto ao engajamento do Comitê a longo prazo, como um fator desafiador.

Para o(a)s especialistas 7 e 9, as dimensões propostas estão bem elaboradas para alcance dos objetivos. Já o(a) especialista 8 fez uma ressalva em relação à uma das etapas macro, quanto à sistematização e disseminação; para o(a) especialista, é importante disseminar até mesmo os resultados que não são efetivos. Essa ação pode servir para que o exemplo não frutífero seja inspiração para uma outra Oficina, podendo ser aprimorado em outro contexto.

O(a) especialista 10 afirma que a continuidade/implementação das ações propostas é o grande gargalo do *workshop* em seu modelo atual. A proposta apresentada minimiza esse problema, prevendo ações de continuidade e acompanhamento.

O(a) especialista 11 analisa a Fase 3 realizando uma comparação com dois outros WCHIS, já apresentando uma análise preliminar quanto à próxima pergunta, que trata sobre os indicadores:

[O] engajamento precisa ter as 4 hélices, quanto a alguns indicadores apresentados, não considero importantes. O exemplo da Ponte Hercílio Luz, neste WCHIS quando começamos, ninguém falava do que estava para acontecer, governo do estado e município não conversavam e o entrono não estava sendo pensado, neste caso o WCHIS trouxe o tema à tona, inclusive chamando a atenção dos jornalistas, o impacto foi grande em termos políticos. No caso do MS, o Sebrae continuou o projeto, eu ainda participo do grupo de whatsapp e eles comemoram a cada conquista que a cidade consegue a partir do olhar e aprendizado levado aos moradores dos lugares pesquisados [sic].

Quando o(a) especialista cita hélices, está se referindo à academia, setor privado e governo, a hélice tríplice do desenvolvimento, inserindo, no caso dos projetos sociais, a quarta hélice, que é a sociedade.

A Fase 3, denominada Pós-Oficina, é reconhecida pelos especialistas como um avanço metodológico por introduzir mecanismos de continuidade, acompanhamento e governança local – aspectos ausentes nos modelos anteriores do WCHIS. A criação do Comitê de Acompanhamento e a integração com instrumentos legais e parcerias público-privadas são vistos como medidas que fortalecem a efetividade e sustentabilidade das ações. Além disso, a fase contribui para consolidar a memória e o aprendizado comunitário.

Por outro lado, alguns especialistas apontam desafios relacionados à motivação e ao engajamento duradouro dos membros do Comitê, bem como à necessidade de disseminar resultados, inclusive os não exitosos, como forma de aprendizado coletivo. Persistem, portanto, preocupações quanto à manutenção do comprometimento e à efetiva implementação das propostas no longo prazo.

5.4 SEÇÃO 7: FASE 3 – PÓS-OFICINA – INDICADORES

A criação de indicadores que podem compor o observatório social do projeto propiciam o auxílio tanto em relação ao monitoramento, quanto em relação à continuidade das propostas. Acredita-se também que os indicadores podem favorecer a análise sobre a execução do Pós-Oficina, para que Comitê e a Comunidade observem o que deu certo, o que precisa de mais atenção e o que, eventualmente, pode ter sido esquecido no que tange à execução dos projetos.

Análise P11: Qual a sua análise sobre os indicadores criados para esta fase?

O(a) especialista 1 considera que todos os indicadores apresentados são necessários.

O(a) especialista 2 ressalta que a criação de indicadores é um ponto forte do método, pois eles permitem avaliar a efetividade, continuidade e impactos das propostas construídas. A presença de métricas sistemáticas viabiliza a prestação de contas, a retroalimentação do processo e a tomada de decisão baseada em evidências, aspectos frequentemente ausentes em iniciativas participativas pontuais. A definição de indicadores para monitoramento e avaliação possibilita acompanhar resultados, corrigir rumos e manter a mobilização social ao longo do tempo, salienta o(a) especialista.

Este(a) especialista recomenda que os indicadores contemplem as seguintes dimensões:

Implementação – número de propostas executadas; percentual de execução física e financeira dos projetos; cumprimento de prazos.

Governança e engajamento – frequência de reuniões do Comitê; número de atores locais ativos no processo após a oficina; existência de novos acordos/parcerias firmados.

Impactos socioculturais – nível de satisfação da comunidade; aumento do fluxo de visitantes; percepção de fortalecimento da identidade e da memória local.

Sustentabilidade e manutenção – recursos captados; ações de conservação realizadas; integração com políticas públicas e planos de preservação.

Para o(a) especialista 3, o desafio em relação aos indicadores é o acesso às informações atualizadas.

O(a) especialista 4 aprova a ideia dos indicadores e enxerga na ideia a possibilidade de fazer com que este tipo de iniciativa (a Oficina como um todo), seja desejada por futuros participantes, que possa se tornar um curso intensivo e aplicado, com um certificado.

De acordo com o(a) especialista 5, a proposta de indicadores é sólida e coerente com as fases do método (Pré-Oficina, Oficina e Pós-Oficina), abrangendo aspectos como engajamento, memória, identidade, governança e continuidade. Os indicadores também permitem avaliar impactos culturais, econômicos e tecnológicos, fortalecendo a legitimidade e a replicabilidade do método, além de oferecerem instrumentos concretos para medir resultados e valor social.

Este(a) especialista, assim como o(a) especialista 2, elencou indicadores que considera relevantes para a proposta:

Interessante a inclusão de métricas ligadas a impacto cultural, econômico e tecnológico, seria possível não apenas acompanhar a execução, mas também demonstrar o valor social ampliado do método, fortalecendo sua legitimidade e replicabilidade (ex.: grau de satisfação dos participantes com o processo; registro de problemas solucionados ou mitigados após a oficina; representatividade de grupos sociais vulneráveis (mulheres, negros, indígenas, PCDs; nº de propostas aprimoradas após devolutivas públicas; Registro de boas práticas e lições aprendidas; nível de integração das propostas com planos municipais e legislações; Avaliação da efetividade do Comitê de Acompanhamento, entre outras) que possam abranger diferentes dimensões como: engajamento, patrimônio, cocriação, ampliando o escopo resposta pós evento.

Para o(a) especialista 6, os indicadores são adequados ao método proposto, ressaltando positivamente o destaque para o patrimônio e para a ideia de monitorar a continuidade das ações após um ano. Como sugestão, o(a) especialista acredita que seria útil incluir, sempre que possível, métricas de qualidade da participação e da

articulação entre atores, complementando os dados já previstos sobre diversidade, número de propostas e parcerias mobilizadas, o que poderia enriquecer o acompanhamento, indo além da dimensão quantitativa.

O(a) especialista 7 sugeriu incluir na camada/área de Engajamento, o indicador de representatividade (com as opções de governo, comunidade e academia); na camada/área Apresentação e Pactuação, incluir indicador de perfil sociodemográfico e de representatividade; e, na Oficina de Escuta, além destes últimos indicadores citados, o(a) especialista sugeriu incluir o número de projetos executados.

O(a) especialista 8, especialmente por estar relacionado(a) à área de patrimônio cultural, acrescentou como sugestão o olhar para o patrimônio imaterial (as celebrações, os espaços coletivos etc.), reforçando a necessidade de uma abordagem ampla e integrada da preservação. Este(a) especialista destaca a importância de reconhecer os espaços de trabalho artesanal e pouco mecanizados como locais de memória e preservação cultural, pois eles contribuem para manter a identidade urbana e evitar a homogeneização e massificação dos centros das cidades.

O apontamento realizado pelo(a) especialista 9 foi sobre a importância de serem incluídos representantes da gestão pública municipal. Não ficou claro para a pesquisadora, ao analisar a resposta, o que o(a) especialista quis dizer, uma vez que a resposta não parece se encaixar à pergunta realizada.

Para o(a) especialista 10, os indicadores estão adequados, enquanto o(a) especialista 11 acredita que os indicadores deveriam ser macro, criados a partir do que for apontado pelo grupo – aqui não fica claro se é pelo grupo que propôs o projeto, que organizou a Oficina, ou pelo Comitê de Acompanhamento. Este último especialista reforça a necessidade de uma liderança que seja responsável por dar continuidade aos projetos.

É possível verificar que os especialistas reconhecem que a criação de indicadores é um ponto de melhoria proposto pelo método, pois permite avaliar a efetividade, continuidade e impacto social das ações decorrentes das Oficinas. As propostas de indicadores abrangem dimensões como engajamento, governança, sustentabilidade, impacto sociocultural e patrimônio, especialmente o imaterial e artesanal. Há consenso sobre a importância de manter o monitoramento a longo prazo, garantindo legitimidade e replicabilidade do método. As principais divergências surgem sobre o nível de detalhamento dos indicadores (macro ou específicos), o

acesso às informações e a necessidade de incluir dimensões qualitativas e representatividade social no acompanhamento.

Ainda que haja desafios ligados ao acesso a informações, clareza de papéis e equilíbrio entre métricas quantitativas e qualitativas, falta de clareza quanto à liderança e responsabilidade futura, o consenso aponta para a relevância de um sistema de monitoramento contínuo, capaz de fortalecer a transparência, a participação social e a valorização do patrimônio cultural como eixo estratégico de desenvolvimento sustentável.

5.5 SEÇÃO 8: APLICAÇÃO, ADAPTABILIDADE E POTENCIALIDADE DO MÉTODO CENTRO

A proposta do método parte do princípio de que as pessoas devem ocupar o centro de toda e qualquer ideia, proposição ou solução voltada à recuperação de espaços públicos. O Método CENTRO é alicerçado nas pessoas – em suas habilidades, inteligências e vivências – como agentes fundamentais para a melhoria dos locais que habitam.

Na construção do artefato desta pesquisa, o conceito de cidade inteligente é compreendido sob uma perspectiva centrada nas pessoas, reconhecendo nelas – e no conhecimento que carregam – o principal ativo urbano. Assim, entende-se que não há solução efetiva para a cidade sem que o conceito de coprodução esteja presente e entrelaçado a cada uma das etapas do processo.

Considerando o contexto contemporâneo, a tecnologia não pode ser negligenciada: ela deve ser utilizada como ferramenta de impulsionamento, capaz de fornecer métricas, ampliar a comunicação e potencializar resultados. Nesse sentido, as ferramentas tecnológicas são aplicadas no Método CENTRO como elementos de suporte, atuando de forma transversal e integradora..

Análise P12: As fases e etapas propostas estão encadeadas de maneira lógica?

Os especialistas foram unânimes ao afirmar que as etapas apresentam lógica de encadeamento para execução do método. O(a) especialista 5 ressaltou que o método, além de se apresentar de forma coerente e progressiva, respeita o princípio de colocar as pessoas no centro e articula os eixos basilares como elementos de sustentação. Os eixos basilares aos quais o(a) especialista se refere, são os

elementos Conhecimento e Tecnologia, presentes na figura que ilustra o Método criado nesta tese.

Análise P13: A tecnologia está corretamente posicionada como elemento transversal, capaz de dar suporte ao método, bem como facilitar a disseminação e continuidade das propostas?

Os especialistas concordam que a tecnologia se apresenta no Método como um dos pilares que dá suporte ao artefato.

Para o(a) especialista 5, a tecnologia está corretamente posicionada como elemento transversal no diagrama do Método CENTRO e evidencia que, assim como o conhecimento, ela não é restrita a uma única etapa, mas permeia todas as fases do processo, garantindo suporte contínuo.

O(a) especialista 6 faz uma ressalva apenas quanto à acessibilidade de adequabilidade das tecnologias aos diferentes grupos envolvidos, de forma a não se transformar em uma barreira.

O(a) especialista 11 faz um paralelo com WCHIS que participou/organizou, em que não havia recursos tecnológicos, enquanto outros só foram possíveis através do seu uso, como foram os *workshops* em Mato Grosso do Sul (MS), conduzidos a distância. Este(a) pesquisador aponta os problemas relacionados à conexão de internet quando se está fora do perímetro dos grandes centros, o que pode ser um empecilho em casos como este do MS.

Análise P14: O método proposto incorpora a população na fase de planejamento e implementação de ações?

Ao responderem este questionamento, os especialistas novamente concordaram com o método proposto, sendo que alguns deles realizaram alguns apontamentos, como o(a) especialista 1, que aponta a motivação como fator essencial para ampla participação.

Já para o(a) especialista 4, é importante observar que, para engajar um público específico, é necessário chegar neste público e conseguir se comunicar com ele, utilizando-se da sua forma de comunicação. Para este(a) especialista, por exemplo, os WCHIS alcançavam o público universitário por serem realizados dentro de uma disciplina de pós-graduação e serem divulgados dentro da própria universidade.

O(s) especialista 5 ressalta a incorporação da população em todas as fases, do planejamento ao acompanhamento, como sendo um dos diferenciais do método proposto.

Para o(a) especialista 11, o método precisa escutar, sobretudo aqueles que não têm voz e, portanto, a presença das quatro hélices é tão necessária

Análise P15: O método proposto enfatiza a participação popular como forma de refletir a identidade local?

Neste questionamento, apenas o(a) especialista 11 não considera que o método seja capaz de garantir que a ênfase na participação popular seja uma forma de refletir a identidade do local, ressaltando que os responsáveis pela execução da Oficina precisarão fazer esta análise.

Análise P16: O método se mostra capaz de minimizar conflitos de interesses?

Esta pergunta dividiu as opiniões dos especialistas. Enquanto alguns (especialistas 1, 2, 5, 6, 10,) acreditam que sim, que o método apresenta características capazes de minimizar os conflitos de interesse – cabe aqui ressaltar que os conflitos de interesse foram mencionados algumas vezes na literatura encontrada sobre a temática, como um fator que dificultava o processo de recuperação de centralidades em metodologias que buscavam integrar os entes da sociedade – outros não percebem que o método tenha sequer este propósito, como é o caso do(a) especialista 4. Ademais, alguns especialistas têm opiniões não conclusivas sobre esta perspectiva, como os especialistas 3, 9 e 11 – este último, inclusive, não vislumbra que o método seja capaz de identificar o conflito de interesse.

Para o(a) especialista 3, unir os diferentes atores para o diálogo pode contribuir para dirimir este problema. O(a) especialista 4, entretanto, além de não enxergar como sendo esta a proposta do método, acredita que os conflitos de interesse fazem parte de ações como esta que o método propõe, isto é, as divergências sobre os interesses para uma área/espço comum estão imbuídos em discussões para soluções cocriadas e sempre irão emergir. Para o(a) especialista, cabe ao facilitador, e não ao método, minimizar este tipo de conflito, quando se fala em interações humanas; é uma estratégia de contenção.

O(a) especialista 5 apresenta uma outra perspectiva; para ele(a) o Método CENTRO se mostra capaz de minimizar conflitos de interesses, uma vez que é estruturado para centralizar a análise e a gestão de decisões urbanísticas e ambientais de forma integrada, considerando múltiplos atores, indicadores e objetivos.

Ao sistematizar a coleta de dados, priorizar ações com base em critérios objetivos e gerar recomendações embasadas em inteligência artificial e evidências, ele reduz a influência de interesses individuais ou subjetivos sobre as decisões, levanto em consideração elementos como transparência, critérios objetivos e indicadores claros, inclusão de múltiplos atores, além de preconizar o acompanhamento dos cenários pós-evento.

Para o(a) especialista 7, o método pode, parcialmente, diminuir os conflitos desta natureza. Já para o(a) especialista 8, tendo em vista o cenário de aplicação, bem como o contexto social de carência de educação patrimonial, o método em si não é capaz de minimizar conflitos de interesse. Este(a) especialista faz uma análise sobre como a carência de conhecimento é capaz de tornar os atores mais suscetíveis a influências que, não necessariamente, estão alinhadas aos interesses do patrimônio e de sua preservação:

Durante o processo agentes externo, com interesses educacionais distintos ao pregado por mim, por exemplo, [atuação] com ferramentas cujo poder de alcance é infinitamente maior [sic].

Esta pergunta possui camadas de interpretação das respostas, uma vez que, conforme levantado pelo(a) especialista 4, o conflito e interesses é inerente às discussões do gênero e é possível inclusive afirmar que de certa forma, as divergências causadas são capazes de gerar melhores soluções para um espaço, pois os diferentes interesses, representados por múltiplos atores (as hélices, como o(a) especialista 11 costuma mencionar) enriquecem as ações propostas. O conflito de interesses é praticamente o responsável por permitir que as propostas apresentem múltiplas visões de representatividade para as soluções coproduzidas.

O que o Método precisa dirimir é que um interesse não se sobreponha ao outro, ou seja, que a partir da presença de atores diversos, uma camada maior da sociedade esteja representada, de maneira a permitir que múltiplos interesses estejam abarcados nas propostas.

Análise P17: O método proposto descentraliza as decisões e responsabiliza toda a comunidade a respeito das ações para o seu território?

Sob esta perspectiva, o(a) especialista 4 compreende que o método demonstra potencial para descentralizar as decisões e responsabilizar as pessoas, mas acredita que ele não pode deixá-las sozinhas:

As pessoas que participam claro que querem aquele espaço melhorado, mas elas precisam ser guiadas por um conhecimento maior. Se não a discussão fica na mesma. Mais do que uma prova discursiva, ela deve ser de múltipla escolha. Os estudiosos do assunto devem dar as melhores opções de acordo com a literatura para que a população possa escolher e aplicar [sic].

O(a) especialista 5 acredita que, ainda que o Método apresente uma mudança de paradigma, as decisões e responsabilidades sobre as ações no território ainda permanecem no âmbito político de interesses. O mesmo pensamento é compartilhado pelo(a) especialista 10, que acredita que, ainda que existam ações que busquem empoderar os cidadãos, poder decisório do governo tende sempre a ser o fator limitante.

Já o(a) especialista 6, observa que o Método busca descentralizar decisões, mas sua efetividade depende de como os mecanismos de decisão compartilhada serão definidos na prática.

O(a) especialista 9 reforça a importância do sentimento de pertencimento da comunidade, ou seja, o Método será capaz de descentralizar as decisões e, sobretudo, de incutir o sentimento de responsabilidade nos participantes, se estes se sentirem parte do processo, se houver identificação.

O(a) especialista 11 discorda, uma vez que os grupos de trabalho da Oficina apresentarão propostas apenas, não tendo como responsabilizar toda uma comunidade em virtude do que foi apresentado.

Análise P18: O método proposto é capaz de gerar, sistematizar e disseminar conhecimento?

A relevância desta pergunta é a inerência ao próprio programa de pós-graduação em que esta pesquisa está sendo realizada. Uma característica fundamental para este artefato proposto, é a sua capacidade de produzir e disseminar conhecimento, de maneira a retroalimentar os processos coproduzidos, de forma que estejam sempre se aprimorando.

Além disso, a construção deste método como um instrumento para soluções coproduzidas para espaços públicos está pautado nas pessoas como principais ativos de conhecimento tácito e, a aplicação do Método CENTRO busca não só preencher as lacunas encontradas na pesquisa de literatura, como também explicitar o conhecimento.

Sob esta perspectiva, os especialistas foram unânimes: todos acreditam no potencial do Método proposto para a geração, sistematização e disseminação de

conhecimento. Para o(a) especialista 5, o método não apenas centraliza a informação, mas transforma dados em conhecimento aplicável, compartilhável e útil para tomada de decisão, fortalecendo a gestão urbana baseada em evidências.

Análise P19: O método proposto é aplicável em contextos de centralidades históricas?

O Método CENTRO foi construído de forma a buscar soluções para as centralidades históricas, motivado pela lacuna existente na literatura, bem como pela deterioração verificada nos estudos presentes nesta tese.

Neste quesito, os especialistas foram unânimes ao responder que o método é aplicável neste contexto, podendo inclusive, segundo o(a) especialista 2, ser adotado em outros contextos urbanos.

Análise P20: O método proposto demonstra ter capacidade de gerar propostas viáveis?

Para a maioria dos especialistas, a partir do que foi apresentado e de acordo com a sua experiência em participação nos WCHIS, o método submetido à sua avaliação é capaz de gerar soluções coproduzidas viáveis para a recuperação das centralidades históricas.

Para o(a) especialista 3, esta análise só é possível a partir da observação do grau de maturidade de envolvimento dos participantes. Em consonância, o(a) especialista 9, afirma que é necessário testar na prática.

Já o(a) especialista 4, acredita que na perspectiva de advirem propostas viáveis a partir da aplicação do Método, sobretudo em virtude da existência do comitê de acompanhamento e continuidade.

Análise P21: O método proposto demonstra ter potencial de articulação com políticas públicas?

Na literatura analisada para a construção deste Método, a articulação com políticas públicas foi mencionada como um fator essencial para que se vislumbrasse a continuidade das ações. Ao integrar os múltiplos agentes da sociedade, o Método CENTRO busca alcançar a possibilidade de institucionalizar propostas, de modo que a sociedade observe no seu dia-dia as melhorias advindas de ações que ela própria ajudou a construir.

Para os especialistas, o Método proposto é capaz de se articular com propostas públicas, uma vez propõe que *stakeholders* da esfera pública estejam

presentes na dinâmica (especialista 4); mas é necessário que sejam ativos e que, de fato, conheçam previamente a metodologia que se pretende aplicar (especialista 7).

Análise P22: Espaço para comentários gerais sobre o método, seus aspectos fortes, fracos e possibilidades de melhoria.

Buscando propiciar que os especialistas pudessem expressar outras opiniões que julgassem pertinentes à temática da verificação do Método CENTRO que não tenham sido pensadas pela pesquisadora, deixou-se, propositalmente, um espaço aberto ao fim do questionário para este propósito.

O(a) especialista 5 apresentou sugestões e pontos para reflexão:

Resistência política e institucional, mesmo com a objetividade do método, decisões podem ser influenciadas por interesses políticos ou resistência à mudança; Participação comunitária ampliada com a criação de mecanismos mais acessíveis de envolvimento da população, como aplicativos ou painéis interativos, para coletar percepções e engajar a sociedade; uso de automatização e inteligência artificial de forma ampliar o uso de algoritmos para atualização automática de dados e análise preditiva (pós-evento e acompanhamento).

O(a) especialista 6 fez considerações sobre a relevância das inovações trazidas pelo Método, mas também fez observações a respeito da carga horária:

O método apresenta clareza no encadeamento das fases e avanços importantes ao valorizar a memória e a identidade local, bem como na criação de um comitê de governança desde o início e no uso de tecnologias para registro e disseminação. Importante também o esforço em prever indicadores de continuidade, o que responde a uma fragilidade observada em experiências anteriores. Como ponto fraco, considero o aumento da carga horária, que pode dificultar a adesão dos participantes, e a ausência de uma leitura mais ampla do contexto político, institucional e cultural que condiciona a continuidade. Além disso, é necessária a aplicação prática para verificar sua eficácia.

O(a) especialista 7 apresentou um ponto de vista relevante sob a ótica da continuidade e da perspectiva de institucionalização de políticas pautadas nas soluções coproduzidas advindas da Oficina:

Penso que seja fundamental um ou vários representantes do governo conheçam previamente os objetivos do workshop desde o início (não necessariamente participar dos grupos na etapa 2).

Em sua fala, o(a) especialista 8 ressalta a importância da existência de iniciativas que sejam capazes de despertar nas pessoas o senso de pertencimento e de apropriação do bem público, como forma de se tornarem protagonistas das decisões:

Tudo que eu poderia observar fiz nos últimos 30min. Entendo que iniciativas dessa natureza, cujas pessoas são realmente ouvidas e têm poder decisório de, ao menos, encaminhar suas vontades, são extrato para imbuir nas pessoas que o patrimônio histórico é delas, e eles escolhem o que conta sua história e, portanto, o que deve ser preservado.

O(a) especialista 11, novamente apontou a necessidade de repensar os indicadores propostos na Fase 3 e indicou que a pesquisadora conversasse com o Sebrae de Mato Grosso do Sul, tendo em vista a experiência do(a) respondente com as ações frutíferas realizadas no WCHIS neste local.

5.6 SÍNTESE DA AVALIAÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS ASPECTOS DE MELHORIA

Conforme previsto na seção 3, foi realizada uma validação realizada com especialistas, a qual objetivava avaliar o artefato quanto à utilidade, qualidade e capacidade de gerar soluções coproduzidas para os espaços de contexto histórico.

A avaliação analítica realizada pelos especialistas está embasada tanto em sua vivência enquanto pesquisadores, estudiosos e entusiastas da área, bem como quanto em sua experiência como participantes de *workshops* que buscavam, por meio da coprodução, melhorar os espaços urbanos.

É possível identificar como principais pontos positivos do artefato a partir dos comentários dos especialistas:

- a) Lógica e coerência metodológica;
- b) Centralidade nas pessoas;
- c) Capacidade de geração e disseminação de conhecimento;
- d) Valorização do engajamento popular;
- e) Potencial articulação com políticas públicas; e
- f) Preocupação com a identidade e reconhecimento patrimonial.

Há, entretanto ajustes que precisam ser realizados e que, em maior ou menor grau, poderão ser mais bem observados quando o Método for aplicado, conforme sugerido por um dos especialistas. Podem ser destacados como limitações:

- a) Acessibilidade tecnológica;
- b) Representatividade – como se comunicar com diferentes entes para engajar sua participação;
- c) Continuidade do engajamento durante a Fase 3 e pelo ano seguinte;
- d) Período e carga horária de realização da Oficina;
- e) Limitação quanto à descentralização de decisões; e

f) Dependência de agentes políticos/poder público.

O Quadro 25 apresenta uma síntese das contribuições realizadas pelos especialistas.

Quadro 25 – Síntese das contribuições

Seção	Conteúdo	Contribuições
4	Fase 1 – Pré-Oficina	• Pensar a forma de comunicação e o convite; • Objetivo e resultados esperados devem ser apresentados de forma clara; • Ações devem ser pensadas para além do turista; • Compreender o capital/cultura local e quais são os problemas.
5	Fase 2 – A Oficina	• Flexibilizar os horários, mas sem estender a duração da Oficina, para não perder o engajamento; • Possibilitar a participação híbrida; • Executar em dias corridos ou, no máximo em dois finais de semana.
		• Fortalecer a participação de lideranças políticas (engajamento); • Propiciar visitas mais frequentes que permitam enxergar o patrimônio; • Engajar todas as hélices para a participação.
6	Fase 3 – Pós-Oficina	• Engajar o Comitê de Acompanhamento; • Divulgar todos os resultados, independentemente da efetividade; • Permitir que o Comitê de Acompanhamento tenha um líder que esteja envolvido com a temática e que tenha capacidade de facilitar o diálogo.
7	Fase 3 – Pós-Oficina - Indicadores	• Inserir indicadores de Implementação, Governança e Engajamento, Impactos Socioculturais e de Sustentabilidade e Manutenção; • Fortalecer a ideia para que possa servir de curso intensivo aplicado a CHIS; • Incluir indicadores de Impacto Tecnológico, Grau de Satisfação, Nº de Problemas Solucionados, Representatividade; • Pensar em indicadores macro.
8	Aplicação, Adaptabilidade e Potencialidade do Método CENTRO	• Garantir acessibilidade tecnológica aos grupos envolvidos; • Garantir que a tecnologia não se transforme em barreira; • Propiciar a escuta – principalmente daqueles que não podem falar (hélices); • Adequar os meios de divulgação ao público que se deseja atingir; • Propiciar a educação patrimonial como forma de reduzir conflitos de interesses; • Engajar líderes especialistas na temática para que guiem as discussões; • Garantir que os líderes políticos tenham conhecimento sobre as discussões e sobre o método; • Criar mecanismos mais acessíveis de envolvimento da população (aplicativos ou painéis interativos); • Utilizar automatização e inteligência artificial para atualização automática de dados e análise preditiva; • Aplicação prática para verificar a eficácia.

Fonte: Elaborado pela autora desta tese com base nas respostas dos especialistas (2025)

É possível inferir, a partir da análise das respostas, que os especialistas enxergam aspectos positivos no Método CENTRO, destacando sua coerência interna, aplicabilidade e potencial transformador na recuperação de centralidades históricas. Houve convergência quanto à clareza do encadeamento das fases, à transversalidade da tecnologia e à capacidade do método em envolver a população desde o planejamento até a implementação das ações. A ênfase em propor ações de continuidade, com um Comitê de Acompanhamento, trazendo os cidadãos para o centro do processo, e pensando em articulação com políticas públicas – valorizando o conhecimento, a memória e a identidade local – foi reconhecida como um dos principais diferenciais do artefato.

A síntese apresentada no Quadro 25 trouxe aspectos que, na visão dos especialistas, podem impulsionar o Método no alcance de seus objetivos, ainda que seja necessário observar que cada grupo de pessoas é distinto, tal qual é o ambiente de aplicação e, por isso, ainda que os testes práticos sejam importantes, eles não invalidam a construção teórica, uma vez que, conforme mencionado por um(a) dos especialistas, é essencial que se conheça a literatura, de maneira a apresentar para a sociedade as opções e os caminhos mais viáveis.

De maneira geral, a avaliação e os comentários dos especialistas contribuíram para verificar que, conceitualmente, a derivação proposta pelo Método construído nesta tese é sólida, preenche lacunas presentes na literatura e nos exemplos analisados durante a pesquisa (incluindo o próprio WCHIS), mas sua eficácia plena dependerá da forma como for operacionalizado e de sua capacidade de se ajustar às realidades locais. Conforme destacado na análise das respostas dos especialistas, os próprios WCHIS se mostravam diferentes em cada aplicação, inclusive quanto ao uso de recursos.

A consolidação do Método por meio de sua aplicação será fundamental para a sistematização, divulgação e armazenamento dos resultados – sejam eles positivos ou não –, uma vez que constitui um processo contínuo de criação de conhecimento. Dessa forma, o Método poderá se retroalimentar de informações e experiências, possibilitando seu aprimoramento e reaplicação em novos contextos.

6 CONCLUSÃO

O conhecimento está imbuído em várias ações do cotidiano, desde as mais básicas até as mais complexas. Esta tese acredita que o conhecimento, em cidades verdadeiramente inteligentes, é inerente às pessoas, às vivências e às contribuições que elas podem fornecer para a construção de soluções para os seus dilemas, sejam eles sociais, econômicos ou ambientais.

O conceito vagamente analisado de cidades inteligentes nos remete à ideia de cidades do futuro e, por esta (dentre tantas outras razões), esta tese se propôs a olhar o passado, a pensar em soluções baseadas em conhecimento, centradas em pessoas, para os locais que guardam a história de uma sociedade: os centros históricos.

O processo de evolução das cidades nem sempre foi gentil com as heranças deixadas. A modernização trouxe benefícios à sociedade, que passou a contar com rede de esgoto e água encanada, iluminação noturna, transporte público, e vias que levam a todos os cantos da cidade. Mas, ao mesmo tempo em que esta marcha rumo ao progresso foi tomando conta dos espaços e apresentando um futuro cheio de possibilidades, pouca atenção foi dada aos espaços já existentes, a alguns aspectos relacionados à sobrevivência patrimonial.

Caminhou-se muito, e de forma desenfreada, até que os conceitos de sustentabilidade voltassem seu olhar para o urbano, de forma a pensar em uma cidade que pudesse sim evoluir, mas enxergando suas próprias limitações e necessidades, com ideias que pudessem se adequar ao seu contexto.

Conforme abordado na seção 2, o conceito de cidade inteligente, possui muitas camadas de discussão, e não se encerra em si, como algo objetivo e pontual. É possível discutir a inteligência sob a perspectiva tecnológica, mas também sob a ótica humana, e, além disso, é possível conceber ainda que ambas as perspectivas estão interligadas, tratando da revolução tecnológica como uma consequência da evolução dos conhecimentos humanos.

A cidade inteligente surge então como uma tentativa de reconstruir o espaço urbano com base em três eixos: uso estratégico da tecnologia para resolver problemas urbanos, centralidade do cidadão nos processos de planejamento, sustentabilidade social e ambiental como propósito de longo prazo.

O conceito que permeia a construção dessa tese a respeito de cidade inteligente está intrinsicamente ligado à lógica da cocriação, com sua pluralidade de saberes, corresponsabilidade e engajamento social; sobretudo, ao conceito de coprodução de conhecimento, integrando saberes locais para alavancar a sustentabilidade das ações no que tange o [re]planejamento territorial.

A coprodução pode ser compreendida como a sinergia entre o que o poder público faz e o que a sociedade pode fazer. Conforme observado durante o estudo da coprodução, o fator que preenche a lacuna que existe entre o que a sociedade pode fazer e o que de fato ela faz, está relacionado ao sentimento de pertencimento, de identificação local.

O mesmo sentimento de pertencimento foi mencionado nos estudos sobre os centros históricos: não se preserva o que não se conhece; aquilo que não pertence (mesmo que emocionalmente) a alguém, não é protegido. Os centros históricos são apresentados como o núcleo simbólico e identitário das cidades, que sofreram esvaziamento e marginalização com a modernização e a globalização.

A literatura permitiu verificar que a busca por soluções coproduzidas em centros históricos ainda é uma exceção e que a maioria das iniciativas mantém estruturas hierárquicas de decisão, com participação apenas simbólica ou consultiva, mas que também, quando há inclusão real (como nos exemplos de San Salvador e *Casa Puebla*), os resultados vão além da preservação física, gerando pertencimento, coesão social e inovação comunitária.

A partir da revisão de literatura sobre a coprodução em centros históricos, é possível afirmar que a sustentabilidade cultural e social destes espaços depende diretamente da coprodução, e não apenas da restauração arquitetônica.

Com isto, conclui-se que o primeiro objetivo específico desta tese foi alcançado tanto ao serem analisadas as políticas internacionais de preservação de patrimônio (Carta de Veneza, Convenção da Unesco e a Carta de Burra), que incentivaram toda mudança de pensamento moderno a respeito da conservação da história; quanto ao serem discutidos os diversos contextos em que foram realizadas tentativas de recuperação destes espaços.

Ao longo do percurso percorrido para a construção desta pesquisa, buscou-se compreender de que forma a construção coletiva pode contribuir para que as

idades se tornem mais humanas, inteligentes e sustentáveis — não pela centralidade na tecnologia, mas pela centralidade nas pessoas.

O WCHIS, desenvolvido pelo LabCHIS, representa um experimento metodológico potente de coprodução urbana, com forte valor pedagógico, participativo e simbólico. Ele demonstra a viabilidade de uma abordagem colaborativa na transformação de espaços urbanos e históricos.

Contudo, as inconsistências metodológicas e conceituais — especialmente a falta de padronização, monitoramento e indicadores de impacto — revelaram a necessidade de um artefato complementar, capaz de sistematizar, documentar e acompanhar os resultados dos *workshops*.

Essa lacuna justificou, portanto, a proposição do artefato desenvolvido na tese, cuja finalidade é aperfeiçoar o processo de capacitação das pessoas, registro dos projetos, avaliação e continuidade das ações coproduzidas, promovendo maior robustez científica e aplicabilidade.

O estudo também evidenciou limitações conceituais e metodológicas que comprometem a perenidade e a mensuração dos impactos do *workshop*. A falta de padronização na elaboração dos relatórios e na coleta de dados sobre os participantes dificulta a comparação entre edições e a avaliação dos resultados. A ausência de critérios formais de acompanhamento pós-evento revela um hiato entre o momento participativo e a efetiva implementação das soluções propostas.

Embora o discurso da metodologia enfatize a inclusão social e a diversidade, a carência de informações sobre o perfil dos participantes impede a verificação da real representatividade dos grupos envolvidos. As dimensões CHIS, ainda que abrangentes e interdependentes, carecem de mecanismos de integração operacional que garantam a transversalidade das ações e a coerência entre as propostas dos grupos. A governança, concebida como dimensão horizontal, surge mais como princípio orientador do que como estrutura formal de tomada de decisão, o que limita sua materialização prática.

A partir deste estudo intensivo e exploratório, em que as lacunas existentes na literatura e na metodologia mais próxima a garantir participação cidadã na elaboração de propostas para a cidade foram encontradas, é possível afirmar que o segundo objetivo específico da pesquisa foi atingido.

A necessidade de desenvolvimento do artefato proposto nesta tese surge a partir da identificação, tanto da ausência de ações coproduzidas para as centralidades

históricas, até o estudo aprofundado da metodologia WCHIS. Tal artefato busca preencher as lacunas identificadas, oferecendo uma estrutura de monitoramento e avaliação contínua, que permita registrar as etapas do trabalho, acompanhar a implementação das soluções, e retroalimentar o processo com dados e evidências.

Após o seu desenvolvimento, conforme previsto na seção 3 e descrito na seção 4, o Método CENTRO passou pela avaliação de especialistas, os quais analisaram sua utilidade, qualidade e capacidade de gerar soluções coproduzidas para os centros históricos. A partir desta verificação, apresentada na seção 5, a tese atingiu o seu terceiro e último objetivo específico.

A verificação do artefato proposto na tese foi muito importante para que vários desafios na construção de soluções coproduzidas fossem pensados. Esse exercício de reflexão, que contou com a experiência de pessoas que ajudaram a aplicar a metodologia WCHIS por muitos anos, permitiu algumas inferências. A primeira delas diz respeito à complexidade em se pensar em desenvolvimento e abraçar todas as camadas necessárias, de forma a garantir desenvolvimento econômico, sem esquecer de sustentabilidade e inclusão social; garantir que cidades e seus patrimônios sejam interessantes para o turismo, sem esquecer das pessoas que fazem parte daquele contexto todos os dias.

A segunda inferência possível a partir tanto da escuta aos especialistas, quanto da leitura da vasta literatura observada na construção desta tese, é que há um enorme distanciamento entre o que querem as pessoas e o que fazem as lideranças políticas, ao mesmo tempo em que, se não são apresentadas às pessoas as múltiplas possibilidades de melhoria, isto é, se elas não têm conhecimento sobre as soluções viáveis para o espaço que habitam, ficam reféns de opiniões enviesadas, caindo no termo tão utilizado na construção do Método: conflito de interesses.

O próprio conceito de conflito de interesses ganhou um novo olhar a partir da validação do Método pelos especialistas, uma vez que, conforme apontou um(a) dos avaliadores(as), são os diversos interesses por trás de uma mesma temática que fazem com que as discussões em busca de soluções coproduzidas enxerguem um assunto com diversos olhares e que viabilizem a possibilidade de escuta a diferentes vozes. É este conflito que permite o enriquecimento das construções coletivas; se não houver conflito, é porque falta representatividade.

A criação de um método como o Método CENTRO tem como finalidade empoderar os atores por meio do conhecimento, de forma que as discussões possam

ser homogêneas. As análises realizadas demonstraram que a eficácia de um método de cocriação depende de múltiplos fatores, sendo o principal deles as pessoas: sua motivação, engajamento e abertura ao diálogo. Para que haja diálogo, é necessário conhecimento e diversidade de representação, de forma de todas as vozes sejam ouvidas, e todas as necessidades sejam atendidas.

Uma das principais contribuições do Método está em sua flexibilidade e capacidade de adaptação a diferentes contextos urbanos, o que o torna aplicável em territórios com distintas realidades sociais, culturais e econômicas. Essa característica o posiciona não como uma receita pronta, mas como uma estrutura viva, que se molda à medida que novos atores, conhecimentos e tecnologias se integram ao processo.

Para que outra cidade possa reproduzir o método proposto, é fundamental que, inicialmente, seja realizada uma leitura aprofundada do território, contemplando suas dinâmicas sociais, institucionais, culturais e econômicas, bem como o mapeamento dos atores locais envolvidos. A partir desse diagnóstico, o escopo do método, suas ferramentas e estratégias participativas devem ser ajustados às especificidades do contexto, preservando, contudo, seus princípios estruturantes – como a centralidade das pessoas, a participação social e o uso do suporte tecnológico como meio, e não como fim.

Assim, o Método CENTRO pode ser utilizado em diferentes cidades desde que suas premissas fundamentais sejam mantidas, ao mesmo tempo em que suas aplicações práticas sejam reinterpretadas conforme as necessidades e capacidades locais.

Do ponto de vista acadêmico, a tese contribui ao propor um estudo teórico-metodológico que integra três campos comumente tratados de forma separada: cidades inteligentes, coprodução e preservação de centros históricos. Ao aproximar essas dimensões, reforça-se a compreensão de que a inteligência urbana emerge não da quantidade de dados ou sensores, mas da capacidade coletiva de pensar, sentir e agir sobre o espaço.

Por se tratar de uma pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento (PPGEGC), é fundamental explicitar de que forma o artefato proposto dialoga com as áreas que o estruturam – Gestão do Conhecimento, Engenharia do Conhecimento e Mídia do Conhecimento – bem como as contribuições que oferece a cada uma delas. O Método CENTRO, ao propor uma abordagem integrada para a recuperação de centros históricos com base

na coprodução, constitui-se como um produto interdisciplinar que sintetiza e operacionaliza princípios dessas três áreas, materializando-os em uma prática concreta de geração, compartilhamento e aplicação do conhecimento em contextos urbanos.

A área de Gestão do Conhecimento compreende o conhecimento como um processo e produto efetivado na relação entre pessoas e agentes não humanos, voltado à geração de valor. Nessa perspectiva, o Método CENTRO contribui ao propor um método de gestão territorial fundamentado no conhecimento coletivo, capaz de transformar saberes individuais – técnicos, empíricos e afetivos – em conhecimento organizacional e social.

Durante as fases de Pré-oficina, Oficina e Pós-oficina, o artefato estimula a criação de um ambiente colaborativo de aprendizagem, no qual o conhecimento é continuamente produzido, compartilhado e reconfigurado pelos participantes. Essa dinâmica reflete a visão autopoietica da área, em que as organizações e comunidades são entendidas como sistemas vivos e auto-organizados, capazes de gerar valor por meio das interações entre seus membros.

Ao integrar o conhecimento científico, técnico e local em processos de planejamento urbano, o método reforça a compreensão de que a gestão do conhecimento é também um ato de governança participativa, promovendo a aprendizagem organizacional e territorial e fortalecendo a capacidade coletiva de decisão.

A Engenharia do Conhecimento, por sua vez, tem como objetivo o desenvolvimento de métodos, técnicas e ferramentas voltados à modelagem e representação do conhecimento em atividades intensivas em informação. O Método CENTRO traduz essa abordagem ao estruturar-se como um sistema de apoio à decisão, que integra dimensões cognitivas, tecnológicas e sociais no processo de coprodução urbana.

A contribuição da Engenharia do Conhecimento se manifesta especialmente na concepção de um modelo formalizado, capaz de organizar fluxos informacionais, sistematizar registros e criar mecanismos de monitoramento contínuo.

Em contrapartida, o método amplia o escopo da área ao demonstrar que a engenharia de conhecimento pode ser aplicada a contextos sociais e territoriais complexos, nos quais a informação é produzida de forma distribuída e o conhecimento emerge da interação entre múltiplos agentes humanos e não humanos.

A área de Mídia do Conhecimento, fundamentada em uma visão conexcionista, na qual o conhecimento é resultante da interação entre agentes humanos e não humanos, objetivando a geração de valor. Sob esta perspectiva, o Método CENTRO concretiza essa visão ao criar um ecossistema comunicacional e cognitivo, em que diferentes mídias – presenciais, digitais e híbridas – são utilizadas como mediadoras da aprendizagem e da cocriação.

Durante a aplicação do método, as mídias desempenham papel central na organização, disseminação e preservação do conhecimento produzido coletivamente, atuando como interfaces que facilitam a comunicação entre atores diversos. A Mídia do Conhecimento contribui, portanto, oferecendo os fundamentos teóricos e práticos para a mediação tecnológica, o *design* das ferramentas de apoio e a construção de ambientes colaborativos de aprendizagem.

Ao mesmo tempo, o artefato devolve à área uma contribuição concreta: demonstra como as mídias podem ser empregadas como instrumentos de transformação social, promovendo a inclusão cognitiva, a valorização das memórias locais e a construção compartilhada de narrativas urbanas.

As três áreas que compõem o Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento (PPGEGC), não apenas fundamentaram a construção do Método, como também oferecem subsídios para seu constante aprimoramento e expansão futuros.

A Gestão do Conhecimento pode sustentar sua institucionalização, criando processos e redes de aprendizagem contínua; a Engenharia do Conhecimento tem potencial para traduzir sua lógica colaborativa em sistemas tecnológicos e ferramentas cognitivas aplicáveis, já a Mídia do Conhecimento pode amplificar sua dimensão comunicacional, fortalecendo a visibilidade, a inclusão e o engajamento coletivo.

O Método se consolida, portanto, como um artefato vivo – capaz de evoluir junto com as cidades, com as áreas de conhecimento e com as pessoas que o fazem existir.

Dessa forma, o Quadro 26 apresenta possíveis contribuições das áreas do PPGEGC para o aprimoramento e continuidade do método proposto nesta tese.

Quadro 26 – Possíveis contribuições das áreas do PPGECC para o Método CENTRO

Área	Contribuições potenciais para o aprimoramento do método	Foco de desenvolvimento	Exemplos de ações futuras
Gestão do Conhecimento	Desenvolver modelos e práticas de aprendizagem organizacional e territorial, voltadas à consolidação da memória e à continuidade do processo colaborativo iniciado nas oficinas.	Institucionalização e difusão do conhecimento.	• Criação de um repositório digital de aprendizados e boas práticas; • Implementação de um sistema de gestão do conhecimento territorial, para registro e atualização de iniciativas; • Formação de redes intermunicipais de aprendizagem entre cidades históricas.
Engenharia do Conhecimento	Projetar e implementar ferramentas tecnológicas e modelos cognitivos que sistematizem os fluxos de conhecimento entre pessoas, espaços e agentes tecnológicos.	Estruturação de sistemas de apoio à decisão e automação de processos de aprendizagem urbana.	• Desenvolvimento de uma plataforma integrada do Método CENTRO, reunindo dados, narrativas e indicadores; • Criação de ontologias urbanas que representem os vínculos entre patrimônio, comunidade e políticas públicas; • Aplicação de inteligência artificial explicável para apoiar decisões participativas.
Mídia do Conhecimento	Ampliar os ecossistemas comunicacionais e os dispositivos de mediação que sustentam a aprendizagem e o engajamento social no processo de recuperação urbana.	Comunicação, disseminação e inclusão cognitiva.	• Criação de canais multimídia participativos (<i>podcasts</i>, vídeos, exposições digitais) para difundir experiências; • Desenvolvimento de ambientes imersivos e híbridos para continuidade das oficinas; • Produção de narrativas interativas que articulem memória, identidade e futuro dos centros históricos.

Fonte: Elaborado pela autora desta tese (2025)

Como todo estudo acadêmico, esta pesquisa também apresenta limitações, tais como, a dificuldade em encontrar material disponível sobre os WCHIS, bem como o difícil acesso aos pesquisadores do LabCHIS para o auxílio quanto à verificação do Método proposto nesta tese. Além disso, por mais bem preparados que sejam os especialistas, a eficácia do Método, bem como os possíveis ajustes a serem feitos, só podem ser verificados após sua aplicação prática. Tais restrições, porém, não invalidam os resultados obtidos, mas abrem espaço para futuras investigações que ampliem as discussões sobre lacunas e desafios do Método proposto.

Entre as perspectivas futuras, destaca-se a possibilidade de replicar o artefato em diferentes centralidades e realizar um estudo comparativo quanto ao Método

originalmente disposto nesta tese, e se foi necessário adaptá-lo para os diferentes contextos de aplicação.

Na forma proposta, o Método não conta com ferramentas geoespaciais mapas de calor ou estudos avançados de acessibilidade, portanto, uma possibilidade futura seria a integração de plataformas de mapeamento participativo e sistemas de informação geográfica, ampliando suas possibilidades de aplicação e evolução.

Outra possibilidade de agenda futura, é a articulação do Método CENTRO com diagnósticos morfológicos e de resiliência urbana, produzidos por equipes de urbanismo, uma vez que, conforme definido na subseção 1.4 (Escopo), a tese não realiza a análise morfológica do tecido urbano.

Como aprofundamento desta investigação, estudos futuros poderão desenvolver análises comparativas que incorporem experiências internacionais de regeneração de centros históricos não identificadas por meio das bases de dados acadêmicas utilizadas nesta pesquisa. Em especial, recomenda-se a exploração de fontes complementares, como plataformas institucionais, repositórios de organismos multilaterais, bases técnicas especializadas e bancos de boas práticas mantidos por agências internacionais, nos quais frequentemente são documentadas iniciativas europeias, asiáticas e do Oriente Médio. A incorporação dessas fontes poderá ampliar a diversidade empírica analisada e contribuir para avaliar a aplicabilidade, os limites e as possibilidades de adaptação do Método proposto em contextos institucionais e socioculturais distintos.

Ainda sob a perspectiva de trabalhos futuros e pensando nos atos normativos que embasaram a construção do Método, aponta-se a possibilidade de aprofundar a relação entre o método proposto e atos normativos internacionais voltados à conservação urbana, como o *Historic Urban Landscape (HUL)*. Estudos posteriores poderão explorar formas de operacionalizar de maneira mais sistemática os princípios da HUL no interior do Método CENTRO, avaliando sua aplicação em diferentes contextos institucionais e territoriais, bem como investigando os limites, potencialidades e adaptações necessárias para sua implementação em políticas públicas locais de recuperação de centros históricos.

Além da sugestão de replicação e aprimoramento do Método CENTRO, esta pesquisa também aponta para a importância de fortalecer o papel da universidade como agente de transformação social. A criação de programas de extensão voltados à capacitação e ao empoderamento comunitário, por exemplo, pode ampliar o alcance

dos princípios aqui defendidos, disseminando o conhecimento sobre coprodução, governança, cidades inteligentes, e história patrimonial.

Neste contexto, a universidade, enquanto espaço de produção e difusão do conhecimento, tem papel essencial na construção de cidades mais humanas e inclusivas. Ao atuar como mediadora entre saberes acadêmicos e práticas comunitárias, ela contribui para transformar conhecimento em ação, ciência em cidadania. O Método CENTRO pode, assim, servir de base para programas de ensino, pesquisa e extensão integrados, voltados à formação de uma nova geração de cidadãos-gestores, conscientes de seu papel na construção coletiva da cidade.

Este artefato tem características interdisciplinares, que permite uma construção bastante abrangente dentro do espaço acadêmico, que propiciaria o diálogo com múltiplos centros de ensino e cursos, como arquitetura e urbanismo, história, gestão, engenharia e mídia do conhecimento, economia etc. Assim, mais que o resultado de uma tese, este Método pode representar tanto o início de um movimento, como uma estrutura viva, em constante evolução, que convida novas vozes, tecnologias e saberes a se somarem à construção de cidades inteligentes que aprendem com suas histórias e com as pessoas que as habitam, quanto um legado teórico e metodológico que ultrapassa os limites desta pesquisa, oferecendo-se como referência para políticas públicas participativas, práticas acadêmicas e ações comunitárias voltadas à transformação dos centros históricos.

Tais iniciativas poderiam funcionar como laboratórios vivos de aprendizagem, aproximando a academia das comunidades locais e permitindo que os próprios cidadãos se tornem multiplicadores do conhecimento produzido na universidade. Essa aproximação é fundamental para consolidar a inteligência urbana como um processo compartilhado – que nasce na universidade, mas floresce nas ruas, nas praças e nos centros históricos das cidades.

O Quadro 27 apresenta uma síntese das contribuições do Método CENTRO com as áreas a ele correlatas.

Quadro 27 – Síntese das contribuições do Método CENTRO

Área	Como o Método CENTRO se relaciona	Principais contribuições da tese
Gestão do Conhecimento	Fundamenta-se na transformação de saberes individuais – técnicos, empíricos e afetivos – em conhecimento coletivo e organizacional, articulando pessoas e agentes tecnológicos em prol da geração de valor social.	Propõe um modelo de gestão territorial baseado no conhecimento colaborativo; estimula a aprendizagem organizacional e territorial; reforça a governança participativa e o compartilhamento de saberes em processos de tomada de decisão.
Engenharia do Conhecimento	Estrutura-se como um sistema de apoio à decisão em contextos urbanos complexos, combinando dimensões cognitivas, sociais e tecnológicas na coprodução de soluções para os centros históricos.	Traduz princípios da engenharia de conhecimento em um artefato aplicável ao planejamento urbano; sistematiza fluxos informacionais e indicadores; amplia o escopo da área para contextos sociais e territoriais intensivos em conhecimento.
Mídia do Conhecimento	Cria um ecossistema comunicacional e cognitivo mediado por múltiplas mídias – presenciais, digitais e híbridas – que promovem a aprendizagem colaborativa e a disseminação de narrativas urbanas.	Demonstra como as mídias podem catalisar a construção coletiva do conhecimento; contribui para o design de ambientes colaborativos; valoriza as memórias locais e a inclusão cognitiva como dimensões da transformação social.
Cidades Inteligentes	Assume a inteligência urbana como resultado da coprodução entre pessoas, tecnologias e territórios, e não apenas como produto da digitalização ou do uso de dados.	Reconfigura o conceito de cidade inteligente sob a ótica humana e social; propõe que cidade aprenda com sua história e com seus cidadãos; reforça a centralidade do conhecimento como elemento estruturador da inteligência urbana.
História, Cultura e Memória	Parte da compreensão dos centros históricos como núcleos simbólicos e identitários das cidades, vinculando memória, pertencimento e desenvolvimento.	Contribui para a preservação da memória coletiva; promove o uso do conhecimento histórico como base para decisões urbanas contemporâneas; articula o passado como elemento ativo da inteligência urbana.
Economia	Considera a relação entre desenvolvimento econômico, sustentabilidade e coesão social, propondo abordagens integradas de valorização territorial.	Apresenta uma visão sistêmica que articula economia criativa, turismo e patrimônio; sugere modelos de desenvolvimento local baseados na coprodução e no conhecimento.
Governança e Políticas Públicas	Propõe mecanismos participativos e colaborativos de tomada de decisão, sustentados por processos de aprendizagem coletiva e empoderamento social.	Fortalece a governança colaborativa; contribui para políticas públicas baseadas em evidências e coproduzidas; oferece uma estrutura metodológica replicável e adaptável a diferentes realidades municipais.
Universidade, Sociedade e Extensão	Enxerga a universidade como mediadora entre conhecimento científico e práticas comunitárias, promotora da aprendizagem cidadã e da transformação social.	Inspira novos programas de ensino, pesquisa e extensão; promove a formação de cidadãos-gestores; consolida o papel da academia como agente ativo na construção de cidades humanas e inteligentes.

Fonte: Elaborado pela autora desta tese (2025)

Além das três áreas que compõem o Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, o Método CENTRO dialoga com outras dimensões teóricas e campos de aplicação, especialmente com o conceito de cidades inteligentes, que orienta toda a construção metodológica e epistemológica da pesquisa.

A proposição do Método CENTRO representa não apenas o alcance do objetivo geral da tese, mas também uma contribuição significativa para o avanço teórico das metodologias de coprodução urbana, preenchendo lacunas existentes e promovendo discussões científicas sobre o tema. Do ponto de vista prático, o método aperfeiçoa uma metodologia nascida dentro do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento (PPGEGC) – o Workshop CHIS –, oferecendo-lhe maior sistematização e aplicabilidade.

A escolha do título desta tese demonstra o que, sob a ótica social de construção de soluções coproduzidas em cidades inteligentes, um método deve ser: partir do centro para fora – do centro das pessoas, de suas memórias, de suas histórias, de suas relações e experiência. Assim, *Do centro para fora* é mais que um título; é um convite à reflexão, à reconstrução dos espaços urbanos com base no respeito às vozes, vivências e memórias, reconhecendo no cidadão o verdadeiro ativo da cidade inteligente.

REFERÊNCIAS

- ALOMÁ, Patricia Rodríguez. El centro histórico: del concepto a la acción integral. **Centro-H**, p. 51-64, ago. 2008. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115112534005>. Acesso em: 27 out. 2024.
- ALVES, Luciana Sobis; BUENO, Ayrton Portilho. Apropriação informal em vazios urbanos periféricos: uma investigação na cidade de Erechim-RS. **Urbe – Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 14, p. 1-16, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-3369.014.e20210241>.
- ARASAKI, Paula Kaneoya; STEIL, Andrea Valéria; SANTOS, Neri dos. Sistemas de memória em organizações intensivas em conhecimento: um estudo de caso. **Revista Espacios**, v. 38, n. 4, 2017.
- ARDITO, L. *et al.* The role of universities in the knowledge management of *smart city* projects. **Technological Forecasting And Social Change**, v. 142, p. 312-321, 2019.
- ARMITAGE, Derek *et al.* Co-management and the co-production of knowledge: learning to adapt in Canada's arctic. **Global Environmental Change**, v. 21, n. 3, p. 995-1004, ago. 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2011.04.006>.
- BENBASAT, I.; WEBER, R. Research Commentary: Rethinking Diversity' in Information Systems Research. **Information Systems Research**, v. 7, n. 4, p. 389-399, 1996. DOI: <http://dx.doi.org/10.1287/isre.7.4.389>.
- BENCARDINO, Massimiliano; GRECO, Ilaria. Smart Communities: social innovation at the service of the smart cities. **Tema – Journal of Land Use**, p. 39-51, 18 maio 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.6092/1970-9870/2533>.
- BENEVOLO, Leonardo. **A cidade e o arquiteto: método e história na arquitetura**. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- BEZ BATTI, T. *et al.* As Práticas de Gestão do Conhecimento na Construção de Cidades Inteligentes. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE CONHECIMENTO E INOVAÇÃO – CIKI, v. 1, n. 1, 2022. **Anais [...]**. [S.l.], 2022. DOI: 10.48090/ciki.v1i1.1180. Disponível em: <https://proceeding.ciki.ufsc.br/index.php/ciki/article/view/1180>. Acesso em: 4 ago. 2023.
- BEZERRA, Joacil Carlos Viana *et al.* Motivação para coprodução do bem público: proposta de uma escala. **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, v. 14, n. 1, p. 1-18, jan. 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=351569604003>. Acesso em: 17 set. 2025.
- BOHMER BRITTO, Marcos Vinícius Bohmer. **O lugar como estratégia de projeto: análise da relação entre espaço e lugar em Puerto Madero**. 2016. 132f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- BOMFIM, Ivan; AMARAL, Adriana. Porto Alegre Pós-Industrial: vila flores, galeria hipotética e a revitalização do 4º distrito. *In*: FREITAS, Ernani Cesar de; SARAIVA, Juracy Assmann; HAUBRICH, Gislene Feiten. (org.). **Diálogos Interdisciplinares: cultura, comunicação e diversidade no contexto contemporâneo**. Novo Hamburgo: Feevale, 2017. p. 410-425.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. J. C. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Revista Eletrônica Gestão e Sociedade*, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011.

BRAGA, Paula Marques. **Reabilitação urbana no centro histórico de Salvador: patrimônio cultural, turismo e participação social**. 2008. 141f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2008. Disponível em: <http://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/xmlui/handle/123456789/16150>. Acesso em: 30 mar. 2025.

CACCIARI, Massimo. **A Cidade**. Barcelona: Gili, 2010.

CARLAN, Cláudio Umpierre. História, Cidades e Fronteiras: o império romano e as invasões. **Mosaico**, Goiás, v. 3, n. 2, p. 169-177, jul. 2010.

CARRILLO, Francisco Javier. **Knowledge Cities: approaches, experiences and perspectives**. Burlington, Ma: Butterworth- Heinemann, 2006.

CARRIÓN, Fernando. Ciudad y Centros Históricos: centros históricos y actores patrimoniales. *In*: BALBO, Marcelo; JORDÁN, Ricardo; SIMIONU, Daniela (comp.). **La ciudad inclusiva**. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2003. p.129-152.

CARTWRIGHT, Mark. **Civilização Inca**. 2014. Disponível em: <https://www.worldhistory.org/trans/pt/1-12495/civilizacao-inca/>. Acesso em: 28 maio 2023.

CARTWRIGHT, Mark. **Feudalismo**. 2018a. Disponível em: <https://www.worldhistory.org/trans/pt/1-17606/feudalismo/>. Acesso em: 29 maio 2023.

CARTWRIGHT, Mark. **Guildas Medievais**. 2018b. Disponível em: <https://www.worldhistory.org/trans/pt/1-17576/guildas-medievais/>. Acesso em: 30 maio 2023.

CARVALHO, Antônio Carlos de. **Do objeto do sujeito: a função política, social e econômica do patrimônio histórico**. 2009. 154f. Tese (Doutorado) – Curso de História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

CARVALHO, Gabriel Lincoln Lopes. Abandonado, por quê? Discussão de usos e desusos de áreas antigas em estado de abandono, com foco nas estações ferroviárias. *In*: ALEXANDRINO, Letícia Keroly Bezerra; LAPA JUNIOR, Luiz Gonzaga (org.). **Desvendando a arquitetura: sua abrangência e multidisciplinaridade**. [S.l.]: Editora Científica Digita, 2023. Cap. 5. p. 29-42. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/230312498.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2025.

CASELLAS, Antònia; JUTGLA, Esteve Dot; PALLARES-BARBERA, Montserrat. Estrategia de regeneración urbana y procesos de gentrificación en el distrito Tecnológico de Barcelona. *In*: ALBERTOS, Juan Miguel; NOGUERA, Joan; PITARCH, Maria Dolores; SALOM, Julia (ed.). **Globalización Económica: amenazas y oportunidades para los territorios**. Valencia: Nau Llibrese, 2008. p. 147-155. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Valeriano-Rodero-Gonzalez/publication/371902930_Lo_local_y_lo_global_en_las_Denominaciones_de_Origen/links/649b0c7cb9ed6874a5df045f/Lo-local-y-lo-global-en-las-Denominaciones-de-Origen.pdf. Acesso em: 5 nov. 2024.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural**: Conceitos, políticas instrumentos. São Paulo; Belo Horizonte: Anablume; IEDS, 2009. 379p.

CERCHIARI, Pedro Chaves. **Produção habitacional no campo urbano do Centro Histórico de Salvador, Bahia**: a 7ª etapa da intervenção no pelourinho. 2019. 150f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/40119>. Acesso em: 30 mar. 2025.

COHEN, Boyd. **The 3 Generations of Smart Cities**: inside the development of the technology driven city. 2015. Disponível em: <https://www.fastcompany.com/3047795/the-3-generations-of-smart-cities>. Acesso em: 23 jan. 2025.

CONGONHAS. **Patrimônio Histórico**. [2025]. Disponível em: <https://www.congonhas.mg.gov.br/index.php/patrimonio-historico/>. Acesso em: 2 maio 2025.

CONSTANTINOU, Eliane; MACHADO, Letícia Bettio. Cenários de Transformação da Habitação no 4º Distrito de Porto Alegre. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL ICHT, 3., 2019, p. 767-787, Florianópolis. **Ata** [...]. São Paulo: Fauusp, 2019.

CORRÊA, J. C. S.; SILVEIRA, R. L. L.; KIST, B. B. Sobre o conceito de desenvolvimento regional: notas para debate. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 15, n. 7, p. 3-15, dez. 2019.

COSTA, E. M. **Framework**: Smart Cities Can Be More Humane and Sustainable Too. *In*: AUGUSTO, J. (ed.) Handbook of Smart Cities. Springer, Cham, 2020. DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-030-15145-4_3-1.

COSTA, Silvania Santana; SILVA, José Adailton Barroso da; RODRIGUES, Auro de Jesus. Um Estudo Sobre a Evolução das Cidades para o Ensino da Geografia. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE, 2013, São Cristóvão. **Anais** [...]. São Cristóvão: Grupo de Pesquisa CNPQ/UFS Educação e Contemporaneidade (Educon), 2013.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: Métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CUBELES, Xavier; MUÑOZ, Pere; PARDO, Jordi. El proyecto global e histórico de Distrito 22@ de Barcelona. **Ekonomiaz**, v. 3, n. 78, p. 219-235, 2011.

DINIZ VIEIRA, Otávio Augusto; CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. Um Olhar Sobre a Revitalização do Bairro Puerto Madero, em Buenos Aires. **Rosa dos Ventos**, Caxias do Sul, v. 2, n. 1, p. 16-30, jan.-jun. 2010. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=473547085003>. Acesso em: 29 out. 2023.

DRESCH, Aline; LACERDA, Daniel Pacheco; MIGUEL, Paulo Augusto Cauchick. Uma análise diferenciada de estudo de caso, pesquisa-ação e pesquisa em design científico. **RBGN**, v. 17, n. 56. 2015. DOI: <https://doi.org/10.7819/rbgn.v17i56.2069>.

ELEUTHERIOU, Vanessa Cardoso Santos. **Identidade e Pertencimento m Cidades Humanas Inteligentes**: o caso de Santa Maria/rs. 2017. 147f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mídia e Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/238615/PEG0564-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 out. 2023.

ELEUTHERIOU, Vanessa *et al.* **Design Thinking como ferramenta colaborativa para o desenvolvimento de cidades humanas e inteligentes em prol do bem comum.** Anais do Congresso da Sociedade Ibero-Americana de Gráfica Digital, Florianópolis, SC, Brasil, 19, 51-56, 2015. Disponível em: https://papers.cumincad.org/data/works/att/sigradi2015_2.213.pdf. Acesso em: 8 ago. 2023.

FAGADAR, Carmen Florina *et al.* Smart Cities and the European Vision. **The Annals Of The University Of Oradea – Economic Sciences**, v. 30, n. 301, p. 49-60, jul. 2021. DOI: [http://dx.doi.org/10.47535/1991auoes30\(1\)004](http://dx.doi.org/10.47535/1991auoes30(1)004).

FAHMY, Amgad; THAMARAT, Mariam. How Community Engagement Approach Enhances Heritage Conservation: two case studies on sustainable urban development in historic cairo. **Sustainability**, v. 17, n. 10, p. 4565, 16 maio 2025. DOI: <http://dx.doi.org/10.3390/su17104565>.

FORTUNA, Carlos. Cidade e urbanidade. *In*: FORTUNA, Carlos; LEITE., Rogério Proença (org.). **Plural de cidade: léxicos e culturas urbanas.** Coimbra: GC Gráfica de Coimbra, 2009. p. 83-97.

GADENS, Letícia Nerone; BEL, Joaquin Sabaté. Planejamento urbano flexível na cidade contemporânea: contribuições a partir da análise do plano 22@ barcelona. **URBE – Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 10, n. 3, p. 558-575, 4 jun. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-3369.010.003.ao05>.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; PLUYE, Pierre; RICARTE, Ivan Luiz Marques. Métodos de pesquisa mistos e revisões de literatura mistas: conceitos, construção e critérios de avaliação. **Incid: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 4, 4 out. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v8i2p4-24>.

GARAY, Alfredo *et al.* Puerto Madero: a project critique. **Land Lines Magazine**, p. 2-7, jul. 2013. Disponível em: <https://www.lincolnst.edu/publications/articles/puerto-madero/>. Acesso em: 8 nov. 2024.

GEHL, Jan. **Cidades Para Pessoas.** 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GENG, Lin *et al.* Historic District Conservation: a critical review of global trends, development in the 21st century, and challenges through citespace analysis. **Buildings**, v. 15, n. 8, p. 1232, 9 abr. 2025. DOI: <http://dx.doi.org/10.3390/buildings15081232>.

GIFFINGER, Rudolf *et al.* Smart cities ranking: an effective instrument for the positioning of the cities?. **Ace: Architecture, City and Environment**, v. 4, n. 12, p. 7-26, fev. 2007. DOI: <http://dx.doi.org/10.5821/ace.v4i12.2483>.

HAMADA, Germano Kawey Ferracin. O Desenvolvimento Capitalista e a Evolução das Cidades. **Geofronter**, Campo Grande, v. 4, n. 5, p. 8-20, 3 dez. 2019. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/article/view/3968>. Acesso em: 27 maio 2023.

HECKERT, Ana Lúcia Coelho; BARROS, Maria Elizabeth Barros de; CARVALHO, Silvia Vasconcelos. Cidades e políticas públicas. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 28, n. 2, p. 266-274, ago. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1621>.

HEVNER, A. *et al.* Design science in information systems research. **MIS Quarterly**, v. 28, n. 1, 2004.

HOLLANDS, Robert G. Will the real *smart city* please stand up? **City**, v. 12, n. 3, p. 303-320, 26 nov. 2008. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/13604810802479126>.

HUBERMAN, Leu. **História da Riqueza do Homem**: do feudalismo ao século XXI. 22. ed. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 2010.

ICOMOS – INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES. **Burra Charter**. [2025]. Disponível em: https://australia.icomos.org/wp-content/uploads/Burra-Charter_1979.pdf. Acesso em: 8 fev. 2025.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida das Grandes Cidades**. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

JONG, Martin de *et al.* Sustainable-smart-resilient-low carbon-eco-knowledge cities; making sense of a multitude of concepts promoting sustainable urbanization. **Journal of Cleaner Production**, v. 109, p. 25-38, dez. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2015.02.004>.

KÖHLER, André Fontan. **Políticas públicas de regeneração urbana, preservação do patrimônio e lazer e turismo**: padrões de intervenção pública e avaliação de resultados no Pátio de São Pedro, Recife, 1969-2008. 2011. 673f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-17042012-100252/>. Acesso em: 17 mar. 2024.

KOZŁOWSKI, Wojciech; SUWAR, Kacper. *Smart city*: definitions, dimensions, and initiatives. **European Research Studies Journal**, v. 24, n. 3, p. 509-520, set. 2021.

KUMMITHA, Rama Krishna Reddy; CRUTZEN, Nathalie. How do we understand smart cities? An evolutionary perspective. **Cities**, v. 67, p. 43-52, jul. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.cities.2017.04.010>.

LACERDA, Daniel Pacheco *et al.* Design Science Research: método de pesquisa para a engenharia de produção. **Gestão & Produção**, v. 20, n. 4, p. 741-761, 26 nov. 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-530x2013005000014>.

LAZZARETTI, Kellen *et al.* Cidades inteligentes: insights e contribuições das pesquisas brasileiras. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 20190118, n. 11, p. 1-16, jan. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/urbe/a/3LscvBK8vN86Q3fyFvzx7Fw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 set. 2025.

LEMONS, Maria Carmen *et al.* To co-produce or not to co-produce. **Nature Sustainability**, v. 1, n. 12, p. 722-724, 14 dez. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1038/s41893-018-0191-0>.

LERNER, Jaime. **Acupuntura Urbana**. 5 ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

LIMA, Débora Reis Leal de *et al.* Participação popular nos processos de planejamento urbano: uma revisão sistemática dos desafios e das oportunidades. **Percursos**, Florianópolis, v. 24, p. 1-27, 19 dez. 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.5965/19847246242023e0313>.

LIMA, Sidney Matos de. De volta aos Centros: as políticas de "revitalização" do Patrimônio Histórico e a Intervenção no Mercado Central de Aracaju. In: SOUZA, Rogério Proença Leite e Eder Claudio Malta (org.). **Cidades e Patrimônios Culturais**: investigações para a iniciação à pesquisa. São Cristóvão: Editora da UFS, 2013. p. 45-70.

- MANSON, Nj. Is operations research really research? **Orion**, v. 22, n. 2, p. 155-180, 1º dez. 2006. Stellenbosch University. DOI: <http://dx.doi.org/10.5784/22-2-40>. Disponível em: <https://orion.journals.ac.za/pub/article/view/40>. Acesso em: 25 maio 2025.
- MARCH, S. T.; SMITH, G. F. Design and natural science research in Information Technology. **Decision Support Systems**, v. 15, p. 251-266, 1995. DOI: [http://dx.doi.org/10.1016/0167-9236\(94\)00041-2](http://dx.doi.org/10.1016/0167-9236(94)00041-2).
- MARINHO, Caio Oliveira e. **A revitalização do Centro de Salvador**: figurações do seu campo de conflitos. 2022. 219f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2022.
- MARK, Joshua J. **Império Romano**. 2018a. Disponível em: <https://www.worldhistory.org/trans/pt/1-100/imperio-romano/>. Acesso em: 28 maio 2023.
- MARK, Joshua J. **Crescente Fértil**. 2018b. Disponível em: <https://www.worldhistory.org/trans/pt/1-17/crescente-fertil/>. Acesso em: 29 maio 2023.
- MERRIAM. S. B. **Qualitative research and case study applications in education**. San Francisco (CA): Jossey-Bass, 1998.
- MESENTIER, Leonardo Marques de; MOREIRA, Clarissa da Costa. Produção da paisagem e grandes projetos de intervenção urbana: o caso do porto maravilha no rio de janeiro olímpico. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 16, n. 1, p. 35, 31 maio 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2014v16n1p35>.
- MONTEIRO, João Carlos Carvalhaes dos Santos. Turistificação e regeneração urbana: o caso do projeto porto maravilha na zona portuária do rio de janeiro. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 25, n. 1, p. 1-27, 24 jan. 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202303>.
- MOSQUEIRA, Tatiana Meza. **Reabilitação da região da Luz – Centro histórico de São Paulo: projetos urbanos e estratégias de intervenção**. 2007. 190f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- MOSQUERA DÍAZ, Carlos Andrés. **Para quem é a cidade? redes sócio institucionais e os processos de desenvolvimento urbano nos centros de Salvador (brasil) e Cali (colômbia)**. 2022. 237f. Tese (Doutorado) – Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022
- NONNENMACHER, Marilange. **Vida e Morte Miramar**: memórias urbanas nos espaços soterrados da cidade. 2007. 225f. Tese (Doutorado) – Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/106595>. Acesso em: 30 jul. 2023.
- OSTROM, Elinor. Crossing the great divide: coproduction, synergy, and development. **World Development**, v. 24, n. 6, p. 1073-1087, jun. 1996. Disponível em: [http://dx.doi.org/10.1016/0305-750x\(96\)00023-x](http://dx.doi.org/10.1016/0305-750x(96)00023-x). Acesso em: 26 nov. 2023.
- PACHECO, Joel. **Arquitetura e paisagem**: Florianópolis e Açores. Florianópolis: Ed. do Autor, 2013. 236p.
- PACHECO, R. C. dos S. Coprodução em Ciência, Tecnologia e Inovação: fundamentos e visões. *In*: PEDRO, J. M.; SÁ FREIRE, P. de (org.).

Interdisciplinaridade: universidade e inovação social e tecnológica. Curitiba: CRV, 2016. p. 21-62.

PEFFERS, Ken *et al.* A Design Science Research Methodology for Information Systems Research. **Journal of Management Information Systems**, v. 24, n. 3, p. 45-77, dez. 2007. DOI: <http://dx.doi.org/10.2753/mis0742-1222240302>.

PEIXOTO, Paula. Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. 13, p. 211-226, jun. 2017.

PIRENNE, Henri. **As cidades da Idade Média:** ensaio de história econômica e social. 3. ed. São Paulo: Europa-América, 1977. 187p.

PORTAL IPHAN (comp.). **Carta de Veneza**. [2025a]. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2025.

PORTAL IPHAN. **Congonhas**. [2025b]. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1290>. Acesso em: 2 maio 2025.

PORTO NETO, Edilson da Silva. **Fortaleza in memoriam:** o par desmemória e a cultura do esquecimento no centro histórico da capital no século XXI. 2022. 278f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Geografia da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

POURZOLFAGHAR, Zohreh *et al.* Proposing an access gate to facilitate knowledge exchange for *smart city* services. *In: IEEE INTERNATIONAL CONFERENCE ON BIG DATA (BIG DATA)*, p. 4117-4122, dez. 2017. **Anais [...]**. [S.l.], 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1109/bigdata.2017.8258431>.

PPGEGC – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA, GESTÃO E MÍDIA DO CONHECIMENTO. **Páginas**. 2023. Disponível em: <https://ppgegc.paginas.ufsc.br/>. Acesso em: 25 nov. 2023.

PRADO, Gladys Milena Berns Carvalho do. **Modelo EEHT:** apoio ao funcionamento de equipes emergentes heterogêneas temporárias em eventos de coprodução de curta duração. 2022. 311f. Tese (Doutorado) – Curso de Engenharia e Gestão do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/238268>. Acesso em: 28 nov. 2023.

RAMOS SÁNCHEZ, P. A.; TERRAZAS JUÁREZ, A. R. Los centros históricos como espacios para el desarrollo territorial: nuevas propuestas desde un enfoque integral. **Boletín Científico de las Ciencias Económico Administrativas del ICEA**, v. 5, n. 9, 2 feb. 2017.

RIO DE JANEIRO. **Porto Maravilha**. Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos (CCPAR). 2023. Disponível em: <https://www.ccpa.rio/projeto/porto-maravilha/>. Acesso em: 30 nov. 2024.

RISCADO, Júlia Erminia. Turismo e participação social na gestão do Centro Histórico de Salvador (BA). **Urbe – Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 11, p. 1-10, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180026>.

RIVERA-GARCÍA, Sofía; REYES-SCHADE, Emilio. A los ojos de Santa Lucía: arte urbano y organización comunitaria en el centro histórico de san

salvador. **Arquitecturas del Sur**, p. 70-85, 31 jan. 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.22320/07196466.2023.41.063.04>.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Loteamentos murados e condomínios fechados: propriedade fundiária urbana e segregação socioespacial. *In*: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (org.). **A Cidade Contemporânea**: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013. p. 147-168.

ROJAS, Eduardo; VILLAESCUSA, Eduardo Rodríguez; WEGELIN, Emiel. **Volver al centro**: la recuperación de áreas urbanas centrales. Washington: IDB Bookstore, 2004. 289p.

SALERMO, S. Knowledge lifecycle and smart cities learning: position paper for Dubai 2020 – *smart city* learning. *In*: PROCEEDINGS OF THE INTERNATIONAL CONFERENCE ON WEB AND OPEN ACCESS TO LEARNING, Dubai, United Arab Emirates, 1-4, 2015. **Anais [...]**. Dubai, 2015.

SÁNCHEZ, Adriana Hernández; SÁNCHEZ, Christian Enrique de La Torre; ROSETE, Norma Leticia Ramírez. Casa Analco, Proyecto de Vinculación Universitaria Con La Comunidad y El Patrimonio Arquitectónico Urbano y Social de Los Barrios de Puebla (México). **Revista Ciudades, Estados y Política**, Bogotá, v. 8, n. 1, p. 33-50, 15 dez. 2021. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2462-91032021000100033. Acesso em: 20 abr. 2024

SANDEL, Michael J. **Justiça**: o que é fazer a coisa certa. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. 349p.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Desigual**: a especificidade do fenômenos urbano em países subdesenvolvidos. 3. ed. 1. reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Paulo César dos. **Espaço e Memória**: o aterro da baía sul e o desencontro marítimo de Florianópolis. 1997. 114f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/77327>. Acesso em: 28 jul. 2023.

SARUE, Betina. Quando grandes projetos urbanos acontecem? Uma análise a partir do Porto Maravilha no Rio de Janeiro. **Dados**, v. 61, n. 3, p. 581-616, set. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/001152582018168>.

SECCHI, Bernardo. **Primeira Lição de Urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

SILVA, Adriana Pisoni da. **O saber-fazer do turismo na revitalização de sítios históricos urbanos**: um estudo das praças da alfândega e da matriz na cidade de porto alegre, RS. 2006. 168f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/8720>. Acesso em: 30 mar. 2025.

SILVA, Kelly Maria Paz e; MUZZIO, Henrique. Proposição de indicadores para a cidade inteligente e criativa. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 30, p. 1-13, 21 mar. 2025. DOI: <http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v30.91484>.

SILVA, L. S.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Rev. Atual. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, Luiz Henrique Apollo da; ABALOS JÚNIOR, José Luís; WINCKLER, Joana de Oliveira. Criando e Inovando no 4º Distrito: contribuição das subjetividades empreendedoras em porto alegre. *In*: SILVA, Luiz Henrique Apollo da; ABALOS JÚNIOR, José Luís; WINCKLER, Joana de Oliveira. **Teias Urbanas: Estratégias de Sobrevivência, Transformação e Inovação**. São Paulo: Editora Licuri, 2023. p. 57-83. DOI: <http://dx.doi.org/10.58203/licuri.21025>.

SIMON, H. A. **The Sciences of the Artificial**. 3. ed. Cambridge: MIT Press, 1996.

SJOBORG, Gideon. Origem e Evolução das Cidades. *In*: DAVIS, Kingsley. **Cidades: a urbanização da humanidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. p. 36-51.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 2008.

TEIXEIRA, Aparecida Netto *et al.* Bairros na cidade contemporânea: lugares ou fragmentos da metrópole? **Brazilian Journal Of Development**, v. 6, n. 5, p. 32227-32249, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.34117/bjdv6n5-607>.

UFSC – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Relatório Workshop sobre a Ponte Hercílio Luz**. Florianópolis: UFSC, 2017.

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA. **Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural**. 1972. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2025.

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA. **Recommendation on the Historic Urban Landscape, including a glossary of definitions**. Paris: Unesco, 2011. Disponível em: <https://whc.unesco.org/document/160163>. Acesso em: 17 jan. 2026

URQUHART, Penny *et al.* **Knowledge Co-production Framework: Strengthening University Contributions to Climate Compatible Development in Southern Africa**. South Africa: Sarua, 2014. (SARUA climate change counts mapping study, v. 1). Disponível em: <https://independent.academia.edu/PennyUrquhart>. Acesso em: 25 nov. 2023

VAISHNAVI, Vijay *et al.* **Design Science Research in Information Systems**. 2006. Disponível em: <https://www.desrist.org/design-research-in-information-systems/>. Acesso em: 25 maio 2025.

VALLE, Paulo Roberto Dalla; FERREIRA, Jacques de Lima. Análise de Conteúdo na Perspectiva de Bardin: contribuições e limitações para a pesquisa qualitativa em educação. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 41, p. 1-21, 2025. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-469849377>.

VAN TWIST, Anouk; RUIJER, Erna; MEIJER, Albert. Smart cities & citizen discontent: a systematic review of the literature. **Government Information Quarterly**, v. 40, n. 2, p. 101799, abr. 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.giq.2022.101799>

VAZ, Nelson Popini. **O Centro Histórico de Florianópolis: Espaço Público do Ritual**. Florianópolis: EdUFSC, 1991. 112p.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

VERSCHUERE, Bram; BRANDSEN, Taco; PESTOFF, Victor. Co-production: the state of the art in research and the future agenda. **Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, v. 23, n. 4, p. 1083-1101, 18 jul. 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1007/s11266-012-9307-8>.

VILAR, Pierre. A transição do feudalismo ao capitalismo. *In*: VILAR, Pierre. **Do Capitalismo ao Feudalismo**: uma discussão histórica. 5. ed. 1. Reimp. São Paulo: Contexto, 1999. p. 37-49.

WYBORN, Carina *et al.* Co-Producing Sustainability: reordering the governance of science, policy, and practice. **Annual Review of Environment and Resources**, v. 44, n. 1, p. 319-346, 17 out. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1146/annurev-environ-101718-033103>.

YIGITCANLAR, Tan *et al.* The making of smart cities: are Songdo, Masdar, Amsterdam, San Francisco and Brisbane the best we could build? **Land Use Policy**, Elsevier, v. 88, 2019. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0264837719309093>. Acesso em: 4 ago. 2023.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA AVALIAÇÃO DO MÉTODO

Avaliação Analítico Descritiva do Método CENTRO

O presente projeto tem como objetivo principal propor um método de recuperação de centros históricos a partir da metodologia WCHIS, desenvolvida pelo Laboratório de Cidades mais Humanas, Inteligentes e Sustentáveis (LabCHIS), da Universidade Federal de Santa Catarina.

O LabCHIS se utiliza, há 10 anos, de uma metodologia para trazer soluções inteligentes para espaços públicos. Esta metodologia, chamada de Workshop CHIS (WCHIS), já foi aplicada em 15 eventos, os quais contam com a representatividade acadêmica e da sociedade, com o intuito de gerar conhecimento aplicável às demandas das cidades.

No âmbito de centralidades históricas, foram realizados 4 eventos, sendo um deles em Salvador, Bahia, dois em Florianópolis, Santa Catarina, e outro em Congonhas, Minas Gerais, sem que, no entanto, houvesse qualquer tipo de adaptação na metodologia de aplicação para suprir necessidades específicas destes espaços.

Para que a proposição do método desta tese fosse original e buscasse preencher as lacunas existentes, uma ampla pesquisa nas bases de dados foi realizada, buscando identificar métodos já existentes de recuperação de centros históricos que contassem com participação social.

A partir da revisão de literatura realizada em bases de dados como SciELO, Scopus, IBICT e banco de teses e dissertações da Capes, bem como após o estudo e vivência nos *workshops* realizados pelo LabCHIS, esta tese propõe um método de recuperação de centros históricos em três fases: Fase 1: Pré-Oficina, Fase 2: Oficina e Fase 3: Pós- Oficina.

Este formulário visa a avaliar analítica e descritivamente o método proposto para

recuperação de centros históricos com participação social proposto pela Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento (PPGEGC) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Thalita Bez Batti de Souza, sob a orientação do professor Alexandre Augusto Biz, Dr.

O seu papel, nesta pesquisa, é verificar se o método atende aos objetivos propostos pela pesquisadora, isto é, se é capaz de trazer propostas de recuperação para centros históricos envolvendo a sociedade, dentro das dimensões de uma cidade humana, inteligente e sustentável.

Com base na sua experiência dentro do contexto de cidades mais humanas, inteligentes e sustentáveis, convido-o(a) a responder o questionário e colaborar com a análise do artefato proposto na tese desta pesquisadora. Sinta-se à vontade para fazer quaisquer proposições que desejar.

Desde já agradeço pela sua colaboração.

* Indica uma pergunta obrigatória

Método CENTRO

Letra	Palavra-chave	Explicação
C	Cocriação/Conhecimento	Ativação de conhecimento em processos participativos para construção coletiva de soluções
E	Engajamento	Mobilização e envolvimento ativo da comunidade local desde o diagnóstico
N	Narrativas	Valorização de memórias, histórias e visões locais para orientar as intervenções
T	Tecnologia	Ferramentas digitais como apoio ao mapeamento, articulação e transparência
R	Recuperação	Recuperação física, simbólica e social do centro histórico
O	Organização	Estruturação da oficina, de pactos, governança e acompanhamento das ações no território

1. Você aceita participar desta pesquisa? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

INFORMAÇÕES SOBRE O(A) RESPONDENTE

Reforçando as informações descritas anteriormente, os dados serão tratados confidencialmente e sua identidade não será exposta. As perguntas a seguir têm como objetivo apenas realizar o cruzamento de informações para a análise de dados a partir das respostas recebidas pelos(as) respondentes.

2. Qual a sua experiência com a temática? *

3. Você participou de quantos Workshops CHIS? *

4. Cite quais foram o WCHIS que você participou. *

FASE 1 – PRÉ-OFFICINA

O WCHIS, em sua fase pré-evento, era usualmente composto por reuniões entre os organizadores para as definições logísticas a respeito do *workshop*. Para suprir as lacunas encontradas na fase da pesquisa, propõe-se que a fase pré-evento seja composta por novas etapas. A partir da reestruturação proposta, a preparação da oficina deixa de ter um caráter apenas logístico e apresenta um conceito voltado ao empoderamento dos prováveis participantes, de forma a engajá-los na elaboração de projetos estruturantes para o centro histórico.

1) A etapa de Preparação Inclusiva busca ampliar a representatividade dos participantes antes das oficinas, trazendo o conceito de revitalização da memória coletiva, como um tópico importante no processo de preservação e revitalização do patrimônio.

O Mapeamento dos Atores Locais, busca-se identificar quem são os usuários da região, respeitando a história e a cultura local, ampliar a diversidade de participantes, mas envolver aqueles que fazem parte da história e da rotina do centro, bem como diminuir o conflito de interesses presente em outros projetos de reestruturação.

A Definição de Parcerias estratégicas, podem ser tanto as associações, os institutos e fundações, como as parcerias privadas, são importantes na divulgação do propósito da oficina e na representatividade. Além, é claro, no que tange a contribuição financeira.

2) O Diagnóstico Participativo é o meio pelo qual se pretende conhecer a região por meio dos seus atores, identificados na etapa anterior (moradores, comerciantes locais, historiadores da comunidade, técnicos municipais etc.). 3) A Capacitação Inclusiva objetiva permitir que as discussões temáticas partam de um nível de conhecimento técnico mais igualitário, contando com o apoio das Instituições de Ensino Superior. Esta etapa visa também resgatar a memória cultural e o senso de pertencimento dos atores.

4) A quarta etapa desta fase inicial incita os envolvidos a pensarem no final da oficina, isto é, quando os resultados forem entregues, serão entregues a quem? Qual será o compromisso com a entrega? Em quanto tempo os projetos serão implementados? A ideia de pensar em um comitê gestor ainda na fase inicial, é que haja um compromisso aprofundado com a entrega e com todo o trabalho a ser elaborados pelos participantes.

Objetivo da Fase 1: fazer o exercício reverso: propiciar que a população, por meio de representatividade, esteja empoderada, capaz de se fazer ouvida na construção de propostas para que sua voz e sua memória ocupem o espaço; e que, por meio desta ocupação, os locais sejam atrativos do ponto de vista histórico e cultural, pois estarão prontos para ofertar ao turista algo único: identidade.

Pré-Oficina em 4 etapas

(você pode dar um zoom na imagem para aumentá-la e facilitar sua visualização)

Etapa Macro	Objetivo	Justificativa	Etapa Micro	Quem	Como	Suporte Tecnológico	Base Teórica
1 - Preparação Inclusiva	Ampliar a diversidade e representatividade dos participantes antes do início da oficina	Para que os centros históricos sejam compreendidos como um patrimônio de todos, é necessário despertar o interesse coletivo de participação	Mapeamento de Atores	Lideranças comunitárias, associações locais, ONGs, agentes públicos de cultura e urbanismo	Reuniões preliminares com grupos locais; divulgação em mídias comunitárias; abordagem ativa em locais de circulação popular	Plataforma de mapeamento colaborativo, redes sociais para divulgação, formulários digitais para inscrição	Abordagem integrada de <i>smart cities</i> proposta por Bencardino e Greco (2014); conceito de <i>Smart Cities</i> 3.0 de Cohen (2015); Incorporação da população nas fases de planejamento, conforme Mosqueira (2007) e Riscado (2019); participação de moradores como forma de refletir a identidade, conforme Braga (2008) e Porto Neto (2022); parceria contínua entre universidade e sociedade, segundo Sánchez, Sánchez e Rosete (2021); propiciar a continuidade das ações, de acordo com Silva (2006)
			Definição de Parcerias				
2 - Diagnóstico Participativo	Compreender a realidade do local a ser estudado e para onde a oficina criará seus projetos	A utilização do conhecimento dos usuários da região histórica sobre os problemas e as limitações do local, vão auxiliar a criar de foco para a oficina	Levantamento Histórico e Patrimonial	Os atores identificados na etapa anterior	Roda de conversa, oficinas de memória, caminhadas exploratórias (deriva), uso de mapas e fotografias antigas para estimular relatos.	Aplicativos de coleta de dados, ferramentas para georreferenciamento	
3 - Capacitação Inclusiva	Propiciar que os participantes cheguem à oficina com o mesmo nível de informações técnicas, para que se sintam protagonistas das mudanças	O conhecimento sobre a temática e sobre o ambiente sensibiliza o participante a se manter engajado e a querer proteger a sua história e escrever seu futuro	Criação de materiais acessíveis (linguagem simples, materiais visuais, versões em Libras ou áudio, se necessário)	Facilitadores do projeto, intérpretes de Libras, educadores populares	Aulas expositivas interativas, parceria com instituições públicas de ensino superior	Vídeos legendados e em Libras, podcasts informativos, QR codes com links para conteúdos de apoio	
4 - Monitoramento e Continuidade	Evitar que o workshop vire um evento isolado sem impacto real por meio de acompanhamento comunitário	A descontinuidade das propostas feitas pelos próprios cidadãos, além de gerar descrença no processo de recuperação, impede o avanço em prol das melhorias	Definição de indicadores	Grupo gestor local, moradores voluntários, estudantes universitários (como extensão), servidores públicos parceiros	Criação de comitês de acompanhamento, reuniões periódicas; criação de um projeto de extensão	Painéis de acompanhamento de ações propostas e executadas	

- Com base no que foi exposto e no seu conhecimento sobre a temática, comente sobre a estrutura da Fase 1 e sobre a sua capacidade de contribuir com os objetivos da pesquisa.

Você pode levar em consideração fatores como diversidade, capacidade de engajamento, preocupação com a memória e identidade local, etc.

FASE 2 – A OFICINA

Uma das características a ser mantida do Workshop CHIS é a divisão dos grupos de trabalho de acordo com as dimensões de cidade mais humana, inteligente e sustentável, apresentadas e descritas por Giffinger *et al.* (2007) e Costa (2020). A abordagem multidimensional permite que os projetos possam estar integrados em todos os aspectos.

Desenvolvimento Econômico Inteligente (DES), Pessoas Inteligentes (PIN), Bem-Estar Inteligente (BEM), Patrimônio Histórico Inteligente (PHA), Meio Ambiente Inteligente (MAI), Inclusão Social Inteligente (INC) e Mobilidade Inteligente de Pessoas (MOB).

Na metodologia atual, o *workshop* acontece em cinco dias úteis, de segunda a sexta-feira, no período vespertino (normalmente, das 13h às 18h) de uma semana escolhida pelos organizadores. Como forma de permitir que os participantes estejam presentes e engajados durante todo o período em que a oficina durar, sugere-se que o formulário de inscrição tenha uma consulta sobre a escolha dos dias.

Não há dados conclusivos que permitam afirmar uma possível baixa adesão ou que um número maior de participantes do público geral estaria presente caso a oficina ocorresse fora do horário comercial. No entanto, ao se analisar os eventos pregressos, especialmente quanto à composição dos participantes, observa-se uma predominância de universitários em relação a outros membros da sociedade civil. Tal evidência pode sugerir que estudantes, por possuírem maior flexibilidade e disponibilidade de horários, apresentam maior facilidade para participar dessas atividades.

Considerando que a proposta deste método se fundamenta nos princípios da participação e da inclusão, a consulta prévia acerca da melhor faixa de horário para a realização da oficina revela-se como uma medida para garantir condições que favoreçam a ampla e diversificada presença dos atores sociais envolvidos no processo.

Organização dos dias da Oficina

Dia	Nome da Etapa	Objetivo Principal	Atividades Sugeridas	Resultados Esperados
Dia 1	Imersão, conexão e reconhecimento	Apresentar a dinâmica da oficina, os participantes, fortalecer vínculos e reconhecer percepções locais	Dinâmicas de apresentação; roda de conversa sobre memórias do território. Resgate do diagnóstico participativo da pré-oficina.	Fortalecimento da identidade coletiva e mapeamento de percepções iniciais
Dia 2	Análise e Diagnóstico Coletivo	Compreender problemas e potencialidades do território a partir das entrevistas com os convidados e vivenciar o centro histórico.	Caminhada patrimonial exploratória; entrevistas com moradores, comerciantes e agentes públicos uso de fotos do bairro, mapas temáticos interativos	Identificação de problemas prioritários
Dia 3	Cocriação de Propostas	Gerar ideias viáveis para os problemas mapeados, valorizando saberes locais	Ideação (<i>design thinking</i> simplificado); mural coletivo de propostas com uso de post-its físicos ou digitais. Suporte de um especialista.	Conjunto de propostas iniciais elaboradas pelos participantes
Dia 4	Estruturação das Ações	Transformar ideias em planos de ação estruturados	Grupos de trabalho por proposta; definição de responsáveis, etapas e recursos; prototipagem com materiais simples ou ferramentas digitais	Planos de ação participativos
Dia 5	Apresentação e Pactuação	Validar propostas, receber feedback e pactuar compromissos para continuidade	Apresentação pública das ações (a outros moradores, gestores etc.); votação participativa ou avaliação coletiva; assinatura simbólica de compromisso coletivo	Propostas validadas e maior comprometimento para execução futura
Tecnologia de apoio: mural digital colaborativo (ex. Padlet ou Miro), QR codes com materiais de referência, formulário de priorização online				
Documentação: garantir registro audiovisual e textual de todo o processo para futura sistematização e avaliação				
Acessibilidade: manter facilitadores bilíngues em Libras e adaptar materiais sempre que necessário				

Pergunta	Tendo em vista que a Oficina irá ocorrer em 5 dias, qual período você considera mais adequado?
Alternativas	a) De segunda a sexta-feira, no período matutino (das 8h às 13h)
	b) De segunda a sexta-feira, no período vespertino (das 13h às 17h)
	c) De segunda a sexta-feira, no período noturno (das 17h às 22h)
	d) Durante 2 semanas, aos finais de semana em período integral (sábado e domingo)
	e) Durante 3 semanas, aos finais de semana, no período matutino (sábado e domingo)
	f) Durante 3 semanas, aos finais de semana, no período vespertino (sábado e domingo)

6. Com base na sua análise, é adequado e relevante definir junto aos participantes o melhor período para a realização da Oficina?
 Você pode também indicar outras formas que acredita serem potencialmente relevantes para atrair e engajar os participantes.

A OFICINA

7. Qual a sua análise sobre a Fase 2: Oficina? *

Observe fatores como a apresentação de elementos que dêem continuidade à fase anterior, o potencial de engajamento dos participantes e a capacidade de criar propostas, bem como sobre o uso de tecnologia

FASE 3 – PÓS-OFICINA

A leitura dos relatórios do WCHIS não permitiu a verificação de continuidade das ações propostas, tampouco foi encontrado material sobre a temática. Há apenas informações sobre o projeto em torno da Ponte Hercílio Luz, no entanto, não é possível identificar qual o efetivo impacto do *workshop* no projeto geral, quais foram de fato as ações propostas no WCHIS que se concretizaram no processo de recuperação daquela região. A literatura encontrada também é vaga quanto às informações a respeito da continuidade das ações nos projetos.

Para este método que está sendo proposto por esta tese, desde a fase pré-oficina sugere-se planejar a continuidade das ações e o acompanhamento, por meio de indicadores e de um comitê gestor. Portanto, a última fase proposta por este método, a fase pós-oficina, preconiza três etapas para o encaminhamento das ações.

Pós-Oficina

Etapa Macro	Objetivo	Justificativa	Etapa Micro	Quem	Como	Suporte Tecnológico	Base Teórica
Consolidação e governança local	Assegurar que os planos construídos coletivamente avancem para a implementação e integrem políticas públicas locais	Formular estratégias para que as propostas não fiquem estagnadas	Agenda de reuniões regulares e Públicas	Comitê de acompanhamento	Reuniões abertas para avaliação de resultados e replanejamento coletivo, mantendo o processo vivo e transparente	Plataforma online de acompanhamento, fóruns de discussão	Responsabilização e participação da comunidade, segundo Köhler (2011), construção inteligente de cidades, conforme Jong <i>et al.</i> (2015) fortalecimento de mecanismos de participação, conforme Cerschiari (2019), políticas públicas participativas, conforme Porto Neto (2022), democratização das decisões, conforme Prado (2022), envolvimento contínuo da comunidade, segundo Garcia e Schade (2023), sistemas de memória, segundo Arasaki, Steil e Santos (2017)
Sistematização e disseminação	Documentar e divulgar os aprendizados e resultados para inspirar novas ações e embasar políticas públicas	Fortalecer o valor da participação social e do projeto para contribuir com a replicabilidade	Produção de relatório participativo e mostra pública	Comitê de acompanhamento	Elaboração de relatório ilustrado e acessível; mostra pública com exposição dos planos e processos	Repositório digital; material gráfico; vídeos curtos de depoimentos. Observatório social (indicadores)	
Oficina de escuta	Avaliar, ajustar ou até expandir ações depois de, pelo menos um ano, de execução da oficina	A escuta ativa e contínua da comunidade garante que as ações se mantenham alinhadas às necessidades reais, fortalecendo o vínculo com o território e promovendo melhorias sustentáveis	Revisão participativa com base em indicadores	Comitê de acompanhamento e demais participantes da Oficina	Realização de oficinas abertas para debater os indicadores monitorados, escutar novas percepções da comunidade e construir propostas de continuidade ou ajustes	Plataforma interativa com painel de indicadores, formulários online para coleta de percepções, mural digital colaborativo	

Qual a sua análise sobre a Fase 3: Pós-Oficina? *

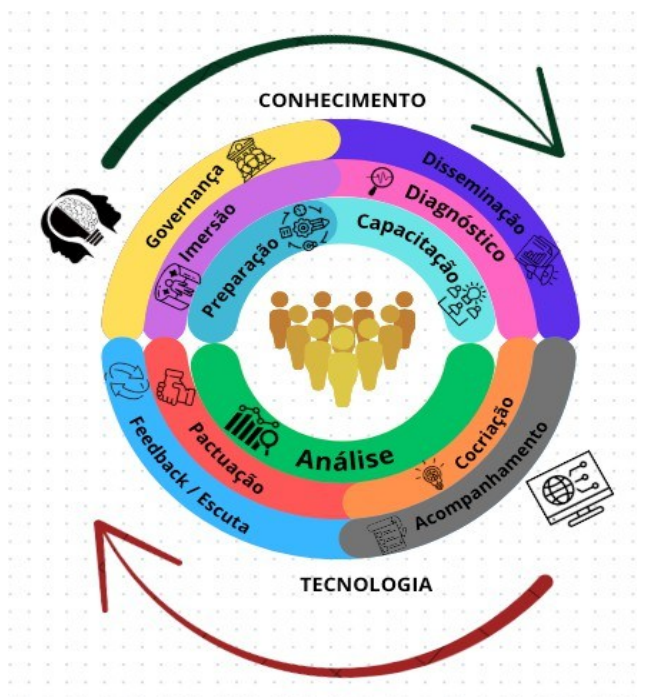


Você pode levar em consideração a presença de elementos que favoreçam a continuidade das ações.

8. Qual a sua análise sobre os indicadores criados para esta fase? *

Fique à vontade para sugerir outros indicadores que julgar mais adequados.

APLICAÇÃO, ADAPTABILIDADE E POTENCIALIDADE DO MÉTODO CENTRO



9. As fases e etapas propostas estão encadeadas de maneira lógica? *
10. A tecnologia está corretamente posicionada como elemento transversal, capaz de dar suporte ao método, bem como facilitar a disseminação e continuidade das propostas?
11. O método proposto incorpora a população na fase de planejamento e implementação de ações?

12. O método proposto enfatiza a participação popular como forma de refletir a identidade local?

13. O método se mostra capaz de minimizar conflitos de interesses? *

14. O método proposto descentraliza as decisões e responsabiliza toda a comunidade a respeito das ações para o seu território?

15. O método proposto é capaz de gerar, sistematizar e disseminar conhecimento?

16. O método proposto é aplicável em contextos de centralidades históricas?

17. O método proposto demonstra ter capacidade de gerar propostas viáveis?

18. O método proposto demonstra ter potencial de articulação com políticas públicas?

19. Espaço para comentários gerais sobre o método, seus aspectos fortes, fracos e possibilidades de melhoria.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Número do Projeto CAAE: 91079625.8.0000.0121

Título do Projeto: Do centro para fora: cocriação cidadã para a recuperação de centros históricos em cidades inteligentes

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa

cujo objetivo principal é propor um método de recuperação de centros históricos a partir da metodologia WCHIS, desenvolvida pelo Laboratório de Cidades mais

Humanas, Inteligentes e Sustentáveis (LabCHIS), da Universidade Federal de Santa Catarina.

O LabCHIS se utiliza, há 10 anos, de uma metodologia para trazer soluções inteligentes para espaços públicos. Esta metodologia, chamada de Workshop CHIS (WCHIS), já foi aplicada em 15 eventos, os quais contam com a representatividade acadêmica e da sociedade, com o intuito de gerar conhecimento aplicável às demandas das cidades.

No âmbito de centralidades históricas, foram realizados 4 eventos, sendo um deles em Salvador, Bahia, dois em Florianópolis, Santa Catarina, e outro em Congonhas, Minas Gerais, sem que, no entanto, houvesse qualquer tipo de adaptação na metodologia de aplicação para suprir necessidades específicas destes espaços.

Para que a proposição do método desta tese fosse original e buscasse preencher as lacunas existentes, uma ampla pesquisa nas bases de dados foi realizada, buscando identificar métodos já existentes de recuperação de centros históricos que contassem com participação social.

A partir da revisão de literatura realizada em bases de dados como SciELO, Scopus, IBICT e banco de teses e dissertações da Capes, bem como após o estudo e vivência nos workshops realizados pelo LabCHIS, esta tese propõe um método de recuperação de centros históricos em três fases: Fase 1: Pré-Oficina, Fase 2: Oficina e Fase 3: Pós-Oficina.

Esta pesquisa está sendo realizada pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento (PPGEGC) coordenada por Thalita Bez Batti de Souza, que se compromete a seguir a Resolução 466, de 12 de dezembro de 2012 e suas complementares.

Se você aceitar participar da pesquisa, os procedimentos envolvidos em sua participação são os seguintes: responder às perguntas, sob a forma de questionários encaminhados por e-mail via *Google Forms*, que possuem o objetivo verificar se o método apresentado atende aos objetivos propostos pela pesquisa, isto é, se é capaz de trazer propostas de recuperação para centros históricos envolvendo a sociedade, dentro das dimensões de uma cidade humana, inteligente e sustentável.

Não há conhecimento acerca de riscos à sua saúde durante a sua participação nesta pesquisa. Porém, pode haver algum desconforto decorrente da sua participação como cansaço ou desconhecimento sobre o tema a ser pesquisado. Caso haja qualquer incômodo, sinta-se à vontade para interromper sua participação.

É importante ressaltar que esta pesquisa está sendo conduzida por procedimentos éticos, visando assegurar a confidencialidade de todos os dados. Contudo, a quebra de sigilo, ainda que involuntária e não intencional deve ser considerada. Dessa forma, pretendemos garantir a manutenção do sigilo e da privacidade da sua participação durante todas as fases desta pesquisa, por meio da anonimização dos dados.

A sua participação nesta pesquisa irá contribuir diretamente para a realização de algo que a pesquisadora acredita ser a razão da existência de universidades públicas, tal como é a UFSC: devolver à sociedade um pouco do que ela investe e espera de nós, acadêmicos e pesquisadores. Espera-se que este trabalho possa contribuir para que mais estudos direcionados à vida nas cidades sejam realizados e que os resultados sejam aplicados; espera-se que os estudos se tornem práticas, bem como possam influenciar políticas públicas voltadas à construção de cidades mais humanas, inteligentes e sustentáveis.

Ademais, busca-se aproximar a universidade da sociedade por meio do conhecimento e, neste aspecto, busca-se integrar o conhecimento acadêmico do conhecimento popular, de maneira que não existam fronteiras nem barreiras na busca por soluções inteligentes.

Portanto, os resultados da sua participação nesta pesquisa poderão, caso verifique-se a aplicabilidade do método, ser observados por você mesmo enquanto cidadão.

ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA

Você poderá esclarecer suas dúvidas enquanto estiver preenchendo o questionário, entrando em contato diretamente com a pesquisadora por e-mail (thalitabbs@gmail.com) ou pelo telefone (48 991238113). Além disso, você poderá ter acesso ao resultado da pesquisa, caso seja do seu interesse.

MÉTODOS ALTERNATIVOS DE TRATAMENTO E/OU TRATAMENTO PADRÃO

Esta pesquisa não envolve tratamentos clínicos ou médicos. Portanto, não se aplicam métodos alternativos de tratamento nem tratamento padrão.

VOLUNTARIEDADE/DIREITO À DESISTÊNCIA

Sua participação na pesquisa é totalmente voluntária, ou seja, não é obrigatória. Caso você decida não participar, ou ainda, desistir de participar e retirar seu consentimento, não haverá qualquer prejuízo pessoal.

CUSTOS, COMPENSAÇÃO E INDENIZAÇÃO

Não está previsto qualquer tipo de pagamento pela sua participação na pesquisa e você não terá custo com os procedimentos envolvidos. Caso ocorra alguma intercorrência ou dano, resultante de sua participação na pesquisa, você receberá todo o atendimento necessário, sem quaisquer custos pessoais. Além disso, você tem garantido o direito a solicitar indenização.

PRIVACIDADE E CONFIDENCIALIDADE

Os dados coletados durante a pesquisa serão sempre tratados confidencialmente.

Os resultados serão apresentados de forma conjunta, sem a identificação dos participantes, ou seja, o seu nome não aparecerá na publicação dos resultados.

CONTATOS

Caso você tenha dúvidas a respeito da pesquisa e dos procedimentos, poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável (Thalita Bez Batti de Souza) pelo telefone 48 991238113, ou na Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas da UFSC (Câmpus Trindade, Florianópolis, SC, CEP: 88035-972, Caixa Postal: 5064) ou com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH-UFSC), pelo telefone (48) 3721-6094, ou no 7º andar do Prédio Reitoria II, sala 701, de segunda à sexta, das 8h às 12h e das 14h às 18h.

ANEXO A – RELATÓRIO WCHIS – PONTE HERCÍLIO LUZ

Relatório Workshop CHIS – Ponte Hercílio Luz, 2017. Disponível em:
[Relatório WCHIS Ponte Hercílio Luz](#)

ANEXO B – RELATÓRIO WCHIS – DA PRAÇA XV AO MAR

Relatório Workshop CHIS – Conexão – Praça XV ao Mar, 2023. Disponível em: [Relatório WCHIS Conexão Praça XV ao Mar](#)

ANEXO C – RELATÓRIO WCHIS – CENTRO HISTÓRICO DE CONGONHAS

Relatório Workshop CHIS – Centro Histórico de Congonhas, 2024. Disponível em: [Relatório WCHIS Centro Histórico Congonhas](#)